

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA SOCIAL

**GÊNERO E PODER NA CONSOLIDAÇÃO DA DINASTIA DE AVIS: OS MODELOS
E CONTRAMODELOS DE REIS E RAINHAS NA *CRÓNICA DE D. JOÃO I* (1383-1438)**

SÃO LUÍS – MA
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA SOCIAL

CAMILA RABELO PEREIRA

**GÊNERO E PODER NA CONSOLIDAÇÃO DA DINASTIA DE AVIS: OS MODELOS
E CONTRAMODELOS DE REIS E RAINHAS NA *CRÓNICA DE D. JOÃO I* (1383-1438)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social – Mestrado Acadêmico, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), para obtenção do título de Mestre.

Orientação: Prof^ª. Dra. Adriana Maria de Souza Zierer.

SÃO LUÍS – MA
2019

Pereira, Camila Rabelo.

Gênero e Poder na Consolidação da Dinastia de Avis: os Modelos e Contramodelos de Reis e Rainhas na Crónica de D. João I 1383-1438 / Camila Rabelo Pereira. - 2019.

169 p.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Adriana Maria de Souza Zierer.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

1. Gênero. 2. Literatura. 3. Movimento de Avis. 4. Poder. 5. Portugal. I. Zierer, Prof^ª. Dra. Adriana Maria de Souza. II. Título.

CAMILA RABELO PEREIRA

**GÊNERO E PODER NA CONSOLIDAÇÃO DA DINASTIA DE AVIS: UM PROJETO
APOLOGÉTICO DA IDENTIDADE COLETIVA PORTUGUESA (1383-1438)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social – Mestrado Acadêmico, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), para obtenção do título de Mestre.

Orientação: Prof^ª. Dra. Adriana Maria de Souza Zierer.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Adriana Maria de Souza Zierer
UFMA/PPGHIS (Orientadora)

Prof. Dr. Marcus Vinicius de Abreu Baccega
UFMA/PPGHIS (Membro Interno)

Profa. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes
UEMA/PPGHIST (Membro Externo)

Dedico este trabalho especialmente a minha mãe Roseane Pereira que me ensinou a importância da leitura e pelo seu apoio incondicional; ao meu pai Carlos Estevam Pereira por dedicar seu tempo ao trabalho para nos dar o melhor; ao meu irmão Carlos Estevam Rabelo Pereira Junior pelos diálogos e a força, e ao meu querido e amado irmão Davi Estevam Pereira que trouxe alegria para a nossa família com a sua chegada.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a vida porque ela me conduziu a ser uma historiadora, quando eu nem sabia o que isso significava. E nessa trajetória incerta continuo agradecendo a existência por ter me mostrado que o caminho contra os meus e os seus preconceitos era continuar aprendendo, mesmo que muitas vezes não houvesse sentindo em ser uma docente.

Também quero agradecer aos meus pais, que contestaram a minha decisão de ser professora nesse mundo desonesto. Isso me deu mais forças para acreditar que poderia fazer a diferença através do conhecimento. Não pense que condeno meus pais por reprovarem a minha escolha de vida, sei que a responsabilidade de prover por alguém os influenciaram a me desmotivar a ser professora nesse mundo cão. Mas mesmo assim confiei, e tento todos os dias porque tenho fé na educação como veículo de mudança da realidade desonesta e desigual em que vivemos. Quero sinceramente agradecer aos que acreditaram ou não na minha capacidade de estar aonde estou.

Aos meus guias espirituais pelas lindas descobertas e experiências que me proporcionaram no ano de 2018. Agradeço por terem me ensinado a cultivar a gratidão, o amor, e a caridade.

A Áurea Juliana da Silva Pereira pelos bons conselhos. Todas as vezes que entro na sua casa após o seu falecimento me lembro da sua gargalhada na cozinha, e dos lindos natais que tivemos juntas.

A minha família, tios, tias e primas por estarem ao meu lado sempre que necessito, e também por compartilharem comigo os momentos tristes e alegres com amor, carinho e compreensão.

A minha querida prima Gabriele Carvalho pelo apoio. E mesmo ela sendo mais jovem quase sempre estamos em sintonia, além disso ela é uma mulher admirável. Nessas poucas linhas quero retribuí-la pelos gestos de carinho e amor comigo, e com minha avó Áurea Juliana da Silva Pereira.

As minhas amigas da graduação Dandara Freire, Marla Jéssica Campos e Rakell Rays dos Anjos pela experiência de vida que adquiriram ao lado delas. Os momentos em que convivemos nos possibilitou lutar juntas contra os problemas e as dúvidas, nos fortalecendo através do apoio mútuo. Por vocês e com vocês aprendi a ser uma mulher melhor.

Ao meu caro amigo Diogo André Aires pelo olhar fraterno, e pelas palavras de incentivo. A parceria que desenvolvemos consolidou-se em 2015. Durante este ano nos apoiamos e nos fortalecemos a favor da paz e do amor.

Ao querido Julian Mota, um amigo que o mestrado me deu, pela alegria, companhia e dandê que ele trouxe da Bahia para temperar a minha vida, mas exatamente de Belmonte.

A minha querida orientadora Adriana Zierer que demonstrou com ações que só o amor constrói. "É só o amor, é só o amor, que conhece o que é verdade. O amor é bom, não quer o mal. Não sente inveja ou se envaidece" (Junior Renato Manfredini, 1989). Nestas poucas linhas não daria para dimensionar a gratidão que tenho, pois o auxílio e as palavras de incentivo foram fundamentais para que eu não desistisse. Obrigada pela inspiração!

Aos (as) dedicados (as) professores (as) do mestrado em História Social da UFMA personifico e demonstro a minha gratidão ao citar especialmente os docentes que compuseram a minha banca de qualificação Prof. Dr. Marcus Vinicius de Abreu Baccega e Prof. Dr. Josenildo Pereira.

Enfim, nestas poucas linhas não dar para agradecer a todos, ou mensurar a gratidão que sinto pela vida por ter me proporcionado a conviver com cada um que mencionei. Espero que permaneçam em minha vida, e muito axé para todos e todas.

*Eu sou o mastro da bandeira da revolução
Os restos do cavalo de Napoleão
Eu sou a brasa que matou Joana d'Arc
As 5 balas de John Lennon, reles cidadão*

*O lixo humano, escória da sociedade
Sou o que como e quem eu deixo de comer
Nasci do limbo e bailei pra essa cidade
Sou quem dá vida aos monstros que eu quero ter*

*Você vai lembrar quando eu te olhar lá de cima
Vai reconhecer e vai respeitar minhas cinzas*

*Eu sou aquilo que ninguém mais acredita
Eu sou a puta, eu sou a santa e a banida
Sou a bravura e os surtos de Anita Garibaldi
Bandeira baixa ou bandeira que agita*

*Sou como rua, beco podre da cidade
Eu sou os filhos mal paridos da nação
Sou a coragem até no grito dum covarde
O que não basta, não se entende, eu sou um furacão*

*Você vai lembrar quando eu te olhar lá de cima
Vai reconhecer e vai respeitar minhas cinzas*

*Agora o meu papo vai ser só com a mulherada
"Nós não é" saco de bosta pra levar tanta porrada
Todo dia umas 10 morrem, umas 15 são estupradas
Fora as que ficaram em casa e por nada são espancadas*

Qual que é o teu problema? É fé pequena ou mente ruim?

Quem foi que te ensinou a tratar as muié assim?

(Composição: Amanda Pacífico / Carla De Sá -
Interpretação: Banda Mulamba, 2017)

RESUMO

Realizamos nesta pesquisa uma análise das relações de gênero e poder entre 1383 a 1438, a partir do discurso presente na *Crónica de D. João I*, em que o autor Fernão Lopes buscou legitimar a dinastia avisina. O Movimento de Avis em Portugal (1383-1385) possibilitou a ascensão de uma nova dinastia que desenvolveu um discurso político apologético e legitimador acerca do seu lugar social. Nesse contexto a narrativa tinha como objetivo validar o domínio avisino, para isso o cronista habilmente utilizou-se de aspectos culturais já existentes no reino português na tentativa de forjar uma identidade coletiva. Além do relato, também usamos a hagiografia *Milagres Medievais, numa colectânea mariana alcobacense*, pois os padrões sociais que caracterizam o feminino e o masculino estabelecidos na crônica, são pautados na doutrina cristã da Idade Média. O autor da crônica histórica atribui características aos personagens distinguindo a diferença entre os sexos, e de acordo com as relações que eles mantinham através dos interesses políticos. Os reis e as rainhas foram usados como modelos de comportamento para as mulheres e os homens que participavam da corte lusa.

Palavras-chave: Gênero. Literatura. Movimento de Avis. Poder. Portugal.

RESUMEN

Realizamos en esta investigación un análisis de las relaciones de género y poder entre 1383 y 1438, a partir del discurso presente en la Crónica de D. João I, en el que el autor Fernão Lopes buscó legitimar la dinastía aviar. El Movimiento Avis en Portugal (1383-1385) permitió el surgimiento de una nueva dinastía que desarrolló un discurso político de disculpa y legitimación sobre su lugar social. En este contexto, la narración tenía como objetivo validar el dominio aviar, para esto el cronista utilizó hábilmente aspectos culturales que ya existían en el reino portugués en un intento de forjar una identidad colectiva. Además del informe, también utilizamos la hagiografía Milagros medievales, en una colección mariana de Alcobacia, porque los patrones sociales que caracterizan lo femenino y lo masculino establecidos en la crónica se basan en la doctrina cristiana de la Edad Media. El autor de la crónica histórica atribuye características a los personajes al distinguir la diferencia entre los sexos y de acuerdo con las relaciones que mantuvieron a través de los intereses políticos. Los reyes y las reinas se utilizaron como modelos a seguir para las mujeres y los hombres que participaron en la corte portuguesa.

Palabras-clave: Avis Mover. Género. La Literatura. Poder. Portugal.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - A LITERATURA EM PORTUGAL: O AMBIENTE DE PRODUÇÃO DA CRÔNICA DE D. JOÃO I E DA HAGIOGRAFIA MILAGRES MEDIEVAIS, NUMA COLECTÂNEA MARIANA ALCOBACENSE	31
1.1 O Ambiente Literário: a Gradual Importância que as Narrativas Ganham na Corte Portuguesa.....	31
1.2 Aspectos Formais da <i>Crónica de D. João I</i>	45
1.3 Aspectos Formais da Hagiografia: uma literatura pedagógica e clerical.....	53
CAPÍTULO 2- AS RELAÇÕES SÓCIO-POLÍTICAS EM PORTUGAL ENTRE 1383 A 1438: AS CONTINUIDADES E DECONTINUIDADES NOS PRIMEIROS ANOS DO PODER RÉGIO AVISINO	64
2.1 O Movimento de Avis: do Reinado de D. Fernando A Regência de Leonor Teles.....	65
2.2 O Reinado de D. João I.....	75
2.3 O Reinado de D. Duarte.....	80
CAPÍTULO 3 - AS REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES E DOS HOMENS PERTENCENTES A ARISTOCRACIA: A IDEALIZAÇÃO DE FERNÃO LOPES NA CRÔNICA DE D. JOÃO I	87
3.1 D. Fernando: o Inconstante.....	89
3.2 Leonor Teles: a Rainha Desonrada.....	98
3.3 D. João I: o Predestinado.....	114
3.3.1 O Mestre de Avis e o Cerco de Lisboa.....	126
3.3.2 A Importância das Analogias na Crónica de D. João I: a Sétima Idade, tempo de Paz e Prosperidade.....	133
3.3.3 D. João I: um Bom Esposo.....	137
3.4 Filipa de Lencastre: a Abnegada.....	139
3.4.1 A Conjuntura Política em Torno de D. Filipa de Lencastre.....	140
3.4.2 O Casamento Próspero Com a Mulher Ideal: a Família de D. Filipa e D. João I.....	147
CONCLUSÃO	156
REFERÊNCIAS	162
APÊNDICE A - GENOGRAMA 1 – Dinastia de Borgonha	168
APÊNDICE B - GENOGRAMA 2 – Dinastia de Avis	169

INTRODUÇÃO

O objetivo geral desta pesquisa é compreender as relações de gênero e poder entre 1383 a 1438¹, a partir do discurso apologético presente na *Crónica de D. João I*, em que o autor Fernão Lopes buscou consolidar a memória coletiva portuguesa. Através da representação e caracterização positiva e negativa dos reis e das rainhas, realizamos uma análise do contexto sócio-político e dos padrões sociais que orientavam os papéis próprios de homens e de mulheres pautados na doutrina cristã da Igreja Católica. Ao realizar esta pesquisa buscou-se uma análise fora das tradicionais abordagens da História Política, relacionando poder e gênero nos últimos anos da Baixa Idade Média em Portugal, através de duas narrativas literárias.

Além da crônica, também utilizamos a hagiografia *Milagres Medievais, numa colectânea mariana alcobacense*, pois os padrões sociais que caracterizam o feminino e o masculino estabelecidos no discurso de Fernão Lopes, são pautados nos parâmetros cristãs da Idade Média. Esta narrativa hagiográfica nos permitiu identificar quais eram os elementos doutrinários e morais que circulavam em Portugal no século XV (período de escrita da *Crónica de D. João I*). Assim, se estabelece a seguinte problemática: Como a *Crônica de D. João I*, se tornou um instrumento que auxiliou na consolidação do Estado Português sob o domínio da dinastia de Avis, e fomentou padrões sociais para o masculino e o feminino?

O Movimento² de Avis em Portugal (1383-1385) dá início a uma nova dinastia que desenvolveu um discurso político apologético e legitimador, através das festas públicas, do teatro e da literatura, especialmente com a contratação de cronistas oficiais para escreverem a memória do reino português³, como é o caso de Fernão Lopes, que redigiu as *Crónica de D. Pedro I*, *Crónica de D. Fernando* e *Crônica de D. João I* no século XV.

A *Crónica de D. João I* narra minuciosamente todo o processo de mudança

¹ Definiu-se a utilização desse espaço temporal, pois a *Crónica de D. João I*, foi escrita durante o reinado de D. Duarte (1433-1438), sendo que a narrativa pontua minuciosamente os fatos que permitiram a coroação de D. João I nas Cortes portuguesas em 1385. A crônica relata, principalmente, o movimento de Avis (1383), portanto achamos imprescindível contextualizar o cenário sócio-político de Portugal entre 1383 a 1438, ou seja, analisamos o contexto de produção da crônica histórica, assim como o período no qual a obra é ambientada (movimento de Avis e o reinado de D. João I), e algumas características da governança de D. Fernando (1367-1383), o último rei da dinastia de Borgonha, pois foi neste período que engendraram-se as tensões sociais e políticas que possibilitaram a mudança dinástica em Portugal no século XIV.

² Na maioria das pesquisas sobre o período os estudos denominam de "revolução" os fatos que ocorram em Portugal entre 1383-1385, porém como não houve uma alteração profunda das instituições políticas ou uma mudança radical dentro da sociedade, nesta pesquisa utilizamos o termo "Movimento".

³ A partir da segunda geração da dinastia de Avis, os membros da realeza começaram a contratar cronistas oficiais para organizar a memória da monarquia portuguesa, o primeiro foi o rei D. Duarte, filho/sucessor de D. João I. Os discursos produzidos sob o olhar da "íncerta geração", buscavam legitimar o poder monárquico através de novos alicerces, já que até então os reis eram determinados pela genealogia (laços sanguíneos), porém o primeiro rei da dinastia avisina era filho bastardo de D. Pedro I, logo não tinha direito de ocupar o trono português (Consultar Apêndice B).

dinástica que ocorreu a partir da regência de D. Leonor Teles e do movimento avisino, liderado pelo Mestre de Avis em 1383. Neste período Portugal passou por diversas transformações sociais, políticas, culturais e econômicas que ocasionaram a mudança dinástica acarretada pelos seguintes fatores: migrações para as cidades, o que possibilitou a mobilidade da mão-de-obra, crescimento do artesanato e do comércio, diminuição da população por causa da peste e da fome, alterações na exploração da terra com o aumento dos arrendamentos, as guerras nas regiões fronteiriças (especialmente com Castela), agitações sociais causadas pelo peso das guerras e das pilhagens, a mudança na correlação de forças internas, os anseios dos homens das cidades, a insatisfação dos filhos segundos da nobreza; todos esses elementos desestabilizaram o governo de D. Fernando (1345-1383). Sobre os problemas sociais, econômicos e políticos em Portugal, Paulo Accorsi Júnior afirma que:

A revolução do Mestre de Avis, assim, não viria mais do que precipitar tendências de longa duração, acentuando o movimento de controle social da nobreza e da sociedade como um todo pela realeza. Foi, portanto, a partir do quadro de uma realidade social, política e cultural heterogênea de um país saído da Reconquista, que se forjou a monarquia como potestado social maior com pretensões de ordenar o todo social (1997, p. 18).

Em Portugal, o processo de Reconquista, assim como a complexificação da sociedade gerou uma heterogeneidade cultural, política e social, que possibilitou o acúmulo de recursos suficientes para a imposição do poder monárquico sobre a nobreza tradicional. Mesmo com recursos, a monarquia acumulou uma série de problemas, que durante o governo de D. Fernando, geraram tensões sociais que agravaram-se após a sua morte, e ocasionaram a contestação da eficiência do poder monárquico, exercido pela nobreza tradicional.

Diversos segmentos da sociedade portuguesa se opuseram ao poder exercido pela nobreza tradicional, como exemplo cita-se o povo ("arraia miúda"⁴), os comerciantes e os nobres secundogênitos pertencentes a aristocracia feudal. Esses grupos sociais lutaram ao lado do Mestre de Avis contra o segmento social até então mais poderoso: a aristocracia tradicional local, o que ocasionou uma bipolarização política no reino português. Porém, a partir do reinado de D. João I, a monarquia portuguesa conseguiu fortalecer o poder do Estado,

⁴ Fernão Lopes nomeia em todo o relato da *Crónica de D. João I* as camadas desfavorecidas como "arraia miúda" ou "povo miúdo". Assim o cronista diz: "Mas como foram vistas com coração, logo muito agilmente se juntaram todos, especialmente o *povo miúdo*, nesse lugar alguns outros estavam duvidando, receavam de colocar as suas mãos. Então aqueles que chamavam *arraia miúda*, disseram a um, por nome chamado Álvaro da Veiga, que levasse a bandeira pela vila em voz e nome do Mestre de Avis" (CDJ I, v. 1, cap. XLVI, p. 93, grifos nosso). Segue o texto original da crônica: "Mas como foram vistas, com coração muito prestes logo sse juntarom todos, espeçialmente o *poboo meudo*, ca alguũs outros dessa comunall gemte duvidamdo rreçeavõ de poer em tall feito mão. Emtom aquelles que chamavom *arraya meuda*, disserom a huũ, per nome chamado de Alvorro da Veiga, que levasse a bãdeira pella villa em voz e nome do Meestre dAvis"(CDJ I, v. 1, cap. XLVI, p. 93, grifos nosso).

neutralizando principalmente a influência da nobreza tradicional local ao aliar-se aos novos e desfavorecidos grupos sociais (ACCORSI JÚNIOR, 1997, p. 20).

As crises no governo fernandino eram constantes e teriam sido intensificadas quando o rei decidiu casar com D. Leonor Teles (1350-1386), pois segundo Fernão Lopes o matrimônio aumentou o descontentamento de parte do reino português. Os descontentes acreditavam que o rei poderia ter realizado alianças matrimoniais com herdeiras dos reinos vizinhos que poderiam lhe oferecer vantagens políticas.

Na *Crónica de D. João I*, D. Leonor Teles é a representação da mulher/rainha má e desonrada, que utiliza a beleza para seduzir. A caracterização negativa da regente por Fernão Lopes, é principalmente pelo desejo dela de exercer o poder político, pois, segundo o cronista, essa não seria uma atividade tipicamente feminina. Ainda mais que isso colocava a rainha no espaço público, lugar social dominado, designado e determinado para e pelos homens. Já as mulheres honradas, na visão da época, deveriam permanecer em espaços privados, cuidando dos seus filhos, da casa e do marido.

A rainha e D. Fernando não tiveram filhos homens, apenas uma única filha chamada Beatriz (1373-1408), que fora entregue em acordo de casamento ao rei D. João de Castela (1358-1390). Essa aliança matrimonial criava a possibilidade do rei castelhano tornar-se também rei de Portugal, fato que D. Fernando procurou evitar mediante delimitações estabelecidas no *Tratado de Salvaterra dos Magos* (1383). Assim, para evitar uma possível união futura dos dois reinos, ficaram estabelecidas nesse acordo as regras de sucessão ao trono, dentre elas destaca-se que D. Leonor Teles seria a regente de Portugal até que D. Beatriz tivesse herdeiro com idade de 14 (quatorze) anos.

Com a morte de D. Fernando, a rainha tornou-se a regente do reino português. Durante a sua regência, a oposição a D. Leonor Teles aumentou especialmente em Lisboa, onde iniciou-se o Movimento de Avis, em dezembro de 1383, quando o conde Andeiro (tido por Fernão Lopes como amante da rainha), foi assassinado por D. João, o Mestre de Avis com a ajuda de seus aliados.

O movimento iniciado em Lisboa em 1383 contra a regente e a nobreza tradicional local, espalhou-se por várias regiões de Portugal, forçando D. Leonor Teles a abdicar de seu cargo, que foi posteriormente ocupado pelo Mestre de Avis. Em 1385, D. João I foi escolhido o novo rei de Portugal nas Cortes de Coimbra. Assim, a ascensão da dinastia de Avis ao poder régio é o resultado dessas transformações que se delineavam no reino português desde a dinastia de Borgonha.

Como filho bastardo de D. Pedro I, e meio-irmão de D. Fernando, o Mestre de

Avis não tinha direito ao trono português. Sem esse alicerce para fundamentar o poder do rei, e dos seus sucessores, a família monárquica avisina buscou outros componentes simbólicos para legitimar a sua permanência no poder. Esses elementos simbólicos tinham como objetivo forjar uma identidade portuguesa homogênea a partir do enquadramento da memória coletiva, que foi selecionada de acordo com os anseios do grupo vencedor, e construída por Fernão Lopes, através de representações positivas e negativas do feminino e do masculino da monarquia nos seus escritos.

Um dos elementos simbólicos mais importantes presentes no discurso do cronista, foi a constituição dos modelos de rei e rainha. Estes foram utilizados em Portugal, nos séculos XIV e XV, para delimitar o lugar social adequado para homens e mulheres, o que legitimava a exclusão do corpo feminino dos lugares públicos. Já o corpo masculino tinha acesso ao poder político como um direito incontestável.

Ao caracterizar os personagens, Fernão Lopes apresenta a família monárquica avisina como um modelo a ser seguido pelos portugueses, pois constituía-se em uma instituição sólida, harmoniosa, e fundamentada em princípios religiosos rígidos, tendo como principais modelos de comportamento D. João I e D. Filipa de Lencastre. Na *Crónica de D. João I*, o primeiro casal real avisino foi apresentado como um modelo perfeito, associado respectivamente a Cristo e à Virgem Maria, enquanto os seus antecessores, D. Leonor Teles e D. Fernando foram delineados com características negativas, principalmente a esposa.

Ressalta-se que para manter o poder político em Portugal no século XV, sob o domínio masculino D. Leonor Teles é utilizada discursivamente por Fernão Lopes, não somente como contraponto a D. Filipa de Lencastre, mas também é sutilmente comparada a D. João I. Na narrativa, a caracterização da personagem a coloca como antagonista ao Mestre de Avis, por seu comportamento imprevisível, e pela sua falta de honra e justiça, o que a desqualificava para governar Portugal.

Na Idade Média a sucessão de reis era realizada de acordo com os laços consanguíneos (genealogia). Contudo, Fernão Lopes, ao caracterizar o Mestre de Avis utilizou os seguintes elementos para legitimar o poder avisino: bondade, justiça, fidelidade e amor pela terra a qual pertence, ou seja, o laço mais importante passou a ser o de pertencimento à terra, e não o sanguíneo. Mesmo estabelecendo novas diretrizes para alicerçar o poder régio, o autor recorreu à linhagem nobre de D. Filipa de Lencastre, que torna-se na narrativa um elemento simbólico essencial para legitimação política da dinastia de Avis. A origem da rainha impossibilitava a contestação dos herdeiros avisinos, considerados a “inclíta geração”.

A rainha D. Filipa de Lencastre, seria na narrativa o contraponto à rainha anterior

D. Leonor Teles, pois a esposa de D. João I, segue todos os princípios marianos presentes no texto hagiográfico *Milagres Medievais, numa coelctânea mariana alcobacense* (século XIV): caridade/esmola, humildade, piedade, mãe dedicada, silêncio, jejum e graciosas palavras.

A partir do século XII, os textos clericais passaram a valorizar o aspecto maternal de Maria, a tornando um modelo feminino acessível também para as mulheres mães/esposas, e não somente para as religiosas (esposas de Cristo). Durante a Idade Média, a Igreja adaptou os aspectos doutrinários e morais que a alicerçavam de acordo com as mudanças sociais e culturais em busca de resultados eficientes para a ação pastoral.

O modelo de rainha de Fernão Lopes tem sua atuação praticamente restrita à devoção, e sua importância reside no exemplo que transmite a todas as mulheres do reino. Portanto, D. Filipa de Lencastre, assim como a Virgem Maria, são usadas didaticamente no plano moral, religioso e político como modelos exemplares em Portugal constituindo-se como uma estratégia discursiva de Fernão Lopes, como afirma Zierer (2015):

Entre outras oposições vale destacar o exemplo de rainha boa e piedosa, D. Filipa, a esposa de D. João, por quem ele tinha um amor “honesto e saudável” e a representante de Eva no reino luso: D. Leonor Teles, a causadora do “mau governo” de D. Fernando, segundo o cronista e, além disso, a principal responsável pela chamada Crise de 1383. A Crónica de D. João I, portanto, se insere numa estratégia discursiva de Fernão Lopes com o objetivo de, segundo a concepção de Nieto Soria, realizar uma propaganda política de uma dinastia através da imagem do seu primeiro monarca, D. João. Neste sentido, há marcadamente no relato os “bons”, apoiantes do Mestre de Avis, vistos como bons cristãos e defensores de uma espécie de sentimento nacional nascente e os “maus”, associados ao Anticristo, ao rei de Castela e por este motivo não conseguem vencer os combates. Isso ocorre porque as ações divinas, segundo Lopes, visam beneficiar aqueles que são merecedores da sua justiça. Na Crónica, Deus mostra a preferência pela “causa” de D. João, por ele ser o escolhido, possuir analogias com Cristo (ZIERER, 2015, p. 128).

Em busca de legitimação, Fernão Lopes, utilizou discursivamente analogias com os textos bíblicos, dentre as quais, destaca-se a comparação do rei D. João I com Cristo, enquanto a rainha D. Filipa de Lencastre é comparada à Virgem Maria. Essa escolha para a construção da crônica realizada pelo autor demonstra a sua habilidade em utilizar elementos simbólicos propagados pela doutrina cristã, e que já eram conhecidos dos seus leitores, acarretando familiaridade e identificação com os personagens e a história.

Na construção e estruturação discursiva da cronística histórica, Fernão Lopes, quando não consegue explicar a ocorrência de algum fato, recorre ao poder divino para preencher as lacunas, atribuindo a resolução/intervenção a Providência Divina. Além de mencionar constantemente Deus, o relato é norteado pela moral cristã, que é simbolicamente construída através de analogias e caracterização dos personagens como bons ou maus.

O autor estabelece com a *Crónica de D. João I* uma relação dialética estreita com os ideais cristãos do seu tempo. O cronista adota o discurso eclesiástico para legitimar o poder secular. Por isso, utilizamos nesta pesquisa a hagiografia *Milagres Medievais, numa colectânea mariana alcobacense*, que nos possibilitou compreender como o cristianismo estava presente, e era utilizado nos séculos XIV e XV em Portugal.

Este texto hagiográfico é composto de 22 milagres atribuídos à intercessão mariana. Em cada milagre, há uma lição exemplar didaticamente elaborada, tanto para homens, quanto para mulheres, buscando nortear o comportamento dos cristãos. Como instrumento pedagógico, as vidas de santos possuíam na Idade Média um aspecto distinto de outras literaturas eclesiásticas. Pois era centralizada principalmente nas ações terrenas dos (as) santos (as), quanto exemplo de vida virtuosa a serem seguidas por aqueles que desejavam estar em um bom lugar após a morte. Por isso Certeau (2007) define que as hagiografias são:

A combinação dos atos, dos lugares e dos temas indica uma estrutura própria que se refere não essencialmente "aquilo que se passou", como faz a história, mas "aquilo que é exemplar". As *res gatae* não constituem senão um léxico. Cada vida de santo deve ser antes considerada como um sistema que organiza uma manifestação graças à combinação topológica de "virtudes" e de "milagres" (CERTEAU, 2007, p. 267).

As vidas de santos durante a Idade Média são narrativas que possuíam dois pilares de apoio: a virtude e o milagre. Esses dois aspectos combinados eram utilizados como força motriz para o desenvolvimento da história, e também para a edificação do (a) santo (a), já que são relatos nascidos juntamente com os calendários litúrgicos com o objetivo de comemorar os (as) mártires cristãos. Inicialmente o interesse dos hagiógrafos era pela morte, assim havia uma exaltação dos túmulos aonde estavam enterrados os heróis cristãos, porém no decorrer da Idade Média, a vida suncumbe a morte nas narrativas, que passam a se concentrar na vida terrena dos (as) santos (as).

As narrativas hagiográficas eram importantes veículos pedagógicos para a proliferação de percepções teológicas, padrões morais, modelos de comportamento, papéis sociais e valores. Os discurso presente nas hagiografias valorizavam a ação e os “fatos”, que foram significados e ressignificados a serviço de uma verdade construída, edificada e legitimada dialogicamente de acordo com a necessidade do grupo social ao qual pertence.

Assim, a *Crónica de D. João I*, utilizada em consonância com a hagiografia *Milagres Medievais, numa colectânea mariana alcobacense*, nos possibilitou refletir sobre a relação entre a História e a Literatura. Compreender no campo da História as relações de poder estabelecidas no medievo português através de textos literários se tornou viável a partir

de uma Nova História Política, que ampliou o conceito de poder, tornando-o fluído.

Há uma estranheza e desconfiança com a utilização de narrativas literárias como fonte para o estudo das relações de poder, porém diferentes paradigmas, conceitos e objetos possibilita ao historiador uma Nova História Política, em que o poder é dinâmico, fluído, plural e pulverizado. Além disso, essa reformulação do campo político nos estudos historiográficos permitiu aos historiadores revisitar os fatos, a partir de novos olhares e possibilidades de análise e compreensão das sociedades.

Barros (2012) afirma que com o “retorno do Político”, novos objetos e modalidades foram enfatizados pela História Política, os novos interesses desse campo da História, permitiu conectar modalidades historiográficas híbridas como a História Política e a História Cultural. É a partir desse bojo que podemos afirmar que buscamos analisar o poder e o gênero através da construção da relação entre Literatura e História realizada na História Cultural há algum tempo.

No século XIX, quando a História foi reconhecida como ciência, os textos literários eram utilizados para confirmar fatos, ou seja, não eram empregados como fonte para a compreensão e criticidade das sociedades, essa relação é modificada e intensificada nas últimas décadas do século XX. Pesavento (2006) abaliza que no Brasil essa relação obteve um desenvolvimento significativo nos anos de 1990, o que permitiu ao historiador produzir trabalhos historiográficos sob diversos aspectos, ampliando o leque de possibilidades. Pois “semelhantes textos que fazem da escritura, do livro e da leitura o objeto mesmo da ficção, obrigam os historiadores a pensar de outra maneira as categorias mais fundamentais [...]” (CHARTIER, 1990, p.197).

As discussões sobre a relação História e Literatura está inserida no campo da História Cultural. Porém, com ampliação e ressignificação das relações de poder a Nova História Política utiliza-se de conceitos, objetos e paradigmas de outros campos da História, com a finalidade de enriquecer e colaborar com as reflexões sobre as diferentes sociedades rompendo com as fronteiras impostas pela compartimentalização do saber como afirma Febvre (1997):

Negociar perpetuamente novas alianças entre disciplinas próximas ou longínquas; concentrar em feixe sobre um mesmo assunto a luz de várias ciências heterogêneas: tarefa primordial, e sem dúvida a mais premente e a mais fecunda das que se impõem a uma história impaciente com as fronteiras e as compartimentações. Empréstimo de noções: Às vezes. Empréstimo de métodos e de espírito, antes de tudo (FEBVRE, 1977, p. 32).

Febvre (1997) nos aponta que o trabalho historiográfico não deve estar isolado, e que o historiador não precisa temer o empréstimo de métodos e de conceitos, assim como novas alianças, pois negociar nos permite colaborar com o crescimento da própria História. Sendo essa uma ciência com suas próprias leis, ela não precisa ficar isolada por fronteiras fixas e inflexíveis, que esterilizam o historiador que na maioria das vezes não consegue estabelecer um diálogo com disciplinas próximas ou longínquas.

A História e a Literatura são dois modos distintos que explicam e dão sentido ao passado, ou seja, são discursos narrativos que pertencem a um espaço e uma temporalidade específica. Por isso, representam questões pertinentes aos homens e as mulheres da época em que são produzidas. Ambas são “narrativas que respondem às perguntas, expectativas, desejos e temores sobre a realidade, a História e a Literatura oferecem o mundo como texto” (PESAVENTO, 2003, p. 32).

Ao diferenciar a formulação dos dois tipos de texto, Pesavento (2004) assinala que a História é orientada através da relação estabelecida entre o historiador e o objeto, em que a finalidade é atingir uma “verdade” sobre os fatos, o que acaba por estabelecer limites a narrativa historiográfica. No campo literário os autores possuem a licença poética, o que os permitem criar situações que não seriam aceitáveis em outros campos. Por isso, a linguagem literária é conotativa e figurativa.

Os historiadores não são livres para inventar ações, eventos e pensamentos para personagens ou até mesmo criar papéis, pois a sua referência é o real, que deve ser analisado através de métodos que buscam construir uma versão plausível e possível dos acontecimentos. Essa seria uma diferença crucial da Literatura, que tem liberdade criativa para elaborar relatos, personagens, espaços, opiniões, afirmações, teorias e situações, já que é uma expressão artística.

Pesavento (2006) aponta que os trabalhos historiográficos não podem utilizar os textos literários como meras ilustrações do passado para confirmar ideias ou fatos, pois isso reduziria a importância dessas narrativas e empobreceria a pesquisa. A historiadora afirma também que o processo de análise das narrativas deve levar em consideração o lugar social do autor, e de produção da escrita.

Ressalta-se que os textos literários são elementos constitutivos específicos de um tempo e um espaço de uma determinada sociedade. Já que, a Literatura é expressão cultural, que através de linguagens, sinais e símbolos possibilita ao historiador analisar tensões sociais entre grupos distintos, e até entre aqueles que pertencem ao mesmo grupo. Como

representação social, ela produz símbolos e discursos próprios do seu tempo e espaço, nesse ensejo Borges (2010) define que:

A expressão literária pode ser tomada como uma forma de representação social e histórica, sendo testemunha excepcional de uma época, pois um produto sociocultural, um fato estético e histórico, que representa as experiências humanas, os hábitos, as atitudes, os sentimentos [...] e as questões diversas que movimentam e circulam em cada sociedade e tempo histórico. A literatura registra e expressa aspectos múltiplos do complexo, diversificado e conflituoso campo social no qual se insere e sobre o qual se refere. Ela é constituída a partir do mundo social e cultural, e, também, constituinte deste (BORGES, 2010, p. 98).

A utilização de textos literários colabora com o fazer histórico. A análise de múltiplas fontes nos permitem ter variados prismas acerca do mesmo objeto de pesquisa. A Literatura é uma representação escrita permeada pelo autor, assim a origem, a vivência social, o local de labor, a formação intelectual são fatores que influenciam na escrita. Os escritos literários são expressões do autor, da sua época e de seus leitores, o que possibilita o historiador elencar diversas questões sobre a espacialidade e a temporalidade. A respeito da Literatura como objeto de estudo da História Pesavento (2003) diz que:

A Literatura é fonte para a História dependendo dos problemas ou questões formuladas. Se o historiador estiver preocupado com datas, fatos, nomes de um acontecido, ou se buscar a confirmação dos acontecimentos do passado, a literatura não será a melhor fonte a ser usada... Mas, se o historiador estiver interessado em resgatar as sensibilidades de uma época, os valores, razões e sentimentos que moviam as sociabilidades e davam o clima de um momento dado no passado, ou em ver como os homens representavam a si próprios e ao mundo (PESAVENTO, 2003, p. 35).

O uso da Literatura nesta pesquisa nos auxiliou a entender o ambiente sociocultural e político do período de produção da crônica e da hagiografia. As narrativas transfiguram e transpõem para a ficção elementos sociais da realidade que possuem significados para a compreensão da sociedade portuguesa nos séculos XIV e XV. Portanto, a Literatura é um objeto de estudo da História que nos permite distintas aproximações com o real, e que ganhou espaço nas análises políticas com o ressurgimento e revalorização da História Política a partir da crítica oportuna dos *Annales* e do Marxismo.

Através da História Marxista e do Movimento dos *Annales*, ampliou-se o campo de abordagem da historiografia, os grupos sociais e temáticas até então excluídos ganharam importância; é nesse bojo que a História Política é enriquecida pela inclusão de novos conceitos e objetos de pesquisa. No primeiro momento ela foi colocada de lado por fixar suas análises nas ações de “grandes” homens ou do Estado. Porém, "a história política iria pouco a

pouco retomar sua força graças ao empréstimo de métodos, espírito e abordagem teórica das próprias ciências sociais que a haviam empurrado para os bastidores” (LE GOFF, 2007, p. 14). Na História Política Tradicional,

a cidade-estado, os impérios, as monarquias, ou num plano mais abstrato, a República e\ou Estado, foram os centro ou núcleos que polarizaram as narrativas históricas, e nestas, o papel dos políticos e\ou homens de Estado, as teorias filosóficas, jurídicas e teológicas acerca das origens, instituições e fins da Republica. Surgiu e consolidou-se assim, ao longo de muitos séculos, "a história dos historiadores" ou, apenas, a história. Bem mais tarde, esta história foi identificada como um tipo de história: a *história política tradicional* (FALCON, 1997, p. 62, grifo do autor).

O historiador encontrava-se preso a uma visão elitista, centralizada e institucionalizada do poder que definia temas, objetos, métodos e princípios excludentes das múltiplas significações e significados dos homens, das mulheres, das diferentes sociedades e temporalidades. Essa exclusão ocasionou uma reformulação da História Política a partir da década de 70 do século XX.

Segundo René Rémond (1996) existem modas intelectuais ou descobertas que consequentemente desenham e configuram a disciplina histórica a partir de um determinado tempo, e isso possibilita novas perspectivas e metodologias para o desenvolvimento do trabalho do historiador. As "modas" intelectuais apontadas por Rémond que influenciaram a renovação da História Política no século XX foram principalmente o movimento dos *Annales* e do Marxismo. Acerca desses diferentes momentos deste campo da História, Hilário Franco Júnior afirma que:

Por muito tempo a História Política gozou de enorme prestígio, deixando em plano bem inferior os outros tipos de produção historiográfica. Contudo, á medida que se transformava a própria realidade política, questionava-se o valor de estudos voltados apenas para a camada dirigente. Como a história de setores mais amplos da população não poderia ser feita sem o conhecimento das realidades sociais e econômicas do passado, trabalhos nesse sentido é que passaram a atrair a atenção dos melhores estudiosos. Apenas depois de atingido um nível qualitativo alto nesses estudos é que a História Política pôde ser reabilitada (FRANCO JÚNIOR, 2006, p. 49).

A reabilitação da História Política mudou a produção historiográfica que passou a levar em consideração a multiplicidade de atuação de cada ser humano em sua sociedade. Pois, como em outros campos de atuação dos homens e das mulheres, a vida política também está embrenhada por símbolos, metáforas e ritos que por muito tempo foram desconsiderados como elementos configuradores da política, empobrecendo a análise do historiador.

Algumas correntes teórico-metodológicas se opuseram a História Política Tradicional no século XX, dentre elas destaca-se: o Movimento dos Annales, o Marxismo (s), o quantitativismo e o estruturalismo. Essas oposições colaboraram para a abertura de novas perspectivas para o estudo das relações de poder existentes em diferentes sociedades, e temporalidades.

A primeira geração do Movimento dos Annales estigmatizou a história política, ao caracterizá-la como factual, e a segunda geração, que teve como principal expoente o historiador Braudel, reduziu os fatos políticos ao "tempo curto". Já o Marxismo no século XIX, foi decisivo para a oposição a História Política no século XX, ao caracterizá-la como excludente e elitista. A História positivista foi condenada por centralizar os seus relatos nos grandes feitos políticos. Esse movimento historiográfico buscava escrever uma história linear, "oficial", factual e narrativa.

As características citadas acima faziam a História ter os três seguintes ídolos: discurso histórico-narrativo cronológico e linear; o processo histórico desvinculado da totalidade contextual ao qual ele pertencia; e a centralização das análises em ações de determinados e poucos agentes históricos que seriam responsáveis por conduzir a história sozinhos (individualismo).

O avanço da História propiciado pela História Econômica e Social fez-se em detrimento e declínio do ramo político, contudo Peter Burke (1997) no livro *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*, afirma que no final da década de 70 do século XX, houveram ao mesmo tempo reações contrárias a história quantitativa e determinista (sobretudo o "economicismo" Marxista) e aos Annales (especialmente Braudel). Isso acarretou principalmente três consequências positivas: uma mudança antropológica; um retorno à política; e o ressurgimento da narrativa.

Burke (1997) denota que uma crítica recorrente e errônea aos *Annales* é a indiferença em relação a política. Essa apreciação não seria condizente com a prática, pois mesmo sendo uma área da História negligenciada pelos historiadores franceses como Febvre e Braudel, houveram significativos trabalhos desenvolvidos pelos medievalistas que participaram do movimento, como Le Goff e Duby.

A História Política segundo Rémond (1996) arcou com os custos da renovação da disciplina que ocorreram no século XX, sendo rotulada como obsoleta, arcaica, antiquada, individualista, factual, elitista e idealista. Essas características a tornaram inimiga daqueles que desejavam uma mudança de perspectiva na epistemologia e metodologia da História. Assim, o sumiço e a ressurgimento da História Política, é o resultado de mudança no processo

da própria pesquisa histórica e do ambiente ideológico. Sobre as críticas ao campo da política Falcon (1997) alega que:

Entre os historiadores, existe, sem dúvida, um relativo consenso quando se trata de criticar o empirismo positivista e a forma narrativa tradicional do discurso histórico político. Na tentativa de se redefinir o político, sua realidade e especificidade, entraram em jogo a noção de social e o conceito de representação. (FALCON, 1997, p. 77)

As pertinentes críticas as abordagens tradicionais ocasionaram o declínio e a condenação de estudos no campo político na História durante alguns anos. Porém, essas críticas permitiram o ressurgimento da Nova História Política que apropriou-se de conceitos utilizados em outros campos da História. Isso gerou mudanças nas perspectivas de análise das relações de poder que passaram a levar em consideração as representações, os elementos simbólicos e ritualísticos.

Segundo Chartier (1990) as representações são categorizações e divisões que organizam o mundo social, e por serem variáveis, são estabelecidas e elaboradas de acordo com as disposições dos segmentos sociais a qual pertencem. Por meio dos discursos, as representações almejam à universalidade, porém são determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam com o objetivo de legitimar o poder e a dominação destes.

As representações não são imparciais, pois através delas são produzidas estratégias e práticas que procuram impor uma autoridade legítima, sendo utilizadas para conferir ao outro ou a si mesmo, uma compreensão de mundo social que corrobora com a imposição, a dominação e a manutenção do *status quo*.

Assim, nesta pesquisa utilizou-se como referencial para analisar as relações de poder exercidas pela monarquia nos séculos XIV e XV em Portugal, o conceito de representação de Chartier (1990). Pois, a produção da crônica usada neste trabalho é um instrumento para legitimar e perpassar a compreensão do mundo social a partir da dinastia avisina.

Dentre os mecanismos de dominação, destacamos as representações realizadas pelos homens para e sobre o feminino através de elementos simbólicos, que na cronística histórica delimitam como deveria ou não ser o comportamento de um rei e uma rainha.

Ainda em Chartier (1990) vemos que a representação é o produto resultante de uma prática. A Literatura é enquadrada como representação do real, pois é o produto de uma prática simbólica que se transformou em outras representações através da emolduração da realidade.

Seja qual for o discurso ou o meio em que ele é propagado, o que temos é a representação do fato que é perpassado pela origem e lugar social de quem o representa. Portanto os textos literários são referências sobre uma determinada sociedade e temporalidade. Destaca-se que as representações foram estudadas neste trabalho através da Análise do Discurso, sobre a trajetória do uso desta área de conhecimento Andréa Silva (2002) aponta que:

Os estudos de Semântica, Semiótica e Teoria Literária influenciam, desde a década de 50, a reflexão histórica. As principais contribuições advindas destas áreas do conhecimento alertam para a falta de correspondência direta entre texto, autoria e contexto; destacam que os textos possuem leis próprias de estruturação e construção; sublinham que não existem sentidos naturais ou verdades atemporais e universais. A partir destas contestações, tornou-se evidente que o trabalho do historiador, ao reconstruir o passado, é uma tarefa muito mais complexa do que ler e interpretar os documentos. Fazia-se necessário analisá-los, considerando as particularidades formais dos textos e os processos de produção de sentido. Os historiadores, então, passaram a incorporar conceitos e técnicas, denominadas genericamente como Análise do Discurso, aos seus trabalhos. Contudo, as categorias e as formas de analisar os discursos são múltiplas, variando de teórico para teórico (SILVA, 2002, p. 194).

A Análise do Discurso⁵ possibilitou uma maior inserção dos textos literários nos estudos historiográficos. Essa área do conhecimento permitiu ao historiador a partir de 1950, desenvolver procedimentos, metodologias, e incorporar conceitos que contribuíram para uma melhor compreensão e análise das particularidades de cada sociedade e temporalidade em diversos campos: político, econômico, social e cultural. As diferentes perspectivas sobre os discursos nos fez perceber novos objetos ou revisar objetos de estudos já analisados pela historiografia.

Flamarion e Vainfas (1997) ao discorrerem sobre a Análise do Discurso pontuam a importância dessa metodologia para os estudos do pensamento político através dos enunciados. Esses historiadores norteiam como deve ser a prática historiográfica que utiliza como método a Análise do discurso, ao pontuarem que o historiador precisa correlacionar em seu trabalho as relações de oposições; as relações de associações (contextuais); e as relações de identidade.

Essas três relações possibilitariam ao historiador compreender a organização do discurso, as ideias, os acontecimentos, as confluências, o contexto, a apropriação e o tipo de

⁵ Segundo Silva (2002) a Análise do Discurso é um campo da linguística e da comunicação que embasa-se em analisar a estrutura de um texto e compreender as construções ideológicas que os elaboraram, pois o discurso é uma construção linguística atrelada ao contexto social no qual o texto é desenvolvido. As ideologias presentes em um discurso são diretamente determinadas pelo contexto político-social em que vive o seu autor.

documento. Assim, a Análise do Discurso mostrou-se uma metodologia eficaz para aqueles que possuem como objeto de pesquisa os textos literários.

Na *Crónica de D. João I*, a relação de posição foi identificada a partir da bipolaridade política que ocorreu durante o movimento de Avis, que dividiu o reino português em dois grupos políticos distintos; para a relação de associação utilizamos a hagiografia *Milagres Medievais, numa colectânea mariana alcobacense*, que nos possibilitou compreender o contexto de produção da crônica, e as influências da doutrina cristã na legitimação do poder secular, e dos lugares sociais apropriados para o corpo feminino e o corpo masculino; e a relação de identidade foi compreendida com a utilização do conceito de representação de Chartier.

Correlacionar as três relações nos possibilitou compreender quais os elementos simbólicos foram inseridos por Fernão Lopes para fortalecer o poder monárquico avisino, e fomentar uma identidade coletiva portuguesa perpassada pelas distinções entre o masculino e o feminino.

Quanto a instrumentalização da metodologia, Silva (2002) define cinco técnicas utilizadas para realizar a Análise do Discurso: análise da narrativa; análise retórica; análise sincrônica e diacrônica; análise semântica; e análise lexicográfica. Esses procedimentos devem ser escolhidas e utilizadas de acordo com o texto. Ao ponderarmos acerca dos cinco métodos decidimos empregar nesta pesquisa a análise da narrativa que é definida por Andréa Silva (2002) da seguinte maneira:

Esta técnica é indicada para textos narrativos e/ou descritivos. Nela, busca-se identificar e analisar os diversos elementos que configuram a narrativa e que a tornam um todo de sentido, tais como o gênero literário (épico, drama, lírico) e a forma literária (romance, novela, conto, crônica) em que foi composta, o enredo, as personagens e sua caracterização, a presença ou ausência de um narrador e a sua forma de inserção a narração, se há indicações temporais e/ou espaciais etc (SILVA, 2002, p. 200).

Através da técnica de análise da narrativa ponderamos sobre poder e gênero em Portugal nos séculos XIV e XV, pois a crônica e a hagiografia nos possibilitou identificar as continuidades, as descontinuidades, os significados, as significações e ressignificações. Os discursos nas narrativas ganham e produzem sentido a partir do seu contexto de produção, recepção, circulação e transmissão do enunciado.

Para a Análise do Discurso, não existe sujeito sem discurso, e este se constrói na/e pela linguagem. Presente no processo identitário que se constitui num jogo polifônico⁶ no qual múltiplas vozes e dizeres questionam, afirmam e/ou fragmentam as identidades, que são contínuas e descontínuas, e resultado das disputas e tensões sociais.

Segundo Bakhtin⁷ (2009) neste jogo polifônico o sujeito social não se constitui apenas de seus dizeres. Não há um sentido original, mas sim sentidos históricos que estão presentes na sociedade e na temporalidade, sendo atravessados por outras vozes que os compõem⁸. O sujeito social constrói sua identidade através de continuidades e descontínuidades, que são assinaladas por rupturas, fragmentações e deslocamentos.

Assim, o sujeito social é moldado e fragmentado por uma pluralidade de centros de poder e demandas políticas, culturais e sociais (polifonia), constituídas por diferentes formações discursivas e distintas vozes que atribuem significado ao ser social através de experiências coletivas e individuais.

Para compreendermos as representações constitutivas dos padrões estabelecidos para o feminino e o masculino em Portugal nos séculos XIV e XV, através do discurso escrito por Fernão Lopes, utilizaremos a categoria de gênero. O autor da narrativa utiliza a doutrina cristã vigente para estabelecer os papéis próprios das mulheres e dos homens, delimitando o espaço de atuação e circulação de ambos através da representação dos reis e das rainhas.

A consideração das múltiplas possibilidades das experiências e construções de identidade tanto para os homens como para as mulheres, permite que os estudos pautados na categoria de gênero rejeitem o caráter fixo e imutável dos papéis sociais de acordo com o sexo.

É necessário superar a permanente oposição binária, que são reforçadas pelo censo comum, e que colaboram para a desigualdade social, política e econômica entre os machos e as fêmeas pertencentes a espécie humana. O gênero é uma categoria relacional que

⁶ Na linguística, polifonia é segundo Mikhail Bakhtin (2009) a presença de outros textos dentro de um texto, ocasionada pela inserção do autor num contexto que já inclui previamente textos anteriores que lhe inspiram e\ou influenciam através de signos presentes nos produtos ideológicos. Na perspectiva bakhtiniana cada signo ideológico não é apenas um reflexo da realidade, mas sim um fragmento material dessa realidade, assim todo símbolo ideológico teria uma encarnação material.

⁷ Sabendo-se que, em seus escritos, Bakhtin deixa clara sua concepção dialógica de língua, conseqüentemente, também o será a de sujeito: ambos (língua e sujeito) são povoados por discursos alheios e por relações dialógicas (confronto, aceitação, recusa, negação...) entre esses discursos. Nessas relações, são reproduzidas as dinâmicas sociais e as lutas ideológicas presentes em uma dada comunidade de classes (CAVALCANTE FILHO, 2011, p.4).

⁸ Não a dúvida de que cada ser humano é criado por outros que existiam antes dele; sem dúvida, ele cresce e vive como parte de uma associação de pessoas, de um todo social - seja este qual for. Mas isso não significa nem que o indivíduo seja menos importante do que a sociedade, nem que ele seja um "meio" e a sociedade o "fim" (ELIAS, 1994, p. 19).

preocupa-se em desconstruir e desnaturalizar as diferenças entre homens e mulheres que pertencem a uma mesma sociedade. Pois,

o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos (SCOTT, 1989, p. 21).

As diferenças percebidas entre os sexos são culturalmente construídas, transmitidas e mutáveis, por isso, ela se constitui como um dos elementos presentes nas mudanças da organização das relações sociais e de poder. Scott (1989) assinala que o gênero como categoria de análise possui quatro elementos correlacionados: a) as normas e as doutrinas impostas pelas instituições, que interpretam os símbolos de acordo com o crivo de cada uma, e definem uma relação binária entre homens e mulheres, desconsiderando os conflitos; b) os símbolos culturais das representações múltiplas e contraditórias (Eva e Maria); c) os aspectos políticos das instituições e organizações sociais, pois as discussões devem levar em consideração não somente o parentesco, mas a economia e a organização política; d) e a identidade subjetiva que estabelece formas distintas de acesso ao poder, aos recursos materiais e simbólicos. Assim,

os processos de significação da diferença sexual implicam portanto, em relações de dominação, que estão presentes e são legitimadas no âmbito das instituições, nas normas, nas práticas, na adoção de papéis sociais, na construção das identidades subjetivas e coletivas, pelos símbolos e pelas representações. Assim, o gênero está em todos os aspectos da experiência humana, constituindo-os, ainda que parcialmente (SILVA, 2009, pág. 100).

O gênero como categoria de análise não adota definições fechadas sobre o que é ser homem ou mulher, ou o que caracteriza o masculino e o feminino, mas sim como estes elementos são discursivamente produzidos em meios sociais específicos, gerando e ganhando significados.

Pois, são de acordo com a demanda social alterados, ressignificados, eliminados, negados ou reafirmados. O gênero e o sexo não são verdades infalíveis e neutras, mas sim saberes que ganham sentidos dentro do contexto da luta por poderes de acordo com cada sociedade e temporalidade.

O estudo das relações de gênero no período medieval português através de textos literários foi importante para entendermos as permanências de elementos simbólicos, que

foram utilizados para caracterizar homens e mulheres como bons ou ruins segundo a ótica cristã. Esses escritos nos permitem ter acesso aos diversos modelos sociais construídos culturalmente, já que na perspectiva teórica de Joan Scott (1989) e Andréia Silva (2009) gênero não é sinônimo de sexo. Mas sim de representações e de práticas pelas quais os grupos elaboram, caracterizam e legitimam o lugar social masculino e o feminino dialogicamente através de símbolos. Portanto,

o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais”- a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres (SCOTT, 1989, p.7).

Os textos literários durante a Idade Média em Portugal, eram utilizados como veículos para as concepções religiosas, os modelos de comportamento, os padrões morais e os valores. Os discursos vigentes no medievo justificavam e legitimavam a desigualdade de gênero através das distinções biológicas entre homens e mulheres.

As duas narrativas utilizadas nesta pesquisa, assim como as demais produzidas no período medieval, possuem personagens que são modelos exemplares de comportamento para homens e mulheres através de representações idealizadas. Essas idealizações demonstraram as relações de poder pautadas a partir do significado que a sociedade portuguesa medieval dava para o corpo masculino e o corpo feminino.

A tensões sociais em Portugal entre 1383 a 1438, fizeram com que diversos grupos sociais estivessem em constantes competições pelo poder no cenário político, esses conflitos levaram a dinastia avizina a utilizar instrumentos simbólicos para legitimar e impor o poder monárquico perante os seus opositores.

Para analisar as relações de poder⁹ e gênero existentes em Portugal entre 1383-1438, utilizou-se nesta pesquisa a definição de poder simbólico de Bourdieu (1989). A “inclita geração” operacionalizou as narrativas literárias para legitimar o poder régio através da representação simbólica de D. João I e D. Filipa de Lencastre, como o casal real perfeito, e

⁹ “Poder” não seria apenas aquele que, na ótica dos historiadores e pensadores políticos do século XIX, emanava sempre do Estado ou das grandes instituições – ou que a estes podiam se confrontar através de revoluções capazes de destronar um rei e impor uma nova ordem igualmente centralizada - e nem seria apenas aquele poder que de resto mostrava-se exercido fundamentalmente pelos personagens que ocupavam lugar de destaque nos quadros governamentais, institucionais e militares das várias nações-estados (cfe. BURKE, 2002, p. 108-113; MORGENTHAU, 2004, p.18 e STOPPINO, 2008, p. 933). “Poder” – de acordo com uma nova ótica que foi se impondo gradualmente – é aquilo que exercemos também na nossa vida cotidiana, uns sobre os outros, como membros de uma família, de uma vizinhança ou de uma comunidade falante. “Poder” é o que exercemos através de palavras ou das imagens, através dos modos de comportamento, dos preconceitos. (BARROS, 2012, p. 31).

associados respectivamente a Cristo (messias) e a Virgem Maria. O matrimônio entre o Mestre de Avis, e a sua nobre esposa originou a família dinástica avisina que segundo o discurso de Fernão Lopes, levaria o reino português a um "novo tempo" de paz e prosperidade por serem escolhidos por Deus (Sétima Idade).

Na construção da crónica histórica, o autor para embasar seu discurso dos "novos tempos" utilizou analogias e representações de personagens, os construindo como contrapontos. Como exemplo cita-se: o conde de Andeiro, o rei de Castela e D. Leonor Teles, representados como antagonistas a dinastia avisina em distintos momentos durante o desenrolar da narrativa.

Para Bourdieu (1989) o poder simbólico é aquele que constrói a realidade, pois ele possui meios para afirmar o significado imediato do mundo, instituindo classificações, hierarquias, valores, padrões e conceitos que se apresentam aos sujeitos como espontâneos e naturais. Os atores sociais se lançam em um cenário de competição contínua que visa à aquisição e o controle de diversas espécies de poder, assim para Bourdieu (1989):

Os sistemas simbólicos são instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam contribuindo assim para a submissão inconsciente dos dominados (BOURDIEU, 1989, p.11).

A *Crónica de D. João I*, é um produto cultural oficial do poder régio¹⁰ utilizado para forjar uma memória coletiva portuguesa, e padrões sócio-culturais do feminino e do masculino através do sistema simbólico forjado pelos membros da dinastia avisina. A aplicação do conceito de poder simbólico de Bourdieu (1989) nesta pesquisa tem como objetivo principal compreender as imposições simbólicas do grupo avisino, a partir da crónica histórica de Fernão Lopes. Esta análise nos permitiu entender a realidade prática por detrás das construções arbitrárias que conservaram a ordem estabelecida, sob a égide dos “novos tempos”.

A memória coletiva em Portugal tecida na *Crónica de D. João I*, foi embasada em elementos identitários que permitiram dissipar, nem que seja por um instante, as divergências entre os diversos grupos sociais. Além disso, no relato o laço de fidelidade deixa de ser

¹⁰ E aquilo que chamamos de "poder" não passa, na verdade, de uma expressão um tanto rígida e indiferenciada para designar a extensão especial da margem individual de ação associada a certas posições sociais, expressão designativa de uma oportunidade social particularmente ampla de influenciar a autorregulação e o destino de outras pessoas (ELIAS, 1994, p. 51).

individual, e passa a ser coletivo, pois o que os unia era o ligação com a terra de origem.

O estudo da memória coletiva, através da *Crónica de D. João I* e dos *Milagres Medievais, numa colectânea mariana alcobacense* nos auxiliou a analisar os modos de pensar e de agir que conjecturavam elementos que fundamentaram a identidade coletiva portuguesa. Os textos carregam consigo elementos de afetividade, como o sentimento de pertencimento.

A memória coletiva propagada na *Crónica de D. João I* está de acordo com os modelos cristãos difundidos através da hagiografia *Milagres Medievais, numa colectânea mariana alcobacense*. Assim, o novo grupo político no poder buscou elementos culturais populares do povo português, como a representação da Virgem Maria, para fundamentar uma memória que forjava um sentimento de coletividade e unidade entre todos do reino.

A partir das abordagens das ciências sociais sobre a memória, definimos que a memória coletiva é composta pelas lembranças, pensamentos e ideais comuns ao indivíduo do grupo, ou seja, ela pertence a comunidade/grupo no qual o ser social está inserido.

Os textos possuem a função essencial de lembrar de forma coletiva os indivíduos a qual grupo eles pertencem. Le Goff (1990, p. 368), aponta que “a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder”. Esse jogo político em Portugal fundamentou os alicerces para fortalecer e centralizar o poder do Estado monárquico português, em detrimento da nobreza tradicional local.

De acordo com os objetivos da pesquisa, os referências teóricos e os metodológicos expostos nesta introdução, dividimos a dissertação nos três seguintes capítulos: Capítulo 1- A Literatura em Portugal: o Ambiente de Produção da *Crônica de D. João I* e da Hagiografia Milagres Medievais, Numa Colectânea Mariana Alcobacense. Neste abordamos os aspectos que possibilitaram a valorização da escrita e dos textos literários em Portugal, a partir do processo de centralização do poder monárquico.

Capítulo 2 - As Relações Sócio-Políticas em Portugal entre 1383 a 1438: as Continuidades e Descontinuidades nos Primeiros Anos do Poder Régio Avisino. Abordou-se neste capítulo os aspectos positivos e negativos da governança de D. Fernando, D. Leonor, D. João I e D. Duarte com o objetivo de compreender os aspectos sócio-políticos que possibilitaram o Movimento de Avis, e suas consequências.

Capítulo 3- As Representações das Mulheres e dos Homens Pertencentes a Aristocracia: A idealização de Fernão Lopes na *Crónica de D. João I*. Neste realizamos uma análise a partir principalmente da crônica sobre os padrões de gênero estabelecidos e impostos para o corpo masculino e o corpo feminino nos séculos XIV e XV em Portugal. Para entendermos a imposição de papéis de acordo com o sexo realizamos um comparativo entre os

modelos e contramodelos de reis e rainhas.

Enfim, a Nova História Política, ao ampliar o campo de abordagem, utilizando conceitos de outros campos historiográficos, nos permitiu uma análise das relações de poder e gênero em Portugal entre os anos de 1383-1438, através de textos literários. Ao construir esta dissertação percebemos a importância da Literatura para a História, assim como constatamos que o historiador não deve ter medo de apropriar-se de conceitos com o objetivo de enriquecer a sua análise.

CAPÍTULO 1 - A LITERATURA EM PORTUGAL: O AMBIENTE DE PRODUÇÃO DA CRÔNICA DE D. JOÃO I E DA HAGIOGRAFIA MILAGRES MEDIEVAIS, NUMA COLECTÂNEA MARIANA ALCOBACENSE

O presente capítulo tem como objetivo compreender a gradativa relevância que os textos literários adquiriram em Portugal, a partir do estabelecimento do poder régio (centralização monárquica), e o ambiente literário em que foram elaboradas a *Crónica de D. João I* e a *Hagiografia Milagres Medievais, numa colectânea mariana alcobacense*. Essas duas narrativas são distintas em suas estruturas e formulações, mas possuem vinculações de padrões sócio culturais que nos permitiu refletir sobre as relações de gênero e poder em Portugal nos séculos XIV e XV.

Será também realizada uma análise das particularidades dessas narrativas, e dos aspectos formais da literatura hagiográfica e da literatura cronística histórica em Portugal no século XV. Pois, buscamos entender como tais obras dialogaram com a sociedade portuguesa através de discursos que tinham como objetivo produzir sujeitos e uma memória coletiva.

1.1 O Ambiente Literário: A Gradual Importância que as Narrativas Ganham na Corte Portuguesa

Nesta pesquisa utilizamos como documentação dois textos literários distintos, a *Crónica de D. João I* e a *hagiografia Milagres Medievais, numa colectânea mariana alcobacense*, ambos circulavam em Portugal no século XV. O que nos viabilizou perceber, analisar e refletir sobre aspectos culturais, políticos e sociais do medievo português no período em que ocorreu o Movimento de Avis e por consequência a mudança dinástica.

Tornou-se imprescindível neste trabalho estabelecer a relação entre História e Literatura, já que existem poucas documentações sobre o Movimento de Avis e suas consequências. Para que possamos compreender sobre o medievo português nos séculos XIV e XV, utilizamos narrativas literárias, que nos propiciou refletir sobre as diferentes experiências da humanidade em espaços e tempos distintos, já que a Literatura é uma fonte privilegiada para o historiador.

Os diferentes discursos presentes nas narrativas nos possibilitaram analisar as relações de poder e gênero no medievo português, para isso também se faz necessário ponderar sobre a importância paulatina que os textos literários ganharam a partir da centralização do poder régio em Portugal no século XII.

As medidas para centralizar o poder régio em Portugal começaram durante o processo de Reconquista, com Afonso I (1139-1185), o primeiro rei português, que estabeleceu no poder a dinastia de Borgonha. Com o passar dos anos, e as sucessões régias, a corte portuguesa gradativamente foi dando importância em constituir um ambiente literário.

A partir do reinado de D. Afonso III (1248-1279) houve uma intensificação das tentativas de efetivar uma corte intelectual em Portugal, porém é somente após a ascensão do Mestre de Avis, em 1385, que a corte se estabeleceu como um ambiente literário profícuo e exuberante. Sobre esse processo, Accorsi Júnior diz que:

Este empenho em criar cortes sofisticadas, prestou-se ao estreitamento de relações com o restante europeu, e à afirmação da excelência do projeto régio e de Portugal no contexto ocidental e cristão. Nos serões palacianos criou-se uma vida cultural fomentada pelo próprio rei, que também compunha cantigas e participava, por intermédio dos trovadores da corte, de um *disputatio* lírica na qual a verdadeira nobreza era o talento e a arma o verso. A monarquia procurava erigir o plano do simbólico como arena de luta (ACCORSI JÚNIOR, 1997, p. 35).

Em consonância com os outros territórios pertencentes a Europa Ocidental, os reis portugueses utilizaram a literatura para estabelecer o projeto régio de centralização do poder, e diminuição da influência da nobreza local tradicional. A corte sob o comando de apenas um rei passou a ser um espaço cultural de disputas no plano simbólico.

O rei D. Afonso III (1248-1279), ao estabelecer relações com outras cortes da Europa Cristã, percebeu que umas das formas de colocar em prática o projeto régio de centralizar o poder em Portugal, e dissipar com as contrariedades, principalmente as advindas dos senhores nobres locais, era incentivar a formação de uma corte intelectual.

Durante o período medieval, Portugal compartilhava com o restante da Europa Ocidental elementos culturais, sociais, econômicos e políticos comuns entre essas diferentes sociedades, o que as diferenciava é a adaptação desses componentes, que estavam de acordo com as particularidades de cada território.

Em cada corte circulavam obras literárias comuns as diferentes sociedades que compunham a Europa Cristã. Esses textos eram adaptados as peculiaridades de cada grupo social, como por exemplo a hagiografia *Milagres Medievais, numa colectânea mariana alcobacense*, e também haviam as narrativas pertencentes a um território específico como a *Crónica de D. João I*.

Na Europa Cristã, segundo Hilário Franco Junior (2006) a Literatura na Primeira Idade Média estava restrita a preservar e cristianizar por meio de reproduções de obras antigas. A conservação da literatura clássica era através de cópias em latim. Além dessas

obras, haviam as hagiografias, que é um tipo de literatura que aborda algum aspecto da vida do (a) santo (a), muito difundida durante a Idade Média, sendo a fusão da cultura erudita com a cultura vulgar. Nesse período, essas narrativas uniam elementos da literatura biográfica romana, dos relatos bibliográficos e das tradições cristãs.

A preocupação em preservar as obras clássicas continuou durante a Alta Idade Média, muitos mosteiros tinham copistas com o intuito de formar bibliotecas. O Renascimento Carolíngio¹¹, comandado por Carlos Magno, com o intuito de preservar a sabedoria, conservou obras literárias clássicas como a de César, Tito Lívio e Virgílio. Esses também colaboraram para o fortalecimento da cultura clerical, já que o movimento carolíngio foi restrito a poucas pessoas, tendo sua concentração nas escolas monásticas.

Na Idade Média Central as canções de gesta¹² e as narrativas épicas em verso ganharam espaço, assim como textos literários produzidos pela cultura intermediária¹³, isto é, laica e eclesiástica, como exemplo se tem a lírica trovadoresca¹⁴ e a hagiografia. A diferença primordial entre a literatura eclesiástica e a vulgar, era o idioma, na primeira era utilizado o latim e na segunda o vernáculo vulgar.

A literatura vulgar¹⁵ era composta por elementos folclóricos que circulavam no medievo, por isso, durante a Idade Média, a Igreja Católica buscou sistematizar esses textos de acordo com seus ideais eclesiásticos, na tentativa de homogeneizar e retirar as contradições existentes entre os sujeitos e os grupos sociais. Porém, esses ideais eram ressignificados e compreendidos de formas diferenciadas pelos homens e mulheres do medievo. Essa preocupação em adaptar a literatura vulgar demonstra a importância de textos literários para que a Igreja Católica conseguisse dominar a cultura em circulação.

O embricamento entre a cultura clerical e vulgar, exemplifica as mudanças que estavam ocorrendo na cultura medieval nesse período, em que a economia teve um crescimento graças ao aumento populacional que ocasionou a expansão territorial, o

¹¹ O Império Carolíngio ocupou parte da região central da Europa. Com a desagregação do Império Romano e a organização da sociedade feudal, inúmeros reinos se formaram, dentre esses o reino Franco, estabelecido na Gália (atual França), fundada por Pepino, o Breve, em 768, a dinastia carolíngia foi entregue a Carlos Magno.

¹² Narrativas épicas em verso, como exemplo *A Canção de Rolando*.

¹³ Hilário Franco Junior, define que a cultura intermediária é o “nível comum a clérigo e leigos, por reunir elementos provenientes tanto da cultura erudita quanto da cultura vulgar” (2006, p. 182).

¹⁴ Narrativas que geralmente abordavam o amor impossível. A impossibilidade de concretizar fisicamente o amor seria uma penitência para aqueles que se desejavam. Eram poesias com aspectos sensuais o que se opunha aos ideais da Igreja. Surgiu no século XII, mas ganhou notoriedade no século seguinte.

¹⁵ Na literatura latina, ao lado de uma produção nitidamente clerical (crônicas, poesia de cunho clássico), havia uma de espírito popular (hagiografia) e outra erudita mas antieclesiástica (goliárdica). Na literatura vernácula, havia gêneros com forte coloração clerical (canção de gesta, ciclo do Graal) e outros acentuadamente laicos (lais fabliaux). Em termos culturais, portanto, e não apenas linguístico, boa parte da literatura da Idade Média Central estava na zona da cultura intermediária (FRANCO JUNIOR, 2006, p. 113).

crescimento da produção agrícola e o aumento da mão-de-obra, a literatura acompanhou esse movimento.

Durante o século XIII, houve o progresso urbano em que as cidades se multiplicaram, e com isso a Literatura urbana floresceu, “esse sucesso e esse prestígio das cidades alimentaram uma literatura que teve também, nos limites da circulação dos manuscritos, um grande sucesso. Foram as crônicas urbanas, os louvores das cidades” (LE GOFF, 2007, p. 147). Porém, a crônica perde espaço para os textos com temáticas macabras, pois “o frágil equilíbrio entre a cultura clerical e a cultura vulgar rompeu-se com a crise do século XIV” (FRANCO JÚNIOR, 2006, p. 121). Segundo Franco Junior, a literatura perdeu seu vigor no século XIV, com isso as crônicas históricas, com exceção das escritas por Fernão Lopes e Filipe de Commynes¹⁶, seriam textos artificiais que recorriam a estereótipos.

Nesse mesmo século, houve também o desenvolvimento das enciclopédias¹⁷, que tinham como objetivo reunir todo o conhecimento da época. Com o florescimento das cidades, e abertura das universidades, a enciclopédia torna-se um texto de suma importância para os intelectuais da época.

Saraiva (1998) aponta que Afonso X, rei de Leão e Castela entre 1252 a 1284, regia a corte literária mais brilhante da Europa, que tinha uma atividade intelectual intensa, composta de poetas, músicos, astrólogos, cronistas e tradutores árabes e judeus. Uma das obras mais valiosas é o volume das *Cantigas de Santa Maria*.

Enquanto na corte portuguesa comandada por D. Afonso III (1248-1279), houve a produção apenas de alguns textos, dentre eles destaca-se o *Regimento da Casa Real*, que tem uma estrutura que demonstra a pobreza intelectual. Porém, mesmo diante da falta de uma corte intelectual opulenta como a de Afonso X, o rei tentava criar um ambiente cultural semelhante. Além do texto citado, nesse período foram escritas outras obras relevantes como: *Cancioneiro da Ajuda e Flores do Direito*.

O sucessor de Afonso III no comando do reino português foi D. Dinis (1279-1325), apelidado como “o poeta”, pela sua afinidade com os textos literários, principalmente a

¹⁶ Nasceu em 1447, e faleceu em 1511. Foi escritor e diplomata nos tribunais da Borgonha e da França. Suas crônicas geralmente analisaram o cenário político.

¹⁷ “Há um outro tipo de livro que conheceu um grande sucesso no século XII e, sobretudo, no século XIII, e fez também evoluir o saber em direção dos conhecimentos profanos e da cultura leiga. Foram as enciclopédias. Esse crescimento correspondia ao apelo de novas categorias de leitores e ao aumento dos conhecimentos que foi uma das características do renascimento do século XII. Essas enciclopédias ofereciam todos os conhecimentos relativos à natureza e à sociedade. Ao lado da teologia, as enciclopédias recolheram, cada vez mais, os conhecimentos laicizados que constituíam a filosofia. Ao lado do sobrenatural e da metafísica, as enciclopédias forneceram um conjunto de conhecimentos sobre a natureza e a física em sentido amplo” (LE GOFF, 2003, p. 183).

poesia. O rei tornou-se um colaborador dos cancioneiros, que expressavam o ideal trovadoresco em prosa narrativa escrita, e financiador dos intelectuais. As obras de maior destaque nesse período são: a *Crónica da Espanha de 1344*¹⁸ (atribuída a autoria ao filho bastardo de D. Dinis, chamado D. Pedro, conde de Barcelos), o *Livro das Trovas de El-Rei D. Dinis*, o *Livro de Tristão*, o *Merlin* e *O Livro de Galaaz*, este último era uma literatura que circulava na Europa Cristã. Porém,

a estória do rei Artur foi conhecida em Portugal na sua versão em prosa atribuída a Roberto de Boron, que consta, como já foi dito, de três partes: 1) Estória de José de Arimateia; 2) Estória de Merlin; 3) Demanda do Santo Graal. Tudo no leva a crer que o ciclo completo foi conhecido em França pelos acompanhantes do infante D. Afonso (filho de D. Afonso III) e que um português o traduziu em primeira mão para uma língua hispânica (SARAIVA, 1998, p. 61).

A novela de cavalaria *Demanda do Santo Graal* (*O Livro de Galaaz*), nos moldes que a conhecemos foi produzida no século XIII, e traduzida do francês para o português. Destaca-se que quando o texto foi cristianizado, José de Arimateia¹⁹, que é um personagem que não estava presente na primeira fase, ganha notoriedade, assim como o enredo em que estava envolvido, o que demonstra as adaptações da Matéria da Bretanha²⁰ pela Igreja.

Segundo Saravia (1998) devido à popularidade da Matéria da Bretanha, lendas e contos folclóricos célticos, foram reformulados e adaptados aos modelos eclesiásticos. Dentre

¹⁸ Saraiva aponta que possivelmente a autoria dessa crônica seja do filho bastardo de D. Dinis, o conde D. Pedro, que teria tido contato com a *Crónica Geral de España*, de Afonso X. A sua escrita demonstraria um interesse dos portugueses na metade do século XIV, pela história do reino de Castela. A crônica é uma reunião de textos, um deles é sobre as batalhas do conde de Castela Fernão Gonçalves.

¹⁹A Bíblia diz que: **38** Depois disto, *José de Arimatéia* (o que era discípulo de Jesus, mas oculto, por medo dos judeus) rogou a Pilatos que lhe permitisse tirar o corpo de Jesus. E Pilatos lho permitiu. Então foi e tirou o corpo de Jesus. **39** E foi também Nicodemos (aquele que anteriormente se dirigira de noite a Jesus), levando quase cem arráteis de um composto de mirra e aloés. **40** Tomaram, pois, o corpo de Jesus e o envolveram em lençóis com as especiarias, como os judeus costumam fazer, na preparação para o sepulcro. **41** E havia um horto naquele lugar onde fora crucificado, e no horto um sepulcro novo, em que ainda ninguém havia sido posto. **42** Ali, pois (por causa da preparação dos judeus, e por estar perto aquele sepulcro), puseram a Jesus (João 19:38-42, grifo nosso). Segundo o texto bíblico, José de Arimateia era secretamente discípulo de Cristo, e por isso pede a Pilatos para recolher o corpo de Jesus após a sua crucificação e morte. E de acordo também com os Evangelhos canônicos, ele era um homem rico, senador e membro do Sinédrio (colégio dos altos magistrados do povo judeu).

²⁰A matéria da Bretanha envolve-nos num mundo encantado de mar, floresta e nevoeiro, de fadas, filtros mágicos e metamorfoses. É uma atmosfera onírica, que contrasta com o realismo da matéria germânica (Niebelungos, sagas, Chanson de Roland, Cantar de Mio Cid) ou dos poemas homéricos. O amor de Homem e mulher tem na matéria céltica uma importância que nunca tivera em outras literaturas, como o mostra a estória de Tristão e Isolda, que é a mais forte estória de amor de todos os tempos. Os temas célticos - como o do feiticeiro Merlin, que acompanha a infância do rei Artur; a espada cravada na pedra, que será arrancada pelo homem providencial; Lançarote, filho da Dama do Lago, o cavaleiro mais forte do mundo, que amará a mulher mais bela do mundo, a rainha Genebra, mulher do rei Artur, etc. - cruzam-se, por um lado, com os dos trovadores e, por outro, com temas cristãos. Lançarote, tendo sido protagonista de um amor fatal e involuntário, como Tristão, torna-se-á um exemplo do amor trovadoresco, como Amadis. Os temas cristãos contribuem com um personagem que a matéria da Bretanha, na sua primeira fase, não conhecia, José de Arimateia (SARAIVA, 1998, p. 60).

os temas célticos, um dos mais difundidos na Idade Média era o amor entre um homem e uma mulher, como mostra a história de *Tristão e Isolda*.

A inserção de elementos cristãos acabou por modificar a versão inicial. Pois, a adequação eclesiástica no século XIII da Matéria da Bretanha transformou a narrativa em uma série de aventuras cavaleiresca, que tinha como finalidades divulgar os ideais da Igreja Católica para os medievos, e adequar o texto evitando as contradições que poderiam ocasionar a contestação dos dogmas. Assim,

a Demanda do Santo Graal é uma novela de cavalaria anônima do século XIII, composta em um período de prosificação e cristianização da Matéria da Bretanha. Faz parte de um conjunto de romances anônimos conhecidos como Ciclo do Lancelot-Graal. O manuscrito foi traduzido do francês para o português em meados do século XIII, quando essas narrativas foram cristianizadas com o propósito de valorizar os ideais cristãos e incuti-los na sociedade. Alguns personagens e eventos possuem caráter ambíguo, devido ao fundo céltico da narrativa. Nesta narrativa arturiana, o objetivo central é encontrar o Santo Vaso, o Graal que continha o sangue de Cristo recolhido por José de Arimatéia e que representa, também, o cálice do qual Jesus bebeu, na Última Ceia (ZIERER, 2013, p. 44).

A Demanda do Santo Graal é uma narrativa que foi organizada, modelada e reformulada sob o prisma dos ideais cristãos, através de analogias com os textos bíblicos. O objetivo era ensinar os ideais da cavalaria aos medievos, ou seja, propagar a doutrina moral que deveria nortear o comportamento por meio de exemplos positivos e negativos.

O exemplo positivo de cavaleiro seria Galaaz, o predestinado, puro e sem pecados, e que destacou-se dentre todos os cavaleiros arturianos pela sua perfeição. A humildade de Galaaz é um exemplo para aqueles que buscam ser cavaleiros pelos motivos errados: fama e ideais pessoais.

Saraiva (1998) assinala que no século XIV em Portugal, o livro arturiano era bastante popular, essa conclusão é atribuída a dois fatores: a existência da tradução do ciclo do Graal completa, ou seja, as três partes; e a repartição do livro em partes mais leves e portáteis o que facilitaria a leitura.

A estrutura discursiva da *Demanda do Santo Graal* possivelmente influenciou a narrativa produzida por Fernão Lopes. A ideia de um cavaleiro predestinado, humilde e puro, que coloca o bem de todos acima do seu, é representado pelo Mestre de Avis na *Crónica de D. João I*. O primeiro rei avisino, assim como Galaaz é um exemplo positivo de cavaleiro, pois os dois não buscaram em suas jornadas a glória pessoal (fama).

Os Livros de Linhagens também estavam presentes na literatura portuguesa. Eram narrativas que traçavam a genealogia da nobreza, através de lendas que reforçavam a origem

nobre da família, e legitimava os privilégios, as riquezas e o lugar social de destaque que tinham na política. Esses livros tinham como objetivos: traçar a linhagem das casas, identificar as famílias e definir o parentesco entre os nobres, com a finalidade de determinar os direitos patrimoniais, evitar casamentos consanguíneos e a divisão dos bens da família entre aqueles que não pertenciam a ela. Pois

se verificarmos os contextos de publicação dos *Livros de Linhagem*, veremos exatamente que coincidem com períodos em que a monarquia, de alguma forma, negava melhores posições à nobreza, tendo, provavelmente, surgido para atender ao reclamo do grupo. O *Livro Velho* foi publicado por volta de 1279, no início do reinado de D. Dinis, ou seja, período no qual inaugurou-se a fase áurea da literatura nobiliárquica portuguesa. Exatamente quando a nobreza estava sendo fortemente pressionada...Finalmente temos o *Livro de Linhagem do Conde D. Pedro*. A data estimada para a reunião dos materiais e de sua primeira redação compreende o período entre 1325 e 1340, depois completada (ACCORSI JUNIOR, 1997, p. 40).

A gradativa perda de poder da nobreza tradicional no século XIV, os levou a defender seus interesses através da produção literária. Os livros de linhagem²¹ forjavam uma identidade comum entre eles, e estabeleciam a memória de um grupo familiar nobre. Isso tornou-se necessário no processo de centralização do poder régio, em que a monarquia buscava diminuir os poderes locais dos senhores da nobres. Sobre a importância desses livros, Accorsi (1997) inferi que:

A literatura genealógica em Portugal é mais abundante do que no restante europeu, exatamente pelo fato de a nobreza estar ali numa posição relativamente mais frágil e dependente em relação à realeza. Delineando um quadro que nos parece inverso, o caminho seguido pelos reis franceses para a ampliação dos seus poderes, segundo Duby, é o da conquista (ACCORSI JÚNIOR, 1997, p. 41).

Em Portugal, devido aos poderes adquiridos pelos reis a partir do processo de Reconquista, a monarquia conseguiu impor-se aos senhores nobres tradicionais, estes dependiam do aparato régio para manterem suas posições sociais. Os reis portugueses souberam impor-se como instância de poder que aos poucos conseguiu forjar uma identidade coletiva através da memória oficial régia.

²¹Os Livros de Linhagens (que registraram algumas tradições épicas) não são obras propriamente historiográficas nem cronísticas. São listas genealógicas da nobreza a que falta toda a datação cronológica. Mas tem interesse historiográfico porque a primeira obra de historiografia que se escreveu em Portugal, a Crónica Geral de Espanha de 1344, é concebida, quanto ao seu núcleo, como séries genealógica das principais famílias portuguesas. Compreende-se o interesse pela genealogia numa sociedade em que os bens, os cargos, a honra e a posição social eram hereditárias. Há livros de linhagens noutros países da Europa ocidental, mas cabe perguntar se a importância deles em Portugal não revelará uma influência árabe, conhecido como é o interesse dos povos semitas (árabes incluídos) pela genealogia (SARAIVA, 1998, p. 153).

Quanto a literatura eclesiástica, um bom exemplo é a biblioteca de Alcobaça, que durante os séculos XIII, XIV e XV acumulou manuscritos de livros utilizados pelos clérigos para leitura, meditação e cristianização. Dentre esses manuscritos estão a hagiografia *Milagres Medievais, numa colectânea mariana alcobacense*, que foi de suma importância para esta pesquisa para que pudessemos compreender principalmente as relações de gênero e a moral vigente em Portugal no século XV.

A literatura religiosa portuguesa, assim como na Europa Cristã, possuía como característica a utilização de elementos simbólicos que tinha como objetivo principal educar os medievos para serem bons cristãos. Porém, há peculiaridades como no culto a Virgem Maria, que é uma santa guerreira em Portugal. As particularidades da Península Ibérica, é uma consequência também da luta entre credos, que fazem parte da formação cultural portuguesa.

Os textos eclesiásticos eram dirigidos tanto para os clérigos como para os leigos, sendo assim eram obras espirituais que pretendiam influenciar as ações de homens e mulheres no plano terreno. Para a manutenção do domínio cultural, a Igreja Católica também utiliza símbolos populares, sendo que estes eram adaptados de acordo com as diretrizes cristãs, como exemplo se tem as narrativas hagiográficas, delas eram retiradas as contradições divergentes a doutrina moral aceitável pelos eclesiásticos.

Ressalta-se que o domínio da escrita durante a Idade Média era do clérigo. As narrativas eram em sua maioria de cunho religioso ou sobre algum aspecto da vida de um (a) santo (a), porém as mudanças culturais, sociais e políticas que ocorreram a partir do século XIII, ocasionaram novas necessidades nos medievos. Nesse bojo, os textos literários que eram escritos quase exclusivamente pelos clérigos, passaram também a serem produzidos pelos seculares.

O poder régio em Portugal percebendo a importância e a circularidade dos textos literários acabou por incentivar e financiar a produção de narrativas régias, que é o caso das crônicas histórias. Estas antes eram escritas pelos clericais, ou sem uma sistematização que lhes desse coerência quando eram redigidas por leigos. A sistematização e a seleção da memória passou a ser uma preocupação dos soberanos nos últimos anos da Idade Média. Estes buscavam delimitar especificidades que os distinguiam dos demais. Portanto,

os últimos séculos da Idade Média, nomeadamente os séculos XIII, XIV e XV, são marcados na Europa por uma crescente preocupação em fixar por escrito os diversos saberes e eventos, preocupação que, ligada às tentativas de sistematizar a organização dos reinos, contribui significativamente para a ascensão das línguas vulgares como línguas dos mais variados gêneros – de documentos jurídicos e administrativos a textos de caráter filosófico e histórico (FRANÇA, 2007, p. 490).

A partir do século XIII, na Europa Ocidental há uma preocupação em escrever e preservar uma memória sobre os reinos. Esses textos em sua maioria apesar de estarem permeados pelos ideais e modelos cristãos, demonstram a preocupação do poder laico em criar, ordenar, selecionar e utilizar essas memórias.

O processo de organização dos reinos na Europa cristã no século XIV, aumentou a complexidade da administração, o que acarretou a utilização de mecanismos políticos, jurídicos e financeiros que permitiram um melhor e maior controle dos reis sobre seus súditos, do patrimônio do reino e da administração do território.

Assim, a escrita, e por consequência os documentos ganharam notoriedade, sendo valorizados e usados como instrumentos de controle das documentações expedidas, e da memória coletiva oficial que deveria estar de acordo com os projetos régios. Quanto a esse processo verifica-se que:

Em Portugal, o empenho em deixar registrado o passado numa língua acessível tem início no século XIV e culmina no século XV, quando se procura organizar a memória através da escrita e se começa a construir uma perspectiva “portuguesa” sobre o passado (FRANÇA, 2007, p. 490).

No século XV, em Portugal a Torre do Tombo, após a ascensão da dinastia avisina se torna uma instituição responsável por preservar a memória. Esse fato indica que há uma necessidade do Estado português em guardar, organizar e selecionar a memória através da escrita. Porém,

é importante lembrar que desde 1378 já se expediam documentos da Torre do Castelo de Lisboa e, por volta de 1411, o Arquivo já era conhecido como Torre do Tombo. Depois de passar pela guarda do Vedor da Fazenda, João Anes, no tempo de D. Fernando, e dos Contadores da Fazenda, Gonçalo Esteves e Gonçalo Gonçalves, no tempo de D. João I, o Arquivo passa posteriormente para os cuidados daquele que viria a ser o mais célebre cronista medieval português, Fernão Lopes (FRANÇA, 2007, p. 492).

A Torre do Tombo após a coroação de D. João I, é oficialmente reconhecida como o Arquivo oficial do reino. A dinastia de Avis preocupou-se em estabelecer e selecionar a memória coletiva condizente com os seus interesses políticos. Percebe-se esse empenho do poder régio, quando Fernão Lopes é contratado por D. Duarte para escrever a *Crónica de D.*

João I, com o objetivo de construir uma memória coletiva, preocupada com a ordenação do passado, que é uma característica presente na cronística histórica²².

O autor procurou estabelecer e registrar a memória do Movimento de Avis, com o intuito de legitimar o poder régio de D. João I, e de seus sucessores, para isso ele utilizou analogias para demonstrar simbolicamente a predestinação do Mestre de Avis, escolhido por Deus e pelo povo.

A preocupação e a formalização dos documentos expedidos pelo reino português começaram antes da ascensão da dinastia avisina, com o reinado de D. Fernando, porém é a partir de D. João I que há uma valorização da escrita, e por consequência da Torre do Tombo, como Arquivo Nacional estabelecido em Lisboa.

A Torre do Tombo era responsável por expedir e preservar os documentos oficiais do reino português, porém desde 1418 há uma ampliação da sua função inicial, o que podemos entender como um desvio do seu papel, que é a escrita das crônicas históricas do reino em seu âmbito.

A nossa finalidade é analisar a Literatura em Portugal no século XV, contudo não se pode desassociar a Torre do Tombo da compreensão dos textos literários portugueses desse período, principalmente porque temos como um dos objetos de pesquisa a *Crónica de D. João I*, que é produto desse meio social, cultural e político. Por isso,

a atenção até aqui conferida ao Arquivo, bem como à reforma que sofreu, deve-se não só ao fato de que ele e a historiografia gozaram de uma história comum no século XV português, mas também ao fato de que vão passar nesse período por um processo semelhante de institucionalização: o primeiro, porque irá consubstanciar-se como o lugar por excelência de preservação da memória oficial do reino – um verdadeiro depósito de memória – e estabelecer-se definitivamente em lugar fixo, Lisboa – cidade que se torna centro do poder; a história, porque deixará de ser escrita de forma irregular e de depender de iniciativas isoladas, clericais ou senhoriais, passando a fazer parte do projeto régio de retomada e valorização dos feitos dos antepassados tendo em vista a construção de uma memória escrita sob a perspectiva portuguesa e tendo em conta os limites, acontecimentos e particularidades do reino fundado por Afonso Henriques; uma história escrita, enfim, que poderia ser identificada como dos portugueses. Além disso, ambos vão servir para a sistematização da memória e para a preservação de um certo passado que se julgava mais relevante (FRANÇA, 2007, p. 494).

Assim, a Torre do Tombo é responsável pela institucionalização de dois tipos distintos de textos: os arquivos/documentos oficiais do reino e a memória de um passado selecionado pela relevância que tinha para a dinastia avisina escrito no estilo cronístico

²² Ao nos referimos à *Crónica de D. João I*, utilizaremos o termo “crônica histórica”, utilizado por Hilário Franco Júnior (2006), pois apesar do autor Fernão Lopes declarar que está fazendo História, as nossas análises indicam que a crônica é um tipo de narrativa literária que possui suas próprias características estilísticas.

(ambos foram sistematizados no século XV). Outro aspecto importante que deve ser destacado é que a escrita da memória do passado português deixa de ser responsabilidade dos clericais ou senhoriais, e passa a ser um instrumento sistematizado do projeto régio. Sobre esse tipo de narrativa, sabe-se que a

Informação tanto mais relevante quando se tem em conta que a forma cronística foi, no século XV em Portugal, a forma por excelência de escrita da história e manteve um vínculo estreito com o Arquivo, inclusive na coincidência entre os ocupantes dos cargos de cronista-mor do reino e de guarda-mor no decorrer do século XV e início do XVI (FRANÇA, 2007, p. 492).

Não é mera coincidência que os cronistas-mores sejam os guardas-mores (responsáveis por cuidar, selecionar e preservar os arquivos), a seleção desses homens dentre tantos conferia legitimidade aos fatos narrados. As crônicas históricas objetivavam preservar uma memória do reino português, sendo assim a estreita relação entre o Arquivo oficial do reino e os escritores, também permitiam que o rei tivesse um maior controle da memória coletiva.

Com a ascensão da dinastia avisina há uma valorização do Arquivo régio, e de uma memória de um passado glorioso, com o objetivo de acabar com as constantes dúvidas sobre o poder exercido pela dinastia de Avis. Ressalta-se que essa ordenação daquilo que era essencial para recordar, ocasionou a multiplicação de livros de registro, a partir do século XV. Na obra conhecida por *Ordenações de D. Duarte*²³, o rei reafirma a necessidade e a importância de registrar os títulos, as ações administrativas e jurídicas, as leis e os fatos, ao indicar que os tabeliães deveriam fazer as escrituras de suas competências, que devem ser entregues aos envolvidos em até três dias. Essa necessidade de ordenação,

ao lado desses índices da preocupação de pô-los em registro e de pô-los em ordem, manifesta-se igualmente a vontade de reordenar, numa perspectiva portuguesa, os conhecimentos deixados pelos grandes nomes do pensamento grego e latino, pelos Santos Padres e por outros escritores medievais – conhecimentos que deveriam estar acompanhados de acrescentamentos sustentados na experiência daquele que reescrevia. É a esse trabalho que se entregam, entre outros nobres, os príncipes de Avis, D. João I, D. Duarte e o infante D. Pedro (FRANÇA, 2007, p. 494).

Os nobres príncipes pertencentes a dinastia avisina tinham uma preocupação com o registro escrito, percebe-se pelo fato deles se dedicarem a escrever tratados e ensinamentos

²³ É uma coletânea de leis compiladas desde o reinado de D. Afonso II até o reinado de D. Duarte, existe um manuscrito do início do século XV, arquivado na Biblioteca Nacional de Lisboa, que foi publicado em 1988.

sobre diversos aspectos da sociedade portuguesa, com o intuito de nortear e instruir as ações de homens e mulheres²⁴.

D. João I, o primeiro rei avisino, escreveu o *Livro da Montaria*. O soberano teria um apreço e amor ao conhecimento que teria passado para seus sucessores, como D. Duarte que escreveu *Leal Conselheiro*. O amor ao conhecimento de D. João I, seria o resultado da educação que recebeu como Mestre da Ordem de Avis, o que o fez ser um rei culto para sua época. Pelas ações em prol do conhecimento o monarca é visto como aquele que deu início a “inclita geração” como denominou Camões, nos *Lusíadas*.

D. Duarte, em seu *Leal Conselheiro*²⁵, defende as potencialidades educativas do conhecimento sobre o passado para os governantes, que poderiam aprender com a experiência dos seus antecessores. De acordo com o rei os exemplos negativos e positivos poderiam ensinar saberes que auxiliariam em uma melhor governança. Segundo aqueles que enalteciam a dinastia avisina:

O exemplo de D. João serviu de modelo aos filhos. Estes tiveram uma esmerada educação, como se vê pela mostra que de si deixaram: D. Duarte, o livro *Leal Conselheiro*, e D. Pedro, a *Virtuosa Benfeitoria*, eram, além do mais, amigos de livros e estimavam a glória de ser autores literários. D. Duarte é um colecionador de livros. Conhecemos o catálogo da sua livraria, que contém cerca de 80 volumes de vários géneros. É provável que o fossem também os irmãos, se bem que se tenham perdido os catálogos. D. Duarte, no tempo em que era ainda infante, começou um empreendimento literário importante, a *Crónica dos Reis de Portugal*, encomendada a Fernão Lopes, como já vimos. D. Afonso V, seu filho, é o primeiro a ter uma livraria real e uma oficina de manuscritos (SARAIVA, 1998, p. 218).

Assim, como D. João I, seus filhos, escreveram obras didáticas e moralistas para serem lidas principalmente pelos reis e senhores nobres. Esse nível cultural elevado dos infantes de Avis, também deve ser atribuído a D. Filipa de Lencastre, esposa de D. João I. Fernão Lopes, e posteriormente pesquisas sobre essa temática, como as desenvolvidas por

²⁴[...]foram compostos uma série de escritos pela Dinastia de Avis, conhecidos como Prosa Moralística ou Prosa de Avis. Esses relatos procuraram apresentar modelos comportamentais de rei e de nobre ideal, segundo os interesses da nova dinastia. Dentre os textos mais conhecidos estão os confeccionados por D. João e seus filhos, como por exemplo, a *Virtuosa Benfeitoria*, escrita pelo infante D. Pedro, o *Leal Conselheiro*, de D. Duarte e manuais como o *Livro da Enseñança de Bem Cavalgar Toda Sela*, também de D. Duarte, e o *Livro de Montaria*, do rei D. João I" (ZIERER, 2017(a), p. 274).

²⁵ Segundo Pinto: "D. Duarte, que tinha o hábito de escrever e guardar anotações pessoais, terá redigido os seus escritos entre 1420 e 1438 e decidido reorganizá-los nos últimos anos de vida. O rei-filósofo, como também ficou conhecido na história, deixou-nos diferentes obras, com diferentes níveis de participação. As principais, da sua total autoria, são o *Leal Conselheiro* e o inacabado *Livro da Enseñança de Bem Cavalgar Toda a Sela*, dois textos de natureza moral e pedagógica. O *Leal Conselheiro*, obra que melhor representa o pensamento de D. Duarte, trata-se de uma compilação de ensaios, que pretende oferecer aos seus leitores um projecto de vida pessoal, social e nacional, ainda que apresentado de um modo bastante assistemático. Efectivamente, apesar de dispersos, os diferentes textos apresentam uma unidade temática: os leais conselhos do rei no sentido de se associar o saber ao agir, na prática da virtude" (2015, p. 4).

Manuela Santos Silva (2012) ressaltam que a primogênita do primeiro casamento de John Plantageneta com Blanche de Lencastre, teve uma excepcional preparação literária e religiosa, e seus conhecimentos foram por ela repassado aos seus herdeiros. Pois, nas cortes inglesas

as raparigas das classes abastardas também aprendiam a ler: o latim suficiente para poderem seguir as orações pelo livro, e francês e inglês para poderem ler romances ou instruções para trabalhos femininos. O latim começava por ensinado através de livros litúrgicos onde as crianças aprendiam a recitar orações e salmos, mesmo que pouco compreendessem o que balbuciavam...Não se esqueça, porém que se a leitura era considerada, em certos círculos, indispensável, a escrita estava muito menos generalizada, mas em certos estratos sociais parece-nos evidente a sua larga utilização, pois os parentes afastados pelas alianças matrimoniais, pela guerra e por outras vicissitudes nem por isso deixavam com frequência de trocar cartas privadas, além das oficiais. De qualquer modo, a instrução tinha uma natureza predominantemente oral (SILVA, 2014(a), p. 48).

D. Filipa de Lencastre pertencia a um grupo social abastardo em que as mulheres aprendiam o latim, o francês e o inglês. A educação que elas recebiam as permitiam poder ler não somente instruções de como ser uma boa esposa e mãe, para a manutenção do matrimônio, mas também textos literários, dentre outros. E isso possibilitava uma boa instrução, e preparação das nobres para que elas conseguissem um bom casamento, e assim manter o seu estrato social. Como uma mulher instruída a rainha colaborou e influenciou para a formação dos herdeiros avisinios, “ajudando, sem dúvida, a elevar o nível cultural e de conhecimento em matéria religiosa dos cortesãos e dos membros da sua família”, (SILVA, 2014(a), p. 137), que além de autores de tratados, também eram fomentadores da literatura.

Essa herança cultural passada por D. João e D. Filipa de Lencastre, influenciou as ações de seus herdeiros, que intensificaram a valorização da escrita, e por consequência a literatura régia tem um grande destaque, principalmente com a contratação de cronistas para escrever a história do reino português. A busca por sistematizar e preservar a memória é percebida pela ação de D. Duarte, sucessor de D. João I, ao contratar Fernão Lopes para escrever a *Crônica de D. João I*.

Evidencia-se que a crônica histórica de Fernão Lopes, é um dos textos mais importantes sobre o movimento de Avis. Porém, sua circulação é restrita, e isso a diferencia dos textos hagiográficos, que possuem uma circularidade maior no reino português nos séculos XIV e XV, por conta de seus elementos populares, e também pela sua estrutura narrativa, já que são pequenos textos com um vocábulo mais acessível. Contudo, os dois tipos narrativos possuem uma estreita relação, já que a “cronística medieval acolheu, integrou e reelaborou narrativas hagiográficas, constituindo-se um veículo privilegiado de conhecimento sobre os santos” (SOBRAL, 2007, p. 5).

As hagiografias são texto didáticos moralizantes, que tinham como objetivo modelar os homens e as mulheres no medievo português, através de ideais de santidade exaltados como ações perfeitas no plano terreno, o que garantiria a entrada no céu. Os (as) santos (as) colaboraram para definir e propagar parâmetros de virtudes e vícios que serviram para estabelecer padrões sociais durante a Idade Média.

As narrativas hagiográficas não podiam contrariar a doutrina da Igreja Católica. Era difícil controlar a presença de elementos populares, pois mediante a tantos problemas os medievos buscavam de forma contínua e em qualquer lugar os milagres, fato arriscado para a preservação da ordem social, e do *status* clerical. Para a Igreja, o ideal era que apenas ela detivesse com exclusividade a manipulação do sagrado, normatizando e cristianizando as hagiografias a Igreja tentava controlar o sagrado e os meios de se ter acesso ao poder de Deus.

Tanto a crônica histórica de Fernão Lopes, quanto a hagiografia são textos moralizantes, ou seja, são de caráter pedagógico. As duas narrativas buscaram enquadrar e passar os ideais cristãos da Igreja Católica, a diferença é que a *Crônica de D. João I*, é uma narrativa régia composta como uma propaganda apologética da dinastia avisina, produzida no Arquivo Nacional de Portugal no século XV, a Torre do Tombo. Enquanto que a compilação hagiográfica *Milagres Medievais, numa colectânea mariana alcobacense*, é um texto eclesiástico de autoria desconhecida.

A hagiografia é uma reconstrução biográfica de fatos relevantes da vida dos (as) santos (as), que tem como finalidade a preservação de histórias exemplares, assim como as crônicas históricas. Ambas possuem a função de ordenar o passado do grupo social ao qual pertencem, e propagar a moral, os padrões e o comportamentos ideais para o masculino e o feminino.

Portanto, com a ascensão da dinastia avisina no século XIV, a literatura é valorizada, principalmente com o objetivo de produzir, selecionar e preservar uma memória coletiva que legitimasse o que Fernão Lopes intitula de “*verdadeiros portugueses*”²⁶. A de unir os diversos grupos sociais em conflito. O discurso avisino buscou legitimação mediante aqueles que contestavam o poder régio que estava sendo exercido por uma dinastia iniciada a partir dos conflitos sociais e políticos que acarretou o Movimento de Avis.

²⁶ Fernão Lopes nomeia os aliados do Mestre de Avis como os “verdadeiros portugueses”. Texto original retirado da Crônica: “E que porem lhes rrogava que todos de boom coração, come *verdeiros Portugueeses*, tevessem voz por Portugall, e nom curassem de nem huñas cartas que lhe a Rainha nem elRei de Castella em comtrairo desto mandasse”(CDJ I, v. I, cap. XLVI, p. 93, grifo nosso). Tradução: “E que porém lhes rogava que todos de bom coração, como *verdadeiros Portugueses*, tivessem voz por Portugal, e não considerassem nenhuma das cartas que a Rainha e nem o Rei de Castela enviaram, em contrário disto fizessem” (CDJ I, v. I, cap. XLVI, p. 93, grifo nosso).

1.2 Aspectos formais da *Crónica de D. João I*

Para termos uma melhor compreensão sobre a composição dos personagens, a autoria, a recepção, a estrutura textual, e tantos outros aspectos, que colaboraram para que pudéssemos analisar as relações de poder e gênero no medievo português no século XV, com a ascensão da dinastia avisina, iremos apresentar os aspectos formais e discursivos da crônica.

A crônica histórica medieval no século XV, é uma prática discursiva que narra uma determinada perspectiva do passado. Fomentada a partir principalmente de desígnios de uma tradição literária cristã, em que a memória é selecionada, retomada, ressignificada e recriada por seus escritores, que dispõem cronologicamente os fatos, em um enredo que tem a pretensão de ser a verdade a respeito dos eventos.

No relato os elementos ficcionais são incorporados como verdadeiros, com o intuito de preencher lacunas, explicadas pela ação divina. Essas narrativas eram gerais ou particulares, ou seja, poderiam falar de um reino ou indivíduos; e eram utilizadas para legitimar e servir de modelo para a sociedade a qual pertenciam, por meio de exemplos positivos e negativos. Segundo Guimarães:

Aberto o Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa, é possível elencar alguns traços que compõem o gênero na sua modalidade ibérica entre os séculos XIV e XV: perspectivação do passado, Reconquista, traduções, memória de um reino e justificação narrativa, poderíamos acrescentar: sucessão, tradição e verdade. A historiografia medieval portuguesa nasceu do primeiro elemento listado, escudada pela tradução e logo seguiu em direção à memória e à justificação, sobretudo quando se evoca o labor do primeiro cronista régio, Fernão Lopes (1385-1460) (GUIMARÃES, 2012, p. 68).

A literatura régia escrita por Fernão Lopes segue em sua estrutura os traços do gênero cronístico do século XV, em Portugal, apontados por Guimarães (2012), tanto nos aspectos formais, quanto os discursivos. O texto possui as suas peculiaridades que o dimensionaram como referência para a compreensão do movimento de Avis e da ascensão e permanência da dinastia avisina no poder.

A Crônica de *D. João I* foi escrita no século XV por Fernão Lopes (guarda-mor da Torre do Tombo), sendo uma narrativa encomendada pelo infante de Portugal D. Duarte (tornou-se rei entre 1433 a 1438), filho de D. João I (primeiro rei da dinastia avisina, que exerceu o poder como rei de 1385 a 1433). No relato o autor organiza os fatos que possibilitaram a ascensão de D. João I ao trono de Portugal, começando pelo movimento de Avis. Percebe-se um empenho por parte de ambos, do cronista e da família real avisina, de fundamentar e registrar uma memória coletiva de Portugal, em que D. João I apesar de ser

bastado, era o escolhido de Deus, e por isso era reconhecido pela "arraia miúda" como o homem ideal para assumir o trono português. Acerca da composição textual de Fernão Lopes:

A história que este homem nos conta, e que era a que ele tinha para nos contar, era de uma grande dificuldade, como já vimos. Incluía aventuras de personagens e movimento de massas, cenas de interior e de praça, choques de concepções de vida e de direito. O autor tinha de combinar numa narração coerente séries de acontecimentos que os cronistas e memorialistas da mesma época em França só foram capazes de contar cada um a sua. (SARAIVA, 1998, p. 189)

O cronista desenvolveu com excelência a arte de narrar, o que faz dele um representante notável do seu gênero literário para época. Fernão Lopes soube criar e aproveitar as situações e desenvolvê-las com maestria, através principalmente da caracterização e confronto dos personagens. A *Crônica de D. João I*, está repleta de situações dramáticas (clímax), desenvolvidas através de gestos e diálogos escritos de uma forma simples, que conduzem o leitor.

O texto original da *Crônica de D. João I* está perdido, temos acesso a narrativa através da primeira versão completa que é datada de 1644, que se encontra na *Biblioteca Nacional de Portugal* e na Torre do Tombo (códice 352). Sendo uma edição destinada ao rei D. João IV (rei da dinastia de Bragança), depois disso várias reproduções foram realizadas, o que implica deturpações, omissões, acréscimos, erros e transposições do texto.

A narrativa cronística utilizada nesta pesquisa, é uma edição realizada pelos estudiosos Magalhães Basto e M. P. Lopes de Almeida, publicada em 1990, pela Editora Civilização, localizada em Lisboa. A estrutura segue fiel ao códice 352, pois foi publicada com o português original da versão transcrita em 1644, assim como a divisão do texto em dois volumes.

No primeiro volume, há a introdução realizada por Humberto Baquero Moreno, que exalta a importância da *Crônica de D. João I*, e do trabalho de Fernão Lopes pelo caráter de veracidade e o rigor ao tratar dos fatos. Além da introdução, há versão também é composta por: prefácio escrito por Antônio Sérgio, que analisa alguns pontos do discurso produzido por Fernão Lopes, principalmente as datas. Este aponta que o "novo mundo" que teria nascido com a ascensão da dinastia avizina, em que a crise estaria superada, e os portugueses estariam vivendo um progresso contínuo, não condiz com a realidade social e política vivenciada em Portugal no século XV.

Após o prefácio, tem-se a primeira parte da *Crônica de D. João I*, introduzida pelo prólogo, em que o autor expõe os motivos que o levaram a escrever a história de Portugal: a afeição ao local de pertencimento (a terra), enaltecer os feitos de D. João I e o

desejo de escrever a verdade que deve ser mostrada para o povo. Esse último aspecto é o mais importante para Fernão Lopes, que afirma que buscou a verdade, em livros de variadas línguas e lugares, em escrituras públicas de vários cartórios, e em outros lugares para compor sua obra. Em relação a verdade, o cronista diz que:

E sendo achado em alguns livros o contrário do que este fala, cuidado que não sabiamente, mas errando muito, disseram tais. Se outros por ventura nesta crônica buscam formosura e novidade de palavras, e não a certeza das histórias, desprazer lhe há de dar de nossas razões, muito ligeiro a eles ouvir, e não sem grande trabalho a nos condenar (CRÓNICA DE D. JOÃO I²⁷, v. I, Prólogo, p. 3).²⁸

O autor afirma que pelo cuidado que teve ao consultar os documentos que o permitiram escrever a narrativa, não se deve ter dúvidas sobre a veracidade dos fatos que ele expõe, e como eles ocorreram. Aos leitores Fernão Lopes, recomenda a cautela, pois se em algum livro for achado algo que contradiz as "verdades" expostas por ele, o texto estaria incorreto.

O cronista também alerta que aqueles que lerem o seu relato, devem estar preparados para saber a verdadeira história. Segundo, Fernão Lopes os fatos narrados por ele não foram floreados já que o seu compromisso era contar a verdade nua e crua, e não somente utilizar bonitas palavras. O autor afirma que existe uma veracidade incontestável sobre os fatos narrados por ele. Porém, o cronista admite que a sua narrativa pode ter algum erro, por conta dos documentos consultados. O mesmo diz que esgotou todas as possibilidades, checou todos os documentos, os comparou para chegar na verdade do passado.

Logo após o prólogo, vem os capítulos que são ordenados cronologicamente. No total são 193 capítulos e 455 páginas no primeiro volume. A narrativa começa abordando a morte do conde de Andeiro, passo a passo, destaca-se a minuciosidade dos detalhes nessa primeira parte. Fernão Lopes escreve desde o final do reinado de D. Fernando com a sua morte, e por consequência a regência de D. Leonor Teles, até a escolha de D. João I para ser rei de Portugal nas Cortes de Coimbra.

O Volume I também possui um índice Onomástico, organizado por Carlos Cidrais Rodrigues, em que aparece os nomes importantes citados por Fernão Lopes, e quais as

²⁷ A partir dessa citação utilizaremos a sigla CDJ I para abreviar o título da *Crónica de D. João I*.

²⁸ "E sendo achado em alguns livros o contrário do que ella fala, cuidaee que nom sabedormente, mas errando muito, disserom taes cousas. Se outros per ventuira em esta crônica buscam fremosura e novidade de palavras, e nom a çertidom das estórias, desprazer lhe há de nosso rrazoado, muito ligeiro a eles douvir, e nom sem gran trabalho a nos hordenar" (CRÓNICA DE D. JOÃO I, Volume I, Prólogo, p. 3).

páginas em que eles se encontram. E o Índice Geral da obra também está presente. Evidencia-se que os dois índices encontram-se no final da publicação.

O segundo Volume, não tem como original apenas o códice 352, mas também o códice 103 de Évora e os códices 784 e 87 da Biblioteca Municipal do Porto, que foram comparados e utilizados para preencher as lacunas presentes na edição de 1644. O texto aborda desde a nomeação de D. João como rei de Portugal até a paz com Castela em 1411.

No prólogo do Volume II, Fernão Lopes, realiza um breve resumo dos acontecimentos expostos por ele no Volume I, enfatizando que há uma continuidade ordenada cronologicamente, o que para o autor seria um aspecto que atesta a veracidade dos fatos por ele narrados. Outro acontecimento rememorado pelo autor é a morte do conde de Andeiro, que seria o elemento catalisador que possibilitou ao Mestre de Avis ser o rei de Portugal. No intuito de legitimar, evoca-se a presença de Deus, que teria auxiliado o cronista na escrita para que essa pudesse ser melhor compreendida, como afirma ao expor que:

E porque nós não somos capazes o bastante para extensamente louvar e dizer bondades deste poderoso Rei, a *divindade é responsável pelos seus grandes feitos*, quiséramos deixar de falar deles, vendo como cumpriria em escritos por um grande eloquente letrado que bem ordenara os cursos dos merecidos louvores [...] (CDJ I, v. II, Prólogo, p. 3, grifos nosso).²⁹

No prólogo do Volume II, é a intervenção divina que coordenou as ações do Mestre de Avis. Além disso, o relato enaltece os feitos daquele que teria sido o melhor rei de Portugal, que pelos seus atos de justiça e piedade, merecia que a sua narrativa fosse eloquente e bem escrita. A narrativa do Volume II, começa com as medidas tomadas por D. João I após ter sido coroado rei de Portugal nas cortes, ou seja, recomeça do ponto em terminou o Volume I.

O Volume II, possui 203 capítulos, ou seja, 20 capítulos a mais que o Volume I, e 493 páginas. Porém, apesar de maior os fatos não são narrados com tanta minuciosidade. Destaca-se que nesse volume há a presença de D. Filipa de Lencastre, esposa de D. João I, que é enalticada pela sua origem nobre, e pelo seu comportamento irrepreensível.

Quanto a estrutura, o segundo livro também possui depois dos capítulos o Índice Onomástico, organizado por Carlo Cidrais Rodrigues, e o Índice Geral. Salienta-se que a crônica é uma consequência da preocupação que começa em Portugal a partir do reinado de

²⁹ "E porque nos [nom] somos abastante pera compridamente louvar e dizer bondades deste poderoso Rey, por a dynidade dos seus grandes feitos, quiséramos deixar de falar deles, vendo como comprira erem escritos per huã grande eloquente letrado que bem ordenara os curços dos merecidos louvores [...]" (CDJ I, v. II, Prólogo, p. 3, grifos nosso).

D. João I, em que a Torre do Tombo torna-se uma instituição de memória coordenada e ordenada pelo poder régio, fato que burocratiza o Estado português.

A preocupação em preservar um arquivo como a Torre do Tombo a partir do reinado de D. João I, demonstra que o poder régio legitimava o seu domínio também através de símbolos e representações. Pois, há um direcionamento para se instituir a ordenação do passado, que ocasiona a escolha daquilo que podia ou não ser esquecido. Em Portugal no século XV há uma intensificação do uso da escrita como suporte para legitimar uma memória oficial régia. Dentre esses escritos produzidos a partir da Torre do Tombo, a crônica histórica destaca-se pela sua oficialidade, considerada como narrativa fiel aos fatos ocorridos.

Ao ler o relato percebe-se que há uma ordenação cronológica dos fatos, e que a mesma faz parte do projeto régio avisino que buscou construir uma memória escrita que enaltece elementos que seriam peculiares e constituidores da identidade portuguesa. A *Crónica de D. João I*, é um dos exemplos que demonstra a sistematização e valorização do passado com a ascensão da dinastia de Avis, que estimulou a produção e a preservação daquilo que era necessário recordar. Outro indício que demonstra a preocupação dos membros da família real são os tratados pedagógicos escritos por D. João I e D. Duarte como já foi mencionado.

D. Duarte ao tomar a atitude de contratar Fernão Lopes como escrivão-mor, estendendo as funções dele, esperava escritos polidos e ordenados da história de Portugal. Para o rei os textos existentes encontravam-se desordenados, o que prejudicaria a memória do reino. Era imprescindível divulgar os méritos do povo português e de D. João I, valorizando assim o passado selecionado de acordo com os interesses políticos da dinastia avisina, e também propagar conceitos, valores, ideais e padrões socioculturais a partir dos enunciados.

Poucos relatos sobre o movimento de Avis e a mudança dinástica sobreviveram a ação do tempo, por isso a *Crónica de D. João I*, se tornou uma narrativa privilegiada para que os historiadores pudessem compreender e analisar esse momento histórico. Evidencia-se que o autor da Crônica a classifica como texto histórico, porém nós a classificamos como texto literário. Apesar do relato ter lacunas não podemos o ignorar se quisermos entender a ascensão avisina ao poder, pois ele é um indício da realidade representada por Fernão Lopes.

A narrativa é uma metáfora da ascensão social alcançada pelo autor Fernão Lopes, que é um homem proveniente da "arraia miúda" em Portugal. A elevação da dinastia de Avis, também é sua ascensão, pois a sua escolha como cronista oficial não pode ser desprezada. Este trabalho só poderia ter sido dado a um homem capacitado a tal função, e que também deveria possuir sentimento de gratidão, já que seu lugar social (cargo), só foi possível de ter

sido alcançado pelas mudanças sociais e políticas que ocorreram a partir do movimento de Avis.

Fernão Lopes ao construir o texto da Crónica ressalta a sua fidelidade a realidade e a importância histórica da narrativa, ao lermos percebemos que a sua pretensão a verdade é legitimada pela possibilidade e proximidade privilegiada do autor com o vivido. Com isso, o relato ao mesmo tempo que é descritivo e minucioso, se torna atraente aos leitores e ouvintes. Quanto aos textos que o autor consultou:

Como fontes, Lopes utilizou a Crónica de Ayala, de origem castelhana, além crónicas portuguesas perdidas, como a de *Martim Afonso Melo e do Dr. Christophorus (Cristóvão)*, além da Crónica do Condestabre, de autoria anônima, sobre a figura de Nuno Álvares Pereira. Segundo Teresa Amado (1991, p. 51), esta obra teria sido a mais utilizada pelo cronista, que copiou trechos inteiros e a acrescentou ao seu texto embora não mencione tal fato (ZIERER, 2017, p. 45).

A relação próxima com o processo de mudança dinástica e suas consequências levaram Fernão Lopes a colocar o seu discurso como um texto histórico fiel a realidade da sociedade portuguesa. Segundo, o cronista a sua intenção é que os fatos não fossem esquecidos, o que demonstra que ele tinha a percepção de que a Crónica era um texto importante, reconhecendo a ordem, a metodologia e o efeito do seu trabalho no reino português. O discurso na crónica é um espelho de sua operação, dos seus costumes, do seu meio cultural e social e da sua origem, enfim aquilo que ele quis perpassar aos seus contemporâneos e aos precedentes diz mais sobre o mesmo.

O relato segue os padrões estruturais cronísticos da sua época, como o registro de fatos históricos através de uma ordem cronológica. Porém, ela possui características inovadoras introduzidas por Fernão Lopes como: detalhamento dos fatos, o que ocasionaria maior visualidade e veracidade aos acontecimentos; incluí outras perspectivas e novos grupos sociais como o povo ("arraia miúda") e os nobres secundogênitos; utiliza diálogos e gestos; e tem uma dimensão estética e interpretativa dos personagens

Quanto aos aspectos linguísticos utilizados por Fernão Lopes, destaca-se o coloquialismo: utilização da 1ª e 2ª pessoa do singular, de locuções interjetivas e apóstrofes, emprego da linguagem oral, causando uma aproximação com o leitor que estaria acostumado com os relatos orais e conhecidos; utilização de ditados e provérbios populares; analogia com personagens bíblicos; uso de recursos estilísticos para repassar o estado emocional dos personagens (exclamação e interrogação retórica); e interpelações diretas ao leitor.

Outro recurso utilizado é o visualismo³⁰: apresentação de pormenores, com o intuito de contar a “verdade”; uso de expressões totalizantes, que incluem a todos, e define uma identidade e memória coletiva portuguesa; conjugação de planos e cenários que são retratados com riqueza de detalhes; utilização de adjetivos para caracterizar os personagens; uso de expressões valorativas, pleonasma, hipérbole, metáfora, comparação e personificação; destaque para o recurso da enumeração, exemplificados através de datas e quantidades que seriam precisas; uso de vocábulos ligados ao sentido, o mais recorrente é a visão; e o valor simbólico do discurso. Todos esses elementos demonstram as peculiaridades da narrativa.

Há um dinamismo na narrativa, o que a diferencia das outras crônicas de sua época. Pode-se perceber essa dinamicidade através dos seguintes elementos: planificação de cada capítulo que segue uma sequência narrativa, possibilitando ao leitor acompanhar e compreender; dramatização dos fatos expostos; sequência gradativa das ações e dos personagens neles envolvidos; verbos de ação, que demonstram movimento, ritmo e a força dos personagens; caracterização dos personagens através de atuações e da oralidade, pois são atribuídas falas aos mesmos; e marcação de alteração de ritmos entre um fato ou outro, o que facilita a leitura, pois o texto é minuciosamente escrito por Fernão Lopes, principalmente no Volume I.

O texto foi escrito para a corte portuguesa, mas a leitura da obra nos possibilita perceber a utilização de elementos populares, utilizados com o intuito de fomentar uma memória coletiva e dissipar as contradições e conflitos existentes em Portugal no século XV. A “arraia miúda” tornou-se na Crônica uma coletividade legitimadora da ascensão do Mestre de Avis, contrapondo-se aos nobres tradicionais que questionavam o domínio régio, pois esse segmento social perdeu ainda mais os seus privilégios com a coroação de D. João I.

Existe também uma construção gradativa dos personagens, principalmente do Mestre de Avis. No primeiro momento ele aparece como um homem hesitante perante as ações dos seus inimigos, mas no decorrer da narrativa D. João I, demonstra ser de grande valor pela sua fé e pelo seu amor a justiça, por isso ele teria sido escolhido por Deus, e pelo povo para reger Portugal. Esses “novos tempos” em que

de qualquer modo, o que ficou descrito – com tal força a ponto de construir o quadro-base do imaginário nacional – foi o mobilizar de verdadeiros portugueses à roda de uma causa que era também a de Deus, e a sua condução à vitória por um rei predestinado desde sempre para à salvação de Portugal, herói, sempre vencedor, santo, messias (VENTURA, 1992, p.2).

³⁰ Levar o leitor a “ver” e “viver” os acontecimentos.

Esses aspectos apontados por Ventura (1992) possibilitaram que a narrativa construísse uma memória coletiva de Portugal. Fernão Lopes ao enfatizar a participação do povo ("arraia miúda") e dos nobres secundogênitos no movimento de Avis, enaltece D. João I, como herói nacional, escolhido por Deus para conduzir os "verdadeiros portugueses". A crônica histórica tinha a intenção de demonstrar que a ascensão da dinastia avisina ao poder é o sinal dos "novos tempos", em que todos do reino português seriam prósperos e viveriam em paz.

Com o intuito de criar uma empatia entre os leitores, o autor se utiliza de elementos que criam uma identificação com os personagens e com a tradição simbólica, realizada principalmente através de elementos religiosos cristãos. Assim, o discurso social vigente dar sentido a *Crônica de D. João I*, e vice-versa, criando uma reciprocidade e significado único em Portugal.

A *Crônica de D. João I*, narra um período de instabilidade e incerteza o que segundo Ventura (1992, p.1) "propícia à formação e vigência de mitos e símbolos", que formam as identidades e os sujeitos, que são fruto de uma constituição discursiva daquela temporalidade e espacialidade. Assim, o mundo narrado por Fernão Lopes ganha sentido naquela sociedade, através de uma linguagem que demonstra a força da tradição cristã na sociedade portuguesa, ou seja, o novo é legitimado pelas práticas discursivas já existentes no medievo português.

A nova ordem social buscou elementos que legitimassem o espaço que ela ocupou a partir da coroação de D. João I como rei de Portugal. Fernão Lopes subverte a ordem pois estabelece um novo modelo de nobre, que não está pautado pelo fator consanguíneo, mas sim pela honra e merecimento por ser um "verdadeiro português". Essa subversão legitima uma nova ordem social, pautada em elementos culturais cristãos.

O relato redimensiona o gênero crônico ao se afastar das formas tradicionais de escrever uma crônica ao utilizar uma metodologia em busca da "verdade" dos acontecimentos. O cronista assumiu uma posição de autoridade e isenção acerca dos fatos narrados, ao alegar que sua versão dos eventos é resultado de uma pesquisa documental dos testemunhos da época.

Fernão Lopes, também se colocou em uma posição de intérprete privilegiado dos acontecimentos. Pois, segundo o narrador, o próprio estaria desvelando as contradições entre as fontes e esclarecendo para a posteridade o "verdadeiro" sentido e finalidade da ascensão do Mestre de Avis como rei de Portugal.

Para dissipar as contradições o cronista procurou ter em sua narrativa uma interpretação coerente, ligando os acontecimentos, que foram detalhados minuciosamente, com o intuito principal de cessar dúvidas sobre a legitimidade da dinastia de Avis no poder. A narrativa é organizada didaticamente em sua escrita e em seu discurso como desejava D. Duarte. Pois,

na segunda geração da nova Dinastia, assente o pó da mudança sociológica e política, era tempo de se erguer uma teoria da legitimidade inabalável. E, quanto mais irregular ou pouco comum foi essa tomada de poder, tanto mais a teoria se reporta à fonte de todo o poder: Deus (VENTURA, 1992, p.7).

Ressalta-se que o reino português estava no começo da Expansão Marítima no século XV, sob o comando inicialmente de D. João I e depois de D. Duarte (sucessor de D. João I); Para efetivar um empreendimento tão audacioso era preciso criar uma memória coletiva coerente que exaltasse a dinastia avisina, dentre as diversas estratégias o rei vigente D. Duarte encomenda a Fernão Lopes a *Crónica de D. João I*, que buscou criar uma identidade coletiva para os portugueses.

A Crônica escrita no âmbito da corte régia, e destinada a um público cortesão, tinha a preocupação de transmitir os interesses políticos, ideológicos, econômicos, culturais e religiosos da dinastia de Avis que estava sendo consolidada no reinado de D. Duarte. O rei buscou a legitimação de uma nova ordem social que garantisse a sua permanência na monarquia.

O texto exalta a lembrança de um passado glorioso que deveria se prolongar no presente e no futuro. Esse passado foi construído, modelado, legitimado e ressignificado por meio dos parâmetros da doutrina cristã vigente. O poder régio avisino utilizou alguns elementos da literatura clerical para fundamentar discursivamente seu lugar social, principalmente a moral, por isso, foi de suma importância utilizar a hagiografia *Milagres medievais*, *Numa Colectânea Mariana Alcobacense* nesta pesquisa.

1.3 Aspectos Formais da Hagiografia: uma literatura pedagógica e clerical

A utilização neste trabalho da hagiografia *Milagres medievais*, *Numa Colectânea Mariana Alcobacense*, é justificável, pois o texto de Fernão Lopes é pautado pelo discurso religioso dominante em Portugal. Ao construir a Crônica, o autor criou um ambiente em que os leitores conseguem identificar elementos culturais e sociais cristãos que circularam na sociedade portuguesa medieval, fomentando assim uma memória coletiva que buscou apaziguar os conflitos existentes.

As hagiografias³¹ são pequenos textos literários que abordam algum aspecto, ou até mesmo a vida dos (as) santos (as). Dentre os mais recorrentes destaca-se os Martirológicos, os Legendários, as Revelações, as Vidas, as Viagens Espirituais, os Tratados de Milagres/Coletâneas de Milagres, as Atas de Mártires, os Relatos de Transladações e Elevações e os Processos de Canonizações. Essas narrativas eram populares no medievo, fazendo parte do cotidiano, e eram por excelência um discurso de virtudes. Apesar de já existirem na Antiguidade, é na Idade Média que desenvolveram-se os textos hagiográficos, que são os principais documentos para o estudo da santidade no período. (SILVA, 2008, p. 8).

A narrativa milagrosa é um texto simples, com estrutura reduzida, e enunciado doutrinal de fácil entendimento e popular entre os medievos. O milagre geralmente tem um protagonista numa situação adversa, e impossível de ser resolvida pela ação humana. Por isso, recorre ao intercessor para conseguir o milagre concebido por Deus. O ser beneficiado pelo sobrenatural (o protagonista) em agradecimento, testemunha o ocorrido.

A valorização das hagiografias no culto cristão está ligada diretamente à exaltação dos (as) santos (as). Segundo Le Goff (2007), esses são os novos heróis do medievo, que substituem os heróis da Antiguidade pagã, mas que preservam a função de intercessores (as) diante das atribulações. Dentre esses novos heróis do medievo português a Virgem Maria se destaca como modelo ao mesmo tempo de mulher/mãe/esposa e de mulher/virgem/religiosa.

Quanto a hagiografia *Milagres Medievais, numa coletânea mariana alcobacense*, é uma coletânea de milagres marianos ocorridos em tempos e espaços diferentes, o que nos impossibilita determinar a autoria. As narrativas milagrosas possuem temáticas diferenciadas, mas nos permitiu compreender a conjectura e as singularidades da sociedade portuguesa nos séculos XIV e XV.

A coletânea de milagres foi encontrada no *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça* em Portugal, porém, “é sempre um problema identificar a autoria destes tratados alcobacenses, pois na maioria das vezes não são assinados e, quando são, a assinatura nem sempre corresponde ao autor, mas sim ao monge copista” (LIMA; MACEDO, 2014, p. 149). A transcrição e a autoria desses milagres não são definidas, nenhuma assinatura foi encontrada, provavelmente é uma narrativa escrita/transcrita por um clérigo. Atribuídos à intercessão mariana, as narrativas contêm discursos diversificados, mas que possuem o

³¹ A hagiografia é um gênero literário, que, no século XII, chamava-se também de hagiologia ou hagiológica. Como o Pe. Delehaye esclareceu em 1905, numa obra que marcou época, *Les légendes hagiographiques*, ela privilegia os atores do sagrado (os santos) e visa a edificação (‘uma exemplaridade’): ‘Será necessário, pois, reservar este nome a todo monumento escrito inspirado pelo culto dos santo, e destinado a promovê-lo’. A retórica deste ‘monumento’ está saturada de sentido, mas do mesmo sentido. É um túmulo tautológico (CERTEAU, 2007, p. 266)

objetivo de promover os ideais da Igreja.

A hagiografia *Milagres Medievais, numa colectânea mariana alcobacense* é uma coletânea composta de 22 milagres, dividido em 2 (duas) partes, a primeira parte contém 15 (quinze) milagres e 2 (dois) submilagres (*11 e *12), que ocorreram em espaços e tempos diversos, e a segunda parte contém 7 (sete) milagres que teriam ocorrido no Santuário de Nossa Senhora do Rocamador na França³².

A coletânea é uma edição crítica de Aires A. Nascimento, pertencente a coleção de Obras Clássicas da Literatura Portuguesa, publicada pelas Edições Colibri em 2004 na cidade de Lisboa, com 157 páginas, e patrocinada pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas. Destaca-se algumas outras obras publicadas pelas Edições Colibri nessa coleção: *Navegação de S. Brandão nas Fontes Portuguesas Medievais; Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra; O Cathecismo Pequeno de D. Diogo Ortiz; Castelo Perigoso*.

A estrutura da publicação utilizada nesta pesquisa é dividida em duas partes. Na Parte I se tem a introdução escrita por Aires A. Nascimento, que analisa a recepção e o fenómeno milagroso, assim como a representação mariana em Portugal; e uma lista de referências e siglas. Enfim, como já foi mencionado o texto em latim é uma edição crítica realizada por Aires Augusto Nascimento, que além da tradução dos milagres também realizou uma introdução crítica aos milagres, explicando que o milagre é uma manifestação do sagrado e fenómeno popular na Idade Média.

A parte II é composta por 2 (dois) prólogos³³, 22 (vinte e dois) milagres, 2 (dois) submilagres e 1 (um) epílogo, escritos em latim, mas que foram traduzidos na publicação, assim as narrativas são expostas de duas formas: o texto original e a tradução. O primeiro Prólogo é mais longo que o segundo. O autor expõe os seguintes motivos que o levaram a escrever os milagres ocorridos através da Virgem Maria:

Porque dos bons há que dizer bem, dos santos há que referir coisas santas, proponho-me escrever estes sagrados milagres para honra da Virgem Santíssima e do seu Filho e para confirmar na fé católica os espíritos daqueles que os escutem. Não são efectivamente aqueles maravilhosos e sacrossantos milagres que Deus por Ela e Ela por Ele realizou, porquanto na sua condição de virgem gerou a Deus e virgem permaneceu depois do parto, que agora queremos escrever neste livro, já que eles se encontram escritos de forma patente nos Santos Evangelhos³⁴ (*Milagres Medievais, numa colectânea mariana alcobacense*, Primeiro Prólogo, p. 63).

³² A igreja foi fundada no século XIII, e modificada nos séculos XVII e XVIII.

³³ Introdução aos milagres.

³⁴ "Quoniam de bonis bona, de sanctis sunt sancta dicenda, hec sacra miracula ad decus diue Virginis et Filii eius, et as corroborandas in fide catholica audiencium mentes scribere propono. Illa namque digna sacra miracula que Deus per eam et ipsa per eum egit, dum uirgo Deum peperit et uirgo post partum mansit, scribere nunc in hoc uolumine nolimus quoniam in sacris eaungeliis patenter scribuntur" (*MMCMA*, Primeiro Prólogo, p. 63).

O autor resume os motivos que o levaram a escrever sobre a Virgem Maria: milagres escritos para a honra da Virgem Maria e de seu filho. Porém, ele esclarece que as ações milagrosas narradas por ele não se comparam aos milagres realizados por Deus em favor da Virgem, e dessa em favor de Deus, e ressalta que a permanência dos laços entre Deus e Maria acontece pela sua permanente condição de Virgem mesmo após o parto (Virgem Perpétua/Imaculada). Ao afirmar o motivo que permite a permanência dos laços, o autor destaca a característica evidenciada nos 22 (vinte e dois) milagres e 2 (dois) submilagres, o discurso da virgindade.

A condição de virgindade perpétua de Maria, é segundo o dogma doutrinal da Igreja a fez não somente ser a mãe do filho de Deus, mas também permitiu a permanência dos laços de união entre ambos devido ao celibato eterno dela. Então o corpo puro de Maria é o que manteria sua relação privilegiada com o sagrado, já que Ela pode interceder em todas as demandas humanas.

Após os 15 (quinze) milagres e 2 (dois) submilagres, tem-se o segundo Prólogo que introduz os 7 (sete) últimos milagres que ocorreram no Rocamador. O autor descreve nessa segunda introdução dos milagres, que o lugar chamado Santa Maria de Rocamador, tem uma pequena igreja situada no desfiladeiro/rochedo. Por isso, chegar nela não seria fácil, mas aqueles que a alcançavam, mesmo estando desolados pelo cansaço físico, ao pedirem com bom coração a intercessão da Virgem Maria, conseguiriam receber a sua benevolência diante da adversidade.

Depois de um breve Prólogo, vêm os 7 (sete) milagres, e no final há também o Epílogo que assim como o segundo Prólogo, enaltece a Igreja de Santa Maria do Rocamador, como um lugar de milagres. O autor ao denunciar o desacaso com a igreja, aponta que era necessário a construção de um santuário digno. Isso não aconteceria pela avareza, ambição pecaminosa e fraudes daqueles que tinham tanto para construir grandes casas e viver em luxo. Mas que não dispunham de seus bens para construir uma igreja digna de tantos milagres, o que seria uma desonra para aquela sociedade.

No epílogo há diversas críticas sobre as práticas sociais, principalmente à aqueles que não realizavam a caridade, para o hagiógrafo a não doação do dízimo, seria condenável e um ato contra a Mãe de Deus e o Espírito Santo.

Os 15 (quinze) milagres e os 2 (dois) submilagres (*11 e *12), não possuem uma ordem cronológica, ocorreram em tempos e espaços diferentes. São narrativas que teriam acontecido tanto no Oriente, quanto no Ocidente, fato totalmente compreensível, já que o culto mariano e os milagres atribuídos a Ela são mais antigos no Oriente.

Ao contrário dos 7 (sete) últimos milagres que teriam ocorrido na Igreja de Santa Maria do Rocamador, porém a temporalidade também não é especificada, assim como nos 15 (quinze) milagres e 2 (dois) submilagres. Destaca-se que as narrativas não atribuem os milagres ao poder de Maria, mas sim a sua intercessão, pois o autor do milagre é Jesus Cristo/Deus, sendo assim as narrativas seguem a doutrina cristã, em que o (a) santo (a) é um intercessor (a).

Na Coletânea de Milagres marianos, cada ação milagrosa tem um exemplo doutrinal cristão, pois a cada narrativa há uma mudança na intenção do discurso. Nos 15 (quinze) milagres e 2 (dois) submilagres identificamos os seguintes enunciados: *milagres 1 e 12* têm como temática principal a preferência da Virgem pelos castos (valorização da virgindade)³⁵; *milagres 2 e 9* o tema central é a luta contra os judeus (luta entre credos); *milagres 3, 4 e 8*, ressalta-se a proteção aos que são fiéis a Ela, sempre protegendo aqueles que amam e confiam nela de todo coração.

Os *milagres 5 e 14* têm como objetivo valorizar a caridade³⁶; *milagres 6, 7, 11 e *11(submilagre)* legitimam a celebração do ofício de Maria no sábado, que seria o dia em honra a Virgem; *milagre 10*, tem como temática central a legitimação da Festa da Conceição da Mãe do Senhor, mandada ser celebrada pelo divino no dia 8 de dezembro (a celebração em honra de Maria, também é mencionada como discurso secundário nos *milagres 11 e 12*); *submilagre *12* traz como temática principal a peregrinação; e *milagres 13 e 15* legitimam a eucaristia ao utilizarem o pão e o vinho, como representantes do corpo (hóstia) e do sangue de Cristo, aquele que se sacrificou para salvar, sendo o remédio e a salvação de todos³⁷.

Quanto aos 7 (sete) milagres ocorridos na Igreja de Santa Maria do Rocamador detectamos os seguintes enunciados: *milagres 16, 18 e 20* a temática central é o sétimo

³⁵Em relação a castidade a Bíblia diz que: "Ninguém te despreze por seres jovem. Ao contrário, torna-te mode-lo para os fiéis, no modo de falar e de viver, na caridade, na fé, na castidade" (I Timóteo 4:12).

³⁶ A caridade é umas das três virtudes teológicas. Segundo o discurso bíblico a caridade é o ato de amar o semelhante. É um sentimento ou uma ação altruísta de ajuda a alguém sem a espera de qualquer recompensa, assim, "se alguém tiver recursos materiais e, vendo seu irmão em necessidade, não se compadecer dele, como pode permanecer nele o amor de Deus? Filhinhos, não amemos de palavra nem de boca, mas em ação e em verdade" (1 João 3:17-18)

³⁷ A eucaristia é um sacramento central da Igreja, que é praticado depois da consagração da missas quando através das palavras pronunciadas pelo padre: "pão e vinho se transubstanciam, respectivamente, no corpo e sangue de Cristo", os praticantes consomem a hóstia e o vinho. Esse sacramento é referenciado na Bíblia em João 6:53, "Então Jesus os advertiu: Em verdade, em verdade vos afirmo: se não comerdes a carne do Filho do homem e não beberdes o seu sangue, não tereis a vida dentro de vós". Simbolicamente a eucaristia também é fundamentada durante a Santa Ceia, em que Jesus teria dividido uma refeição com os seus discípulos antes da crucificação, "Enquanto comiam, Jesus tomou o pão, deu graças, partiu-o e o deu aos seus discípulos, dizendo: "Tomem e comam; isto é o meu corpo". Em seguida tomou o cálice, deu graças e o ofereceu aos discípulos, dizendo: "Bebam dele todos vocês. Isto é o meu sangue da aliança, que é derramado em favor de muitos, para perdão de pecados. Eu digo que, de agora em diante, não beberei deste fruto da videira até aquele dia em que beberei o vinho novo com vocês no Reino de meu Pai" (Mateus 26:26-29).

mandamento da lei de Deus: "Não furtarás" (Êxodo 20:15). A cobiça das pessoas as conduziram a roubar os bens materiais e os alimentos dos peregrinos que estavam se dirigindo ao Santuário de Nossa Senhora do Rocamador. O que demonstra que a peregrinação tinha seus intempéries, mas aqueles que a faziam não deveriam temer, pois estavam protegidos pela Virgem Maria.

No *milagre 17* a temática central é a soberba³⁸, pois a personagem desafia o poder de Deus, duvidando da sua ação no plano físico, o que a faz ficar presa em uma cadeira; *milagre 21* a injúria³⁹ é relizada falsamente a um senhor, e a Virgem Maria esclarece a verdade; e *milagre 22* tem como objetivo propagar o culto as relíquias.

De acordo com o exposto a Coletânea de Milagres possui discursos diversificados, que tentavam legitimar diversos elementos da ortodoxia cristã através da representação mariana e dos personagens. De forma estratégica a Igreja Católica utilizou as hagiografias como instrumento de propagação da moral, dos ideais cristãos e dos papéis sociais próprios tanto dos homens como das mulheres, pois o caráter pedagógico fica evidente durante a leitura das narrativas. Fernão Lopes ao perceber a importância dessas narrativas também acaba por utilizá-las como base para seus escritos.

A hagiografia expressa em seus diversificados discursos o contexto sociocultural específico de Portugal. Pois, mesmo compartilhando com a Europa a adoração à Virgem Maria, a representação mariana simbolicamente foi ressignificada e legitimada pelos portugueses, que a valorizavam como uma Santa Guerreira, mulher/mãe e virgem. Representações que colocaram Maria em destaque na religiosidade medieval portuguesa⁴⁰.

³⁸ A soberba também é considerado um ato falho segundo os dogmas da Igreja. "Mas ele nos concede graça maior. Por isso diz a Escritura: "Deus se opõe aos orgulhosos, mas concede graça aos humildes" (Tiago 4:6).

³⁹ A injúria/calúnia é uma mentira usada para prejudicar uma pessoa, sendo assim sob a ótica cristã praticá-la seria um pecado, pois os filhos de Deus deveriam evitar caluniar o seu semelhante, sobre isso a Bíblia diz que: "cristãos não caluniem ninguém, sejam pacíficos, amáveis e mostrem sempre verdadeira mansidão para com todos os homens" (Tito 3:2).

⁴⁰ Os que morriam no campo de batalha, derramando generosamente o sangue na luta contra os infiéis, se eram heróis e mártires da Pátria, não eram menos da Igreja e de Maria Santíssima, porque os animava um espírito de cruzada. As suas cinzas eram, por isso, religiosamente recolhidas em cemitérios com capelas dedicadas a Santa Maria dos Mártires, como as de Lisboa, Alcácer do Sal, Elvas, Sacavém e Silves. Era ainda à mesma íclita Rainha que agradeciam as vitórias sobre os inimigos, levantando-lhe templos, como os da Senhora do Carmo, em Lisboa, e de Santa Maria da Vitória, na Batalha. Nos tempos medievais, de fé viva e intensa, multiplicavam-se os mosteiros por Portugal inteiro e quase todos eles se acolhiam à protecção da Virgem das Virgens, escolhendo-a para única a principal padroeira — que inter *eos tenet principatum* — como os de Aguas Santas, Alcobaça, Campanhã, CarvoeiroFaria e Fiães, Pombeiro e Refojos do Lima, Salzedas e Vouzela. Outros escolhiam-na para titular secundária, como Arouca e Guimarães, Leça e Moreira, Paço de Sousa, Pendorada e Pedroso, Santo Tirso e Tibães, Vacariça e Vairão. Ora a fundação e povoamento de Portugal coincidiram com um grande incremento da devoção mariana, motivada pelo ideal cavalheiresco da Idade Média de exaltação da mulher, cujo protótipo perfeito era a Virgem Maria, razão por que se deve «atribuir justamente ao culto de Nossa Senhora o próprio desabrochar do lirismo trovadoresco; pela expansão de novas devoções — a Santa Maria da Caridade, de Guadalupe, do Pilar, de Puy, de Rocamador, de Roncesvales, etc. (COSTA, 1997, pags. 6-7).

A Virgem Maria possui um caráter dual. A sua representação simbólica é ao mesmo tempo sobrenatural e real, excepcional e comum. Simbolicamente ela é inatingível, porém ao mesmo tempo ela se aproxima da condição humana pelo seu caráter maternal e piedoso. Maria é um modelo exemplar de mulher, enquadrada nos ideias da Igreja, mesmo quando houveram contradições, principalmente pela sua condição de virgem perpétua.

As principais características marianas presentes nas narrativas milagrosas são: virgindade perpétua, maternidade e elevação do corpo. Assim a doutrina da Igreja através da hagiografia buscava justificar e legitimar a representação de Maria, como representação de mulher ideal. Alguns estudiosos apontam que o culto mariano começou de maneira tardia no Ocidente, pois não havia corpo para incentivar a peregrinação.

Geralmente nas hagiografias são narradas as ações dos (as) santos (as) quando estes ainda estavam na terra. Porém, pelas peculiaridades do culto mariano, e da própria representação da Virgem Maria, os milagres são relatos da ação mariana intercedendo no real, mas sem estar vivenciando o real. As narrativas são pequenos textos didáticos, em que a Virgem Maria é colocada como intercessora privilegiada pela sua condição de mãe do filho de Deus.

Segundo o discurso presente na hagiografia *Milagres Medievais, numa colectânea mariana alcobacense*, Maria através da sua pureza (virgindade) uniu o céu à terra, e a terra ao céu, ao dar a luz ao filho de Deus, se tornando assim Rainha do Céu. Pela sua condição excepcional, a Virgem Maria torna-se a santa a quem se recorre quando mais se precisa, pois sempre vai cuidar e proteger aqueles que a amam e rogam a Ela, assim como cuidou e protegeu o seu Filho. Essa caracterização da Virgem Maria, é identificada no seguinte milagre:

Ouvi, irmãos caríssimos, como a poderosíssima rainha dos céus, por força de Deus, arrebatou das fauces do antigo dragão, o Leviatã, a Teófilo desencaminhado por causa dos seus pecados. Com prantos, clamores e lágrimas, rezava a Mãe de Deus sem cessar, perante um quadro da mesma Virgem pintado na parede, umas vezes de pé, outras vezes prostado, sem erguer os olhos para o céu e nem levantar as mãos, mas batendo incessantemente no peito. Na verdade, não ousava invocar o Filho de Deus a que renegara, mas rezava orações a sua Mãe Santíssima⁴¹ (*Milagres Medievais, numa colectânea mariana alcobacense, Milagre 9*, 2004, p. 99, grifo nosso).

⁴¹ Texto em latim: Audite dilectissimi fratres qualiter potentissima regina celorum Theophilium peccatis desperatum a faucibus Leuiatham antiqui draconis potenti dei uirtute eripuit [...] gemendo, lugendo, contristado, dei genitricem exorabat, nom cessans ante eiusdem Virginis ymaginem in pariete deceptam, astans aliquotines prostratus, oculos ad celum erigere nolebat nec manus leuare. Sed pectus suum semper percutiebat. Dei namque filium quem negauerat inuocare non audebat, sed eius piissimam matrem sancritis (*MMCA, Milagre 9*, 2004, p. 99)

Maria Como modelo de conduta para as mulheres religiosas/virgens é mencionado em 14 (quatorze) milagres, concomitantemente a condição materna de Maria também aparece na mesma proporção. A maternidade de Jesus, não era um tema recorrente nas escrituras sagradas até o século IV depois de Cristo, porém, a maternidade mariana começa a ser representada nos séculos III e IV nas iconografias com um modelo padrão: Maria sentada, segurando o menino Jesus no colo perto dos seios maternos ou o menino Jesus sentado nos seus joelhos.

A Virgem Maria é citada na crônica histórica, pois ela seria amada e adorada pelo Mestre de Avis, e por isso Ela sempre o auxiliou nas batalhas, protegendo-o dos perigos, e intercedendo por ele nos momentos de difíceis decisões. Destaca-se que na prática o papel de educar e decidir sobre os aspectos da vida dos filhos e das filhas continuava sendo exercido na maioria das vezes pelos homens. Pois,

sem nunca colocar decididamente em crise o pressuposto de que o pai continua a ser, de qualquer maneira, o principal protagonista na obra educativa, alguns escritores religiosos olham as funções maternas em termos menos redutores. A esfera da educação moral e o controle do comportamento sobretudo das raparigas, tradicional apanágio das mães, alargar-se progressivamente e adquire conteúdos mais concretos (VECCHIO, 1990, p. 178).

Os escritos atribuíam às mulheres/mães a função de educar os (as) filhos (as) no âmbito religioso e moral, assim como D. Filipa de Lencastre o fez. Apesar de D. João I, também ser um homem devoto, os hábitos religiosos de sua esposa são admirados pela sua rigidez e regularidade. A rainha repassa aos seus filhos sua moral e seus costumes religiosos. Ressalta-se que os problemas, o destino e as decisões eram resolvidos pelo pai. As famílias medievais tinham como principal protagonista e símbolo a figura paterna. Na prática o papel da mãe se restringia em realizar as funções naturais: gravidez e amamentação. Cabia ao pai decidir sobre as questões práticas e sociais, e para as mulheres

na concepção medieval do mundo, a maternidade era tão importante como o casamento ou a situação familiar para o dia-a-dia da mulher e para a sua posição na sociedade. Dar à luz e criar os filhos eram as suas tarefas principais, a ‘profissão’ das mulheres casadas, sobretudo nas regiões mediterrâneas da Europa, apesar do significado cada vez mais reduzido da gravidez e da educação dos filhos na vida quotidiana (OPITZ, 1990, p. 377).

A função primordial das mulheres casadas era ter filhos/herdeiros, garantindo assim a continuidade da família. A boa esposa deveria ser mãe, isso significava um bom

casamento. A maternidade tinha uma importância substancial na formação e legitimação familiar, pois os (as) filhos (as) eram a extensão da família.

A partir do século XIV nos escritos clericais é atribuído às mulheres a função primordial de educar os filhos e as filhas de acordo com a moral e a religiosidade cristã. Na *Crónica de D. João I*, a representação mariana como esposa e mãe que educa os filhos é realizada através de D. Filipa de Lencastre, que é uma mulher perfeita na narrativa de Fernão Lopes, que seria admirada pela sua fé, e por ser uma mulher cumpridora dos seus deveres matrimoniais.

D. Filipa de Lencastre é um exemplo de mulher\mãe já que a sua descendência garantiu a manutenção do poder régio nas mãos dos portugueses, e também gerou o que se chama de “íclita geração”. Segundo Fernão Lopes, os príncipes e as princesas fruto do matrimônio da rainha com D. João I, eram justos, cultivavam adequados hábitos religiosos sendo bons cristãos, assim como o pai e a mãe.

A soberana, esposa de D. João I, cumpriu a sua função primordial como mulher/esposa. A rainha concebeu 6 (seis) filhos e 2 (duas) filhas, e também era uma esposa dedicada e amorosa. Além de garantir a descendência, a monarca era uma mulher culta, religiosa, dedicada a família, e que pouco falava, a sua postura é irrepreensível segundo Fernão Lopes. Ao contrário de D. Leonor Teles, que teve apenas uma herdeira, D. Beatriz, o que comprometeu a sucessão do reino português. A rainha

de facto, como iremos observar, o seu papel enquanto rainha de Portugal cobriu todos os requisitos necessários e possíveis. Façamos ressaltar em primeiro lugar que foi uma figura quase sempre presente ao lado do marido e lhe deu oito filhos, seis dos quais varões (SILVA, 2014(a), p. 137).

Contraopondo-se a D. Filipa de Lencastre, na narrativa de Fernão Lopes há D. Leonor Teles, que não teria conseguido cumprir seu principal papel. A última soberana da dinastia de Borgonha, não deu um filho a D. Fernando, o que ocasionou a crise em Portugal, e colocou o trono em perigo, abrindo a possibilidade de um não português reinar.

D. Leonor Teles acaba por se desviar da função social feminina, que seria garantir uma descendência masculina ao rei, além disso ao se tornar regente, ela estaria em uma função tipicamente masculina, por isso, Fernão Lopes a acusa de ser uma mulher ávida pelo poder, e que para tê-lo ela teria tomado atitudes que prejudicaram o reino português.

Com a valorização da família, a mulher/mãe ganha notoriedade principalmente nos escritos clericais, que utilizaram a representação mariana para ressaltar as virtudes e

qualidades de uma boa mãe, padronizando o modelo de mãe ideal de acordo com as normas da Igreja. Forjando assim uma aproximação da Virgem Maria com os fiéis, a mãe de Cristo é simbolicamente a mãe de toda a humanidade.

Na hagiografia também é recomendado aos personagens masculinos religiosos a castidade, evitando a luxúria e o pecado da carne, mantendo assim, como as mulheres seus corpos puros. Aos personagens não clericais masculinos e femininos presentes na hagiografia não é mencionado a eles aspectos sobre a sexualidade, mas sim que deviam ser bons cristãos, praticando a caridade e ofertando o dízimo.

A conduta ideal feminina ou masculina, representada nos milagres são discursos produzidos por homens religiosos medievais. Porém a maneira como alguns medievos se apropriaram deste discurso possibilitaram uma experiência social diferenciada fruto do contexto em que elas estavam inseridas.

Destaca-se que tanto a crônica, como a hagiografia utilizadas nesta pesquisa são textos que propagam a moral cristã, apontando as condutas corretas e os modelos sociais aceitáveis do feminino e do masculino para o período. As narrativas assinalam os valores sociais presentes no medieval português nos séculos XIV e XV.

A crônica e a hagiografia se articulam, assim como todo texto, ao seu lugar de produção cultural, político e social. O meio em que eles foram gerados acarretou singularidades a cada um dos textos analisados nesta pesquisa. Percebeu-se que eles estavam submetidos a certas exigências que influenciaram na elaboração, na ordem, na metodologia, no dito, no não-dito e nos interesses, todos esses elementos determinaram a organização estrutural e o conteúdo dos milagres e da crônica histórica.

Os textos nos levam a conjecturar sobre o sentido e a lógica social vigente na sociedade portuguesa, pois são imbuídos de discursos pautados pelo modelo cristão. Ambos são produtos culturais que nos permitiu compreender aspectos sócio-políticos importantes da sociedade medieval portuguesa. Os autores das narrativas fizeram uma representação do seu tempo e espaço o que nos possibilitou analisar as relações de poder e gênero a partir das práticas culturais.

Os discursos na *Crônica de D. João I* e nos *Milagres Medievais, numa colectânea mariana alcobacense*, utilizados nesta pesquisa explicitam identidades sociais e a memória, assim como aspectos culturais e políticos da sociedade portuguesa medieval. Ressalta-se que esses elementos não são dados como fixos, mas sim como vestígios de um período de constantes rupturas que transformaram a sociedade portuguesa.

Para uma melhor compreensão do contexto social deste trabalho, iremos analisar no próximo capítulo as relações sócio-políticas em Portugal entre 1383 a 1438. Durante esse período o reino português foi governando por D. João I (1385-1433) e D. Duarte (1433-1438, filho e sucessor de D. João I). Porém, com o objetivo de compreender o Movimento de Avis (1383), e os aspectos culturais, sociais e políticos de Portugal nos séculos XIV-XV, que possibilitaram a mudança dinástica, também iremos discorrer sobre o reinado de D. Fernando (1367-1383) e a regência de D. Leonor Teles (1383-1384).

CAPÍTULO 2 - AS RELAÇÕES SÓCIO-POLÍTICAS EM PORTUGAL ENTRE 1383 A 1438: AS CONTINUIDADES E DECONTINUIDADES NOS PRIMEIROS ANOS DO PODER RÉGIO AVISINO

Segundo Oliveira Marques (1996) os seguintes elementos constituíram a sociedade portuguesa medieval: elementos feudais comuns ao restante da Europa Ocidental; elementos feudais deturpados pelo processo de Reconquista, e luta entre credos; e elementos moçárabes e islâmicos. A conjectura social, política e cultural heterogênea portuguesa, e o processo de Reconquista, possibilitou a centralização do poder monárquico⁴², que tinha pretensões de comandar e ordenar a sociedade, porém é a partir da coroação do Mestre de Avis como rei em 1385, que o Estado português é burocratizado e sistematizado.

Para compreender os fatores que permitiram a mudança dinástica em Portugal através do movimento avisino no século XIV, em que o grupo político pertencente a dinastia de Borgonha é retirado do poder, iremos neste capítulo elencar as principais características do reinado de D. Fernando (1367 a 1383), da curta regência de D. Leonor Teles (1383 a 1384), assim como o reinado de D. João I (1385 a 1433) e D. Duarte (1433 a 1438).

Decidimos no decorrer da construção deste texto que era necessário esse recuo, pois “as atribuições da realeza na Reconquista, foram fundamentais para compensar o quadro de fragmentação de poderes característicos dos “velhos tempos.” (ACCORSI JUNIOR, 1997, p. 19). Por isso foi imprescindível analisar o reinado de D. Fernando (último rei da dinastia de Borgonha), e a regência de D. Leonor Teles, com o objetivo de perceber as continuidades, as descontinuidades, as tensões e as contradições que compunham as estruturas a sociedade Portuguesa nos séculos XIV e XV.

Fernão Lopes escreveu sobre o reinado do Mestre de Avis, durante a governança de D. Duarte (filho e sucessor de D. João I). O monarca utilizou a crônica histórica como um instrumento legitimador de seu poder. Através da exaltação dos feitos passados de seu pai o soberano buscou responder àqueles que duvidavam do seu direito de reinar, ou seja, o passado legitimaria o presente, e daria condições necessárias para a dinastia avisina continuar exercendo o poder régio no futuro. Ressalta-se que apenas a regência de D. Duarte não está presente na *Crónica de D. João I*, porém é o monarca que encomenda a Fernão Lopes a

⁴² As medidas para a centralização dos poderes nas mãos dos reis começam em Portugal no século XII, com o passar dos anos o poder régio é fortalecido, o que acarretou na diminuição dos poderes da nobreza tradicional local, e também uma dependência desse grupo do aparato régio nos séculos XIV e XV. O primeiro rei de Portugal foi Afonso I “O Conquistador” entre 1139 a 1185, portanto, D. Fernando (1367 a 1383), é o último rei pertencente a dinastia de Borgonha que realizou o processo de Reconquista.

narrativa, o que nos fez questionar os motivos que o levaram a essa ação, e como estava a situação sócio-política durante o seu reinado.

2.1 O Movimento de Avis: Do Reinado de D. Fernando a Regência de Leonor Teles

Mas temos que o muito alto Senhor Deus, que em sua providência nenhuma coisa deixa sem fazer, que tinha preparado do Mestre ser Rei, ordenou que não o matasse outro senão ele; e isto em tempo assinado e com ações, posto que poderoso fosse de outra coisa fazer. Estar certo é que quando o Conde por tempo, daquela grande maldade que dissemos, dormindo com a mulher de seu Senhor, de que tantas mercês e riquezas havia recebido, não soou isto assim simplesmente nas orelhas dos grandes senhores e fidalgos, que lhe não gerasse grande e assinado desejo de vingar a desonra do Rei D. Fernando⁴³ (CDJ I, v. I, cap. I, p. 4).

O discurso cronístico histórico de Fernão Lopes aponta que o principal motivo que levou o Mestre de Avis, a liderar o movimento avisino, é a traição cometida pelo conde de Andeiro contra o rei D. Fernando, ao manter relações sexuais com a rainha D. Leonor Teles. Por isso, teria havido um crescente desejo em D. João I de vingar seu meio-irmão da desonra perante aos outros senhores.

O cronista para reforçar o seu argumento expõe que antes de morrer o rei teria a intenção de mandar uma carta ao seu irmão bastardo, pedindo que ele matasse o conde, para isso chamou o escrivão João Gonçalves. O funcionário real redigiu o conteúdo da correspondência, em que o rei convocava o seu irmão para tal missão, sem apresentar a motivação a qual o levou a fazer tal pedido. Porém, o escrivão o aconselha a não mandar a carta pelo grande dano que causaria ao Mestre de Avis, matar o conde, o rei teria acatado a recomendação, e rasgado a correspondência.

A Crónica de D. João I,

inicia-se imediatamente após o momento da morte de D. Fernando. Conta a morte do conde Andeiro, aqui já citado e a posterior fuga da rainha D. Leonor Teles para Santarém. Tal fato acarretou a afirmação de D. João como regedor do reino (1383) e posteriormente como rei (1385). A sua caminhada em direção ao trono foi facilitada por meios dos conflitos bélicos os quais Portugal tratava contra Castela. O primeiro destes foi a Batalha de Atouros (6 de abril de 1384) seguida do Cerco de Lisboa (1384) em que as forças castelhanas foram derrotadas pela primeira vez apesar de que o exército de origem portuguesa estava em número maior (RIBEIRO, 2017, p. 23).

⁴³ Mas teemos que o muito alto Senhor Deos, que em sua providencia nehuña cousa falleçe, que tinha desposto de o Meestre ser Rei, hordenou que o nom matasse outro senom ele; e isto em tempo assinado e com certos aazos, posto que poderoso fosse de o doutra guisa fazer. Ca certo he que husamdo o Conde per tempo, daquellla gram maldade que dissemos, dormindo com a molher de seu Senhor, de que tamtas merçees e acreçemtamento avia rreçebido, nom sohou esto assi simprezmente nas orelhas dos grandes senhores e fidalgos, que lhe nom gerase grande e assinado desejo de vingar e desomrra delRei dom Fernamdo (CDJ I, v. I, cap. I, p. 4).

Na crônica histórica, os fatos são narrados minuciosamente pelo autor, que tem como ponto de partida a morte de D. Fernando, e suas consequências. Fernão Lopes escreveu 3 (três) crônicas: *Crónica de D. Pedro*, *Crónica de D. Fernando* e *Crónica de D. João I*, todas estão interligadas cronologicamente, por isso na *Crónica de D. João I*, poucas passagens tratam sobre o reinado de D. Fernando. A narrativa é construída a partir da regência de D. Leonor Teles, em que o autor justifica as ações do Mestre de Avis contra a sua cunhada, esmiuçando principalmente o suposto caso dela com o conde, que estaria causando desonra a sua família. A mudança dinástica em Portugal no século XIV, é o resultado de uma crise que se agravou durante o reinado ferdinando, e que colocou diversos grupos sociais em conflito.

Na Baixa Idade Média, D. Fernando I, “O Formoso” e “O Belo”, como era conhecido, reinou de 1367 a 1383, filho mais velho de D. Pedro I, foi o último monarca da dinastia de Borgonha. Ele era casado com D. Leonor Teles, com quem teve apenas uma filha, a infante D. Beatriz, que por causa da falta de sucesso de seu pai nas guerras contra Castela, foi prometida ao rei D. João I de Castela. Acerca do governo ferdinando, afirma-se que:

As primeiras querelas sociais haviam já começado quando D. Fernando casara com Leonor Teles (1372). Prosseguiram durante todo o reinado, acirradas pelo descontentamento que a política bélica provocava de norte ao sul do País. Houve “uniões” (isto é, grupos unidos no combate) e levantamentos em Valença, Guimarães, Montemor-o-Velho, Leiria, Alenquer, Abrantes, Tomar, Santarém, Lisboa, Sousel e Portel, se não algures. Na falta de herdeiro masculino, a sucessão de D. Fernando passou para a sua única filha legítima D. Beatriz, que ele casara com D. João I, rei de Castela, depois de sua terceira derrota. As cláusulas do matrimônio confiavam a regência e o governo do reino à rainha-mãe Leonor Teles, até filho nascer a Beatriz. Quaisquer que fossem as circunstâncias, os dois reinos deveriam viver permanentemente separados. Manobras políticas e ambições pessoais impediram qualquer solução pacífica. D. João I de Castela decidiu invadir Portugal e tomar conta do poder. A este passo violento moveu-se, porventura, a crescente oposição ao governo de Leonor Teles e do seu amante, o conde João Fernandes de Andeiro, um nobre galego (OLIVEIRA MARQUES, 1996, p. 116).

O descontentamento com o poder monárquico durante o governo ferdinando acirrou-se após a sua morte, pois pelo *Tratado de Salvaterra dos Magos*⁴⁴, o primogênito do casamento de D. Beatriz com D. João I de Castela, seria o rei de Portugal, ao completar 14 anos, o problema é que o casal ainda não possuía herdeiros.

O acordo entre os reinos determinava que enquanto D. Beatriz não tivesse um herdeiro, D. Leonor Teles assumiria a regência do reino português. Porém, pela linha de sucessão tradicional, a filha de D. Fernando e seu esposo, D. João I de Castela, teriam direito

⁴⁴ Acordo entre as coroas de Castela e Portugal, que estabeleceu as regras sucessórias nos dois reinos.

de governar Portugal, se a rainha abdicasse do seu direito político. Essa possibilidade era repelida pela "arraia miúda", pelos comerciantes e pelos nobres secundogênitos. Assim,

após várias hesitações que reflectem a inconstância de D. Fernando em política internacional, D. Beatriz casa com D. João de Castela, por contrato de abril de 1383. O Tratado foi jurado, ao corpo de Deus consagrado, pelos principais prelados e nobres do reino. Do mesmo modo, foi jurado em Badajoz, em 21 e 22 de Maio, pelos fidalgos castelhanos e portugueses, entre os quais o Mestre de Avis. Também os procuradores juraram o Tratado, nas cortes de Agosto, em Santarém. As implicações deste Tratado na sucessão ao trono de Portugal são sobejamente conhecidas. Resumidamente, diremos que o Tratado estipulava que, caso D. Fernando morresse, lhe sucederia o seu filho varão legítimo, se tal houvesse. D. Fernando morre a 2 de Outubro de 1383 sem deixar filho varão. Logo, eram as outras hipóteses previstas no Tratado que seriam levadas em conta: a herança caberia a D. Beatriz e a seu marido, que passaria a intitular-se Rei de Portugal como marido da dita infante. Unicamente no caso de não haver filhos desse matrimónio à data da morte de D. Beatriz, é que D. João seria Rei de Portugal, reservando-se, contudo, a autonomia do reino, com Cortes, moedas e funcionários próprios. Isto porque a coroa de seus reinos enquanto puder que se não haja de juntar nem misturar com a coroa dos reinos de Castela. Havendo filhos do matrimónio, o mais velho seria Rei de Portugal, e até aos 14 anos a regência estava confiada a D. Leonor Teles (VENTURA, 1992, p. 10).

Ventura (1992) assinala que pelo *Tratado de Salvaterra dos Magos*, D. João I de Castela estava correto ao requer o reino de Portugal para a sua esposa D. Beatriz, porém para os “verdadeiros portugueses” era inaceitável que um rei estrangeiro os governasse. Importante ressaltar que a morte de D. Fernando desencadeou uma crise dinástica sucessória, que foi produto das tensões que ocorreram durante o seu reinado. Esses conflitos possibilitaram uma mudança dinástica em que o Mestre de Avis, filho bastardo de D. Pedro e meio-irmão de D. Fernando, fosse coroado rei de Portugal em 1385.

Diversos fatores contribuíram para a mudança dinástica em Portugal, como os conflitos internos durante o reinado de D. Fernando, que eram semelhantes àqueles que ocorriam em boa parte da Europa Ocidental. O rei cada vez mais tomava medidas para centralizar o poder, para isso o monarca realizou diversas ações através de diversificados instrumentos, com o objetivo de diminuir o poder local dos senhores da nobreza, e concentrar os poderes nas mãos do rei. A respeito do poder monárquico luso, ressalta-se que

de início, podemos dizer, dentro do quadro geral europeu, a realeza portuguesa dos finais da Idade Média, não se diferenciou das demais monarquias emergentes. A concentração de poderes nas mãos do rei, ainda que de forma desigual, foi uma realidade em todo o continente. No plano da visão de mundo, continuou como topo de uma sociedade hierarquizada. O que se processou neste sentido, e de forma mais acentuada em relação aos séculos anteriores, foi um deslocamento dos domínios a partir dos quais a sociedade procurou hierarquizar-se. E tal reenquadramento processou-se através de uma releitura dos antigos valores da sociedade feudal (ACCORSI JUNIOR, 1997, p. 18).

A colisão entre poderes em Portugal, acarretou conflitos entre os senhores nobres tradicionais e aqueles que desejavam fazer parte das decisões políticas. Esse confronto intensificou-se com as mudanças econômicas, sociais e políticas que ocorreram no final da Idade Média, que acabaram por complexificar as relações sociais. O Movimento de Avis é o resultado dessas tensões político-sociais em que os senhores nobres buscavam manter seu prestígio e poder, enquanto o poder régio queria ampliar o seu domínio da sociedade.

O rei possuía a partir do século XIII, um certo número de direitos relevantes que o permitiam interferir até mesmo na sucessão dos nobres em suas famílias, e também em casos de alta justiça o monarca tinha a última palavra. Na busca por centralizar o poder surgiu o sistema de inquirições, que permaneceu até o século XIV, durante o reinado de D. Fernando. As inquirições régias portuguesas realizavam registro dos bens, das propriedades e das rendas.

Portugal possui uma extensão territorial pequena, por isso a vassalidade era generalizada entre os nobres que tinham dependência direta do rei. Como o monarca era um dos maiores proprietários, havia um grande número de vassalos diretos que deveriam responder ao soberano. Como consequência da vassalidade tem-se as concessões de feudos, que era um benefício recorrente na corte portuguesa oferecido geralmente aos membros das famílias nobres, preferencialmente aos homens primogênitos (REBELO, 1983, p. 24).

Essas concessões de feudos ocorriam de forma variada e em abundância, por exemplo, muitos a recebiam por prestar serviço militar ou administrativo, configurando-se como uma forma de pagamento, ou um dos membros da família a recebia por ser favorito. Porém, a partir de D. Fernando há uma restrição a essa prática, fato que acaba por desagradar os senhores da nobreza, que já não detinham plenos direitos sobre as suas terras, para doá-las deveriam pedir permissão as instituições monárquicas.

D. Fernando, apesar de ter o apoio de boa parte da nobreza, restringe os direitos dos nobres, negando honras e direitos que eles haviam adquirido a partir de 1325, como por exemplo as concessões de feudos, que eram realizadas generosamente, e sem nenhuma restrição. Ressalta-se que o soberano não proibiu a prática de pagamentos de serviços através de feudos, mas conseguiu restringi-la negando autorizações àqueles que recorriam a justiça. Portanto,

destituídos de suas tradicionais fontes de poder, prestígio e riqueza, os senhores tenderam, cada vez mais, a não reconhecerem os limites impostos pelos antigos costumes. Taxas e exações proliferaram, desencadeando um clima de pressão favorável à revolta de toda a massa de vilãos contra os senhores, sobre os quais recaíam as responsabilidades maiores pelo flagelo da crise (ACCORSI JUNIOR, 1997, p. 54).

O rei recebe um reino com uma frágil estabilidade social, em que os nobres gastavam mais do que possuíam, enquanto isso os comerciantes obtinham lucros com o comércio interno e externo, fato que contribuiu para a ruptura da estabilidade social, pois a nobreza tradicional ainda buscava a obtenção de lucros fáceis e a manutenção do *status social* (ACCORSI JÚNIOR, 1997, p. 60).

Os conflitos “em Portugal, atingiram seu ponto mais crítico no reinado fernandino – 1371, 1372, 1374, 1375 e 1376 foram maus anos agrícolas, tendo a peste de 1374 contribuído no sentido de agravar a situação” (ACCORSI JUNIOR, 1997, p. 52). Os constantes surtos de peste negra (1370, 1373 e 1375), acabaram por diminuir o contingente demográfico. O que ocasionou o aumento nos preços dos alimentos, diminuição dos cereais e escassez de mão de obra, afetando as cidades, e colocando os medievos portugueses em condições sociais desfavoráveis, principalmente aqueles que viviam no meio urbano. No meio rural também faltavam trabalhadores. Alguns camponeses se recusavam a trabalhar nas condições oferecidas, e como um número considerável morreu por causa da peste negra, muitos campos em Portugal ficaram improdutivos. Somado a esses fatores, houveram

as três guerras contra Castela, além de exaurir o erário régio, levar a desvalorizações monetárias e a uma desenfreada alta de preço, exerceu efeitos tais sobre a população dos campos, vilas e cidades, que desencadeou motins e rebeliões da mesma natureza dos que se estenderam de 1378 a 1383 pela Itália, França, Países Baixos, Sacro-Império e Inglaterra. (ACCORSI JUNIOR, 1997, p. 53).

As aventuras militares do rei, principalmente contra Castela (1369-71, 1372-73, 1381-82), assim como sua participação indireta na Guerra dos Cem Anos, agravaram a crise econômica em Portugal. As ações bélicas ferdinandas causavam onerosos gastos aos cofres portugueses, além de sucessivas derrotas que acabavam por colocar em dúvida as decisões do soberano. Para cobrir as despesas de tantas ações militares a monarquia e os senhores da nobreza, aumentaram exacerbadamente os tributos, o que acabava por pressionar os não abastados, como o pequeno camponês e a "arraia miúda".

Um outro fator que prejudicou o reinado de D. Fernando, foram as altas nos preços dos produtos (inflação), não existia um preço fixo ou equivalente que pudesse ser utilizado no comércio interno e externo. Uma das soluções para esse problema foi a emissão de moedas de ouro e prata com o nome do monarca, com o intuito de estabelecer preços determinados, o que não deu certo, elas tornaram-se obsoletas, e a tribulação continuou.

Segundo a historiografia portuguesa a governança de D. Fernando não foi boa por causa da sua inconstância e inabilidade de resolver as questões sociais latentes, e a falta de

atendimento das demandas dos diferentes segmentos da sociedade, que eram excluídos das decisões políticas. Além disso as ações bélicas externas não surtiam nenhum benefício para o reino, e agravaram

os problemas sociais, que Afonso IV e Pedro I tinham conseguido refrear, elevaram-se agora a um estado geral de descontentamento, em especial entre os mercadores e as classes baixas. Nas cortes, revelou-se em que medida crescia a inquietação e se espalhava por todo o País... A sua política desastrosa, que era, em boa verdade, o resultado de uma tentativa, pela aristocracia terratenente, de conservar forças e privilégios tradicionais (OLIVEIRA MARQUES, 1996, p. 115).

O reinado de D. Fernando não conseguiu contornar as condições desfavoráveis que atingiram todos os grupos sociais, causando um descontentamento generalizado com a sua governança. Pois, aqueles que viviam no meio urbano encontravam-se em estado de miséria, no meio rural faltava mão de obra, os nobres tradicionais perdiam cada vez mais suas riquezas e *status* social e político. Além disso, o rei casou-se com D. Leonor Teles, que juntamente com aqueles que o apoiavam, tornaram-se odiados por uma boa parte da população. Em relação a oposição ao poder monárquico, afirmar-se que:

Segundo a crônica de Avis, os “novos tempos” trariam o Mestre de Avis e os homens de seu serviço, para livrar os “naturais” da cupidez de uma nobreza pró-castelhana que aliada a “estrangeiros” e pouco afeita ao “serviço de Deus”, não hesitava e submetera “arraia miúda”, “a gente pequena dos logares”, as misérias da destruição causada por conflitos que apenas tendiam a seus interesses, e que cada vez mais ampliavam seus efeitos devastadores (ACCORSI JUNIOR, 1997, p. 54).

Para os “verdadeiros portugueses”, o reinado de D. Fernando e a regência de D. Leonor Teles representavam a manutenção das desigualdades e injustiças, que favoreciam apenas a conservação da ordem social em que os gastos dos nobres era um peso para os cofres portugueses. D. Leonor seria favorável aos interesses da nobreza tradicional. A rainha segundo Fernão Lopes, influenciava negativamente o seu marido ao lhe dar conselhos ruins que afetavam as decisões políticas. O soberano é vitimizado, e colocado como influenciável pelo cronista Fernão Lopes.

Os pontos negativos sobre o reinado de D. Fernando são enaltecidos para explicar a mudança dinástica, porém a historiografia recente assinala que apesar da crise, o rei conseguiu realizar boas ações como: expansão da área amuralhada de Lisboa, Porto, Santarém, Évora, Coimbra, Braga, Viana, Ponte de Lia, Óbidos e Beja; tornou as cidades também base de sustentação financeira, tirando um pouco da pressão do meio rural; colocou

em prática medidas que favoreciam os mercadores; protegeu o comércio externo; financiou a construção naval; e restringiu a importação.

Além disso, " foi com D. Fernando (1367-1383) que se avançou para outro patamar diplomático e, com isso, surgem as primeiras alianças de cariz militar entre Portugal e Inglaterra" (PINTO, 2015, p.12). Durante o reinado do soberano as relações com o reino inglês foram fixadas, e posteriormente abaladas.

Após a morte de D. Fernando, a monarquia é passada para a regência de D. Leonor Teles, que era resguardada pelo *Tratado de Salvaterra dos Magos*, o que a tornou uma legítima regedora, porém a sua posição era contestada. Excluindo D. Beatriz⁴⁵ da linha sucessória para o reino português, por causa de seu casamento com D. João I de Castela. Restava três possibilidades de sucessão para o reino de Portugal: os dois filhos de D. Pedro, "O Cruel" (1320-1367) com D. Inês de Castro que são, D. João, duque de Valência e D. Dinis, Senhor de Cifuentes, que segundo Fernão Lopes não poderiam ser nomeados reis, por serem filhos ilegítimos, já que não houve o matrimônio mediado pelo clérigo entre seus pais; e a terceira opção seria o Mestre de Avis, filho bastardo de D. Pedro com Teresa Lourenço, e meio-irmão de D. Fernando.

Ao perceber que não seria fácil se estabelecer como rei de Portugal, D. João I de Castela, na tentativa de cessar as contrariedades a sua autoridade, prendeu D. João, Duque de Valência, diante do perigo, o seu irmão D. Dinis, fugiu, e acabou morrendo na cidade de Salamanca. A retirada dos filhos de D. Pedro da disputa política, abriu os caminhos para o Mestre de Avis, que de acordo com o discurso de Fernão Lopes era a única opção viável, que poderia frear o domínio de Castela sobre Portugal.

A regente D. Leonor Teles continuou com a mesma política que D. Fernando. Além disso a sua estreita relação com os castelhanos, por conta do casamento da sua filha D. Beatriz com o rei de Castela, agravaram os conflitos em Portugal, que ocasionaram uma instabilidade generalizada, pois os "verdadeiros portugueses" a acusavam de conspirar com o inimigo externo.

Na *Crónica de D. João I* as ambições pessoais do grupo político comandado pela regente, e até mesmo os seus próprios anseios e manobras permitiria o rei de Castela invadir Portugal, portanto a culpa pela crise acaba recaindo em boa parte sobre os ombros da soberana.

⁴⁵ "[...] lembremos a resistência à proclamação de D. Beatriz como rainha de Portugal. D. Leonor manda que se toe voz por sua filha. Pendões, sinais, pregão de arraial, são erguidos por D. Beatriz, rainha de Castela e Portugal" (VENTURA, 1992, p. 15).

Andeiro⁴⁶ e Leonor Teles eram apoiados por boa parte da nobreza, contrário a eles estavam os comerciantes, as camadas baixas da nobreza, os nobres secundogênitos e o povo, comandados pelo Mestre de Avis (filho ilegítimo de D. Pedro). No início o Movimento de Avis era contra os inimigos internos D. Leonor Teles, o conde de Andeiro e seus aliados, porém após a abdicação da regente, os descontentes voltaram-se contra D. João I de Castela e D. Beatriz.

A morte do conde de Andeiro representou a derrota da nobreza tradicional pró-castelhana, que para a manutenção dos privilégios, riquezas e prestígio apoiou o domínio de Castela sobre Portugal. A regente D. Leonor Teles, ao perceber que as tensões aumentavam, e com medo pela sua vida, foge de Lisboa para cidade de Alenquer, ao se retirar da disputa política, a rainha deixa o caminho livre para o Mestre de Avis, que a partir desse momento tem como inimigo maior o rei de Castela.

O Mestre de Avis, ao assassinar o conde de Andeiro, desafia o poder de D. João I de Castela, que a partir dessa ação, adentra em Portugal com o seu exército. Fernão Lopes aponta que o objetivo do filho de D. Pedro I, era restabelecer a honra da sua família, pois como um homem humilde ele não tinha ambições de ocupar o trono português. Assim, após assassinar o conde de Andeiro, ele pensa em fugir para a Inglaterra. Acerca disso a crônica histórica assegura que:

O Mestre vendo as coisas que aconteceram depois, dizendo que ele estava com desordenada cobiça de reinar, ou haver outro senhorio João Fernandes, esta nunca foi sua vontade, em seu coração tal desejo não existia; mas somente por usar de uma honrosa façanha, vingando a desora de seu irmão, antes pôs a vida e a honra em grande tremendo perigo para fazer tal obra, correndo o risco de deixar o reino e o Mestrado por isto, como de feito quisera fazer. Porque tanto que a Rainha partiu para Alenquer e ele ficou na cidade, ouve o Mestre conselho por segurança de sua vida, de se ir para a Inglaterra, vendo que não lhe convinha ficar no reino⁴⁷ (CDJ I, v. I, cap. XVII, p. 38).

Fernão Lopes afirma, em diversos momentos da narrativa, que a intenção do Mestre de Avis, nunca teria sido se tornar rei, mas como um homem justo e que lutava pela sua família, ele vingou o seu meio-irmão. Isso colocou a sua própria vida em risco, com medo

⁴⁶ "O nobre fidalgo de origem da Galiza e que cultivava intenções políticas para com o partido de Castela foi morto em 1383 por D. João, Mestre de Avis e Álvaro Pais, que havia sido oficial de justiça e do desembargo da casa de Borgonha, juntamente com Rui Vasquez e Gonçalo Pereira" (RIBEIRO, 2017, p. 23).

⁴⁷ O Meestre veemdo as cousas que sse depois seguirom, dizemdo que ell com desordenada cobiça de rreinar, ou aver outro senhorio Joham Fernamdez, ca sua voomtade numca esta foi, nem sobio em seu coraçom tal desejo; mas somente por husar dhuña homrrosa façanha, viimgamdo a desomra de seu irmão, amte pos as vida e homrra em grande aventura tremetendosse de fazer tal obra, depoemdo de leixar o rregno e ho Mestrado por esto, como de feito quisera fazer. Porque tanto que a Rainha partio pera Allamquer e ell ficou na cidade, ouve ho Meestre comselho por seguramça de sua vida, de sse hir pera Imglaterra, veemdo que lhe nom convinha ficar no rregno (CDJ I, v. I, cap. XVII, p. 38).

ele teria pensado em deixar o reino e a sua ordem para trás, porém os seus companheiros o convenceram do seu dever com Portugal, e o seu povo, mesmo assim o filho de D. Pedro, continuou temendo pela sua vida. Em relação ao pedido dos "verdadeiros portugueses" a crônica histórica reafirma que:

Então chegaram a ele, pedindo lhe por mercê que os não quisesse desamparar deixando eles e o reino todo, que com tanto trabalho fora ganhado pelos Reis de onde ele vinha, em poder de Castelhanos; lá eles bem certos eram, que o Rei de Castela era as pressas chamado pela Rainha; e vindo ao reino poderosamente era por força de se assenhorar dele, se não tivesse quem o defender, e eles dominados pela mesquinhez; e que porém lhe pediam por mercê, que se não quisesse partir, mas que ficasse na cidade, lá eles o queriam tomar por senhor, que o regesse e mandasse em todas as coisas⁴⁸ (CDJ I, v. I, cap. XX, p.42).

Na narrativa de Fernão Lopes no Volume I, a guerra contra Castela em território português começa após a decisão do Mestre de Avis, de ser o defensor do reino, acatando assim o pedido de seus coligados e do povo ("arraia miúda") para que ele ficasse para proteger e reger os "verdadeiros portugueses" contra o inimigo na fé. Uma das batalhas mais importantes é o Cerco de Lisboa. O autor narra detalhadamente a estratégia militar de D. João I, e de seus aliados que passam por diversas cidades em Portugal, expulsando e guerreando contra os castelhanos, até a sua coroação como rei em 1385 nas cortes portuguesas. A confluência dos problemas econômicos, políticos e sociais ocasionou

a crise que acumulou tensões que se arrastaram por, praticamente, um século, e que atingiram sua fase mais acesa em 1383 e no início do reinado fernandino. Até a paz com Castela em 1411, a guerra desempenhou um papel estruturante do sentimento de pertença a uma comunidade maior que se formava. As necessidades de defesa e aprovisionamento das cidades e vilas, face à ameaça, foram capazes de produzir uma unidade suficiente, para, pelo menos, adiar conflitos e pressões que viriam, mais tarde, exigir solução. Tratou-se, sobretudo, de apontar para um grande Outro: já na crônica de Fernão Lopes, o inimigo o era por oposição na fé. (ACCORSI JUNIOR, 1997, p. 62).

A partir da retirada da cena política da regente Leonor Teles, acusada de conspirar com Castela, o inimigo que antes era em parte interno, passa a ser externo, representado no território português pelos nobres naturais aliados a causa da rainha de Castela D. Beatriz, e seu esposo. Caracteriza-se o movimento de Avis como elemento aglutinador e catalisador da

⁴⁸ Estomçe chegarom a ele, pedimdo lhe por merçee que os nom quisesse desemparar leixamdo eles e o rregno todo, que com tamto trabalho fora ganhado pelos Reis domde ele viinha, em poder de Castellaãos; ca eles bem certos eram, que elRei de Castela era a presa chamado da Rainha; e viimdo ao rregno poderosamente era per força de se assenhorar dele, se nom tevesse quem no defemder, e elles postos em mesquinha e rrefeçe sojeiçom; e que porem lhe pediam por merçee, que sse nom quisesse partir, mas que ficase na cidade, ca elles o queriam tomar por senhor, que os rregesse e mandasse em toda cousa (CDJ I, v. I, cap. XX, p.42).

crise que perdurava desde o reinado de D. Fernando. Esse processo possibilitou ao Mestre de Avis ascender o poder, como o representante dos “verdadeiros portugueses”, que teria sido escolhido por Deus e pelo povo para reinar e reger o reino português. Ressalta-se que Portugal desde o processo de Reconquista, utilizou como estratégia simbólica deslegitimar o outro principalmente pela oposição na fé, essas ações são percebidas na narrativa contida na hagiografia no seguinte trecho,

O filho de um vidreiro judeu estudava na escola com as crianças cristãs. Certo dia, na celebração da missa de uma festa, na basílica de Santa Maria, a criança judia abeirou-se da comunhão a receber o glorioso corpo e sangue do Senhor juntamente com as outras crianças. Recebido o sacramento, volta ela cheia de alegria para a casa do pai. Quando este, por sua vez, pega nela, entre beijos e abraços ela conta-lhe radiante o que acabou de receber. Ora o pai, que era inimigo de Cristo Senhor e das suas leis, responde à criança: “Uma vez que foste comungar com essas crianças cristã e te esqueceste dos avisos e do interesse de teu pai, para reparar a ofensa feita à lei de Moisés, meu parricida, terei de ser inflexível para contigo”. Agarra na criança, lança-a pela boca de uma fomalha a arder e põe-se a meter mais lenha para aumentar a violência do fogo⁴⁹ (*Milagres medievais, Numa Colectânea Mariana Alcobacense, Milagre 2- Como libertou uma criança judia do fogo de uma fomalha, 2004, p. 67*).

Na narrativa o judeu é caracterizado como um homem violento e inflexível, que por odiar os cristãos, tem a atitude de jogar seu próprio filho na fomalha (a criança teria assistido a missa e praticado a eucaristia). O contraponto é atitude da comunidade cristã representada como tolerante, já que permitiu que uma criança judia comungasse do corpo e do sangue de Cristo. Assim, como os judeus e os mulçumanos, os castelhanos não teriam vencido a guerra por serem inimigos de Cristo. Nos capítulos em que narra o conflito contra Castela, Fernão Lopes sempre dar destaque a superioridade militar dos castelhanos, que é superada pela intervenção divina a favor do povo português, por esses serem fiéis a Cristo, e aos seus mandamentos.

Enfim o Movimento de Avis é resultado das tensões sócio-políticas que se agravaram durante o reinado de D. Fernando, e que teve como estopim a morte do rei, pois os diversos estratos sociais já vivenciavam conflitos que os levaram a guerrear entre si, e contra Castela. Seria o movimento avisino de 1383, “subversivo”, e por isso teria iniciado “novos

⁴⁹ Quid ergo in oriente urbe Armenie actum fuerit ad roborandam fidem catholicam non silebo. Iudei cuiusdam uitrii filius cum apud christianos pueros ad studia litterarum eerceretur, quadam die dum missarum festa in basilica beate marie celbraretur ad participacionem gloriosi corporis et sanguinis dominici cum aliis infantibus infans iudes accessit. Quo sancto a se recepto, gaudens as domum patris reuertitur; illi quoque detinenti, inter amplexus et oscula patris quod accepit cum gaudio refert. At ille pater Christo Domino as suis legibus inimicus, ait puero: "quia cum hiis infantibus christianis communicasti, oblitus paterne pietatis monita, ad ulciscendam mosaice legis iniuriam, parricida, in te durus existam". Et apprehensum puerum in os fornacis ardentis proiecit adiectisque lignis quo uehementer exureretur, insistit (*Milagres medievais, Numa Colectânea Mariana Alcobacense, Milagre 2- Como libertou uma criança judia do fogo de uma fomalha, 2004, p. 67*).

tempos” em Portugal, em que os desfavorecidos pela sucessão hierárquica medieval ganharam poder e espaço no campo político com o reinado de D. João I? O reino prosperou de tal forma a superar a crise? São indagações pertinentes já que o Mestre de Avis é representado e representa na crônica histórica os “novos tempos” de prosperidade e paz em Portugal.

2.2 O Reinado de D. João I

O estabelecimento da Dinastia de Avis no poder ocorreu a partir do governo de D. João I (1383-85/1433). Com a morte do último monarca da dinastia de Borgonha, sem herdeiros masculinos, D. Fernando (1367-1383), o poder seria passado ou para a viúva D. Leonor Teles ou para o seu genro, o rei de Castela, também chamado de D. João, casado com a sua filha Beatriz, ainda em idade núbil, o qual tinha o apoio de boa parte da nobreza tradicional portuguesa. D. João, o Mestre de Avis, se colocou entre esses dois grupos, tendo apoio da nobreza secundogênita, da população pobre de Lisboa e dos comerciantes. Assim, conseguiu inicialmente ser nomeado regedor do reino, em 1385, e depois foi eleito rei nas cortes de Coimbra, em 1385 (ZIERER, 2017(a), p. 273).

Assim, o Mestre de Avis demonstrou notável habilidade de articulação política durante o movimento avisino em 1383. Pois, mesmo sendo a última opção para ocupar o trono português, o soberano conseguiu com o apoio dos segmentos sociais excluídos ser coroado rei nas Cortes de Coimbra em 1385.

A ascensão de um rei ilegítimo ao trono não somente significou um novo grupo político no poder, mas também uma nova ordem social. Os grupos antes desfavorecidos (comerciantes e "arraia miúda") ganharam importantes posições políticas e sociais, subvertendo e desafiando a ordem, e provocando colisões entre os divergentes segmentos políticos existentes em Portugal.

Diante da permanência da instabilidade que perdurou durante o seu reinado, e que somente diminuiu a partir do governo de D. Duarte (1433-1438), a dinastia avisina necessitou constituir a corte como espaço cultural, que tinha como principal objetivo produzir instrumentos de luta no plano simbólico. Dentre essas produções estava a *Crônica de D. João I*. A respeito do discurso avisino, destaca-se que:

Era necessário proceder à desarticulação da antiga visão de mundo, que valorizava o primado das relações pessoais, atribuindo um novo sentido à existência da vida em sociedade. Era necessário fornecer pressupostos lógicos de uma explicação do mundo que se compatibilizasse com as mudanças do vivido. A incorporação de baixas camadas da sociedade aos circuitos de reciprocidade do Paço, exigia o estabelecimento de uma lógica de classificação social mais abrangente e inclusiva (ACCORSI JUNIOR, 1997, p. 59).

A permanência do Mestre de Avis no poder dependia da desarticulação do que seria a antiga visão do mundo, pois sua ascensão significava “novos tempos” de prosperidade e paz em Portugal. Para isso, foi imprescindível inserir membros de baixas camadas da sociedade rompendo com a hierarquia social, que impedia esses sujeitos de estarem inseridos no âmbito político. Assim,

a vitória do Mestre de Avis significou nova dinastia e nova classe dirigente. D. João I (1385-1433), rodeou-se de legistas experimentados e de burocratas, procurando também apoio entre os mercadores, tanto portugueses quanto estrangeiros. Promoveu a posições importantes, política e socialmente, gente de “boa condição”, oriunda da burguesia, da pequena nobreza e até do artesanato. Foram importantes as mudanças na administração local, com os mesteirais a desafiarem a força, até então avassaladora, dos terratenentes (OLIVEIRA MARQUES, 1996, p. 119).

D. João I, era simbolicamente um rei que rompia com a lógica tradicional de sucessão régia por ser filho ilegítimo. Esse rompimento teria tornado a sociedade portuguesa mais inclusiva e abrangente nos últimos anos da Idade Média.

Tornou-se impossível não realizar ajustes e reajustes que acomodassem principalmente, a nobreza senhorial tradicional que segundo Fernão Lopes era uma traidora da causa de Portugal, considerada como “falsos portugueses”, porém mesmo com o poder limitado, ainda tinha importância no campo de disputa de poderes.

“A monarquia, com D. João I⁵⁰, diante da pressão popular e privada da base de sustentação que o senhorio tradicional lhe fornecia, viu-se forçada a lançar mão do apoio de contingentes situados na base da pirâmide social, e, conseqüentemente, a assimilar algumas de suas demandas.” (ACCORSI JUNIOR, 1997, p. 58). O reinado do Mestre de Avis tem início em 1385 e termina em 1433, e é marcado pelas constantes negociações do poder monárquico com os grupos sociais, especialmente com aqueles que o ampararam durante o Movimento de Avis. Para ter e manter o apoio D. João I atendeu a algumas demandas, que tinha como objetivo principal a conservação de seu *status* como soberano.

No reinado do último monarca da dinastia de Borgonha, D. Fernando, as estruturas sociais e políticas já estavam mudando. A monarquia buscava cada vez mais centralizar o poder régio, e por consequência restringir os poderes da nobreza tradicional local. Esse grupo social já não detinham tanto poder como antes, o *status quo* que os

⁵⁰ O reinado do meio irmão de D. Fernando foi marcado pelo processo de legitimação da nova dinastia. No ano seguinte as cortes de Coimbra, foi firmado o Tratado de Windsor, onde a coroa inglesa reconhecia a legitimidade de D. João I e concedia ao rei português a mão de uma de suas princesas (SILVA, 2014(b), p. 4).

permitted exercer influência nas demandas políticas passava por constantes ameaças. Acerca da concentração do poder político, corrobora-se que

O rei e a burocracia da Coroa invadiram as prerrogativas dos senhores, interferiram nas suas terras, sobrepujaram-lhes uma doutrina, uma autoridade e um centralismo que violavam todos os seus direitos e tradições. Até na guerra as novas invenções e estratégias retiravam gradualmente força e significado à cavalaria, ao castelo e ao combate individual. As instituições feudais, todavia, por muito ameaçadas e penetradas que estivessem, continuavam a resistir. (OLIVEIRA MARQUES, 1996, p. 84).

A ascensão do Mestre de Avis, rompe com a estrutura hierárquica de sucessão, enfraquecendo ainda mais a nobreza senhorial local. As medidas tomadas pelo soberano, burocratizaram e centralizaram o poder régio, o que colaborou ainda mais para o enfraquecimento dos nobres.

Durante o reinado de D. João I, há uma mudança substancial, pois, o rei avisino restringiu ainda mais a partir de 1384, as concessões de feudos aos descendentes legítimos, ao estabelecer que essa prática deveria ser realizada respeitando a linha sucessória familiar. Em 1389 ela ficou limitada apenas aos filhos, o que acarretava a manutenção do feudo entre os membros da família. Até então os feudos eram usados como forma de pagamento, podendo ou não ser transferidos para membros da mesma família. Como já mencionamos essa prática antes de D. Fernando não era restrita, sendo uma recompensa por serviços prestados. Porém, no período ferdinando o soberano podia ou não aprovar a concessão que era realizada para qualquer pessoa.

D. João I, representava o enfraquecimento da nobreza tradicional. O fato de um bastardo, ser nomeado rei de Portugal, evidenciava que as práticas sociais e políticas vigentes que fortaleciam e mantinham a nobreza no poder estava abalada. Por isso, o Mestre de Avis para desarticular e restringir os poderes daqueles que eram contrários ao seu reinado tomou certas medidas como, controlar as concessões de feudos. Contudo, D. João I, não contava que ao distribuir e redistribuir as terras entre os seus aliados criaria uma nova e forte aristocracia, que concentraria um grande número de terras. Após vencerem a guerra contra Castela, e terem

Celebrado a paz, os aliados do Mestre de Avis cobraram as promessas feitas em troca do apoio contra o inimigo. Novos homens reivindicavam por antigos privilégios. Em cortes percebe-se a “burguesia” apoiando reivindicações fidalgas. E, novamente, a monarquia vê-se às voltas com pressões por mercês. Não é fortuito que as primeiras expedições ao norte da África surgissem logo após o término da guerra contra Castela. É bastante verosímil que, uma vez terminado o conflito com o reino vizinho, o objetivo maior do consórcio entre homens bons e a monarquia nesta empreitada fosse esconjurar o fantasma da guerra (ACCORSI JUNIOR, 1997, p.62).

As pressões sob D. João I, advinham tanto dos senhores nobres naturais, quanto daqueles que se tornaram o novo grupo social privilegiado por terem apoiado o Mestre de Avis contra o inimigo. Os primeiros queriam a manutenção e restauração dos seus privilégios, enquanto o segundo grupo queria os privilégios da antiga nobreza, entre esses ficava o povo ("arraia miúda").

O "povo miúdo" não suportava mais pagar tributos altos pelas guerras, e desejava medidas efetivas para serem inclusos socialmente. Na tentativa de apaziguar a situação interna, o rei incentivou a exploração comercial marítima, e a conquista de novos territórios, mantendo os portugueses ocupados.

“No governo de D. João foi iniciada a Expansão Marítima, com a Tomada de Ceuta (1415), desviando a população de várias insatisfações, embora a manutenção da conquista também fosse custosa ao reino.” (ZIERER, 2014, p. 39). A partir de 1411, D. João I insere D. Duarte, seu sucessor, em seu governo régio. Pai e filho, planejaram e colocaram em prática a expansão do reino português em direção ao Norte da África.

A dominação de territórios pelo poder régio teve dois objetivos principais: manter ocupada a nobreza e os comerciantes, ambos buscavam novas fontes de riqueza. Com isso os nobres eram mantidos ocupados e fora das fronteiras portuguesas, o que facilitava a governança de D. João I, pois os seus principais opositores eram retirados das disputas políticas; e também para aliviar a pressão da crise econômica que continuava a assolar o reino, apesar das promessas de prosperidade do soberano.

D. Duarte, participa efetivamente do governo de seu pai, D. João I, que passa para ele os desembargos régios em 1412, que ocasiona a valorização das expedições como estratégia de poder da dinastia de Avis. Em 1415 a monarquia portuguesa liderada por D. João I, com a ajuda de D. Duarte, realizou expedição em Ceuta, a qual foi constituída de grande efetivo militar. Essa ação apesar de ter sido planejada, foi um fracasso, pelo alto custo de manutenção, mesmo assim o poder régio insistiu na sua continuidade. A Expansão Marítima portuguesa a princípio tinha como objetivo principal escoar as tensões entre os grupos sociais, após a paz com Castela era preciso um novo inimigo comum que sustentasse a frágil coesão social, direcionando as energias para uma outra guerra. (ACCORSI JUNIOR, 1997, p. 64).

A expansão do comércio externo com o resto da Europa Ocidental, principalmente com a Inglaterra, Flandres e França, colaboraram para o fortalecimento de D. João I no poder. Portugal conseguiu expandir seu domínio, mostrando a sua importância. Exportava fruta, sal, vinho, azeite, mel, cera, couros e peles, enquanto recebiam produtos manufaturados, armas,

munições, cereais, têxteis e especiarias. Ressalta-se que a inflação que atingiu a regência de D. Fernando, continuou sendo uma constante no reinado de D. João I.

Os “novos tempos”, continuou com as velhas práticas. A nobreza permanecia custando caro aos cofres do reino, as despesas com assentamentos, moradias, tenças, funcionários, dentre tantas outras coisas, não permitiam que os cofres públicos permanecessem com os recursos da monarquia.

Diante da continuação dos problemas sócio-políticos, a dinastia de Avis buscou legitimar os seus poderes como resultado da ação divina, porém a ascensão do Mestre de Avis ao poder é o resultado de alianças delineadas entre os diferentes grupos. D. João I, durante o seu reinado diversificou as bases de apoio da corte régia ao intensificar as trocas culturais, políticas, econômicas e sociais entre grupos distintos, complexificando a sociedade portuguesa.

Para controlar os membros da corte o rei utilizava mecanismos que restringiam o acesso a títulos, as pensões e a funções políticas e jurídicas. Além disso, os impedia de exercer atividades comerciais o que ocasionava a dependência dos senhores nobres tradicionais do poder régio. Quanto aos homens bons, o monarca limitava as concessões de cartas de privilégios que os permitiam o exercício de funções na magistratura e de outros ofícios importantes para o funcionamento do reino.

Essa complexificação dos estratos sociais, reconfigurou a relação entre a nobreza senhorial e o poder régio. A dependência dos serviços de apoio oferecidos pelos primeiros diminuiu consideravelmente, o que possibilitou a mudança daqueles que pertenciam aos grupos dominantes, e ampliou o número de pessoas que dependiam das mercês monárquicas. Assim, o poder régio se pulverizou e ganhou mais espaço, diminuindo o poder local dos nobres senhoriais. Essa grande concentração de poderes pela monarquia gera disputas dentro da corte régia, principalmente a partir do reinado de D. Duarte.

Em seus últimos anos de governança, D. João I, por conta das grandes despesas freia a política expansionista, dedicando seu tempo a vida literária e a redação de seu livro sobre caça. Nesse período a corte portuguesa transforma-se em um centro cultural com certas limitações: menor liberdade de expressão e com menos variedades de temas. Enfim de 1385 a 1438, a dinastia avisina não conseguiu conter as tensões internas. Ressalta-se que durante o governo de D. Duarte (1433 a 1438), houve uma significativa melhora, mas não o suficiente para dissipar as tensões e as contrariedades ao poder político da dinastia avisina.

Em relação a mudança tão propagada na *Crónica de D. João I*, constata-se que houve um afrouxamento da hierarquia social, ampliando o acesso ao poder daqueles que eram

considerados inaptos para exercerem funções políticas. Porém os “novos tempos” continuou com os antigos valores, aqueles que se beneficiaram por apoiar o Mestre de Avis em 1383, desejavam os mesmos privilégios dos nobres senhoriais tradicionais, o que ocasionou tensões e conflitos sócio-políticos.

A diferença era que o novo grupo político no poder, tinha como monarca um filho ilegítimo, que para centralizar o poder ampliou a sua influência atendendo a alguns dos anseios dos excluídos. A partir do reinado de D. João I, há uma centralização do poder senhorial nas mãos do soberano, e o enfraquecimento da influência da nobreza senhorial tradicional.

2.3 O Reinado de D. Duarte

D. Duarte, apelidado de "o Eloquent" pelo seu interesse pela cultura, escreveu *O Leal Conselheiro*, uma obra sobre ética e moral direcionada aos membros da corte. O monarca era o segundo filho do rei D. João I e da rainha D. Filipa de Lencastre, que tornou-se herdeiro do trono português após a morte de seu irmão mais velho, D. Afonso. O curto reinado eduardino, teve início em 1433, e terminou em 1438, quando o rei faleceu ao contrair a peste bubônica, aos 42 (quarenta e dois) anos de idade. Casou-se com Leonor de Aragão (1402-1455), com quem teve 9 (nove) filhos, dentre eles o seu sucessor no trono português: D. Afonso V (1432-1481). O soberano foi

o grande incentivador da escrita histórica de Portugal foi o filho de D. João I e Filipa de Lancaster. Após herdar o trono D. Duarte patrocinou crônicas sobre o reinado de seu pai e sobre a dinastia de Borgonha, raiz da dinastia de Avis. Tudo com o propósito de legitimar e exaltar sua linhagem. D. Duarte foi o responsável pela construção de uma imagem familiar dos Avis. Em seu projeto de modelo familiar, D. Duarte trabalhou para que fosse criada a ideia de que os Avis eram uma família unida, santa e culta. A marca da monarquia portuguesa deveria ser essa família ideal e exemplar, não só para os súditos, mas também, e principalmente, para os outros monarcas e famílias reais da Europa (SILVA, 2014(b), p.7).

O filho e herdeiro de D. João I patrocinou Fernão Lopes em um projeto para legitimação e glorificação do poder político da sua família. Durante seu curto reinado (cinco anos), deu continuidade à política de exploração marítima e de conquistas em África. Como participou ativamente do reinado de seu pai, D. Duarte, acumulou experiência. Antes de ser rei realizava os desembargos régios (1412), porém logo se afastou para planejar a invasão de Ceuta.

Uma conquista importante de seu governo ocorre entre 1435-36, através de certas medidas o monarca conseguiu controlar a inflação que começou na regência de D. Fernando,

e permaneceu durante o reinado de D. João I. D. Duarte herdou o trono, e as pressões sociais, políticas e econômicas do tempo em que seu pai reinou, além disso, a coesão do grupo avisino não era a mesma, os próprios membros da dinastia dividiram-se, e começaram a disputar o poder monárquico entre si.

A governança de D. Duarte, não trouxe modificações significativas, pois deu continuidade a política de D. João I. A configuração social e política da corte permaneceu com as mesmas possibilidades, pois o soberano continuou agregando indivíduos e grupos que não faziam parte da nobreza tradicional a corte. O grupo dirigente, os executores e os conselheiros eram os mesmos do reinado de D. João I. Durante o governo de D. Duarte, as múltiplas pressões continuaram, na busca por equilíbrio, o rei negociou de acordo com a constituição sócio-política.

Os “novos tempos”, possibilitaram o acúmulo de poder entre aqueles que pertenciam a corte avisina, “a competição, antes entre as estirpes, voltar-se-ia para o interior da própria Casa Real” (ACCORSI JUNIOR, 1997, p. 67). D. Duarte nos primeiros anos tenta retomar a política expansionista, que teve uma queda significativa nos últimos anos de governo de D. João I. Porém o monarca não consegue o apoio necessário, principalmente pelas cisões e disputas de poder dentro da própria nobreza, por exemplo, seus irmãos D. Pedro (1392-1449)⁵¹ e D. João (1440-1442), discordavam do rei sobre os lucros e os proveitos ou não de dar continuidade as expedições ao Norte da África.

Durante o governo de D. Duarte, as tensões sociais ainda persistiram, mas com menos força. O maior problema do rei era negociar entre os agrupamentos políticos na corte, dentro da Casa Real, a oposição entre os infantes filhos de D. João I, provocou uma cisão na dinastia de Avis. Pois,

com a concentração patrimonial dos “grandes” acirrou-se a competição entre o grupo. A concentração de bens e soberania, tornou-os mais próximos em poder e riqueza ao rei. Os expedientes progressivamente usados pela monarquia para recompor seu patrimônio territorial são testemunhos da busca em distanciar-se materialmente da nobreza. Mas, mais do que isto, pensamos que a finalidade maior, associada à primeira, era reconstituir u potencial estoque de bem e mercês com os quais a monarquia arregimentaria um número suficiente de aliados para garantir-se como condutora do jogo político. A chamada Lei Mental de D. Duarte, inscreve-se no âmbito de tentativas de institucionalizar uma prática já ensaiada por D. João I, que visava claramente recompor o patrimônio fundiário régio (ACCORSI JUNIOR, 1997, p. 82).

⁵¹ Príncipe da dinastia de Avis, filho do rei D. João I e de D. Filipa de Lencastre. Após a morte de D. Duarte, tornou-se regente do reino português entre 1439-1448, ao retirar o direito da sua cunhada D. Leonor de Aragão (1402-1455) de comandar o reino até o sucessor, Afonso V, atingir idade hábil para reinar. Destaca-se que com a esposa D. Duarte teve nove filhos.

Fernão Lopes, aponta que ao ser nomeado rei, D. João I, concedeu benefícios aos seus aliados, dando mercês, e distribuindo terra, muitas tomadas dos nobres aliados aos castelhanos, o que produziu um pequeno grupo com grande concentração de terras, superando o poder régio. Porém, nos “novos tempos”, o domínio fundiário continuava determinando quem seria o condutor do jogo político, já que garantiria aliados.

Ao perceber que era necessário recompor o patrimônio do poder régio, perdido em grande parte no reinado de seu pai, D. Duarte estabelece a *Lei Mental*, pois a estabilidade política da dinastia avisina dependia do equilíbrio do domínio das terras. Mesmo que o rei estivesse em uma posição superior as casas nobres, o acúmulo fundiário colocava a nobreza e a monarquia em relativa paridade.

Pela escassez e déficit dos recursos do cofre da monarquia, a coroa é forçada a reconstituir seu patrimônio, retomando as terras doadas após o movimento de Avis, para isso D. Duarte sanciona a já mencionada *Lei Mental* (1434), que expropriou as terras da nobreza para restabelecer o patrimônio régio.

A lei determinava que as concessões de feudos só poderiam ser realizadas dentro da linha legítima sucessória, quando não houvesse um herdeiro legítimo e comprovado, essas terras seriam revertidas ao domínio da coroa. Nesse período a monarquia adquiriu uma quantidade considerável de terras, principalmente por retomar daqueles que a receberam por ser aliados de D. João I.

A intensificação da centralização do poder nas mãos daqueles que pertenciam a dinastia de Avis, ou que haviam colaborado para que ela ascendesse e continuasse no poder, resultou na concentração do domínio de um número menor de senhores sobre grandes áreas.

Ao restabelecer o patrimônio da coroa, o rei D. Duarte conseguiu manter sua supremacia entre os senhores das casas nobres por ter uma grande área fundiária em seu domínio direto, e pela fiscalização intensa das cidades mais afortunadas do reino. Destaca-se que a nobreza ainda permanecia como o grupo que mais detinha terras no reino português, porém esse patrimônio estava disperso entre as famílias.

O soberano conseguiu dois grandes méritos: reaver o patrimônio nobiliárquico distribuído pelo seu pai, D. João I; e incentivar e propagar uma memória edificante e legitimadora da sua família perante a corte portuguesa. Pois, a dinastia de Avis permaneceu no poder mesmo sendo fundada por um filho ilegítimo (contou com 8 (oito) reis).

Segundo a historiografia D. Duarte foi um monarca preocupado em suscitar consenso. Pois, ao longo do seu curto reinado convocou as Cortes para discutir assuntos de Estado. D. Duarte durante o seu reinado, mediou conflitos e tensões sócio-políticas. Porém a

centralização e o domínio de poder nas mãos de poucos senhores, levou as camadas menos abastardas a reclamarem ao rei sobre o retorno e a permanência da plena jurisdição senhorial. Em busca do equilíbrio e da aplicação correta das leis D. Duarte compila as normas de Portugal, com o objetivo de respaldar suas decisões, assim

a legislação eduardina parecia prestar-se a ativar a crença, e, portanto atuando no domínio da legitimidade, compensar a relativa debilidade régia perante o conjunto da nobreza. Pensamos poder dizer, assim, que cresce o poder régio, mas cresce paralelamente a força dos “grandes” senhores. (ACCORSI JUNIOR 1997, p. 84).

A legislação vigente em Portugal no século XV, compreendia leis gerais formuladas desde o século XIII, ou seja, elas foram promulgadas pelos monarcas que antecederam o reinado de D. Duarte, esse soberano as compilou para facilitar a sua aplicação. Essas leis eram constituídas de costumes e tradições locais pautadas pela doutrina da Igreja Cristã. Os regulamentos estabelecidos na compilação já eram seguidos em boa parte pela corte, porém percebendo a necessidade do Estado português de ter leis, e querendo divulgá-las com o intuito de respaldar suas decisões jurídicas, o rei escreve as *Ordenações de D. Duarte*, que reafirma a autoridade da monarquia diante dos seus súditos.

Era necessário realizar uma compilação de leis, mediante a complexificação da sociedade e a permanência das tensões sócio-políticas, pois D. Duarte não conseguiu evitar as críticas sobre a política régia nas Cortes, o que colocou os infantes da “*ínclita geração*” em lados opostos, produzindo uma cisão na Casa Real. Assim, no discurso presente

no *Livro dos Conselhos do Rei D. Duarte* podemos perceber a insatisfação característica do filho secundogênito, o infante D. Pedro, que parece estar na base de suas desavenças com o pai e, posteriormente, com o irmão D. Duarte. As próprias viagens do infante D. Pedro, revestem-se significativamente, de um caráter simbólico. Como filho segundo e, portanto, em chances de engrandecer-se ainda mais como um senhor no âmbito do reino, parte para o exterior, numa atitude própria do cavaleiro preterido no âmbito familiar que sai em busca de aventura e fortuna fora da casa paterna. Não fora casual D. Pedro opor-se em Cortes (1436) – ao lado do irmão, o infante D. João, e de uma facção da alta nobreza – à continuação do projeto expansionista para o Norte da África por D. Duarte (ACCORSI JUNIOR, 1997, p. 85).

D. Duarte, sofria pressões de ambos os lados, pois haviam aqueles que desejam continuar com o projeto expansionista. Assim como seu pai, D. João I, o rei D. Duarte também hesitou em manter a política expansionista. Mediante as pressões acaba cedendo, pois também era importante para o poder monárquico continuar com o projeto que começou no

reinado do Mestre de Avis, e que colaborava para reafirmar a legitimidade da dominação avisina.

Em seu governo é realizada a segunda expedição em África (1437), que não foi bem-sucedida. Cercados pelos mouros, os portugueses para poderem conseguir embarcar, e se retirarem de Tânger, tiveram que deixar reféns, entre eles o infante D. Fernando (1402-1443), irmão do rei, que acaba morrendo no cativo. Mediante a perda de seu irmão o “Infante Santo”, seu maior aliado, D. Duarte se recusou a autorizar a organização de uma nova expedição durante seu reinado, mesmo assim o grupo opositor ao soberano, comandado pelos infantes da dinastia avisina, permaneceu contrário ao monarca nas Cortes.

D. Duarte, ao perder a batalha de Tânger, fragiliza o seu governo, pois ao não conseguir manter a política expansionista o soberano abalou as bases de sustentação de seu poder régio. A derrota acarretou o crescente descontentamento, e a falta de apoio interno, principalmente de seus irmãos D. Pedro, D. João e de seus conselheiros que queriam que Ceuta fosse entregue para o pagamento do resgate de D. Fernando.

A falta de apoio interno levou o soberano a buscar apoio externo, pediu auxílio a Inglaterra, a Castela, a Aragão e ao Papa, desagradando ainda mais os seus adversários, que eram membros da sua própria corte. Esses ao longo dos anos conseguiram concentrar os poderes senhoriais, e por consequência obtiveram prestígio e poder político suficiente para engendrar as Cortes contra D. Duarte. A oposição e a falta de recursos políticos internos ao rei fragilizando o seu reinado, o fez promover medidas que fomentaram a política externa, como a de casar-se com a infante de Aragão, D. Leonor (1402-1455). Na corte avisina,

a luta entre a nobreza converteu-se numa questão entre “grandes”, ou seja, os infantes da Casa Real e os condes de Barcelos, Arraiolos e Ourém, O que restava da pequena e média nobreza, jazia nos solares de província sem expressão política ou gravitava subordinada em torno destas facções (ACCORSI JUNIOR, 1997, p. 68).

As medidas tomadas por D. João I, permitiu a concentração durante o reinado de D. Duarte dos poderes régio, o que ocasionou desacordos entre a dinastia avisina. As cisões dentro da corte avisina, prejudicou a rainha D. Leonor de Aragão, que após a morte de seu marido em 1438, deveria ser regente segundo o testamento do rei.

A governança de D. Duarte é curta, após a sua morte em 1438, seu filho mais velho de apenas 6 (seis) anos assume o trono como Afonso V, que pela sua pouca idade não poderia reger o Estado português. Porém, antes de morrer o rei indicou sua mulher como a única regente, D. Leonor de Aragão, que não conseguiu apoio suficiente para reger Portugal.

O infante D. Pedro (filho de D. João I), mediante as derrotas de D. Duarte, conseguiu depois da morte do soberano, reunir o apoio das Cortes e de uma parte da alta nobreza contra as disposições testamentária do rei, impedindo assim o cumprimento que determinava a sucessão régia.

Em 1439, D. Pedro, declarou sua oposição a rainha D. Leonor de Aragão, com o objetivo de que as Cortes o nomeassem o tutor do futuro rei, e lhes dessem a regência, mediante as pressões de seu cunhado, a regente buscou o exílio. Nesse período há também uma reconfiguração da política externa portuguesa, os irmãos da rainha perdem prestígio e poder em Aragão, e o grupo opositor a eles, se alia a D. Pedro.

Os “novos tempos” inaugurados por D. João I, o primeiro da sua dinastia, que chega ao poder prometendo mudanças significativas, não conseguiu colocar em prática suas promessas que levariam o reino a paz e a prosperidade. Em suma, a dinastia avisina permitiu a complexificação sócio-política, ampliando o acesso ao poder nas Cortes, porém ao mesmo tempo criou-se uma paridade de poderes, a monarquia e os poucos senhores buscaram centralizar o domínio senhorial, os colocando muitas vezes em lados opostos.

Ressalta-se que a manutenção do poder régio, possibilitou a burocratização do Estado e a continuação, e até mesmo a intensificação da hierarquização. Portanto o novo, se mostrou como continuidade. Só que a dinastia de Avis conseguiu forjar principalmente através da literatura, como a *Crónica de D. João I*, o discurso de descontinuidade, sendo que na prática houve uma manutenção do *status quo*. A diferença era que um novo grupo comandado por um rei bastardo estava no poder, o que possibilitou os seus aliados, antes excluídos do cenário político, tornarem-se “grandes” senhores. Sobre as continuidades, aponta-se que:

A sociedade permanecia como uma sociedade nobiliárquica, mas haveria de deslocar seu fundamento do domínio de princípios puramente excludentes, como o da linhagem, para buscar apoio em valores mais abrangentes, numa cultura comum tanto ao nobre quanto ao homem de origem vilã. Assim, a realeza procurou legitimar-se apelando para uma ideologia mais inclusiva. E, foi com base nos valores do universo das representações cristãos que procurou ajustar a visão de mundo da sociedade à ordem das coisas trazidas pelos “novos tempos” (ACCORSI JUNIOR, 1997, p. 90).

A fragilidade das bases de sustentação do poder régio avisino, os levaram necessariamente a buscarem meios de legitimar os seus poderes, o que permitiu a permanência do grupo na monarquia. Dentre as estratégias para a mediação das tensões sociais, a “íclita geração” incentivou e financiou a produção cultural, que tinha como

alicerce a doutrina cristã, algo perceptível na *Crónica de D. João I*, em que o autor utiliza representações bíblicas, criando assim no leitor uma identificação. Não podemos esquecer que os infantes, assim como o pai D. João I, não somente fomentaram a cultura, como também escreveram textos de caráter civilizador que corroboraram para formação da identidade coletiva portuguesa. Pois,

a existência de um espaço político em Portugal demonstra um território e um povo unidos em volta de uma identidade provinda do rei, elemento ordenador do tempo, do espaço, ritos e cerimônias. Existe na realeza um poder baseado em simbologias e que se transforma em palco de diversas manifestações (RIBEIRO, 2017, p. 31).

D. Duarte preocupou-se com a produção e a circulação de escritos cronísticos e doutrinários que estrategicamente tinham como objetivo selecionar e legitimar a memória coletiva do reino português. Pois a monarquia necessitou nos séculos XIV e XV, redefinir suas bases de sustentação, para isso ela buscou apoio social, material e político em diferentes grupos, fomentando a criação de um discurso apologético da dinastia de Avis a partir, principalmente de textos literários.

A *Crónica de D. João I* buscou forjar uma identidade coletiva portuguesa coesa e inclusiva, o que a fez levar em consideração os vários segmentos sociais, e suas demandas. Essa homogeneidade tinha como finalidade ofuscar a continuidade da instabilidade política, e as frágeis bases de sustentação do reinado eduardino.

Enfim, o projeto régio avisino incluiu na Casa Real uma literatura que possuía como principal objetivo acalmar a nobreza, mas também delimitava papéis, padrões e espaços sociais e políticos para homens e para mulheres. A reconfiguração da sociedade portuguesa permitiu a proximidade entre sujeitos de diferentes estratos sociais. Os “novos tempos” afrouxaram as hierarquias, que teve como consequência aquilo que a nobreza mais temia: a indistinção social, principalmente dos novos grupos.

Um dos elementos simbólicos usados por Fernão Lopes para embasar o poder avisino foi a caracterização dos reis e rainhas como bons ou maus segundo a doutrina cristã. Além disso, o cronista realizou a personificação da coletividade a partir do povo "arraia miúda", e da cidade de Lisboa. Esses personagens representam as mudanças sociais e políticas. Assim, no próximo capítulo iremos analisar as representações do feminino e do masculino que na *Crónica de D. João I* constituem-se como modelos e contramodelos de comportamento para a corte lusa.

CAPÍTULO 3 - AS REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES E DOS HOMENS PERTENCENTES A ARISTOCRACIA: A IDEALIZAÇÃO DE FERNÃO LOPES NA CRÓNICA DE D. JOÃO I

Inicialmente ao elaborar o planeamento de cada capítulo, fomos conduzidos a contrapor rei com rei (D. Fernando e D. João I), e rainha com rainha (D. Leonor Teles e D. Filipa de Lencastre). Contudo, ao analisarmos a *Crónica de D. João I*, e de acordo com as hipóteses levantadas, trilhamos um outro caminho. Não que deixamos de realizar essas contraposições, mas as relações de poder existentes em Portugal fomentadas na cronística histórica, a partir do movimento de Avis nos possibilitou inferir outras questões. Somente identificar características que enquadravam as soberanas e os soberanos como bons e maus, já não mais respondia aos questionamentos desta pesquisa.

Pois, para a categoria de gênero os padrões determinados para o masculino e para o feminino em cada sociedade devem ser estudados de forma relacional, e não excludente. O que nos fez repensar a abordagem analítica que permitiria a esta pesquisa entender os padrões da sociedade medieval portuguesa nos séculos XIV e XV para os homens e para as mulheres. Assim, neste capítulo apresentamos as distinções na composição dos seguintes personagens: D. Fernando: o Inconstante; Leonor Teles: a Rainha Desonrada; D. João I: o Predestinado; e Filipa de Lencastre: a Abnegada.

Uma das características mais importantes da crônica histórica de Fernão Lopes, é a riqueza de detalhes que o permitiram construir personagens complexos. Ao criar contrapontos, o cronista buscou estabelecer padrões de comportamento para o corpo masculino e para o corpo feminino pautados na doutrina cristã vigente, propagada pela Igreja Católica durante a Idade Média em Portugal. Por isso, em consonância com a *Crónica de D. João I*, utilizamos neste capítulo as narrativas hagiográficas contidas nos *Milagres Medievais, numa colectânea mariana alcobacense*.

As ações de homens e mulheres na narrativa de Fernão Lopes são sancionadas como negativas ou positivas de acordo com os ideais cristãos; assim os valores e a moral são dimensionados pela sua proximidade com o "serviço de Deus". De acordo com Baschet (2006), era essencial no cristianismo medieval a oposição entre o bem e o mal. As virtudes e os pecados eram categorias que ordenavam a leitura de mundo a partir da moral da Igreja, que adequou várias vezes os seus fundamentos teológicos aos diferentes anseios sociais.

Ao analisarmos o cenário político do reino Português, a partir do fim da dinastia de Borgonha (1383), até a morte de D. Duarte (1438), constatou-se que as mulheres que deveriam assumir o poder como regentes, não conseguiram tecer alianças suficientes para

exercerem o direito à governança. Assim, utilizamos as representações do feminino e do masculino construídas por Fernão Lopes com o objetivo de compreender as estratégias aplicadas para distanciar dos altos cargos políticos as mulheres, mantendo a hierarquia e o *status quo*.

Essa mudança nos rumos da pesquisa se deve à constatação de que a disputa pelo poder político em Portugal durante os últimos anos da Baixa Idade Média, era entre um corpo feminino (D. Leonor Teles) e um corpo masculino (D. João I). Na narrativa, Fernão Lopes, para invalidar o poder de regente legítima, constrói uma mulher dissimulada, de gestos e falas exageradas, com coração cavalheiresco⁵², vingativa, egoísta e desonrada por manter uma relação extraconjugal com o conde de Andeiro. Enquanto D. João I, ao contrário, é o oposto, um homem bom, de grande coração, humilde, abnegado e sem ganância.

Outra estratégia utilizada pelo cronista foi colocar D. Leonor Teles como secundária na disputa de poder durante o movimento de Avis, utilizando para isso o aliado dela, o conde Andeiro. Nos primeiros capítulos da crônica, o autor estabelece que o conde era o adversário que deveria ser retirado do poder, já que este, supostamente, era o amante da rainha e conduzia as ações da regente. Essa escolha narrativa de Fernão Lopes demonstra o ambiente permanente de competição masculina que existia na Idade Média.

Essas inferências na narrativa têm como finalidade deslegitimar a regência da soberana, estabelecendo que a disputa pelo poder era perpassada pela honra, a qual deveria ser restabelecida pelo Mestre de Avis ao matar o conde de Andeiro. Assim, é retirada a autonomia e a autoridade de D. Leonor Teles, e a disputa pela regência do reino português, no primeiro momento, passa a ser entre dois homens, D. João I versus o conde de Andeiro, valorizando a jornada vitoriosa do Mestre de Avis.

Destaca-se que são poucos os capítulos que mencionam o rei D. Fernando, esposo de D. Leonor Teles; isso se deve ao fato de que o autor também escreveu uma crônica dedicada ao reinado do soberano. Ao se referir ao rei morto na *Crônica de D. João I*, o cronista o estabelece como um homem inocente, que teria sido conduzido pela paixão que tinha pela sua esposa.

No volume II dessa crônica, o autor insere D. Filipa de Lencastre, que se casou com D. João I em 1387, a qual seria uma representação da boa rainha. Isso devido a sua

⁵² A caracterização de Leonor como mulher de coração cavalheiresco, buscador de maravilhosos feitos, dá à rainha um perfil único entre as mulheres descritas por Fernão Lopes. São características essencialmente masculinas, louváveis nos homens, mas impróprias para uma rainha. Acrescenta-se a isso o fato de que Leonor tornou-se, segundo o cronista, exemplo entre as mulheres no trato com seus maridos. Mau exemplo, dissimulando suas intenções, mostrando uma coisa por outra. Essa capacidade de dissimular é apresentada como uma estratégia de Leonor (COSER, 2007, p. 25)

dedicação ao criar seus filhos, ao amor que tinha por seu marido e por sua devoção para realizar a obra de Deus, através de orações, doações e ajuda aos necessitados (caridade).

As representações na *Crónica de D. João I* e nos *Milagres Medievais*, numa *colectânea mariana alcobacense* nos permitiram analisar os papéis sociais construídos e propostos pela dinastia avisina para si mesma e para a sua corte, forjando uma identidade coletiva onde se diferenciavam homens e mulheres.

Na crônica histórica, a identidade coletiva se constitui como resultado de uma relação de forças. As representações que impuseram padrões ideais para o feminino e o masculino é estabelecida por aqueles que detinham o poder político, social e econômico. Portanto, existe na *Crónica de D. João I* uma classificação e uma definição dos padrões sociais dos personagens de acordo com os interesses da dinastia de Avis.

3.1 D. Fernando: o Inconstante⁵³

D. Fernando⁵⁴ (1367-1383) era o filho mais velho de D. Pedro I (1357-1367), com a sua primeira esposa D. Constança Manuel (1339-1345). O monarca nasceu em 1345 e morreu em 1383. Devido a sua beleza foi apelidado de "o Formoso", e por suas incertezas na política e na vida pessoal, também foi chamado de "o Inconstante". Reinou em Portugal de 1367 até sua morte (1383), sendo o último soberano da Casa de Borgonha⁵⁵.

Durante o seu reinado, D. Fernando não conseguiu administrar as tensões sociais, políticas e econômicas. Após a sua morte a situação piorou pelos seguintes motivos: a falta de um herdeiro masculino; a ameaça de invasão e domínio do reino de Portugal pelo rei de

⁵³ "Uma imagem recorrente apresentada pela historiografia portuguesa acerca do monarca D. Fernando, na qual o rei é tido como incompetente, desastroso, inconstante, enfim, uma série de qualificações negativas sobre sua atuação"(GRZYBOWSKI, 2006, p.11).

⁵⁴ O reinado de D. Fernando foi pautado por algumas opções arriscadas no que toca à política externa; e na nossa opinião, o grande problema que afetou, este monarca foi o de ter-se imiscuído nas contendas dos reinos vizinhos. Quando Pedro I de Castela, o Cruel (1350-1369) morre às mãos do seu meio-irmão Henrique, conde de Trastâmara (1369-1379) depois da batalha de Montiel, muitos castelhanos do partido derrotado exilados em Portugal fizeram crer a D. Fernando que o trono de Castela seria, por direito, seu. Após obter apoio dos defensores de seu primo Pedro I, "(...) Elrei disse que de Castella seeria Rei quem Deos quisesse, mas que el se trabalharia a todo seu poder de vimgar a morte delRei Dom Pedro seu primo (...)". Esta informação, que nos é transmitida por Fernão Lopes, deixa bem claro que esta guerra com Castela era para levar avante. As chamadas "Guerras Fernandinas" (PINTO, 2015, p. 12).

⁵⁵ "O reinado de D. Fernando deu-se em um momento bastante difícil para a coroa portuguesa e todo o contexto ibérico. A Guerra dos Cem Anos atingia a Península criando divisões dentro daquele espaço. Já durante o reinado de D. Pedro é possível observar uma constante preocupação do rei no sentido de garantir a autonomia de Portugal frente às pretensões castelhanas, criando um modelo de centralização régia. D. Fernando, buscando dar continuidade a este projeto centralizador associou-se à nobreza exilada castelhana, pois esta, carente de benefícios régios para estabelecer-se em Portugal, mostrava-se como uma boa base de apoio à ação do monarca, frente à nobreza tradicional portuguesa, marcadamente senhorialista" (GRZYBOWSKI, 2006, p.51).

Castela; e a não aceitação da regência de D. Leonor Teles pelos nobres secundogênitos, os comerciantes e a "arraia miúda". Todos esses fatores culminaram para que ocorresse o Movimento de Avis entre 1383-1385.

Destaca-se que D. Fernando⁵⁶ realizou dois acordos diferentes com Castela com o objetivo de estabelecer a paz entre os reinos. O primeiro foi o *Tratado de Alcoutim*, em 1371, no qual o soberano português comprometia-se a casar com D. Leonor de Castela (uma das filhas de Henrique II). O segundo foi o *Tratado de Salvaterra dos Magos*⁵⁷, em 1383, ou seja, ocorreu no final do seu reinado.

Durante a sua governança o monarca não conseguiu concretizar alianças externas, e isso também prejudicou o seu reinado. Quando D. Pedro I de Castela (1350-1369), morreu sem deixar herdeiros masculinos, D. Fernando, como bisneto de D. Sancho IV de Castela, por via feminina, declarou-se herdeiro do trono castelhano. Havia outros candidatos para governarem o reino, como os soberanos de Aragão e Navarra, e o duque de Lancaster, casado com D. Constança (filha mais velha de D. Pedro I de Castela). Contudo, D. Henrique de Trastâmara (irmão bastardo de D. Pedro I de Castela), declarou-se rei.

Por não aceitar que Castela fosse comandada por Henrique II (1369-1379), D. Fernando declarou guerra ao monarca bastardo. Depois de duas campanhas militares comandadas pelo soberano português falharem, as partes envolvidas na disputa aceitaram a intervenção do Papa Gregório XI, e um dos pontos acordados no *Tratado de Alcoutim*, em 1371, foi o casamento entre D. Fernando e D. Leonor de Castela.

D. Fernando era um homem comprometido com D. Leonor de Castela, mas antes que o matrimônio pudesse ser concretizado, o rei se apaixonou por D. Leonor Teles, esposa de um dos seus vassalos. Após a rápida anulação do primeiro casamento, o soberano casou-se com ela publicamente, em 1372.

O matrimônio com D. Leonor Teles o fez quebrar o acordo, e por consequência, não concretizou a aliança externa com o reino vizinho. Somado a isso houve as perdas nas batalhas contra Castela. Esses fatores ocasionaram uma crescente contestação interna da sua governança.

D. Henrique II de Castela não realizou retaliação a D. Fernando por quebrar o acordo, pelo contrário, logo em seguida prometeu a sua filha a Carlos III de Navarra. Após a

⁵⁶ Segundo EFGGEN (2009, p. 100) a imagem régia de D. Fernando é perpassada pela de D. João I, pois ambos foram construídos por Fernão Lopes como contraponto. O ambiente ilustrado pelo cronista favorece a ascensão do Mestre de Avis. Além disso, o historiador aponta que enquanto a imagem do rei avisino era permeada pelo sagrado, a de D. Fernando era caracterizada pelas guerras fracassadas contra Castela.

⁵⁷ O *Tratado de Salvaterra dos Magos* foi realizado em 1383, entre os reinos de Portugal e Castela, o principal objetivo era determinar o processo de sucessão real nos dois reinos.

paz com Castela, o soberano luso voltou-se para administração do reino, dando especial atenção para o reparo, a construção de castelos e de novas muralhas ao redor de Lisboa e do Porto, demonstrando a importância dessas cidades para Portugal.

Apesar de a historiografia assinalar na maioria das vezes os pontos negativos do reinado de D. Fernando, pode-se destacar alguns pontos positivos como: intensificação das relações mercantis com o estrangeiro, pois principalmente em Lisboa havia um número considerável de mercadores de diversos lugares; e o início do desenvolvimento da marinha.⁵⁸ Contudo na política externa,

durante a Vida de Enrique II de Castela e Leão, Fernando I de Portugal cumpriu as obrigações impostas pela aliança com o reino vizinho. Porém, após a morte daquele monarca, decidiu reativar o tratado que havia estabelecido com a Inglaterra pela mesma época. O comportamento do rei de Portugal continuava a primar pela incoerência. Ao mesmo tempo que assinava um contrato em que comprometia formalmente a filha de 7 anos a casar com o herdeiro da Coroa castelhana, filho do novo rei Juan I, logo que aquele atingisse a maioridade, e que garantia o apoio ao papa de Avinhão, Clemente VII, combinava secretamente com o vassalo do duque de Lancaster, Juan Fernández Andeiro, uma estratégia que de novo unisse Portugal e Inglaterra contra Castela (SILVA, 2014(a), p. 96).

A paz com o reino castelhano durou até a morte de D. Henrique II de Castela. Novamente as relações foram abaladas pela *inconstância* de D. Fernando, pois ao mesmo tempo que voltou a se aproximar da Inglaterra, que era inimiga do reino castelhano, o soberano português assinou o *Tratado de Salvaterra dos Magos* com o sucessor e filho de Henrique II, o rei D. João I de Castela (1379-1390). Portanto,

o reinado de D. Fernando foi um período especialmente conturbado para Portugal, num quadro de pestes, escassez de alimentos e sucessivas guerras, principalmente contra Castela, gerando uma insatisfação latente, em especial nas cidades. O casamento do rei com Leonor frustrou acordos que seriam mais vantajosos para o reino, levando à oposição de diferentes setores, já descontentes com o quadro político e econômico em que se encontrava Portugal. A filha do casal, Beatriz, por sua vez, foi objeto de uma série de acordos de casamento, até finalmente se tornar esposa do rei de Castela, D. João, aos 11 anos de idade (COSER, 2003, p. 13).

Uma das determinações do *Tratado de Salvaterra dos Magos* era que D. Fernando casaria a sua única filha e herdeira, D. Beatriz, com D. João de Castela. No entanto, para evitar uma possível união futura dos dois reinos, ficaram estabelecidas as regras de sucessão ao trono. Entre elas, D. Leonor Teles seria a regente após a morte do esposo, e enquanto D.

⁵⁸ Para isso autorizou o corte de madeiras nas matas reais para a construção de navios; e a partir de certa tonelagem, isentou de impostos a importação de ferragens e apetrechos para navios e sobre a aquisição de navios construídos.

Beatriz não tivesse filho varão de 14 anos para assumir o trono em Portugal. Esse segundo ajuste entre os reinos significava uma unificação de Portugal a Castela, e isso não foi bem recebido por uma parte da nobreza portuguesa, pelos comerciantes e pela "arraia miúda".

Segundo a historiografia portuguesa a política interna e externa de D. Fernando foi marcada pela inconstância e incoerência⁵⁹ de suas ações, principalmente em relação ao reino vizinho: Castela. Pois mesmo firmando acordos, acabava não os cumprindo e entrando em guerra contra os castelhanos. O soberano português mostrou-se incapaz de manter uma governança eficaz para resolver os problemas internos, que se agravavam pelo alto custo das ações bélicas contra Castela.

Em 1383, após a morte de D. Fernando, D. Leonor Teles, sua esposa foi nomeada regente legítima de Portugal, de acordo com o *Tratado de Salvaterra dos Magos*. Mas a transição não foi pacífica. Todos os problemas já mencionados colaboraram para o aumento das tensões sociais que desencadearam o Movimento de Avis. Por consequência um novo grupo dinástico ascendeu ao poder em 1385, tendo como primeiro monarca D. João I, o Mestre de Avis, irmão bastardo de D. Fernando.

Assim como escreveu sobre D. João I, Fernão Lopes também produziu uma crônica sobre D. Fernando, a pedido de D. Duarte, filho e sucessor do Mestre de Avis. A narrativa do último soberano da dinastia de Borgonha abarca principalmente o período em que ele reinou (1367-1383). A *Crónica de D. Fernando* termina com o início da regência de Leonor Teles, e é a partir desse período que começa a narrativa cronística sobre D. João I.

Na *Crónica de D. Fernando*, o autor dá ênfase aos seguintes temas: as guerras fernandinas contra o reino de Castela, o Grande Cisma do Ocidente, o conflito entre a nobreza e os comerciantes e o processo de sucessão após a sua morte. A partir da crônica histórica de

⁵⁹ Oliveira Martins em sua *História de Portugal*, traça um perfil depreciativo de D. Fernando, e inclui a sua formosura numa gama de características negativas do monarca, que atrapalharam seu reinado (MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimaraes & Cia. 1977). João Ameal, em sua *História de Portugal*, enaltece o monarca, em seus primeiros anos de reinado, partindo das características físicas de D. Fernando (AMEAL, João. *História de Portugal: das origens até 1940*. Porto: Livraria Tavares Martins. 1968). Observa-se uma análise semelhante na obra de Damião Peres, que inicia seu capítulo acerca de D. Fernando na sua *História de Portugal*, relatando a formosura de D. Fernando, e assim como fez Fernão Lopes, relacionando-a com o bom governo de D. Fernando, no início de seu reinado (PERES, Damião. *História de Portugal*. Barcelos. Editora Portucalense, v. 2, 1929). Veríssimo Serrão, em sua obra também intitulada *História de Portugal*, vai um pouco além e associa todo o capítulo sobre D. Fernando à sua beleza, utilizando o título de 'O Rei Formoso'. Em sua descrição do reinado do monarca em questão Serrão inova também ao propor uma revisão das análises negativistas do período, apontando para dados positivos da atuação de D. Fernando (SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: Estado Pátria e Nação (1080-1415)*. Lisboa. Editorial verbo, v. 1, 1977). Por fim vale ainda destacar a obra organizada por José Mattoso, cujo capítulo dedicado a D. Fernando, escrito por Armindo de Sousa, no qual o autor se abstém de traçar novos comentários a respeito das características físicas de D. Fernando, corroborando apenas com a ideia do 'rei formoso' de Veríssimo Serrão, a quem Armindo de Sousa cita em sua obra (SOUSA, Armindo de. *A monarquia feudal (1096-1480)*. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa. Editorial Estampa, v. 2, 1993) (GRZYBOWSKI, 2006, p.28).

D. Fernando, Fernão Lopes já caracteriza a rainha D. Leonor Teles como uma mulher de má fama, deslegitimando assim o processo de sucessão régia. (SILVA, 2014(a), p. 140)

O autor assinala a existência de indícios que conduzem o leitor à incerteza sobre a paternidade de D. Beatriz, já que a rainha D. Leonor Teles é constantemente apresentada como uma mulher pouco casta. Isso colocava a sua descendência em dúvida. Por esta razão, a filha de D. Fernando com a soberana não poderia ser rainha de Portugal, pois: "A relação com mais homens subverte à natural subordinação da mulher ao marido a manutenção da paz familiar, mas sobretudo prejudica a prole" (CASAGRANDE, 1990, p. 154).

Na *Crónica de D. João I*, D. Fernando é mencionado poucas vezes, o rei é citado principalmente quando o autor escreve sobre D. Leonor Teles. Mesmo sendo mencionado poucas vezes, o último rei da dinastia de Borgonha é caracterizado como um homem inconstante pelo cronista.

Segundo os estudos historiográficos baseados nas crônicas de Fernão Lopes, o que mais prejudicou a governança fernandina foram as ações tomadas pelo soberano após o seu casamento com a rainha⁶⁰. Isso era inconcebível, pois ele, como o homem, chefe do reino e da sua família, deveria ser conduzido pela razão (característica atribuída ao corpo masculino). As suas ações não poderiam ter sido subordinadas aos desejos da sua mulher.

Na *Crónica de D. João I*, o amor que D. Fernando sentia por D. Leonor Teles, o fez permanecer subordinado à vontade dela, por não cumprir com seu papel, o soberano é caracterizado como um homem fraco. Pois, a custódia do corpo e das ações das mulheres deveriam estar sob as ordens masculinas durante a longa Idade Média (LE GOFF, 2007, p. 50).

Além disso, a rainha não cumpria a sua obrigação como esposa, já que "o marido é, por definição, a figura central do universo da mulher casada" (VECCHIO, 1990, p. 149). De acordo com a moral cristã a primeira obrigação da mulher como esposa seria amar o marido, sendo uma boa companheira. O amor conjugal não é o mesmo que o amor carnal. Este último é alimentado pela luxúria que conduziria ao adultério.

O amor conjugal deveria ser: sereno, equilibrado, honesto e pacífico, assim ambos deveriam ser fiéis e apoiarem-se para alcançarem juntos a salvação. E sobretudo as mulheres deveriam ser leais aos seus maridos e cumprirem os deveres conjugais, entre eles destaca-se a procriação (VECCHIO, 1990, p. 165).

⁶⁰ "O casamento com D. Leonor Teles é tido pela historiografia como o marco da mudança na atuação do monarca" (GRZYBOWSKI, 2006, p. 15).

Dalurun (1990) denota que no discurso clerical o ser humano era dividido em duas partes: a carnal e a espiritual (alma). Nessa lógica, a mulher era dominada pelo desejo, não conseguindo subordinar o carnal ao espiritual, enquanto os homens eram domados e guiados pela razão. De acordo com o discurso da Igreja, os dois possuíam a razão, porém, somente no homem ela predominava.

Então por que Deus teria criado as mulheres, era um questionamento recorrente entre os clérigos. Os intelectuais da época, em busca de respostas, e conduzidos pela moral cristã, determinaram que a função feminina era auxiliar o homem, através da procriação. Seguindo essa premissa a única colocação das mulheres na sociedade medieval seria a maternidade através do casamento. Portanto, D. Leonor Teles como regente era um desvio da sua natureza, segundo a moral clerical medieval. A custódia feminina deveria ser exercida por um homem, e não o contrário. Isso enfraqueceria e desestabilizaria a união matrimonial. Assim,

A dimensão pública negada à palavra feminina não é tanto um problema de espaço como um problema de funções: cada vez que a palavra abandona o plano da comunicação entre indivíduos singulares para assumir um papel político de fundamentação e de governo da comunidade, as mulheres devem calar-se porque naquele momento estão os homens a falar. As mulheres não entram nos tribunais, não governam, não ensinam, não pregam. A palavra do juízo, do poder, da cultura e da salvação devem manter-se palavras masculinas (CASAGRANDE, 1990, p. 135).

A hierarquia entre homens e mulheres era durante a Idade Média ratificada pelo sagrado que classificava as mulheres utilizando os vícios e as virtudes da doutrina cristã para determinar o espaço de circulação do corpo feminino e do corpo masculino. Segundo a literatura clerical, o corpo do homem ao ser criado primeiro era superior ao da mulher, que foi criada posteriormente e a partir do corpo masculino. A mulher seria um instrumento providencial oferecido ao homem para ajudar a gerar a sua descendência.

Fernão Lopes, atribui os problemas do reino português à influência de D. Leonor Teles, que negou o seu lugar social ao requerer a palavra nos assuntos políticos, desviando-se da sua função. Pois, o espaço público era de domínio masculino. Para as mulheres o ambiente privado era o local ideal segundo os padrões de gênero desde antiguidade até a contemporaneidade.

A desonra de D. Fernando, por conta do adultério cometido pela sua esposa com seu vassalo, o conde de Andeiro, é o fio condutor da narrativa para inserir o Mestre de Avis na cronística histórica. Pois como meio-irmão do rei morto, ele deveria restabelecer a honra da família matando o conde. Fernão Lopes retrata na *Crónica de D. João I* que os vassalos

fiéis ao soberano traído não aceitavam aquela situação desonrosa, dentre eles o próprio irmão da rainha, o conde de Barcelos. Em relação a suposta relação extraconjugal da soberana com o vassalo do rei:

É interessante notar que, se na Crônica de D. Fernando o rei é apresentado pelo cronista como totalmente iludido por sua mulher, na crônica seguinte, Fernão Lopes afirma que D. Fernando desconfiava da traição de Leonor e tencionava matar Andeiro, mas, como ficou doente, não pôde fazê-lo. Assim, a morte de Andeiro torna-se mais justificável ao avançar da narrativa (COSER, 2011, p. 24).

No capítulo III, do volume I, Fernão Lopes indaga "[...] *se tinha o Rei dele alguma suspeita? Ou sabia de alguma coisa da tal fama?*"⁶¹ Para responder essa indagação o autor expõe o motivo que impediu o rei durante um bom tempo de enxergar a "verdadeira" rainha. Um desses motivos é que o soberano seria um homem romântico, que acreditava no amor, e por isso a paixão por sua esposa o teria cegado.

A partir desses questionamentos, o autor direciona o leitor sobre o que saberia D. Fernando acerca da má fama da rainha com o conde. E logo em seguida o cronista responde que "*Conhecedor é sobre as condições que do amor escrevem, os que dele largamente falaram e foram criados em sua corte, assim é que por muito tempo ele encobriu aquela que amava*"⁶² (capítulo III, volume I, p. 7). O soberano seria um homem influenciado pela corte literária que o cercava e que pregava o amor sem medidas pela sua amada. Isto lhe fez não enxergar a "maldade" que existia nas ações de D. Leonor Teles.

Destaca-se que Coser (2011) infere que na *Crónica de D. Fernando*, o cronista classifica a relação entre a soberana com o conde como suspeita. Porém na *Crónica de D. João I*, o autor afirma que existia uma relação amorosa. Essa "verdade" apontada por Fernão Lopes não pode ser ignorada, já que desqualificaria a regente para a governança.

"*E quando os homens observam desacostumadas afeições e favores, aonde elas não deveriam existir, começam a perceber a má fama, ligeiramente veem a presunção do erro em que tais pessoas podem cair*" (Capítulo III, Volume I, p. 7). O autor destaca que as atitudes e os gestos de D. Leonor Teles eram tão desmedidos⁶³, que até mesmo o rei, que era "cego de amor" pela rainha, começou a observar as suas ações "desmedidas" em relação ao conde de Andeiro, e acabou confirmando aquilo que muitos já sabiam no reino. Ao solucionar

⁶¹ "[...] se tinha elRei dello alguãa sospeita?ou sabia de tall fama parte" (CDJ I, v. I, cap. III, p. 7).

⁶² "Certo he que amtre as comdições que do amor escrevem, os que delle compridamente fallarom e forom criados em sua corte, assi he que por muitouer emcobrir queira o que ama" (CDJ I, v. I, cap. III, p. 7).

⁶³ "[...] que per alguãs signaaes e fallas e outros demostradores geitos" (CDJ I, v. I, cap. III, p. 7).

a sua dúvida, D. Fernando teria chamado seu escrivão da mais alta confiança para mandar uma correspondência ao seu meio-irmão, o Mestre de Avis. Sobre isso a crônica afirma que:

Mandou ao seu escrivão que fizesse uma carta para o Mestre de Avis seu irmão, em que lhe mandava e encomendava que ao ler aquela carta, tivesse um jeito de matar o Conde João Fernandez, não dizendo porém a razão do porque; e para Gonçalo Mendes de Vasconcelos, o Alcaide mor de Coimbra, que ordenasse um jeito que o Mestre seu irmão fosse recebido na cidade⁶⁴ (CDJ I, volume I, capítulo III, p. 8, grifos nossos)

Mas o escrivão acabou persuadindo o rei a não mandar a correspondência, utilizando o argumento de que o Mestre de Avis, era um homem bem quisto em todo o reino, e por isso não poderia atender o pedido de seu irmão. Pois, ao matar um homem a sua honra ficaria abalada na corte.

Fernão Lopes desde o começo da *Crônica de D. João I*, evidencia certos "indícios" atribuídos principalmente à intervenção divina que corroboram com a predestinação do Mestre de Avis para ser rei, como por exemplo, esse em que o escrivão de seu meio-irmão vislumbrava a possibilidade do bastardo torna-se rei. Fernão Lopes atribuiu a seguinte fala ao escrivão:

Senhor, disse ele, se vós esta coisa bem resguardar quizeres, Vossa Mercê pode entender, que por nenhuma razão deve mandar pelo grande dano que se ele seguir pode causar-lhe. Vós, Senhor vê bem como o Mestre, vosso irmão é bem quisto de todos do reino, e se ele tivesse Coimbra, falecendo vós o que Deus não permite, juntar-se-iam a ele todas as gentes, e ficaria ele por rei desta terra; e vossa filha assim deserddada, por ela não ter filho de seu marido, seria grande maravilha, de nunca eles mais poderem cobrar⁶⁵ (CDJ I, v. I, cap. III, p. 8, grifos nosso).

Mediante aos argumentos do seu funcionário de confiança, o soberano desiste de mandar a carta. Isso demonstra mais uma vez, a "inconstância" de D. Fernando que abandona a ideia de restabelecer a sua honra antes de morrer. O soberano é caracterizado como um homem fraco, pois nem mesmo consegue colocar em prática seu plano para restaurar a sua honra. Esses vícios do monarca o colocam em contraponto com o seu meio-irmão o Mestre de

⁶⁴ "Mandou ao seu escrivão da Poridade que fizesse huia carta pera o Mestre dAvis seu irmão, em que lhe mandava e encomendava que vista aquella carta, tevesse geito de matar o Conde Joham Fernandez, nõ dizendo porem a rrazom por que; e per ella mandadava a Gonçallo Meendez de Vasnconçellos, Alcaide Mor de Coimbra, que ordenasse de guisa que o Meestre seu irmão fosse rreçebido na çidade" (CDJ I, v. I, cap. III, p. 8).

⁶⁵ "Senhor, disse elle, se vos esta cousa bem esguardar quizerdes, a Vossa Merçee pode emtemder, que per, nehũa guisa e devees de mamdar, por o gram dampno que see dello seguir pode. Vos, Senhor veerdes bem como o Meestre vosso irmão he bem quisto de todollos do rregno, e sse ell tevesse Coimbra, falleçemdo vos o que Deos nõ mamde, juntarsehiam a ell todallas gemtes, e ficaria el por rei desta terra; e vossa filha assi deserddada, de guisa que ella nem filho que de seu marido ouvesse, seeria gram maravilha, de numca em elles mais poder cobrar" (CDJ I, v. I, cap. III, p. 8).

Avis, este mesmo não querendo cometer o assassinato, realiza a sua missão, demonstrando suas virtudes. Em relação à desonra do rei a Crónica diz que:

A natureza força os homens a usar as condições que com eles nasceram, constringido Álvaro Paez⁶⁶ que estava com ódio e rancor, de maneira que não podendo com a desonra que o Rei seu Senhor fora feita, então nenhuma coisa mais deseja que ver o Conde João Fernandez morto, pois que o não fora em vida do Rei dom Fernando⁶⁷ (CDJ, v. I, cap. V, p. 12, grifos nosso).

O conde Barcelos na narrativa representa os vassallos fiéis ao rei morto, que não aceitaram a desonra e má fama do seu senhor, e, por isso, realizam inúmeras tentativas para matar o conde de Andeiro. Mas todas os esforços falham, já que o restabelecimento da honra seria uma missão que somente o Mestre de Avis poderia cumprir por ser o escolhido de Deus. Na crónica histórica um dos vassallos do rei que tentou inúmeras vezes matar o conde foi o irmão da rainha. Sobre isso Fernão Lopes assinala que:

Mas foi assim que o conde D. João Afonso, irmão da Rainha, quando veio de Castela onde foi preso em Saltes, e chegou a Lisboa, achando a fama de sua irmã, muito pior do que deixara com este Conde que dissemos, fez ele grandes queixas, e determinou a morte dele. E falou o que queria com alguns dos melhores que havia na cidade, assim como com Afonso Eanes Nogueira, e outros que eram todos seus vassallos⁶⁸ (CDJ I, v. I, cap. I, p. 5, grifos nosso).

Segundo Fernão Lopes o irmão de D. Leonor Teles era querido por D. Fernando, ao contrário da rainha que não teria grande apreço por seu irmão. O conde de Barcelos por amar seu rei, não se conformava com a desonra causada pelo adultério cometido por sua irmã. Convencido que a relação extraconjugal da soberana só teria fim com a morte do conde de Andeiro, o irmão da regente planejou várias vezes o assassinato do conde de Andeiro.

D. Fernando também é citado quando os seus vassallos tentam matar o conde, ou convencer o seu meio-irmão a aceitar a sua "missão" dada por Deus. Segundo Fernão Lopes

⁶⁶ Álvaro Pais, participou da corte de D. Fernando, e auxiliou o Mestre de Avis. Pertencia a nobreza, e vivem em Lisboa.

⁶⁷ "Natureza que força os homees husar das comdições que com elles naçerom, costramgeo tamto esto Alvaro Paez de guisa que nom perdemdo rramcor e hodiõ na desomrra que a elRei seu Senhor fora feita, nenhuña cousa emtõ mais desejava que veer o Comde Joham Fernamdez morto, pois que o nam fora em vida delRei dom Fernando" (CDJ I, v. I, cap. V, p. 12).

⁶⁸ "Pero foi assi que o comde dom Joham Afonso, irmão da Rainha, quamdo veo de Castella que foi alla preso na de Saltes, e chegou a Lixboa, achamdo a fama de sua irmã, muito peor do que a leixara com este Comde que dissemos, ouve dello grã queixume, e determinou de o matar. E fallou esta cousa com alguüs dos melhores que na çidade avia, assi como com AffonsEanes Nogueira, e outros que eram todos seus vassallos" (CDJ I, v. I, cap. I, p. 5).

"[...] somente por usar de uma honrosa façanha, vingando a desonra de seu irmão [...]"⁶⁹ (CDJ I, v. I, cap. XVII, p. 38), ou seja, o único que poderia restabelecer a honra da família era o Mestre de Avis ao assassinar o suposto amante de sua cunhada.

As poucas vezes em que D. Fernando é citado por Fernão Lopes na *Crónica de D. João I* é principalmente para reforçar o discurso avisino em que D. Leonor Teles é uma rainha má, e que o golpe de Estado cometido pelo Mestre de Avis em 1383, a partir do assassinato do conde de Andeiro, tinha apenas uma finalidade: restaurar a honra do seu meio-irmão. Segundo o cronista, D. João não tinha ganância para tornar-se o rei de Portugal; o soberano somente aceitou a indicação para o cargo por amor a sua terra, e para proteger o seu povo.

D. Fernando é caracterizado como um rei inconstante pelo cronista, principalmente porque ele é conduzido pelo amor e não pela razão. Ao se deixar ser conduzido pelo seu lado carnal, o soberano estaria traindo a sua natureza masculina ao comportar-se com elementos que seriam tipicamente do feminino, segundo o discurso clerical vigente. Para Fernão Lopes, D. Leonor Teles aproveitou-se dessa situação para interferir nas questões políticas do reino, saindo assim do espaço determinado para o feminino. O cronista vitimiza o rei e coloca a culpa do fracasso das ações régias na rainha, porém a soberana não teve tempo hábil para governar.

3.2 Leonor Teles: a Rainha Desonrada⁷⁰

Leonor Teles⁷¹ nasceu em Portugal em 1350, e faleceu em 1386. Tornou-se rainha entre 1371-1383 e regente pelo *Tratado de Salvaterra dos Magos* de 1383-1384. Casou-se duas vezes: a primeira, com João Lourenço da Cunha com quem teve um filho, chamado de Álvaro da Cunha; a segunda com D. Fernando, rei de Portugal; dessa união nasceu D. Beatriz.

D. Fernando era prometido a outra mulher (D. Leonor de Castela), porém antes de concretizar a aliança, o soberano enamorou-se de Leonor Teles, que era esposa de João

⁶⁹ "[...] soamente por husar dhuã homrrosa façanha, viingamdo a desomrra de seu irmão [...]" (CDJ I, v. I, cap. XVII, p. 38).

⁷⁰ A última rainha da dinastia de Borgonha, Leonor Teles, é uma das personagens históricas mais odiadas em Portugal. Uma espécie de Joaquim Silvério dos Reis, Leonor foi assim caracterizada por um importante historiador português em plena década de 1960: "Ambiciosa e perversa, de tal forma conseguiu insinuar-se no ânimo de D. Fernando – quando das suas estadas no Paço, a pretexto de visitar sua irmã – que o rei Formoso, indiferente a todos os conselhos e subestimando altos interesses nacionais, resolveu unir-se a Leonor Teles" (COSER, 2011, p. 2).

⁷¹ Objetivamente, sabemos que Leonor Teles nasceu numa das mais antigas províncias portuguesas, a de Trás-os-Montes, em 1350. Descendia por parte de pai de Fruela II, rei de Leão e Galiza, e por parte de mãe de D. Sancho I (uma de suas avós era filha bastarda do segundo rei de Portugal). Aos 22 anos, era casada com o senhor de Pombeiro, com quem tivera o primeiro filho, quando conheceu o rei D. Fernando. Obteve então a anulação de seu casamento para unir-se ao rei português em Leça do Bailio, em 1372, após um suposto casamento clandestino em Lisboa. No ano seguinte, nasceu a filha Beatriz (COSER, 2011, p. 12).

Lourenço da Cunha. Declarando consanguinidade, foi obtida a anulação de seu primeiro casamento.

O primeiro matrimônio de D. Leonor Teles foi utilizado no plano simbólico pela dinastia avisina para endossar a reprovação do segundo casamento da rainha. Segundo Fernão Lopes, o povo português condenou a escolha da esposa realizada por D. Fernando, pois de acordo com os princípios cristãos que norteavam a moral em Portugal, o casal não deveria ter cedido as tentações carnisais.

A *Crónica de D. João I*, como já mencionamos neste trabalho começa narrando o período em que Leonor Teles se tornou regente de Portugal (1383-1384). Na crônica é atribuída "[...] a fama de desonesta da Rainha com ele"⁷², falava-se isto sem parar entre alguns senhores do reino [...]"⁷³ (CDJ I, CAPÍTULO II, p. 6). Ao caracterizar a soberana como uma mulher desonesta, o autor tem como objetivo deslegitimar a sua regência, lhe atribuindo palavras como "desonra" e "desonestidade". Em relação a trajetória da soberana no relato Coser afirma que:

Na Crônica de D. João I, parte I, identificamos também cinco segmentos distintos na trajetória de Leonor Teles. O primeiro (cap. I a XI) é caracterizado pelas negociações de Leonor, como regente, com os concelhos, até a morte do conde. O segundo (cap. XII a LXI) é o momento em que Leonor luta sozinha contra o Mestre de Avis. No terceiro (cap. LXII a LXXXII), Leonor pede ajuda ao rei de Castela e acaba como sua prisioneira. No quarto (cap. LXXXIII a CLXXXIII), Leonor luta, no cativeiro, contra D. João de Castela e o Mestre de Avis simultaneamente. O quinto e último segmento, composto de apenas um capítulo (CLXXXIV), consiste na fala de João das Regras nas cortes, justificando a ilegitimidade de Beatriz pela conduta de sua mãe (última menção a Leonor Teles na crônica). [...] Leonor só é citada em sete capítulos (I, IV, XXXIII, LX, LXI, LXIX e CXLIV) (COSER, 2011, p. 10).

São poucos os capítulos que Leonor Teles é citada na *Crónica de D. João I*, assim como seu esposo. Porém é possível traçar a caracterização negativa do rei e da rainha por Fernão Lopes. O casal monárquico são construídos como contramodelos para os membros da corte portuguesa. Essa estratégia discursiva tinha como finalidade glorificar D. João I, e seus sucessores, evitando o questionamento por parte dos súditos sobre a legitimidade do exercício do poder monárquico.

A regente não teve tempo hábil para administrar o reino português, e mesmo que houvesse ações para superar a crise, não era de interesse do grupo avisino que fossem

⁷² Fernão Lopes se refere ao conde de Andeiro.

⁷³ "[...] a desonesta fama da Rainha com elle, falavasse esto largamente amtre alguõs senhores do rregno" CDJ I, v. I, cap. II, p. 6).

relatadas no texto. Por isso, a ênfase é dada no suposto caso amoroso que a soberana tinha com o conde de Andeiro, como podemos verificar em um trecho do capítulo I:

*Estar certo, é que usando o Conde por tempo, daquela grande maldade que dissemos, dormindo com a mulher de seu Senhor, de que tantas mercês e acrescentamentos havia recebido, não souo isto assim simplesmente nas orelhas dos grandes senhores e fidalgos, que não lhes gerasse grande e firme desejo de vingança a desonra do Rei D. Fernando*⁷⁴ (CDJ I, v. I, cap. I, p. 4, grifos nosso).

O capítulo I estabelece que o principal motivo que teria levado o Mestre de Avis a matar o conde de Andeiro era a reparação da honra de seu meio-irmão. A desonra de D. Fernando segundo Fernão Lopes era de conhecimento dos vassallos do rei, que eram inconformados com a ingratidão do conde de Andeiro. O discurso na *Crónica de D. João I*, determina que a desonra que Leonor Teles causou ao seu marido, mediante à traição, a desqualificaria para a regência de Portugal.

Na crônica histórica as supostas atitudes de D. Leonor no âmbito privado seriam um motivo incontestável para retirar da soberana a governança legítima. O descrédito de D. Fernando perante os seus vassallos afetaria a credibilidade da linhagem do rei que seria questionada, pois a fidelidade feminina no matrimônio era uma garantia de os filhos legítimos herdarem o reino e as riquezas.

As normas de controle do feminino durante o século XV determinavam que as mulheres deveriam manter-se quietas e silenciosas. O poder da fala era reservado ao homem que por ser sábio e ser dominado pela razão tinha a incumbência de governar e determinar o corpo feminino. Ao distinguirem o feminino do masculino, a sensualidade e o corpo eram aspectos fundamentais.

Sob o olhar da Igreja, o corpo feminino durante o medievo é passível de várias sanções e limitações de atuação. Em relação a isso Dalarun (1990) afirma que existiam diversas normas de controle social sobre as mulheres. Dentre elas destaca-se a sexualidade, que deveria ser exclusivamente para a procriação. O prazer era reservado aos homens.

"Leonor tem voz, vontade, desejo. Seu objetivo é assenhorar-se do reino, o que não condiz com o lugar reservado às rainhas portuguesas na narrativa do cronista e no projeto de Avis como um todo" (COSER, 2011, p. 20). O espaço de circulação feminina era restrito ao âmbito privado. As mulheres eram excluídas de qualquer atividade no âmbito público, e ao se

⁷⁴ "Ca çerto he que husamdo o Comde per tempo, daquella gram maldade que dissemos, dormimdo com a molher de seu Senhor, de que tamtas merçees e acreçemtamento avia rreçebido, nom sohoo esto assi simprezmente nas orelhas dos grandes senhores e fidalgos, que lhe nom geerasse gramde e asinado desejo de vingar a desomrra delRei dom Fermamdo" (CDJ I, v. I, cap. I, p. 4).

exporem fora de suas residências deveriam ser acompanhadas e direcionadas por um corpo masculino.

A literatura clerical determinava três representações do corpo feminino: Eva, Maria e Madalena, que são representadas respectivamente como a inimiga, a imaculada, e a redimida. O olhar de Fernão Lopes sobre as mulheres segue o prisma clerical, o autor assim como a Igreja, divide a sociedade entre maus e bons. Casagrande (1990) denota que a mulher para os clérigos é um ser imprevisível, e por isso deveria estar sob constante custódia masculina.

Os escritos produzidos em sua maioria por clérigos caracterizavam e ordenavam as ações de homens e mulheres, as classificando como incapazes, maliciosas e indecifráveis, por isso, elas deveriam ser conduzidas. Porém, a partir do século XII, os escritos clericais deixaram de falar apenas das mulheres e passaram a falar para elas, elaborando valores e modelos de comportamento para o feminino mais próximos da realidade. A crônica de Fernão Lopes insere-se nessa lógica, a obra não foi apenas direcionada aos homens, mas também às mulheres.

D. Leonor Teles ao trair seu esposo estaria cometendo o pior pecado de todos. Segundo Duby (2001) os homens da Igreja durante o período medieval apontavam que a mulher por sua natureza teria três vícios maiores. O primeiro era a prática da feitiçaria, que a desviava do curso "natural" das coisas ao utilizar por exemplo maquiagens, falseando a aparência corporal.

O segundo pecado era ser hostil/agressiva com os maridos, tentando sempre sair da tutela masculina; e o terceiro é a luxúria, que as conduziria direto para o adultério, pois as mulheres teriam um fogo que as consumiriam, e as arrastariam para o pecado mais execrável de todos. (DUBY, 2001, p.50) Fernão Lopes baseia-se no discurso clerical, para deslegitimar o poder da regente, atribuindo a D. Leonor Teles o pior pecado que uma mulher poderia cometer: o adultério.

A mulher adúltera também é mencionada na hagiografia *Milagres Medievais*, numa colectânea mariana alcobacense: "Mulher de má vida que cometia adultério com o marido da primeira"⁷⁵ (Milagre 8, p. 97). Nesse milagre há duas mulheres que disputavam pelo amor da Virgem Maria e do homem, sendo que uma é casada e a outra é amante do marido da primeira.

⁷⁵ "De meretrice dicente cotidie centum uicibus Aue Maria" (Milagre 8, p. 97).

Na narrativa milagrosa a mulher casada sempre pede para que a mulher adúltera morra, enquanto a pecadora sempre ora e realiza as obrigações religiosas oferecidas a Santíssima Mãe do filho de Deus. Ao começar a ler o milagre 8, o leitor possivelmente acredita que Maria atenderia o pedido da mulher casada.

Porém a imagem da Virgem na igreja frequentada pelas mulheres diz para a esposa: "*Não dareis a morte a quem tem o costume de vir apresentar-me a minha saudação. Quanto a ti, que é que alguma vez fizeste por mim?*"⁷⁶ (Milagre 8, p. 97). Espantosamente para aqueles que leem o texto, Maria nega o pedido à mulher por ela não ter o hábito de saudá-la.

Assim, como D. Leonor Teles, a mulher adúltera na narrativa hagiográfica é denominada como má. Porém, mesmo sendo pecadora, a personagem do milagre cumpre os deveres devocionais, o que não acontece com a regente de Portugal. A soberana estava sempre desafiando o poder de Deus ao contrariar a sua vontade, sendo um empecilho para a coroação do Mestre de Avis como rei de Portugal.

Além disso, a mulher adúltera nos milagres marianos é convencida após receber o livramento da morte a entrar no mosteiro. O que demonstra o seu arrependimento, sentimento que não é atribuído a D. Leonor Teles. Pois, segundo Fernão Lopes a rainha não explanava nenhum remorso da sua má conduta durante a busca pelo poder político; pelo contrário, suas ações permaneceram dissimuladas.

Durante o medievo as mulheres eram vistas como seres naturalmente dissimulados, por isso, eram perigosas, como Eva que levou Adão a pecar. Todas elas teriam essa faceta: dominar e encantar os homens através principalmente da beleza, assim como D. Leonor Teles. A regente teria encantado D. Fernando com sua beleza, não o fazendo perceber a suas "más intenções", através da dissimulação. Segundo Coser (2007), Fernão Lopes na *Crónica de D. Fernando* afirma que a beleza de D. Leonor Teles teria conduzido D. Fernando a cometer o pecado da carne⁷⁷. Na *Crónica de D. João I*, o cronista ao se referir a beleza da soberana diz que ela era "[...] *acompanhada de prazerosa graça* [...]"⁷⁸ (CDJ I, v. I, cap. XV, p. 36).

⁷⁶ "Nom occidam quoniam meam salutationem illa ex more mi libat. Tu autem quid unquam pro me egisti?" (Milagre 8, p. 97).

⁷⁷ Neste ponto, a narrativa tem um novo corte e Fernão Lopes passa a relatar o acordo de casamento, que não se concretiza, entre D. Fernando e a infante de Aragão e o posterior acordo com a infante de Castela. É neste momento que D. Leonor Teles chega à casa de D. Beatriz, para visitar sua irmã D. Maria. Pela segunda vez, o cronista lembra que Leonor era casada. A beleza da esposa de João Lourenço faz o rei enamorar-se maravilhosamente e, ferido do seu amor, tem seu coração em chagas (COSER, 2009, p. 14).

⁷⁸ "[...] *acompanhado de prazivell graça* [...]" (CDJ I, v. I, cap. XV, p. 36).

Thomasset (1990) diz que o pecado feminino por excelência é a luxúria, ou seja, a busca pelo prazer que as mulheres procuravam longe de seus maridos através de manobras, artimanhas e dissimulações. A propensão das mulheres para praticar o pecado da luxúria demonstrava a perversidade da natureza feminina, por isso era preciso vigiá-las e contê-las.

Aos desejos carnis de D. Leonor Teles, Fernão Lopes afirma que: "[...] *não há de entender aquele ardente desejo que em sua vontade continuamente mora [...]*" (CDJ I, v. I, cap. III, p.7). De acordo com a ótica dos homens da Igreja inferida por Thomasset (1990) as mulheres adúlteras eram ardentes, pervertidas e incitavam os homens a praticarem o pecado da carne. Havia também, uma outra característica atribuída ao feminino: a passividade.

A natureza feminina seria passiva, principalmente nas questões amorosas, e isso a levaria a cometer atos abomináveis, como fez D. Leonor Teles. A soberana, por estar apaixonada pelo conde Andeiro, teria ficado "cega" pela vingança contra o Mestre de Avis, que matou seu amante, colocando os seus sentimentos acima das questões importantes para o reino.

De acordo com Fernão Lopes, isso poderia ser comprovado pelos gestos da rainha que não teria dado a devida importância à ameaça de invasão dos castelhanos a Portugal, e desprezava a "arraia miúda". Além disso, por não conseguir a vingança desejada, a monarca abdicou do seu poder régio, deixando-o para sua filha Beatriz e seu esposo D. João I de Castela.

Na cronística histórica a relação extraconjugal entre Leonor Teles e o conde de Andeiro não era uma novidade na corte, já que as traições ocorriam antes mesmo da morte do seu esposo. Fernão Lopes questiona no Capítulo III, se o rei D. Fernando teria percebido ou foi informado sobre o caso amoroso da rainha com seu vassalo, já que tal fato era conhecido amplamente no reino português. Respondendo a indagação o autor aponta que:

E depois de tanto o Rei D. Fernando ver os muitos modos que a Rainha demonstrava desordenada afeição e bem querer ao Conde João Fernandes, e a grande crescente para que ele resolvesse coisas que ela podia resolver, bem certificou em seu pensamento ser verdade o que as gentes presumiam, posto que na voz do povo já era sabido a fama que a Rainha havia com o conde, ele nenhuma parte soubesse; nem era algum ousado de lhe tal coisa dizer, posto que ser sua desonra⁷⁹ (CDJ I, v. I, cap. III, p. 8, grifos nossos).

⁷⁹ "E por tanto elRei dom Fernamdo veemdo os muitos modos per que a Rainha mostrava desordenada afeição e bem quereça ao Comde Joham Fernamdez, e o grande acreçemtamento que lhe procurava per quallquer guisa que podia, bem certificou em seu penssamentto seer verdade o que as gentes presumiam, posto que da publica voz e fama que a Rainha avia com o Comde, ell nenhuma parte soubesse; nem era alguũ ousado de lhe tall cousa dizer, posto que sse de sua desomrra [...]" (CDJ I, v. I, cap. III, p. 8).

Fernão Lopes denota em sua escrita que D. Fernando amava tanto a sua esposa que não conseguia enxergar o óbvio, porém as atitudes de Leonor Teles eram tão desmedidas que ficaram impossíveis de não serem percebidas, mesmo que o amor tivesse "cegado" o rei. O fato de D. Fernando demorar a perceber é atribuído a beleza e a sedução que Leonor Teles exercia sobre ele, que o acabava iludindo. Isso era um perigo e demonstrava a fraqueza da governança do rei, que poderia estar sendo conduzido a tomar atitudes seguindo as vontades de sua esposa.

Segundo Coser (2011) na *Crónica de D. Fernando*, o autor aponta que as decisões do reino português eram influenciadas diretamente pela soberana. Esta muitas vezes teria tomados atitudes vingativas contra os seus desafetos, colocando os interesses da monarquia em segundo plano, assim como supostamente aconteceu durante a sua regência.

Em relação a participação de Leonor Teles, aponta-se que

No ponto de vista em que se coloca, Fernão Lopes considera inteiramente justificada a insurreição de 6 de dezembro de 1383. Dona Leonor prosseguia e acabara por agravar a política administrativa dos últimos dias do reinado de D. Fernando na medida em que continuava a manter os mercadores afastados dos negócios da governança. (REBELO, 1983, p. 25).

Segundo a Crónica, após a morte do rei, Leonor Teles convocou alguns súditos da coroa portuguesa em busca de apoio contra a invasão castelhana, entre estes encontrava-se Nuno Álvares, que será um vassalo de suma importância para a ascensão do Mestre de Avis e para a conquista do reino português através das batalhas contra Castela.

Nuno Álvares ao saber das intenções do rei de Castela de invadir e conquistar o reino português teria sido o primeiro a pensar no Mestre de Avis como regedor e defensor de Portugal; o filho bastardo de D. Pedro seria o único capaz de proteger o reino da ameaça externa. Porém, era necessário retirar Leonor Teles do poder, e isso só seria possível matando o principal apoiador da rainha, o conde Andeiro. Este seria um homem ambicioso e ingrato com o esposo da soberana.

Assim, segundo Fernão Lopes, pouco tempo depois da morte de D. Fernando, Nuno Álvares, busca apoio para o Mestre de Avis com os outros nobres. É neste ponto da narrativa que foram demonstradas as ações políticas de Leonor Teles para combater Castela. É um dos poucos capítulos da cronística histórica em que são evidenciados os atos de governança da curta regência da rainha, deixando assim de lado aquilo que anteriormente era o foco da narrativa: a traição e a desonestidade da soberana com o vassalo do rei.

No Capítulo VII o autor demonstra quais os acordos foram firmados entre a soberana e o conselho de senhores nobres:

Foi acordado pela Rainha e por todos ali, que o reino se defende-se, querendo o Rei de Castela vim a ele, e não lhe obedecessem em outra coisa, salvo naqueles tratos que era contido, e que pois todos ali eram juntos, e que ordenassem logo as fronteiras, e quem estivessem nelas, e cada um com quantas lanças; e foi assim de feito que foram logo repartidas as comarcas ⁸⁰ (CDJ I, v. I, cap. VII, p. 16).

Destaca-se no discurso a palavra "todos", ou seja os senhores conselheiros do reino, e a regente de Portugal até então faziam parte de um todo, isto é, estavam do mesmo lado, e tinham um inimigo em comum: o Rei de Castela. Porém no decorrer da narrativa as intenções de Leonor Teles são questionadas, e também a sua capacidade de reunir os vassalos quando fosse requerido.

Na *Crónica de D. João I*, no dia da morte do conde de Andeiro, o Mestre de Avis, para conseguir adentrar nos Paços da rainha, solicita uma reunião para discutir sobre a necessidade de aumentar a proteção das fronteiras. Ao recebê-lo Leonor Teles concorda que o rei da Castela poderia a qualquer instante quebrar os tratados estabelecidos. Portanto seria imperioso convocar os vassalos do reino, e assim o faz. Mesmo conduzindo ações que protegeriam o reino contra Castela, Leonor Teles é caracterizada como uma mulher desonrada para ser regente de Portugal, pois a soberana "degradou" a sua família ao, teoricamente, ter mantido relações extraconjugais com o conde de Andeiro.

Após matar o suposto amante da cunhada, o Mestre de Avis e seus apoiadores fogem com medo da vingança da rainha. Porém há uma contradição logo em seguida no discurso de Fernão Lopes, pois "*a Rainha começou a dizer: Vão perguntar ao Mestre se eu ei de morrer*"⁸¹ (CDJ I, Capítulo X, p. 23). O questionamento da regente demonstra temor pela sua vida, e não que ela estaria pensando na vingança como afirma o autor da crônica.

Na narrativa, a regente é caracterizada com uma mulher vingativa, e isso teria sido um fator que torna o seu poder político incapaz de gerir a crise, pois a mesma colocaria seu ódio contra o Mestre de Avis acima do reino português. Enquanto D. João I, como um homem nobre, reconheceu que deveria pedir perdão: "*o Mestre falou com os Condes, dizendo que ele*

⁸⁰ "Foi acordado per a Rainha e per todollos que hi eram, que o rregno se defemdesse, queremdo elRei de Castella viinr a elle; e nom lhe obedeeçessem em outra guisa, salvo naquellas que nos trautos era comtheudo; e que pois todos alli eram juntos, que hordenassem logo as fromtarias, e quaaes estevessem em ellas, e cada huñ com quantas lamças; e foi assi de feito que forom logo rrepartidas as comarcas" (CDJ I, v. I, cap. VII, p. 16).

⁸¹ "[...] Vaão pergunftar ao Meestre se ei eu de morrer [...]"(CDJ I, v. I, cap. X, p. 23).

*entendia que fizera grande desprazer à Rainha em matar o Conde em seus Paços*⁸² (CDJ I, v. I, cap. XIII, p. 30).

No texto, Fernão Lopes, com o objetivo de caracterizar D. João I como um homem bom e honrado, relata que o Mestre de Avis após conversar com seus aliados, decide ir até o Paço da rainha para lhe pedir perdão. Essa ação demonstraria a nobreza, a honra e a humildade do futuro monarca, e também enaltece a sua habilidade em administrar os conflitos políticos ao colocar de lado suas ressalvas contra D. Leonor Teles, tentando manter uma relação cordial e amistosa.

Segundo o relato a Rainha recebe cordialmente o Mestre de Avis em seus Paços, o que demonstraria a sua dissimulação. O cunhado explica que sua intenção não era desonrar D. Leonor Teles, mas sim preservar a vida dela, que corria risco enquanto o conde fosse vivo. Ressalta-se que D. João I não pede perdão por matar, mas sim por ter feito isso na residência oficial da regente. O futuro soberano de Portugal teria assassinado o conde cumprindo o desejo de Deus.

Segundo Fernão Lopes, o silêncio da rainha mediante ao pedido de perdão demonstraria que a mesma não teria absolvido o Mestre de Avis. Porém o conde D. Álvaro Perez intervém dizendo que a soberana deveria perdoar o filho do rei⁸³ que não teria cometido um grande erro. Outro que intercede é o irmão da regente, o conde de Barcelos. Fernão Lopes atribui uma resposta ríspida de D. Leonor Teles, o que leva aos leitores a inferirem que a clemência não teria sido sincera, mas sim resultado da pressão que ela sofreu por parte dos apoiadores do Mestre de Avis.

No final do Capítulo XIII, D. Leonor Teles volta a demonstrar preocupação com o rei de Castela, que queria ir ao reino antes do tempo determinado pelos *Tratado de Salvaterra*. Neste ponto da narrativa, o Mestre de Avis e a regente demonstram que desejavam combater o mesmo inimigo. Para isso D. João I a aconselha a convocar todos aqueles que a serviam para impedir a vinda do rei de Castela.

A regente acata o conselho de seu cunhado. Porém para Fernão Lopes a rainha dissimulava até mesmo quando realizava uma boa ação. Segundo o cronista as atitudes de D. Leonor Teles eram norteadas pelo ódio e a vingança. Enquanto o Mestre de Avis era conduzido pelo amor e pela justiça. Porém antes de colocar em prática o conselho, a rainha

⁸² " [...] o Meestre fallou com os Comdes, dizendo que ell emtemdia que fezera gramde desprazer aa Rainha em matar o Comde em seus Paços [...]"(CDJ I, v. I, cap. XIII, p. 30).

⁸³ Fernão Lopes utilizou como estratégia discursiva na *Crónica de D. João I*, termos específicos ao se referir ao Mestre de Avis o chamando de "filho do rei", com o objetivo de mascarar a origem bastarda do rei avisino.

teria tido uma atitude desmedida, o que demonstrava a sua dissimulação. A reação da rainha é denotada em uma fala atribuída a soberana por Fernão Lopes:

A Rainha começou então a sorrir de *maneira descontralada* e disse: Ó que boa razão essa! E era o Rei meu senhor vivo, e vós outros todos com ele, e não o podes fazer quanto mais agora que ele é morto, e toda vossa esperança soterrada com ele⁸⁴ (CDJ I, v. I, cap. XIII, p. 32).

Através da rainha Fernão Lopes demonstra a desesperança do povo português após a morte do rei D. Fernando, e, ao mesmo tempo, a fraqueza de Leonor Teles, pois nem mesmo ela acreditava na união dos portugueses sob o seu comando para enfrentar o rei de Castela. Assim, gradativamente o cronista estabelece a incapacidade de Leonor Teles de reger Portugal.

Na *Crónica de D. João I*, a rainha convoca os seus vassallos para reuniões para decidir a posição das ações do reino para se proteger de Castela, porém isso não seria suficiente. A soberana teria reconhecido a fragmentação do reino de Portugal, e que seria difícil vencer Castela. A iminente derrota supostamente aceita pela regente serve como um dos fatores que denotariam a inabilidade política da mesma para conduzir o reino à vitória, e impedir a invasão e domínio estrangeiro.

No primeiro momento são evidenciadas as más atitudes da soberana como esposa o que a desqualificavam para a regência. Mas como após o assassinato do conde de Andeiro esse argumento tornou-se inválido para retirá-la do poder, o autor então enfatizou a inabilidade política da regente para unir os vassallos do reino contra o inimigo externo e a insatisfação da "arraia miúda" de Lisboa.

Contudo, para legitimar a tomada do poder pelo Mestre de Avis, era necessário uma justificativa mais substancial. Assim Fernão Lopes estabelece na narrativa que, em busca de vingança, a rainha percebendo que iria perder o trono, e que não poderia vingar a morte do seu suposto amante, se une ao rei de Castela. Essa união denotaria que a regente tinha atitudes desmedidas e passionais ao entregar o reino português nas mãos do inimigo externo, traíndo o seu lugar de pertencimento e o seu povo.

No Capítulo XV, Fernão Lopes termina de personificar Leonor Teles através de adjetivos que demonstram seus pontos negativos e positivos. O cronista a caracteriza como uma mulher graciosa, com uma beleza invejável, sábia, conhecedora dos costumes, interada

⁸⁴ "A Rainha começou emtom de sorriir per modo descarnho, e disse: Oo que booa rrazom essa! E hi era elRei meu Senhor vivo, e vos outros todos com elle, e nom ho podiees fazer, quamto mais agora que elle he morto, e toda vossa esperança soterrada com elle" CDJ I, v. I, cap. XIII, p. 32).

das coisas que a cercavam, com coração cavalheiresco, dissimulada e que buscava as maravilhosas artes⁸⁵.

O autor diz também que a partir da soberana as mulheres aprenderam novos jeitos para lidarem com seus maridos, e isso nenhuma outra rainha teria realizado *"desde que ela reinou, aprenderam as mulheres ter novos jeitos com o seu marido [...]"*⁸⁶ (CDJ I, v. I, cap. XV, p. 36). De acordo com o cronista nenhuma rainha portuguesa anterior a D. Leonor Teles demonstrou a habilidade de conduzir o esposo.

A soberana *"[...] tinha certos fundamentos de quem tinha má vontade, nunca a pode conhecer; e onde entendia fazer grande dano, alçava mortais empecilhos mas demonstrava tudo ao contrário"*⁸⁷ (CDJ I, v. I, cap. XV, p. 36). A suposta influência que D. Leonor Teles exercia sobre as ações políticas de D. Fernando, é atribuída à capacidade da regente de conduzir o soberano usando artimanhas e a dissimulação. E isso a monarca conseguia pela sua beleza e graciosidade, que incapacitaram o seu esposo de percebê-la como uma mulher desonrada e má.

O cronista enaltece principalmente a capacidade de dissimular da rainha, pois mesmo a soberana tendo ódio do Mestre, e querendo uma grande vingança, suas atitudes demonstravam ao contrário: *"[...] nenhum sinal de mal querer mostrava ao Mestre de fora, como se ele nunca houvesse feito nenhum desprazer"*⁸⁸ (CDJ I, v. I, cap. XV, p. 36). A dissimulação atribuída a Leonor Teles acaba por defini-la como uma mulher perigosa, pois suas atitudes não evidenciavam suas reais intenções. Sobre isso Fernão Lopes aponta que:

Mas esses poucos dias que depois lhe falou, estando ela na cidade, sempre suas falas e respostas eram contra ele boas e sem mostrar de mal desejo[...] E não somente ao Mestre mas ainda a alguns outros, que ela por tal razão má vontade tinha, nenhuma coisa dava a entender de rancor que tivesse contra eles. Mas suas falas e desembargos, todos eram feitos com contentamento e com bom gesto, até que viesse tempo determinado, de se poder vingar segundo seu desejo⁸⁹ (CDJ I, v. I, cap. XV, p. 36).

⁸⁵ "Foi uma mulher muito sábia, e de coração cavalheiresco, buscadora de maravilhosas artes" (CDJ I, v. I, cap. XV, p. 36).

⁸⁶ "Des que ella reinou, aprendorom as molheres teer novos geitos com seus maridos [...]" (CDJ I, v. I, cap. XV, p. 36).

⁸⁷ "Ella avia çertos fundamentos pera quem tiinha maa voomtade, numca lho poder conhecer; e omde emtemdia fazer gram dâpno, aazava mortaaes empeeçimentos cõ mostrança de todo o contrairo" (CDJ I, v. I, cap. XV, p. 36).

⁸⁸ "[...] nehuũs signaaes de mall quemença mostrava ao Meestre de fora, como sse lhe nũa ouvesse feito nehuũ desprazer" (CDJ I, v. I, cap. XV, p. 36).

⁸⁹ "Mas esses poucos dias que lhe depois fallou, estando ella na çidade, sepre suas fallas e rrespostas eram comtra elle boas e sem mostrança de maa desejo. [...] Enom soomente ao Mestre mas aimda a alguũs outros, que ella por tal rrazom ma vomtade tiinha, nehuũa cousa dava a emtemder de rrancor que tevesse comtra elles. Mas suas fallas e desembargos, todo era feito ledamente e com boom geesto, ataa que visse tempo aazado, de sse poder viingar segundo seu desejo (CDJ I, v. I, cap. XV, p. 36).

Segundo a narrativa, a rainha era uma mulher perigosa e deveria ser temida principalmente por ser dissimulada e ardilosa escondendo a suas reais intenções e desejos contra os seus inimigos, entre eles estaria o Mestre de Avis. Por não ter indícios reais das más intenções da regente contra a vida de D. João I, o autor supõe, e a caracteriza como uma mulher vingativa para legitimar a sua retirada do poder. A evidência que demonstraria que ela desejava vingança é a união estabelecida com o rei de Castela.

*"E portanto a Rainha d. Leonor por vontade feminina que geralmente é muito desejador de vingança [...]"*⁹⁰ (CDJ I, v. I, cap. XXI, p. 44), Fernão Lopes enaltece o desejo de vingança da rainha pelo amor que lhe foi retirado, e estabelece características que seriam típicas do feminino.

As mulheres seriam na maioria das vezes conduzidas por sentimentos e pela passionalidade, assim, por ter um corpo feminino, D. Leonor Teles mediante o assassinato do conde de Andeiro, teria desvairadas ações. Negligenciando em nome da vingança a invasão do reino português pelo verdadeiro inimigo, o rei de Castela.

A soberana teria colocando os assuntos do reino de lado, já que estaria mais preocupada em encontrar uma maneira de prender ou matar o Mestre, quando este estivesse a caminho da Inglaterra. Porém, na narrativa não há nenhuma ação que comprove essa intenção da rainha. Mesmo assim o autor supõe ao afirmar que:

[...] e dizem que mandou falar em grande segredo com os mestres daqueles navios especialmente com o mestre daquela nau em que ele havia de ir, prometendo lhes, grandes e assinadas mercês se isto quisessem por em obra [...]então seria forçado de o Mestre em todo caso ser preso ou morto⁹¹ (CDJ I, v. I, cap. XXI, p. 44).

O autor acusa a rainha de planejar a prisão e a morte do Mestre, por isso a soberana estaria indo contra a vontade de Deus e do povo, principalmente da cidade de Lisboa que clamavam para que D. João I fosse regedor e defensor do reino. Fernão Lopes, coloca Leonor Teles como um obstáculo para os planos de Deus para Portugal.

Aos poucos a ameaça de invasão pelo rei de Castela vai ganhando espaço na narrativa. Gradativamente aquele que seria o real inimigo ganha espaço, assim como a construção da representação do Mestre de Avis, que seria o único capaz de defender o reino

⁹⁰ "E por tamto a Rainha dona Lionor per vomtade femenina que geerallmente he muito desejador de vimgamça [...]"CDJ I, v. I, cap. XXI, p. 44).

⁹¹ " [...] e dizem que mamdou fallar em gram segredo com os meestres daquelles navios espeçiallmente com ho meestre daquella naao em que ell avia dhir, prometendolhes, gramdes e assiinadas merçees se esto quisessem poer em obra [...] estomçe seeria forçado de o Meestre em toda guisa seer preso ou morto (CDJ I, v. I, cap. XXI, p. 44).

contra Castela. Nesse cenário político Leonor Teles é um empecilho, e a continuidade de sua regência facilitaria a tomada de Portugal por Castela.

Fernão Lopes aponta no relato que nem mesmo a rainha acreditava que poderia vencer Castela. Após a morte do conde de Andeiro a situação piora, pois pela sua vontade desmedida de vingar o assassinato do seu suposto amante, a soberana acaba negligenciando a ameaça de invasão do rei de Castela, colocando assim seus sentimentos acima do bem estar do povo e do reino. O principal objetivo de D. Leonor Teles era matar ou prender o Mestre, e este de acordo com o cronista desejava proteger o reino até então sob o comando da rainha, mas ele não poderia fazer nada por temer a vingança tramada por ela.

Aos olhos de Fernão Lopes, D. Leonor Teles é uma mulher pecadora, principalmente pela sua deslealdade ao seu marido, e posteriormente ao povo português. Segundo Fernão Lopes, o Mestre teria sido aconselhado a casar com Leonor Teles, para que pudesse reger o reino legalmente segundo os tratados com Castela, já que seria por um tempo determinado, até que o filho de D. Beatriz com o rei de Castela fosse apto para governar Portugal.

O Mestre como regedor traria a paz e a segurança desejada. Assim seus aliados teriam ido até a cidade em que Leonor Teles estava para lhe propor o casamento, e por ela foram recebidos cordialmente, porém a regente teria recusado. Ao afirmar que o Mestre teria acatado o conselho de se casar com a rainha pelo bem do reino, e a mesma se recusou, o autor demonstra como D. João I seria um bom regedor por colocar os interesses do reino português acima do seu orgulho, ao contrário da rainha.

O reino português, principalmente Lisboa, já clamava para que o Mestre de Avis se tornasse o defensor e regedor do reino. Mediante a essa situação, Fernão Lopes diz que a rainha teria enviado cartas ao rei de Castela, pedindo para que este invadisse Portugal, evitando assim a perda do trono pela dinastia de Borgonha, e colocando em prática a sua vingança. Para o cronista, D. Leonor Teles teria ficado com desmedido desejo de vingança. Ao perceber que não seria fácil matar ou prender o Mestre, se uniu ao seu genro, o rei de Castela, renunciando ao seu direito de regente, e passando o trono a sua filha Beatriz⁹².

Após a renúncia, Leonor Teles gradativamente deixa de ser mencionada. Porém mesmo deixando o cargo, Fernão Lopes aponta em alguns trechos na narrativa que a soberana continua articulando com seus aliados para que esses apoiassem o rei de Castela e a sua filha

⁹² Na verdade, Leonor nada mais fazia do que seguir o tratado estabelecido por D. Fernando, que não reconhecia D. João como rei de Portugal. Entretanto, a rainha acabaria enfrentando a oposição interna, dos que temiam uma intervenção iminente do rei castelhano em Portugal, e externa, ao contrapor-se aos interesses de D. João de Castela (COSER, 2011, p. 23).

Beatriz, contra o Mestre de Avis. Portanto, as ações políticas da rainha durante a sua regência são minimizadas, e apesar de não haver nenhuma ação concreta que demonstrasse suas intenções contra o Mestre de Avis, o autor supõe que elas teriam existido.

Além disso, as características atribuídas a Leonor Teles reforçam o discurso avisino de que D. João I seria o rei predestinado a governar Portugal em um tempo de paz e segurança. A rainha é colocada como uma mulher egoísta e que foi tomada pelo ódio, o que teria ocasionado ações desmedidas e descontroladas da regente. Isso só poderia partir das mulheres que teriam uma tendência a serem dissimuladas, ardilosas, emotivas e passionais.

Apesar da denotação dada a rainha Leonor Teles como de "má fama", ou seja, adúltera, era preciso mais para justificar a retirada do direito legítimo de governança da regente, e a ascensão do Mestre de Avis, o filho bastardo do rei D. Pedro I. Por isso, o autor passa a enfatizar o descaso com que Leonor Teles trata a ameaça de invasão do rei de Castela, e como posteriormente ela se une a ele por ódio ao Mestre de Avis por ter assassinado seu suposto amante. Acerca da aliança da soberana com seu genro:

A estratégia de Leonor é mais uma vez usar a dissimulação e vai ao encontro do rei fingindo estar muito sentida, choramingando. Entretanto, os temores de Leonor realizam-se e o rei de Castela diz que só vai ajudá-la se renunciar ao poder em favor dele. A rainha cede e ainda procura agradar D. João de Castela oferecendo jóias e presentes. Essa aparente cordialidade inicial rompe-se, no entanto, quando D. João nega a Leonor um pedido acerca da nomeação de um protegido da rainha (COSER, 2011, p. 22).

Com o objetivo de reforçar que era difícil lidar com Leonor Teles por conta da sua personalidade, Fernão Lopes no Capítulo LXXVI, afirma que após ela ter abdicado do poder em prol do rei de Castela, e da sua filha a rainha Beatriz, a regente passou a conviver com seu genro. Durante o convívio, sogra e genro passaram ambos a se desprezarem. A razão para o desentendimento era que a rainha queria que todas as suas vontades fossem cumpridas, não gostando de ser contrariada, e o rei de Castela a nega um pedido, o que a deixa furiosa com ele. Fernão Lopes assinala o motivo que levou o soberano castelhano a desprezar a sua sogra:

As razões que contam, é porque o Rei começo a ter desprazer dos modos da Rainha, dizem que foi *porque a viu muito solta ao falar, tendo gestos em sua fala, que não teriam uma mulher viúva, havendo notadamente tão pouco que o Rei D. Fernando morrera*⁹³ (CDJ I, v. I, cap. LXXVI, p. 148, grifo nosso).

⁹³ "As rrazões que er cõtam, por que a elRei começou de desprazer dos modos da Rainha, dizem que foi porque avio mui sollta em fallar, teendo geitos em suas fallas, nom quaaes cumpria a molher viuva, moormemte avemdo tam pouco que elrei dom Fernamdo morrera [...]"(CDJ I, v. I, cap. LXXVI, p. 148)

Através do rei de Castela, Fernão Lopes destaca e reforça que o comportamento de Leonor Teles não era condizente para uma viúva, ao falar alto e gesticulando, a rainha se contrapõe aos padrões sociais estabelecidos para as mulheres que viviam no medievo português.

Em relação aos últimos atos de Leonor Teles no reino português Fernão Lopes afirma que: "*a Rainha escrevera a todos os alcaides dos castelos por onde passaram[...]*"⁹⁴ (CDJ I, v. I, cap. LXXXIII, p. 159). No decorrer da crónica histórica, o autor afirma que Leonor Teles ao conviver com D. João de Castela, acaba por se arrepender de ter entregado o reino português ao seu genro ao abdicar da regência. Por isso, a soberana secretamente teria enviado cartas às vilas e às cidades que o soberano haveria de passar para cobrar fidelidade, instruindo os nobres locais a ignorarem os pedidos do rei castelhano, mesmo que ela o estivesse acompanhando.

Como esse plano não deu certo, a rainha teria acordado com o conde D. Pedro que ele matasse o rei de Castela, e assim eles proclamar-se-iam rei e rainha de Portugal após se casarem. A aliança de D. Leonor Teles com o nobre é descoberta, e a soberana é levada e presa para o Mosteiro de Tordesilhas em 1384.

Na construção do discurso, Fernão Lopes exalta positivamente Filipa de Lencastre a consorte de D. João I, em contraponto a Leonor Teles, o autor conduz os leitores a comparar as duas rainhas, estabelecendo um padrão de comportamento ideal para as mulheres esposas, já que a soberana deveria ter o comportamento seguido pelas suas súditas. Essa redução do papel feminino não é aleatória, ela nos permite analisar os mecanismos que eram utilizados para que as mulheres serem impedidas de exercer o poder político.

A disputa pelo reino português é estabelecida na *Crónica de D. João I* entre os homens, ou seja, entre similares (o primeiro adversário do Mestre de Avis era o conde de Andeiro, e o segundo foi o rei de Castela). De acordo com o discurso vigente, o feminino era inferior ao masculino, por ser dominado pelos sentimentos e não pela razão. Porém, ao contrário do que o cronista expôs em sua narrativa, o confronto pelo domínio do poder monárquico no início do Movimento de Avis era entre D. Leonor Teles e o Mestre de Avis. O autor, com uma hábil eloquência, conduz os leitores a estabelecerem comparações entre as personagens femininas, enaltecendo a jornada de D. João I ao definir que o conflito era entre cavaleiros.

⁹⁴ "*a Rainha scprevera a todollos alcaides dos castellos per hu passarom [...]*" (CDJ I, v. I, cap. LXXXIII, p. 159).

Leonor Teles se torna coadjuvante no jogo político mesmo sendo a governante autêntica de Portugal. Pois, a desonra não seria cometida pela soberana, sem a influência do conde de Andeiro. No texto retira-se a real dimensão da importância de Leonor Teles como regente legítima de Portugal, assim como a sua autonomia já que ela seria direcionada segundo as ambições do seu suposto amante.

A deslegitimação de Leonor Teles foi um mecanismo para a manutenção do poder régio nas mãos de homens, pois em uma sociedade patriarcal é inconcebível um homem disputar o poder com uma mulher. Por isso, o adversário eleito por Fernão Lopes para ser vencido por D. João I, inicialmente é o conde de Andeiro, pois a disputa e a vitória para ser reconhecida deveria ser entre cavaleiros. E o principal argumento para a retirada da regente do poder é a desonra dos seus atos privados; o cronista aponta para o leitor que uma mulher adúltera não poderia comandar o povo português.

No reino português o poder social estava concentrado nas mãos dos homens, e essas mudanças na estrutura social a partir do Movimento de Avis limitaram-se a um jogo de poderes que buscou manter o comando do reino português entre estes. Quando uma figura feminina esteve no comando, como a rainha regente D. Leonor Teles, o seu lugar social foi questionado e desmerecido através de características negativas que lhe foram atribuídas para justificar a retirada do seu direito legítimo de reger o reino português.

Na narrativa, o discurso de Fernão Lopes sobre as mulheres é perpassado pela doutrina cristã vigente em Portugal. Por isso, D. Leonor Teles, assim como D. Filipa de Lencastre foram caracterizadas segundo os padrões eclesiásticos medievais, sendo que a primeira é colocada como pecadora (Eva), e a segunda como santa (Virgem Maria).

Em relação a isso Casagrande (1990) afirma que a mulher torna-se pecadora no medievo quando ela sai do seu papel socialmente estabelecido, ou seja, quando ela exerce ou busca o prazer e o poder que são exclusivos dos homens. Ao masculino caberia a responsabilidade de chefiar a mulher, regulando os atos e pensamentos da sua esposa, sendo assim, o seu dever era proibir tudo aquilo que desagradava a Deus.

Conforme já apresentado, ao masculino era reservado o espaço público, enquanto o feminino não deveria jamais estar presente em espaços públicos, e ao saírem deveriam sempre estar acompanhadas. As mulheres não tinham o direito de falar ou debater. Assim,

Uma das acusações mais frequentes que os clérigos faziam às mulheres, na Idade Média, para além da sua luxúria, era a sua falta de medida, nomeadamente quanto à palavra: falavam demais, sem sentido e demasiado alto. Daí que se propusesse, como modelo, falar baixo, pouco e de forma apropriada. (RODRIGUES, 2017, p. 21).

De acordo com as normas de conduta estabelecidas no medievo as mulheres deveriam cultivar o silêncio, falando baixo e apenas o necessário. Os gestos femininos deveriam ser sóbrios e modestos, ao rirem não podiam mostrar os dentes, ao chorarem não poderiam fazer barulho mover demasiadamente a cabeça. Essas eram as normas de conduta que as mulheres deveriam seguir quando presentes em espaço público durante a Idade Média.

Com o objetivo de controlar o corpo feminino, e garantir uma descendência legítima a Igreja tornou o casamento o sétimo sacramento no século XII. A instituição matrimonial é usada como instrumento primordial no jogo de poderes entre o feminino e o masculino para subjugar-las. Essa tentativa de cerceamento das mulheres era justificada pela sua constituição natural, e por sua pretensão ao pecado da luxúria.

Segundo Dalarun (1990), o casamento tornou-se um mecanismo de controle social do feminino, em que a mulher era objeto exclusivo do prazer de seu marido, devendo sempre ser dócil e submissa. A mulher só não mais seria perigosa durante a velhice, pois esse seria o momento em que sua natureza nociva perderia forças, pois é durante a juventude que elas precisam ser controladas, já que teriam uma inclinação a cometer o adultério.

Portanto, sob a ótica cristã medieval em que a *Crónica de D. João I* é construída, assim como Eva, D. Leonor Teles, pecou contra Deus, e contra os homens ao desejarem comandar, e ao submeterem seus companheiros as suas vontades. Isso seria uma subversão da "ordem natural" atizada pela cobiça de ter aquilo que não fazia parte da sua própria natureza. E assim, como com Eva, a providência divina intervém, e coloca a soberana no seu devido lugar, a retirando do poder monárquico e direcionando o Mestre de Avis até o trono português.

3.3 D. João I: o Predestinado

D. João I⁹⁵, filho bastardo do rei D. Pedro I (1357-1367) e de Teresa Lourenço, nasceu em 1357; sendo assim era meio-irmão de D. Fernando (último rei da dinastia de Borgonha). Através do Movimento de Avis (1383), tornou-se regedor e defensor do reino, e em seguida foi aclamado pela corte como rei legítimo de Portugal. Era conhecido como o Mestre de Avis, e apelidado como o "Rei da Boa Memória", o seu reinado começou em 1385, e durou até a sua morte em 1433, sendo o primeiro monarca português da Casa de Avis.

⁹⁵ Ainda em 1383 é feito regedor e defensor de Portugal na câmara de Lisboa, passando a ser o representante oficial da causa portuguesa e o chefe da luta contra Castela. Após diversos conflitos com os castelhanos e seus aliados, D. João I é eleito rei nas Cortes de Coimbra em 1385 (derrotando a candidatura de seus irmãos, que eram apoiados pela grande nobreza). No mesmo ano, o novo monarca venceu os castelhanos na batalha de Aljubarrota, a qual se tornou legendária para os portugueses (TREVISAN, 2012, p. 220).

Para selar a aliança com os ingleses casou-se com D. Filipa de Lencastre, filha de João de Gante, 1º Duque de Lancaster. Em 1415, conquistou Ceuta, lugar estratégico para a navegação no norte da África, dando início a Expansão Marítima portuguesa, nesse processo fora auxiliado pelos seus filhos D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, irmãos da chamada "íclita geração".

Para legitimar a permanência no poder o grupo avisino contrata Fernão Lopes para escrever a memória oficial do reino português⁹⁶. Na *Crónica de D. João I*, o cronista relata detalhadamente as ações que levaram a ascensão do Mestre de Avis como rei. O autor narra os passos, as atitudes e caracteriza o soberano que fora escolhido por Deus e pelo povo para governar Portugal segundo o discurso da dinastia de Avis.

Em Portugal, assim como em outros reinos da Idade Média existia o mito do rei cavaleiro predestinado a governar. A partir dessa perspectiva messiânica presente na cultura portuguesa, Fernão Lopes ao narrar a história de D. João I, a compara com a lenda do rei Artur, e até mesmo com Jesus Cristo e seus apóstolos. Para corroborar com a sua narrativa o autor idealiza o rei, e sua jornada com o objetivo de alicerçar uma identidade coletiva portuguesa coesa e legitimar o grupo político avisino no poder. Pois,

juntamente com a imagem do rei justo e guerreiro, salienta-se a imagem do modelo de cavaleiro perfeito, pautado por um ideal de busca religiosa, representado por Galaaz - o puro dos puros, escolhido por Deus e predestinado a alcançar o Graal para curar o rei Pescador e levar a glória novamente ao reino decaídos pelos pecados. Esta ideia de predestinação do cavaleiro modelar irá permanecer nas novelas de cavalarias ibéricas (SILVEIRA, 2017, p. 294).

Na *Crónica de D. João I*, o Mestre de Avis, assim como Galaaz e Cristo em suas respectivas narrativas são modelos de cavaleiros perfeitos, que foram escolhidos por Deus por serem puros e justos. Enquanto o rei antecessor D. Fernando por sua inconstância foi enganado pelas dissimulações da rainha D. Leonor Teles que conduziu o soberano ao pecado, como Eva fez com Adão.

A dinastia de Avis por ter sido iniciada por um filho ilegítimo buscou mecanismos para legitimar simbolicamente o poder monárquico que exerciam. Uma das estratégias

⁹⁶ Para Fernão Lopes uma série de elementos irão confirmar a eleição de D. João como rei: a) A escolha divina de D. João através do carisma do poder, o que era atestado através de sinais e milagres, os quais são apresentados na crônica. b) a preocupação com os "miúdos" e o fato desses próprios miúdos terem escolhido D. João como governante, devido ao seu amor à terra, incentivando então um nascente sentimento de nacionalidade. c) O fato de D. João se tornar um rei ideal que instaura um novo período de felicidade, o que na Crónica de D. João I é chamado de a Sétima Idade (ZIERER, 2017, pags. 1-2).

utilizadas por D. Duarte, filho e sucessor de D. João I, foi a contratação de Fernão Lopes, guarda-mor da Torre do Tombo, para escrever as crônicas dos reis de Portugal.

Fernão Lopes caracteriza D. João I como um homem escolhido pela providência divina para reinar. Para alicerçar esse discurso a autoridade do rei é fundamentada pela autoridade divina, em vários capítulos na narrativa o autor afirma que o Mestre de Avis foi conduzido de acordo com a vontade de Deus.

No relato cronístico por ser o predestinado, somente D. João I consegue cumprir certas ações que pontualmente colaboram para o escolhido levar o seu povo à glória. Aos poucos o autor constrói a ideia de que o Mestre de Avis, seria a única alternativa para ocupar o trono português, e como ele era o predestinado o divino teria várias vezes interferido. Fernão Lopes habilmente expõe o iminente perigo que Portugal estaria exposto com a ameaça de perder sua independência, e a resistência da "arraia miúda", dos comerciantes e dos nobres secundogênitos à coroação de D. Beatriz como rainha de Portugal.

Ao caracterizar o Mestre de Avis na narrativa, o autor atribuí elementos heroicos ao rei, o comparando a Cristo. A partir do seu reinado começaria um novo tempo em Portugal, a Sétima Idade, que seria um tempo de paz e prosperidade, porém na prática os problemas sociais, econômicos e políticos permaneciam.

Sobre isso, Zierer aponta que:

Embora seu governo tenha sido marcado por fomes, guerras e conflitos sociais, elementos positivos como o início das Grandes Navegações e a tomada de Ceuta (1415), na África, além da propaganda das ações do rei, que ficou conhecido como o "Rei da Boa Memória", contribuíram para uma memória positiva do seu reinado, que se beneficiou muito da circulação do relato de Fernão Lopes, a Crónica de D. João I, composta após a sua morte, entre 1432 e 1448. Embora este relato tenha sido publicado somente no século XVII, suas ideias foram conhecidas oralmente, sendo lidas em praça pública em momentos comemorativos, além de ter servido na educação da corte régia. (ZIERER, 2017, p. 274)

A *Crónica de D. João I* é uma narrativa que propaga os bons feitos do Mestre de Avis, principalmente durante a sua jornada para tornar-se rei de Portugal. Fernão Lopes ignora a permanência das guerras e dos conflitos sociais em prol de uma memória edificante de um soberano de origem ilegítima.

O sucesso bélico é creditado a fidelidade do povo as obras de Deus, ou seja, por serem bons cristãos os portugueses venceram Castela. Durante o Cerco de Lisboa (principal batalha), a "arraia miúda" e o Mestre de Avis pedem a intercessão especialmente da Virgem Maria. *"Assim protege a Mãe de Deus aqueles que nela confiam e a amam com todo o*

coração"⁹⁷ (*MMCMA*⁹⁸, Milagre 3, p. 73), assim como nos milagres do texto hagiográfico, na crônica Maria pela confiança, orações e ações devocionais direcionadas a Ela, retribui os seus filhos com a vitória.

O Mestre de Avis é caracterizado na crônica como um homem honrado, humilde, sem ambições, e que tinha compaixão e disposição para ajudar a qualquer necessitado. Assim, o ato de matar o conde de Andeiro não era por ambição, mas sim para restabelecer a honra de seu meio-irmão morto, D. Fernando, e de sua família.

Na tentativa de justificar aquilo que teria conduzido o Mestre de Avis a assassinar o suposto amante da cunhada, e após isso, ter sido nomeado regedor (1385) e logo em seguida, rei de Portugal nas Cortes de Coimbra em 1385. Fernão Lopes aponta que D. João I envolveu-se nos problemas políticos não por almejar o poder monárquico, mas sim para defender a honra de sua família. Supostamente a rainha Leonor Teles teria um caso com o conde de Andeiro, vassalo do rei D. Fernando; assim o conde teria desonrado sua aliança com o último monarca da dinastia de Borgonha, que teria lhe dado tantas benesses em vida.

Na crônica histórica o rei, com o apoio de Nuno Álvares Pereira, e aliados ingleses travou a Batalha de Aljubarrota contra o Reino de Castela, que invadira Portugal. A vitória contra os castelhanos foi decisiva para legitimar o seu poder como o predestinado, rei escolhido por Deus para conduzir Portugal a um tempo de paz e prosperidade. O cronista enfatiza que o contingente português era inferior ao de Castela, o que tornaria a vitória impossível. Portanto vencer o rei de Castela nessa batalha significou um "verdadeiro" milagre.

Por ser escolhido de Deus, somente pelas mãos do Mestre de Avis o conde de Andeiro poderia morrer, para Fernão Lopes esta "verdade" poderia ser comprovada pelo fato das inúmeras tentativas de matar o conde terem sido mal sucedidas. Segundo o autor o irmão de Leonor Teles ao regressar da viagem de Castela, fica sabendo sobre a má fama que a regente adquiriu em sua ausência, e por isso determinou a morte do conde, para isso convocou os seus melhores vassalos. O plano não deu certo porque a rainha soube antes, e interveio evitando a morte de seu "amante".

No início da narrativa são relatos sucessivos episódios em que a morte do conde é ordenada, mas acaba por não ser cumprida, como por exemplo no Capítulo I, que aborda a primeira tentativa do conde de Barcelos para matar o conde de Andeiro, essa ação do irmão

⁹⁷ "Sic iuuat diua mater confidentes in se, qui eam diligunt toto corde" (*MMCMA*⁹⁷, Milagre 3, p. 73).

⁹⁸ A partir daqui utilizaremos essa sigla quando nos referirmos a hagiografia Milagres Medievais, numa colectânea mariana alcobacense.

da rainha é atribuída ao amor que ele sente pelo cunhado, e também pelo seu desejo de querer restabelecer a honra de sua irmã.

Essas tentativas de alguns vassalos fiéis a D. Fernando de matar o conde de Andeiro narradas na crônica auxiliam a estabelecer a bondade de D. João I, pois não era o desejo dele torna-se assassino. Para isso o autor enfatiza a relutância do mesmo para aceitar o seu destino, "[...] o muito alto senhor Deus, que em sua providência nenhuma coisa falece, tinha determinado que o Mestre seria Rei, ordenou que não matasse outro senão ele, e isto em tempo assinado e com certas ações, posto que poderoso fosse"⁹⁹ (CDJ I, v. I, cap. I, p. 4). De acordo com o discurso na *Crônica de D. João I*, era o plano de Deus tornar o Mestre o rei de Portugal, por isso, somente ele poderia restabelecer a honra de sua família ao assassinar o conde de Andeiro.

Em diversos trechos da obra é evidenciado que Deus orquestrou o destino do rei D. João I, ou seja, a sua trajetória fazia parte dos planos do sagrado. Portanto, as ações do Mestre de Avis é um instrumento de Deus. E mesmo Fernão Lopes reinterando em vários capítulos que não era do desejo dele assassinar o conde de Andeiro, ele cumpre a sua missão, já que está era inevitável. Assim na narrativa é mencionado que houveram inúmeras tentativas de outros vassalos, buscando enfatizar a ideia do predestinado, Fernão Lopes escreve que:

Este conde de Barcelos seu irmão, doendo-se muito da desonra do Rei, e vendo como sua irmã, enquanto o Conde João Fernandes fosse vivo, não havia de cessar aquilo que com ele havia, *cuidou de ordenar outra vez* como fosse morto; e falou isto com o Mestre de Avis, e com D. Pedro Álvares, Prior de Espital, e com Gonçalo Vasquez de Azevedo¹⁰⁰ (CDJ I, v. I, cap. II, p. 6, grifo nosso).

Esse trecho da crônica, dentre outros na narrativa, apontam que diversas vezes houve tentativas para matar o conde de Andeiro, porém a rainha era uma mulher bem informada, assim como o conde, e por isso, conseguiam evitar o assassinato. Mas, segundo Fernão Lopes, o principal motivo para os planos terem fracassado é que não era da vontade de Deus, pois o poder e autoridade divina defendia e cuidava dos portugueses, especialmente dos "verdadeiros portugueses".

⁹⁹ "[...] o muito alto Senhor Deos, que em sua providencia nehuña cousa falleçe, que tiinha desposto de o Meestre seer Rei, hordenou que o nom matasse outro senom elle; e isto em tempo asiinado e com certos aazos, posto que poderoso fosse de o doutra guisa fazer" (CDJ I, v. I, cap. I, p. 4).

¹⁰⁰ "Este Comde de Barcellos seu irmão, doemdosse muito da desomra delRei, e vemdo como sua irmã, em quamto o Comde Joham Fernamdez fosse vivo, noam avia de cessar do afazimento que com elle avia, cuidou dordenar outra vez como fosse morto; e fallou isto com o Meestre deAvis, e com dom PedrAlvarez, Prior de Espital, e com Gomçallo Vaasquez dAzevedo" (CDJ I, v. I, cap. II, p. 6).

Ao apontar que D. João I tinha dúvidas sobre matar o conde de Andeiro, o autor reforça uma característica imprescindível para o rei: a piedade, mesmo que dos seus inimigos. Como um homem sensato, o Mestre avisino demonstra o equilíbrio ao ponderar sobre a ação, mesmo que estivesse sofrendo a pressão social do povo e de seus aliados.

A piedade de D. João I, é demonstrada em vários momentos, um deles é quando ele poupa a vida de D. Leonor Teles, mesmo sabendo que a soberana era uma mulher vingativa e tentaria matá-lo. Mediante aos conflitos pessoais, medos e dúvidas o Mestre de Avis manteve-se firme em seu compromisso de cumprir as determinações de Deus. Assim, as suas ações demonstraram que ele era um bom cristão, especialmente pela sua obediência, logo, teria a pureza mais importante do que a de sangue, que seria a de coração.

Fernão Lopes caracteriza D. João I como um homem de grande coração que foi movido pelos clamores dos vassallos fiéis a D. Fernando, que não conseguiam aceitar a desonra do rei. E segundo o discurso da narrativa a desonra maior era do Mestre de Avis por seu grau de parentesco com o soberano, e por isso, somente ele era o predestinado por Deus para restabelecer a honra (CDJ I, v. I, cap. XXII, p. 45).

Destaca-se que em nenhum momento do texto é mencionado que o Mestre de Avis nasceu de uma relação extraconjugal, portanto era filho bastardo de D. Pedro I. Fernão Lopes ao se referir a ele o chama de Mestre de Avis, irmão do rei, filho do rei ou D. João, dentre essas nomeações são repetidas exaustivamente em conjunto no Volume I: *o Mestre de Avis e irmão do rei*.

Essa repetição não é aleatória, pois colabora para validar o poder avisino, já que o autor conduz o leitor a esquecer que ele era filho ilegítimo. Outro ponto que é utilizado para demonstrar a vinculação com a dinastia de Borgonha é a exploração maçante da responsabilidade para restabelecer a honra da família, que seria somente do Mestre de Avis. Esses laços entre D. João e a dinastia anterior colaboram e legitimam o seu lugar como monarca e mascaram a sua origem bastarda.

A nova ordem estabelecida pela ascensão de um bastardo para o trono, caracteriza-se na narrativa como um "Novo Tempo" em Portugal. Porém como a maioria dos grupos políticos que chegam ao poder, a dinastia de Avis ressignificou o discurso, selecionando fatos que colaboravam para a legitimação e a permanência dela no poder monárquico.

A nova ordem política utilizou alguns aspectos da velha ordem, pois como vimos, foi necessário que o ilegítimo se legitimasse. O Mestre de Avis na crônica aceita o seu destino

quando desiste de fugir de D. Leonor Teles para a Inglaterra, permanecendo no reino português para lutar pela sua terra e pelo seu povo.

Segundo o discurso de Fernão Lopes, após o Mestre de Avis aceitar a sua missão de matar o conde de Andeiro, ele elabora um plano juntamente com o conde Barcelos (irmão da rainha) e Álvaro Pais (vassalo fiel do rei D. Fernando). A ideia seria que alguém da confiança deles saísse gritando pela cidade de Lisboa que o conde de Andeiro estava tentando matar o Mestre de Avis, e assim a população citadina, que já tinha afeição por D. João, iria até o Paço da rainha para defendê-lo. O povo então ajudaria e testemunharia a ação de D. João I. Mesmo sendo apoiado em seu plano, na narrativa o Mestre demonstra dúvida várias vezes, como fica denotado no trecho abaixo:

*Assim que cuidadas bem tais razões, não contendo seu ardido coração e boa vontade, lhe foi muito duvidoso começar. E partiu da cidade depois de comer e foi dormir em Santo António, uma aldeia que é de três léguas, sem levando já nenhuma tenção de matar o Conde*¹⁰¹ (CDJ I, v. I, cap. XIII, p. 18, grifo nosso).

De acordo com a *Crónica de D. João I*, por estar confuso o Mestre de Avis evita realizar o plano várias vezes. Contudo, as circunstâncias o levam a colocá-lo em prática, pois os seus aliados teriam ouvido que no Paço da rainha já era comentado sobre as suas intenções de matar o conde. Isso significava um risco para a vida de D. João I, pois segundo Fernão Lopes, Leonor Teles sempre era bem informada, e para evitar a morte de seu "amante", ela iria fazer o que fosse necessário.

Mediante ao risco de vida, o Mestre de Avis vai até o Paço da rainha que estava acompanhada com o conde de Andeiro, e por alguns aliados do próprio D. João I, como o conde de Barcelos (irmão da regente). Ao entrar, o futuro rei avisino reverencia a rainha, e diz que deseja que ela convoque os outros mestres para lhe ajudarem a defender as fronteiras de Portugal, contra a invasão de Castela, especialmente a comarca de Tejo e Odiana. Leonor Teles acata o pedido e manda chamar o escrivão para a convocação (CDJ I, v. I, cap. IX, p. 20).

Após realizar a reunião, o Mestre de Avis é convidado para realizar a ceia com a regente, o conde de Andeiro e seus vassallos: . "*Senhor, vos todavia comeres comigo*"¹⁰² (CDJ I, v. I, cap. IX, p. 21). *Mas ele recusa "Não comereis, disse o Mestre, aqui tenho lugar para*

¹⁰¹ "Assi que cuidadas bem taaes rrazões, nom embargamdo seu ardido coração e boa vomtade, foilhe mui dovidoso de o começar. E partio da çidade depois de comer e foi dormir a Samto Amtonio, hũa aldeia que ssom dhi tres legoas, sem levando ja nehuũa teemçom de matar o Comde" (CDJ I, v. I, cap. XIII, p. 18).

¹⁰² "Senhor, vos todavia comerees comigo" (CDJ I, v. I, cap. IX, p. 21).

comer"¹⁰³ (CDJ I, v. I, cap. IX, p. 21). O suposto amante de D. Leonor Teles insiste: "*Sim comores, disse ele, e enquanto vos falava, eu irei mandar fazer mais*"¹⁰⁴ (CDJ I, v. I, cap. IX, p. 21). O futuro rei luso não aceita, se despede da regente, e sai da sala juntamente com dois aliados: Rui Pereira e Lourenço Martins. Assim, como na *Bíblia* a ceia é utilizada simbolicamente.

A Última Ceia é o nome dado à derradeira refeição que de acordo com os cristãos, Jesus Cristo dividiu com seus apóstolos em Jerusalém antes de sua Crucificação. No plano simbólico ela é a base escritural para a instituição da Eucaristia, também conhecida como Comunhão. E na *Crónica de D. João I*, a ceia também é o momento decisivo, ou seja, é o pilar para o desenrolar da narrativa, pois é a partir do assassinato do conde que o Mestre de Avis começa a sua jornada em direção ao trono português.

Ainda em relação ao momento da ceia, Fernão Lopes afirma que o conde de Andeiro acompanhou o Mestre de Avis após ele recusar realizar a refeição. E é nesse caminho que o conde é assassinado por D. João I. "*Então se despediu da Rainha, e tomou o Conde pela mão e saíram ambos da câmara em direção a uma grande casa a diante, e os do Mestre todos com ele [...]*"¹⁰⁵ (CDJ I, v. I, cap. IX, p. 21).

O Mestre de Avis confronta o suposto amante de sua cunhada, dizendo que sabe que o desejo dele é desonrá-lo e matá-lo, porém o conde de Andeiro nega: "Eu, senhor! disse ele, quem vos tal coisa disse, vos disse uma grande mentira"¹⁰⁶ (CDJ I, v. I, cap. IX, p. 22).

Mediante a negação, Fernão Lopes aponta que:

O Mestre que mais vontade tinha de o matar que discutir com ele as razões, tirou logo um cuitelo comprido, e lhe deu um golpe à cabeça; porém não foi a ferida tamanha que dela morrerá, se mais não houvera. Os outros que estavam ao redor, quando viram isto, lançaram logo as espadas e foram para lhe dar, e ele movendo para se esconder na câmara da Rainha com aquela ferida, e *Rui Pereira que estava mais perto, meteu um estoque de armas nele que logo caiu em terra morto*¹⁰⁷ (CDJ I, v. I, cap. IX, p. 22, grifo nosso)

¹⁰³ "Nom comerei, disse o Meestre, ca tenho feito de comer" (CDJ I, v. I, cap. IX, p. 21).

¹⁰⁴ "Si comerees, disse elle, e em quanto vos fallaaes, hirei eu mamdar fazer prestes" (CDJ I, v. I, cap. IX, p. 21).

¹⁰⁵ "Emtom se espedio da Rainha, e tomou o Comde pella mão e sahirom ambos da camara a huña grande casa que era deamte, e os do Meestre todos com elle" (CDJ I, v. I, cap. IX, p. 21).

¹⁰⁶ "Eu, Senhor! disse elle, quem vos tall cousa disse, memtivos mui grande mentira" (CDJ I, v. I, cap. IX, p. 22).

¹⁰⁷ "O Meestre que mais voomtade tiinha de o matar que destar com elle em rrazões, tirou logo huñ cuitello comprido, e emviolhe huñ gollpe aa cabeça; porem nom foi a ferida tamanha que della morrera, se mais nom ouvera. Os outros que estavam darredor, quamdo virom esto, lançarom logo as espadas fora pera lhe dar, e ell movemdo pera sse colher aa camara da Rainha com aquella ferida, e Rui Pereira que era mais açerca, meteo huñ estoque darmas per elle de que logo cahiu em terra morto" (CDJ I, v. I, cap. IX, p. 22).

Na cronística histórica há diversas contradições, e uma delas é sobre quem teria matado o conde, pois no trecho do Capítulo IX, destacado acima, quem teria assassinado foi Rui Pereira. O golpe na cabeça dado pelo Mestre de Avis não teria causado a morte do conde. Esta negação tem como finalidade manter a caracterização do personagem como um homem bom e de grande coração, porém o autor cai em contradição no final do mesmo capítulo, ao afirmar que: "*era o Mestre em idade de vinte e cinco anos e tanto quando matou o Conde [...]*"¹⁰⁸ (CDJ I, v. I, cap. IX, p. 22).

A narrativa aponta que após Rui Pereira descarregar a arma no conde, alguns aliados foram para continuar a feri-lo, porém o Mestre de Avis interveio, e mandou pararem, o que demonstra a sua piedade mesmo com aqueles que desejavam o seu mal. Ao explicitar essa atitude o autor reforça as boas intenções, a honra e a superioridade do Mestre de Avis. Coloca-o assim em contraponto à rainha D. Leonor Teles, que seria uma mulher desonrada.

Apesar do plano para matar o conde, o assassinato teria ocorrido pela impulsividade do Mestre de Avis, ao se descolar para o Paço da rainha sem avisar os seus aliados. Essa é a ideia que a narrativa conduz os leitores a acreditarem, porém no Capítulo XI, o autor estabelece que a parte do plano de caminhar na cidade gritando que o conde estaria matando o Mestre de Avis é colocada em prática.

De acordo com a *Crónica de D. João I*, a "arraia miúda" foi avisada por um aliado do Mestre de Avis que o conde de Andeiro estava tentando matá-lo, o vassalo gritava pelas ruas: "*Matam o Mestre! Matam o Mestre nos Paços da Rainha! Acode ao Mestre que matam!*"¹⁰⁹ (CDJ I, v. I, cap. XI, p. 24). Essa ação causou alvoroço na cidade de Lisboa, e fez com que o povo se armasse e fosse até o Paço da rainha para defender o Mestre de Avis como destaca no trecho abaixo por Fernão Lopes:

*E por vontade de Deus todos tinham um coração com vontade de o vingar, como foram as portas do Paço que já eram fechadas, antes que chegassem, com espantosas palavras, começaram a dizer: Um matou o Mestre? Cadê o Mestre? Quem fechou as portas? Ali eram ouvidos brados de desvairadas maneiras [...] Uns vinham com feixe de lenha, outros traziam carqueija para a acender o fogo querendo queimar o muro dos Paços com ela, dizendo muitas destas contra a Rainha*¹¹⁰ (CDJ, v. I, cap. XI, p. 25, grifo nosso)

¹⁰⁸ "era o Meestre quando matou ho Comde, em hidade de viimte e çimquo anos" (CDJ I, v. I, cap. IX, p. 22).

¹⁰⁹ "Matom o Meestre! matom ho Meestre nos Paaços da Rainha! Acorree ao Meestre que matam!" (CDJ I, v. I, cap. XI, p. 24).

¹¹⁰ "E per voomtade de Deos todos todos os feitos dhuũ coração com tallemtte de o vingar, como foram aas portas do Paaço que eram ja çarradas, amte que chegassem, com espantosas pallavras, começarom de dizer: Hu matõ ho Meestre? que he do Meestre? quem çarrou estas portas? Alli eram ouvidos braados de desvairadas maneiras. [...] Huũas viinham com feixes de lenha, outras tragiã carqueyja pera açemder o fogo cuidamdo queimar o muro dos Paaços com ella, dizemdo muitos doestos contra a Rainha" (CDJ, v. I, cap. XI, p. 25).

Destaca-se que esses eventos aconteceram pela "vontade de Deus"¹¹¹, e por isso, seriam inevitáveis. O Mestre por ser escolhido por Deus é aclamado pela "arraia miúda" que mesmo com medo da vingança da rainha, sai em defesa dele, e segundo a narrativa o "povo miúdo" só deixa de bradar quando tem a certeza que D. João I está vivo, e o conde morto.

Após esses eventos, o autor pontua momentos que demonstram ações justas de D. João I, como por exemplo, quando os judeus da cidade de Lisboa souberam que algumas pessoas planejavam os roubar e matar, pensaram em recorrer à rainha. Porém acabaram por pedir a ajuda do Mestre de Avis que prontamente os auxiliou.

Fernão Lopes afirma que D. João I consegue convencer os moradores da cidade de desistirem de atacar os judeus. Mais uma vez, é demonstrada a piedade do rei predestinado. Assim como o reino de Castela, os judeus também eram inimigos dos portugueses. Na crônica há a permanência da divisão simbólica entre bons e maus cristãos.

No processo de Reconquista, o judeu era tido como "*inimigo de Cristo Senhor e das suas leis*"¹¹² (MMCMA, Milagre 2, p. 69). Após esse processo eles continuaram no território português. A persistência dessa minoria próspera e culta, concentrada na área urbana, era tolerada por necessidade pela monarquia. Na Crônica esse povo apoiaria D. Leonor Teles; por isso, também não mereciam a piedade dos "verdadeiros portugueses".

Na *Crônica de D. João I*, os maus cristãos são os castelhanos, por isso é que mesmo tendo maior contingente e recursos, os "verdadeiros portugueses", como bons cristãos vencem as batalhas, assim como ocorreu no processo de Reconquista. A utilização do discurso clerical para fomentar o poder secular é simbolicamente utilizado por Fernão Lopes contra o invasor estrangeiro.

Assim, o cronista demonstra a benevolência de D. João I ao ajudar os judeus que seriam aliados da rainha e inimigos dos bons cristãos, e por isso, o povo da cidade queria roubá-los e matá-los. Como homem escolhido por Deus, o Mestre de Avis possuía um censo de justiça equilibrado; isso o diferenciava dos outros homens, mas principalmente da regente Leonor Teles.

Como já mencionamos no subtítulo anterior, após saber que o conde foi assassinado em seus Paços, a Rainha pergunta se precisava temer por sua vida, e mais uma vez D. João I, demonstrou a sua piedade ao responder que não tinha intenção de matá-la. Após cometer a ação o Mestre de Avis teria fugido por medo da vingança da regente (CDJ I,

¹¹¹ Inspirado nessas ideias sobre a sacralidade régia e buscando transformar a imagem de filho natural em símbolo da identidade portuguesa, Fernão Lopes construiu o conceito do "Messias de Lisboa", associando D. João a Cristo, como um rei esperado para iniciar uma era de felicidade em Portugal (ZIERER, 2014, P. 41).

¹¹² "ille pater Christo Domino ac suis legibus" (MMCMA, Milagre 2, p. 69).

v. I, cap. X, pag. 23). Segundo o autor, o Mestre de Avis, por medo da vingança da rainha, cogita a ideia de ir para o reino inglês:

Certas razões assinalam os autores, por que o *Mestre determinou não ficar no reino e ir para a Inglaterra*, das quais é bem de saberdes algumas. *Primeiramente ele temia muito a Rainha*, por causa da morte do Conde João Fernandes, ponto que estava na cidade, ela não disse a entender, que lhe por tal coisa tinha nenhum mau desejo. Mas ele que a conhecia por mulher de grande coração, e muito vingador de quem desprezava¹¹³ (CDJ I, v. I, cap. XVIII, p. 40, grifos nosso).

O suposto temor que o Mestre de Avis sentia da vingança da rainha, teria o levado em pensar em fugir. Porém o povo pede para que ele fique, e se torne o regedor e defensor do reino. Fernão Lopes ao pontuar a partir do Capítulo XVIII que o Mestre de Avis pretendia fugir para a Inglaterra, por medo de morrer, demonstra que o mesmo já mantinha relações amistosas com os ingleses, que o ajudaram na guerra contra Castela, e firmaram aliança com D. João I, através do casamento com D. Filipa de Lencastre.

Assim, ao afirmar que D. João I queria fugir para a Inglaterra, o autor reforça a ideia de que o assassinato cometido pelo Mestre de Avis foi somente para restabelecer a honra de seu meio-irmão. Pois, segundo o cronista, o Mestre de Avis não tinha nenhuma pretensão de tornar-se rei; além disso demonstrava também a sua humilde, e a falta de ganância. Reforçando essa ideia, Fernão Lopes aponta no trecho abaixo que o Mestre fica em dúvida sobre a sua partida para a Inglaterra:

O Mestre ouvia as razões de uns e de outros; e mas que aqueles que o aconselhavam que se partisse do reino, assinalassem certas e notáveis razões, porque o devia fazer, *seu grande coração desejador de cavalleirosos feitos o fazia inclinar, a todavia a ficar, e se por a qualquer aventura para defender sua terra*¹¹⁴ (CDJ I, v. I, cap. XL, p. 79, grifos nosso).

Na construção do discurso avisino, D. João I é um homem que ama a sua terra, e mesmo temendo a morte, resolve ficar por ter um coração de cavaleiro: "[...]dizem que melhor

¹¹³ "Certas rrazões asiinam os autores, por que o Meestre determinou nom ficar no rregno e sse hir pera Imgraterra, das quaaes he bem de saberdes alguũas. Priemiramente el sse temia muito da Rainha, por a morte do Comde Joham Fernamdez, posto que estamdo na çidade, ella nom desse a emtemder; que lhe por tall cousa tiinha nehuũ maaao desejo. Mas ell que a conheçia por molher de grande coraçom, e muito vingador de quem despreazer avia"(CDJ I, v. I, cap. XVIII, p. 40).

¹¹⁴ "O Meestre ouvia as rrazões de huũs e dos outros; e pero que aquelles que o acomsselhavom que sse partisse do rregno, assinassem çertas e notaaves rrazões, por que o devia de fazer, seu grande coraçom desejador de cavalleirosos feitos o fazia emclinar, a todavia ficar em elle, e se poer a quallquer ventuira por deffemssom da terra" (CDJ I, v. I, cap. XL, p. 79).

*era morrer honradamente como defensor da terra, que cair em servidão de seus inimigos"*¹¹⁵ (CDJ, v. I, cap. XL, p. 79). Essa fala que é atribuída ao Mestre de Avis destaca o seu sacrifício pela sua terra ao colocar a sua vida em risco.

D. Leonor Teles, ao contrário do Mestre de Avis, teria colocado suas ambições pessoais e seu sentimento de vingança como prioridade, deixando o reino fragilizado, e posteriormente o entregando ao rei de Castela, fatos que demonstrariam a sua falta de amor pela sua terra.

Segundo Fernão Lopes, mediante o risco de perder a vida, mas querendo cumprir seu papel de cavaleiro, defendendo com honra a sua terra, o Mestre de Avis resolveu que antes de tomar a decisão de partir, deveria consultar seus aliados, dentre eles Nuno Álvares. Os colaboradores do Movimento de Avis acordaram em reunião que D. João I deveria ficar. É a partir do Capítulo XLI, que o grupo avisino começa a elaborar estratégias para defender o reino, e ao mesmo tempo tomar as cidades e castelos que serviam a rainha Leonor Teles ou rei D. João de Castela.

A benevolência e a bondade do Mestre de Avis é demonstrada também quando mesmo estando em guerra ajuda a "arraia miúda" distribuindo mantimentos, e os protegendo da "maldade" da regente D. Leonor Teles, e posteriormente do rei D. João de Castela, que submetiam o povo português à fome e ao abandono.

No decorrer da narrativa, o autor evidencia que após decidir ficar o Mestre de Avis tem duas batalhas a vencer: a interna (contra os aliados da rainha que dominavam algumas cidades portuguesas, e posteriormente se aliaram a Castela) e a externa (a invasão do reino português pelo rei de Castela). Porém essas duas batalhas acabam por convergir quando Castela concretiza a invasão. Minuciosamente Fernão Lopes, demonstra como D. João I, juntamente com seus aliados, principalmente Nuno Álvares, batalham e conquistam vilas e cidades aliadas à nobreza tradicional.

Na narrativa, a gratidão é uma característica positiva atribuída ao Mestre de Avis, pois após conquistar as cidades e vilas, ele teria ouvido os nobres e os cidadãos de bem que o apoiaram. Além disso D. João I, era um homem temente a Deus, segundo Fernão Lopes o Mestre após se dispor a morrer pela sua terra, e ter vencido, incumbe Nuno Álvares de pregar o evangelho por todo o reino (CDJ I, v. I, cap. CLXV, p. 354).

Na *Crónica de D. João I*, O Mestre de Avis por ter percorrido uma trajetória pedagógica e modular que o fez acreditar na sua predestinação é um rei preparado para

¹¹⁵ "[...] dizem que melhor era por deffemssom da terra morrer homrradamente, que cahir em servidõ de seus inmiigos" (CDJ, v. I, cap. XL, p. 79).

governar Portugal. Após a coroação, Fernão Lopes cita as principais características do soberano: um homem bom, forte e legítimo que luta contra os infiéis em favor do seu povo e do seu reino de forma justa, e sem ter ambição.

Accorsi Junior (1997) ao caracterizar D. João I, determina que uma das suas principais qualidades era o carisma, que o permitiu dominar politicamente a crise. No discurso da Casa Real o primeiro rei avisino é um homem que alcançou o poder real, não por querer ser rei, mas por querer ajudar o seu povo, e toda a sua trajetória seria honrada e digna. Em nenhum momento é mencionado a sua impureza de sangue, mas sempre o autor reforça a sua pureza de coração e justiça.

Na construção da narrativa, conforme já explicado o Mestre de Avis inicialmente não ambicionava o trono, mas sim resgatar a honra de seu meio-irmão morto, D. Fernando, e isso somente é possível com a morte do conde de Andeiro. Esse conflito inicial ocasiona uma série de episódios que demonstravam a predestinação da sua missão dada pelo divino, e por isso, impossível de ser evitada; mesmo que em alguns momentos da narrativa ele tenha duvidado do seu destino, a vontade do sagrado prevaleceu.

A dominação política da dinastia avisina foi vinculada ao carisma e ao direito divino que foram simbolicamente construídos. Esses são os dois suportes utilizados para legitimar o poder monárquico de D. João I, e de seus sucessores perante a nobreza tradicional local, e os outros grupos sociais.

O carisma de D. João I, reside principalmente na sua habilidade de realizar múltiplas alianças, administrando as diversas demandas sociais. Assim, a dinastia avisina legitima o poder secular através do discurso de que os poderes políticos que exerciam era por serem escolhidos pelo divino para cumprirem uma missão a serviço de Deus. O Mestre de Avis, estava realizando aquilo que Accorsi Junior (1997, p. 54) denomina como o "serviço de Deus".

3.3.1 O Mestre de Avis e o Cerco de Lisboa

A cidade medieval é um lugar de concentração de um poder central, seja ele político ou religioso. Existe uma relação intrínseca entre a cidade, a governança e a religiosidade, pois tais aspectos e as construções que os representam definem noções de urbanidade e a organização cidadina. Existem os castelos e dentro dos mesmo as câmaras, conselhos e paços. As catedrais, igrejas e pequenas capelas dividem a cidade em ordens dioceses. Assim, o espaço em que habitam os homens e as mulheres é demarcado pelo poder e o mesmo condiciona a vida dos habitantes, confere organização e logicidade. (RIBEIRO, 2017, p. 79).

O burgo¹¹⁶ não era somente um centro de impulso econômico (artesanato, mercados e bancas de cambistas¹¹⁷), mas também um ambiente social delineado pelas relações de poder, em que as desigualdades ficavam acentuadas. A cidade medieval¹¹⁸ é em primeiro lugar uma sociedade concentrada em um pequeno espaço, em que ocorriam a produção e a troca de mercadorias.

Quanto a organização, o espaço urbano era na maioria das vezes constituído por muralhas, que só podiam ser penetradas pelas portas, que levava todos a caminharem pelas ruas e praças, e claro que o tempo era marcado pelos sinos das Igrejas. É também um organismo social e político baseado na desigualdade social, em que os mais pobres eram esmagados pelos interesses dos mais abastados (LE GOFF, 2007, p. 345). Assim,

são características da formação de cidades medievais: reocupação de cidades romanas antigas; crescimento de burgos nas periferias e consequente formação de novas cidades; santuários antigos são reutilizados e geram novos núcleos habitacionais; aldeias rurais crescem e resultam em mais cidades; etc. As diferenças morfológicas das cidades em virtude dessas formações acabam por assemelhar-se com o tempo. (MARTINO, 2010, p. 5)

O espaço urbano no medievo era constituído por um sistema de defesa que englobava as seguintes construções: torres, muros, fosso e muralhas. Mas além da paisagem¹¹⁹ ser marcada pela defesa do espaço, a cidade era composta por ruas (locais onde ocorriam as trocas comerciais). As praças eram espaços vazios e irregulares, em que aconteciam também o comércio e os encontros entre os diversos segmentos sociais (geralmente tinha a praça da Igreja e a praça do mercado). As edificações de maior destaque na paisagem eram as Igrejas e os locais pertencentes a monarquia.

A combinação de aspectos políticos e físicos (naturais), constituem elementos que formam a espacialidade que é sujeita aos ditames da temporalidade. E a percepção do espaço é móvel, mutável, variável e adaptável, assim a representação de uma cidade está sujeita a perspectiva e ao ponto de vista daquele que a está observando. Portanto, Lisboa é

¹¹⁶ O que caracteriza a cidade medieval e que será encontrado na Europa moderna é, sobretudo, a constituição de um tipo de sociedade e de governo que, ao mesmo tempo em que se acomoda às estruturas feudais, manifesta notáveis diferenças e sofre uma evolução específica. (LE GOFF, 2007, p. 151)

¹¹⁷ Com a complexificação social, os cambistas tornaram-se o banqueiros.

¹¹⁸ Le Goff (2007), aponta que a partir do século XIII, as cidades medievais ganham força, ocasionando uma Europa em parte rural, e outra urbana.

¹¹⁹ "Para a Geografia, uma paisagem é uma associação típica de características geográficas concretas que se dão numa região — ou numa extensão específica do espaço físico — e constitui um determinado um padrão visual que se forma a partir destas características que a singularizam (pensemos na paisagem de um Deserto, de uma Floresta, ou de uma Cidade). Podemos falar de uma "paisagem natural", mas também de uma "paisagem cultural" — esta última dando a perceber as interferências do homem que acabam por imprimir-se na fisionomia de um determinado espaço conferindo-lhe uma nova singularidade." (BARROS, 2009, p. 464).

representada na *Crónica de D. João I*, a partir do olhar de Fernão Lopes, de forma poética, o autor transfigura a sua paixão pela cidade em que nasceu através da sua narrativa.

"De facto, a cidade dos finais da Idade Média era um complexo tecido sociológico, cuja dinâmica interna temos de ter em conta se não quisermos cometer graves erros metodológicos, nomeadamente na apreciação de movimentos como o de 1383-1385." (VENTURA, 1992, p. 45). O crescimento social e urbano que ocorreram durante os séculos XII e XIII, propiciou uma mudança na organização da sociedade medieval portuguesa.

De acordo com Saraiva (1998) a vida cidadina ganha importância em Portugal a partir dos séculos XIV e XV. Cidades como Porto, Lisboa, Évora e Ponte de Lima destacavam-se pela sua importância comercial, com isso o poder senhorial tradicional local foi perdendo sua posição social e o poder político. Como centros urbanos prósperos estas cidades recebiam a "arraia miúda", que buscava melhores condições de vida. Porém as tensões sociais cresciam, e cada vez mais o ambiente citadino tornava-se complexo e carente da ação régia.

O poder senhorial local interferia diretamente nas decisões políticas e econômicas da coroa portuguesa, por isso, D. João I, buscou colocar todas as cidades sob o seu comando. No Volume II, nos primeiros capítulos, Fernão Lopes narra as estratégias e ações bélicas do Mestre de Avis, e de seus aliados para derrotar o inimigo externo: Castela, e os inimigos internos: nobres tradicionais que apoiavam os castelhanos, e dominavam as cidades.

O espaço urbano tornou-se mais importante na Europa Ocidental nos últimos séculos da Idade Média, com a mudança gradativa da economia do meio rural para meio citadino, este era cada vez mais independente do campo. É nesse contexto de mudança que a monarquia avisina se estabelece, principalmente com a ajuda das cidades do Porto e de Lisboa. Pois,

os apoios financeiros de Lisboa e Porto foram decisivos para que em 1383\85, a monarquia pudesse encabeçar a iniciativa de manutenção da independência. De uma forma geral, foi sobre a vida cidadina, palco de expansão e generalização da atividade comercial na Europa ocidental dos finais da Idade Média, que se ergueram não só a monarquia portuguesa, mas praticamente todas as monarquias centralizadas (ACCORSI JUNIOR, 1997, p. 70).

A importância da vida urbana ampliou e colaborou para que as tensões sociais culminassem no Movimento de Avis (1383). A maior relevância da cidade ocasionou uma diferença nos "novos tempos" inaugurados pelo Mestre de Avis, pois o rei deixou de lidar

apenas com os interesses do seu grupo social, e teve que equilibra-se entre a complexidade social em Portugal nos séculos XIV e XV.

Dentre as cidades, Fernão Lopes destacou na crônica a participação ativa de Lisboa no Movimento de Avis. O apoio desse centro urbano segundo o cronista foi imprescindível para o Mestre de Avis conseguir ascender ao trono.

Atualmente, Lisboa é a capital de Portugal, sendo que sua história foi em grande parte resultado da sua posição geográfica estratégica: situada no maior rio da Península Ibérica, o Tejo. A cidade possui um porto natural que favoreceu o reabastecimento dos barcos que faziam comércio entre o Mar do Norte e o Mediterrâneo.

Lisboa por sua constituição histórica, é um centro de profusão e combinação de culturas. Em 711, a cidade foi invadida e dominada pelos muçulmanos, que lhe deram o nome de Al-Ushbuna, sendo recuperada por Afonso II (759-842), entre 798-808. Porém somente no processo de Reconquista, em 1147, ela foi readquirida de vez, e passou a ser domínio do poder régio português. Portanto,

em 1255, Lisboa tornou-se capital do reino, e um importante centro comercial para Portugal. No final do século XIV, a oligarquia mercantil fixava-se principalmente na cidade. Em meados do século XIII, Lisboa despontou como grande entreposto comercial nas trocas entre o Atlântico Norte e o Mediterrâneo (ACCORSI JUNIOR, 1997, p. 35).

Na *Crónica de D. João I*, Lisboa é a primeira cidade a apoiar o Mestre de Avis. O futuro soberano antes de matar o conde de Andeiro, conversa com os seus aliados sobre a importância da cidade o ajudá-lo, pois ela seria "cabeça principal do reino"¹²⁰ (CDJ I, v. I, cap. X, p. 22).

Segundo Fernão Lopes, Lisboa determinaria se o reino tomaria voz por Portugal ou Castela. No capítulo X, volume I, na *Crónica de D. João I*, o povo dessa cidade estava convicto de que o Mestre de Avis era a única opção viável e aceitável para ocupar o trono português. É a partir desse ponto da narrativa que a arria miúda clama para que o filho de D. Pedro, seja o defensor e regedor do reino.

"[...] aqui todos esperavam que como Lisboa passasse, que assim passariam todos os outros"¹²¹ (CDJ I, v. I, cap. XIX, p. 42). Para Fernão Lopes, a partir do momento que o povo de Lisboa apoiou o Mestre de Avis, todas as outras cidades lutariam pela causa dos

¹²⁰ "cabeça principall do reino"(CDJ I, v. I, cap. X, p. 22).

¹²¹ "[...] ca todos esperavom que como Lixboa passasse, que assi passariam todollos outros" (CDJ I, v. I, cap. XIX, p. 42).

"verdadeiros portugueses". Porém, no decorrer da crônica, tanto no volume 1 como no 2 são citadas as vilas e as cidades que apoiaram Castela.

Principalmente no volume 2, o cronista dedica o capítulo XXXVI (pag. 89-91), a enumerar "*as gentes que cada um Rei tinha por sua parte*"¹²². Ao registrar e separar os homens entre aqueles que eram a favor de Castela ou de Portugal, o cronista fundamenta a divisão e o confisco dos bens que D. João I realizou contra aqueles que "traíram" o reino luso.

"*Vendo o Mestre e os do seu Conselho como o Rei de Castela vinha com todo o seu poder, e a grande frota de naos e gales que mandava armar para vir sobre Lisboa*"¹²³ (CDJ, v. I, cap. CX, p. 211). Pela importância da cidade, Castela planejou e executou um cerco ao centro urbano. Para evitar perder a principal cidade do reino, o Mestre colocou em prática a defesa do território com o auxílio da arraia miúda, "*e posto que os da cidade com bom desejo se ofereceram para aquele trabalho*"¹²⁴ (CDJ I, v. I, cap. CX, p. 212).

A cidade tem uma importância imensurável na *Crônica de D. João I*, e pode-se averiguar esse fato a partir da invasão de Castela. O rei castelhano consegue invadir outros lugares, e dominá-los, porém os esforços do Mestre de Avis, se concentram em realizar uma barreira eficiente no cerco de Lisboa, em 1384.

Em relação ao cerco de Lisboa Zierer afirma que:

ocorreu quando o rei de Castela impôs um pesado cerco ao reino luso, deixando a população sem ter como se alimentar. Neste sentido, a cidade de Lisboa vai ser personificada e louvada como personagem. Segundo Lopes, ela era "viúva de rei", "mãe e esposa", ocorrendo uma analogia entre cidade e a Virgem Maria, cidade e Igreja Católica, cidade e reino luso e ainda, cidade e povo português (ZIERER, 2017, p. 5).

Segundo a *Crônica de D. João I*, o cerco em Lisboa era eficiente, pois houve o fortalecimento das defesas na terra e no mar. O Mestre de Avis teria preparado a cidade contra o inimigo exterior estocando mantimentos e armas, além de concentrar boa parte de seus cavaleiros no centro urbano, que contavam com o apoio do povo, dos clérigos e dos frades (CDJ I, v. I, cap. CXI, p. 213).

O autor caracteriza Lisboa como esposa ao compará-la como uma mulher, que ora e intercede pelos seus maridos em guerra. "Como D. João não era casado, nem tinha irmã ou parente feminina que intercedesse por si, é a cidade de Lisboa que irá assumir essa missão"

¹²² "das gentes que cada hũ Rei tinha por sua parte" (CDJ I, v. II, cap. XXXVI, p. 89).

¹²³ "Veemdo ho Meestre e os do seu Comsselho como elRei de Castella viinha com todo seu poder, e a gramde frota de naos e galles que mandava armar pera vviir sobre Lixboa" (CDJ, v. I, cap. CX, p. 211).

¹²⁴ "E posto que os da çidade com boom desejo se offereçessem aaquelle trabalho" (CDJ I, v. I, cap. CX, p. 212).

(MARTINS, 2011, P. 98). A cidade é personificada pelo cronista como uma mulher/esposa para o Mestre de Avis. Em relação a personificação de Lisboa:

O cronista nomeia a cidade em conflito após a morte de D. Fernando como viúva de rei que passa a ter o Mestre por seu defensor e esposo. Ela é personificada na narrativa, sendo questionada sobre como era seu marido e quais foram os mártires que o acompanharam em seu dolorido cerco (TREVISAN, 2014, pag. 223).

Como esposa, Lisboa clama, chora e reza pelo seu marido em perigo. Assim, o primeiro casamento do Mestre de Avis teria acontecido simbolicamente com a cidade. O futuro soberano demonstra o seu amor pela terra e sua nobreza ao casar-se com seu reino. O que comprovaria que as questões de Portugal, estariam acima das relações pessoais do predestinado, ao contrário da regente D. Leonor Teles. Portanto,

com a secularização da alegoria do casamento entre Cristo e a Igreja, a metáfora do matrimônio entre D. João I e Lisboa é construída eficazmente pelo cronista Fernão Lopes, denotando elementos fundamentais do baixo medievo: a afirmação dos poderes monárquicos, a importância do papel das cidades junto a estes, a complementaridade dos papéis femininos e masculinos na ordem conjugal (TREVISAN, 2014, pag. 226).

Assim, ao utilizar analogias com a liturgia cristã, D. João I é associado a Cristo por Fernão Lopes e Lisboa é comparada a Jerusalém. A cidade desamparada pela falta de um rei honrado, teria escolhido o Mestre de Avis como esposo, o desejando e cuidando dele como marido.

Na falta de uma figura feminina, a cidade torna-se a esposa do Mestre de Avis. E pela sua fidelidade os fidalgos e o povo de Lisboa recebem privilégios do filho de D. Pedro (CDJ I, v. I, cap. CLV, p. 324). O soberano em contrapartida promete manter a liberdade e a justiça no reino. Acerca da importância da cidade na ascensão da dinastia avisina Trevisan afirma que:

A “genderização” de Lisboa vem denotar o protagonismo e a complementaridade da atuação da cidade ao lado do Mestre de Avis, que tal como uma esposa serve fielmente o marido, o qual em contrapartida corresponde com sua defesa. D. João enquanto pólo masculino e Lisboa enquanto pólo feminino não se opõem aqui, mas se complementam perfeitamente, cada um com suas funções e papéis de gênero. Mas além de todos estes aspectos referentes às relações conjugais na Idade Média, a alegoria lopeana da feminização da cidade de Lisboa tem como fundamento uma referência crucial do medievo, mesmo que não citada diretamente pelo cronista: a concepção do casamento do rei com o reino, a qual por sua vez foi fundamentada a partir da metáfora do casamento da Igreja com Cristo (TREVISAN, 2014, p. 223).

Ao construir a narrativa sobre D. João I, Fernão Lopes habilmente utilizou a cultura clerical em circulação no reino português. Como já mencionamos, as analogias com as histórias e os personagens bíblicos são instrumentalizadas segundo os interesses da dinastia de Avis, e de seus apoiadores, dentre eles o cronista.

No relato o cronista enaltece a cidade por sua fidelidade:

Que bem viam como a cidade de Lisboa era a maior e melhor que no reino havia; e como ela fora a primeira que tomara voz e esforço pera defender estes reinos da sujeição em que o rei de Castela, quisera por sem ter razão e direito neles, querendo os a Rainha D. Leonor de todo subjulgar a ele, fazendo muito por ser assim, na qual sujeitaram os de Lisboa [...] ¹²⁵ (CDJ I, v. I, cap. CLIV, p. 325).

Neste trecho da crônica são resumidos os motivos que fizeram com que a cidade de Lisboa fosse favorecida pelo Mestre de Avis durante a luta contra Castela, e depois que terminou o cerco. Pois, iria *"ficar na memória para sempre daqueles que depois viessem, que ele tinha cuidado de dar certos privilégios à dita cidade, em recompensa de tão grandes serviços"* ¹²⁶ (CDJ I, v. I, cap. CLIV, p. 326).

Assim, como no milagre 22 da MMCMA, o Mestre de Avis é um cavaleiro que foi libertado do inimigo através da intercessão mariana. Quando ocorre o Cerco de Lisboa, aos poucos o contingente e os recursos que pertenciam ao grupo avisino terminaram, deixando a "arraia miúda" com fome e isolada na cidade. Ao perceber a inferioridade da sua força diante de Castela, D. João I recorre a Virgem Maria, lhe prometendo uma missa se Ela lhes desse a vitória.

De acordo com o milagre 22: "[...] *um cavaleiro de grande reputação nas armas é feito prisioneiro. Invocava ele noite e dia, de todo o coração, banhado em lágrimas, Santa Maria de Rocamador [...]*" ¹²⁷ (MMCMA, Milagre 22, p. 153). Assim como o personagem central do milagre 22, na crônica D. João I é um cavaleiro com uma boa reputação e também era devoto da Virgem Maria, segundo Fernão Lopes. Por isso, mesmo estando em desvantagem os "verdadeiros portugueses" venceram Castela no Cerco de Lisboa.

¹²⁵ "Que bem viam como a cidade de Lisboa era a maior e melhor que no reino avia, e como ella fora a primeira que tomara voz e esforço pera deffemder estes reinos da sojeiçom em que os elRei de Castella quisera poer, sem teemdo rrazom nem dereito em elles, queremdoos a Rainha dona Lionor de todo sojugar a elle, fazemdo muito por sser assi; na qual sojeiçom os de Lixboa" (CDJ I, v. I, cap. CLIV, p. 325).

¹²⁶ "ficar em memoria por sempre aaqueles que depois vehessem, que ell tiinha cuidado de dar çertos privilegios, e fazer alguñas merçees aa dita çidade; em rrecompenssaçom de tam grandes serviços" (CDJ I, v. I, cap. CLIV, p. 326).

¹²⁷ "[...] miles quidam armis probissimus capitur, carceratur catheris ferreis et boiis immanissimis stringitur. Hic uero die noctuque cum beatam Mariam Rochamadoris [...]" (MMCMA, Milagre 22, p. 153).

De acordo com a analogia em que o Mestre de Avis tornou-se o esposo de Lisboa apontada por Trevisan (2014), o soberano como um marido dedicado cuida e concede privilégios a cidade/esposa em reconhecimento da sua fidelidade, pois mesmo quando houve escassez de alimentos, a aliança permaneceu.

Portanto, pela importância econômica e estratégica de Lisboa, a cidade torna-se na *Crónica de D. João I*, uma personagem essencial para a legitimação do Mestre de Avis no poder. A escolha por defender o filho de D. Pedro denotaria no discurso de Fernão Lopes que o centro urbano era composto por "verdadeiros portugueses".

3.3.2 A Importância das Analogias na *Crónica de D. João I*: a Sétima Idade, tempo de Paz e Prosperidade

Um dos argumentos para legitimar a ascensão ao poder da dinastia avisina é de que a partir do Mestre de Avis, a Sétima Idade teria começado em Portugal¹²⁸. Fernão Lopes discerni sobre 7 tempos diferentes em sua narrativa: 1ª Idade - Seria de Adão até Noé; 2ª Idade - de Noé até Abraão; 3ª Idade - de Abraão até Davi; 4ª Idade - de Davi até o fim da Babilônia; 5ª Idade - do fim da Babilônia até a chegada do Salvador (Jesus Cristo); 6ª Idade - teria tido início após a chegada do Salvador até a ascensão do Mestre de Avis ao reino Português, assim seria o tempo em que os portugueses vivenciaram a crise e o Movimento de Avis; e 7ª Idade - a partir da ascensão do Mestre de Avis (CDJ I, v. I, cap. CLXIII, p. 349).

Na 7ª Idade¹²⁹, "*se levantou outro mundo novo[...]*"¹³⁰ (CDJ I, Capítulo CLXIII, p. 350). Para Fernão Lopes, a partir da mudança de grupo dinástico no poder em Portugal, um novo tempo teria começado, com paz e prosperidade. O autor compara a jornada de D. João I com a de Jesus Cristo e seus apóstolos.

Segundo Guimarães (2006) a Sétima Idade é uma metáfora significativa que designa o tempo de uma nova geração de homens, enaltecidos pelo serviço ao Mestre de Avis e a arria miúda, que na temporalidade do cronista representam os "novos tempos" de paz e

¹²⁸ O tempo político é expressado especialmente pelo uso de teorias milenaristas e messiânicas, pela associação de D. João I e dos portugueses como um povo escolhido. (RIBEIRO, 2017, p. 64).

¹²⁹ Sétima Idade é, portanto, uma elaboração que se relaciona a construções já clássicas no tempo de Lopes, declaradas por ele quando da convocação dos nomes de Beda e Eusébio. Surpreendentemente, o cronista não se reporta a Agostinho de Hipona (354-430) e, quando cita os dois primeiros, só registra a obra de Eusébio, *De temporibus*, por que não revelou em que texto Beda fez a segmentação das idades? Só conhecia bem Eusébio? Ora, ou cronista fugiu dos inventários exaustivos, ou conhecia essas fontes apenas de ouvir dizer. Como me inclino para a segunda possibilidade, acredito que os vínculos mais significativos para a elaboração proposta por ele podem ser identificados com eventos do medievo mais próximos da época em que viveu (GUIMARÃES, 2006, pags. 1-2).

¹³⁰ "[...] se levantou outro mundo novo" (CDJ I, Capítulo CLXIII, p. 350).

prosperidade para o reino português. Essa simbologia sobre a sucessão dos fatos reforça a memória de uma dinastia fundada por um salvador. Assim,

A datação dos feitos registrados nas crônicas de Fernão Lopes respeita a Era de César ou Era Hispânica, cujo início aponta para 1º de janeiro de 38 a.C., apesar de o abandono desse marco ter se dado ainda no reinado do último monarca representado por Lopes, D. João I, em 1422. É possível que, dado o fato de a representação da vida do monarca português feita pelo cronista sequer chegar à empresa de Ceuta (1415), só narrada por Gomes Eanes de Zurara (1410-1474), Fernão Lopes tenha mantido esse procedimento para ser coerente com a forma como eram percebidos os acontecimentos de então. Em Castela, a Era Hispânica foi rechaçada antes, no reinado de D. Juan I (1379-1391), como demonstra Pero Lopez de Ayala, substituída, portanto, pela de Cristo. É certo que Fernão Lopes trabalhou com a Era de César, não bastassem as datações, no capítulo em que propõe a Sétima Idade, afirma-a textualmente (GUIMARÃES, 2006, p. 5).

No capítulo CLXIII, o cronista formula e caracteriza as Idades da História da Humanidade em 7 (sete) eras diferentes, que segundo Guimarães (2006) é iniciada em 1º de Janeiro de 38 a. C. Nessa divisão o Mestre de Avis é comparado a Cristo, pois assim como o filho de Deus, o futuro rei sacrifica-se pelo seu povo, e inaugura um tempo de prosperidade no reino português.

Essas analogias com narrativas bíblicas reforçam a ideia de que o Mestre de Avis, tornou-se rei pelo desejo de Deus, e por ser escolhido da divindade a "arraia miúda" o apoiava. Essa adesão corrobora para a ideia de que o filho de D. Pedro era o predestinado, já que a partir do seu reinado, o povo, antes relegado pelo poder monárquico, ganhou espaço e passou a ser ouvido, de acordo com o cronista.

Acerca daquilo que influenciou Fernão Lopes a dividir a História em 7 partes, infere-se que

A divisão da História da humanidade em Idade tem larga tradição no Ocidente Cristão. Há muito que se tinham adaptado as contagens de Santo Agostinho e de Beda, o Venerável. Joaquim de Fiore formula uma teoria da evolução final da História oposta à de Santo Agostinho. Este dividia a história da humanidade em Sete Idades, decorrendo a sétima paralelamente à sexta. Na Sexta Idade, Cristo teria alcançado a plenitude dos tempos, mas só na Sétima Idade esta seria definitivamente consumada; Joaquim quebrou este decorrer paralelo da Sexta e da Sétima Idades, distinguindo, para isso, dois status perfeitamente direcionados na economia neotestamentária: o do filho e o do Espírito Santo. A consumação da plenitude dos tempos teria lugar no tempo histórico, sob a égide do Espírito Santo (VENTURA, 1992, p. 38).

De acordo com a tradição cultural cristã no Ocidente a História da humanidade é dividida em Idades. A divisão temporal em sete idades já era mencionada em Portugal no século VII, em que Isidoro de Sevilha utiliza e cita Beda para dividir a História

cronologicamente também em idades. Assim, a originalidade de Fernão Lopes é o sentido positivo que ele dar para a Sétima Idade.

Seguindo a tradição do Ocidente Cristão, Fernão Lopes aponta que com a coroação de D. João I, "novos tempos", chegaram em Portugal. O reino estaria vivendo a Sétima Idade, que seria um tempo de prosperidade e plenitude, essa escolha narrativa realizada pelo autor associam a jornada do Mestre de Avis, ao movimento messiânico, em que um redentor/messias chegara para salvar o seu povo do sofrimento, da fome e da miséria.

O discurso Fernão Lopes, baseia-se no *Novo Testamento*, criando uma identificação de Cristo com o Mestre de Avis, dando a narrativa um sentido moral e ético que é justificado pela ação providencial. Assim, através do Evangelho português, o autor justifica a chegada da Sétima Idade, que seria um tempo em que todas as esperanças eram resgatadas, e se tornariam realidade. Então a segunda geração avisina e Fernão Lopes estariam vivendo no tempo da Sétima Idade.

Destaca-se que as seis idades estavam associadas aos seis dias de criação do mundo, realizado por Deus, presente em *Gênesis*. Além da *Bíblia*, Fernão Lopes possivelmente também utilizou como referência o texto de Beda. Contudo, "ao contrário de Beda que identificava a sexta idade como um período de decadência antes do Juízo Final, Fernão Lopes institui a Sétima Idade na terra e vê esse tempo como uma época de paz e prosperidade" (ZIERER, 2014, p. 175).

Para o cronista, este seria o período de repouso, em que a luta se consumaria em vitória e prosperidade para o povo português. Sendo assim, a sua Sétima Idade, não significava o fim dos tempos, ou seja, o dia do Juízo Final como em outros autores. Portanto, a Sétima Idade de acordo com a concepção de Fernão Lopes, era o tempo vivido, ou seja, o tempo presente. Nesse "novo tempo", certos privilégios não existiriam mais, e o direito da "arraia miúda" torna-se legítimo (REBELO, 1983, p. 156).

A substituição das elites políticas, sociais e econômicas que ocorreu em Portugal a partir do Movimento de Avis em 1383 é denominado por Fernão Lopes, como um "novo tempo". Essa ideia introduz a liturgia cristã na crônica de Fernão Lopes através da escatologia do cristianismo, que diz que em seis dias houve a criação do mundo, o que corresponderia a seis idades. Enquanto a Sétima Idade é representada pelo descanso de Deus, assim como dos homens, que desfrutariam da paz e felicidade proporcionada por um salvador/messias.

As diversas analogias com as narrativas bíblicas ganham notoriedade na cronística histórica de Fernão Lopes, conforme é estabelecido o direito de governar do Mestre de Avis. As comparações ganham mais espaço, como por exemplo, ao narrar sobre uma das diversas

partidas de D. João I das cidades, o autor escreve que: "*Então partiu o Mestre com eles assim como Moisés¹³¹ quando trouxe os filhos de Israel pelo deserto[...]*"¹³²(CDJ I, v. I, cap. CLXXX, p. 387). Ao realizar essa paridade o autor cria com o leitor uma conexão maior com a história, pois os textos bíblicos eram amplamente difundidos na sociedade portuguesa medieval.

Além disso, essas analogias ajudam a fixar a História, e colaboram para reforçar ideologicamente o poder avisinio que utiliza a doutrina e os padrões cristãos para legitimar o discurso que enaltecia o grupo político que teria inaugurado um "novo tempo". Porém a realidade portuguesa pouco foi modificada, as tensões sociais permaneciam, assim como a fome e a miséria (ACCORSI, 1997, p. 34).

Após ser aclamado como rei, e vencer a batalha contra Castela, D. João I, ordena que se cumpra sua promessa de realizar uma romaria, pois "*prometera antes que entrou na batalha, a qual haveria de vencer como em Deus tinha esperança[...]*"¹³³ (CDJ I, v. I, cap. LXI, p. 161). Segundo o discurso da crônica o rei de Portugal participou da missa e das orações para agradecer a vitória. O discurso avisinio estabelece que a devoção e a gratidão a Deus demonstrada por D. João I, e pelos "verdadeiros portugueses" permitiu Portugal vencer a guerra contra Castela.

No volume II, da *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes destaca ainda mais a bondade do Mestre de Avis, pois por ser um homem de grande coração, o rei perdoa os portugueses que lutaram contra ele. Como um bom rei, escolhido por Deus, D. João I, tem misericórdia daqueles portugueses que apoiaram Castela, ao aceitar a rendição dos traidores do reino, os perdoadando. Mostrando com isso que, ao contrário de D. Leonor Teles, o soberano não era uma pessoa vingativa, e seu principal objetivo era defender o reino, e posteriormente governar para o bem estar de todos (CDJ I, v. II, cap. CCLVI, p. 315).

Na construção da cronística histórica, Fernão Lopes coloca D. João I como o salvador de Portugal, assim como Jesus Cristo ele sacrifica a sua vida pelo bem maior¹³⁴. No

¹³¹ Segundo a Bíblia Sagrada: "E, quando o menino já era grande, ela o trouxe à filha de Faró, a qual o adotou; e chamou-lhe Moisés, e disse: Porque das águas o tenho tirado" (Êxodo 2:10). Moisés era filho de uma mulher hebraia, que foi segundo a liturgia cristã encontrado no rio Nilo pela filha do Faraó que o adotou, e após o seu crescimento libertou o povo hebreu do cativo egípcio. Tornou-se um dos principais profetas do cristianismo e do judaísmo.

¹³² "Estomçe partiu o Meestre com elles assi como Moises quando trouxe os filhos dIsraell pello deserto" (CDJ I, v. I, cap. CLXXX, p. 386).

¹³³ " *prometerra antes que entroou na batalla, a a qual averia de vemcer como em Deos tinã esperamçça[...]*" (CDJ I, v. I, cap. LXI, p. 161).

¹³⁴ "Nisto conhecemos o que é o amor: Jesus Cristo deu a sua vida por nós, e devemos dar a nossa vida por nossos irmãos" (1 João 2:16).

texto o Mestre de Avis é o herói, e como tal ele percorre uma jornada que mostra as suas qualidades e dúvidas, mas que também serve de aprendizado.

Ao mostrar a trajetória do soberano, e com ela fazer analogias a narrativas bíblicas, o autor consegue conectar o leitor a sua história. Na narrativa, o Mestre, que era predestinado e escolhido de Deus segundo Fernão Lopes, percorre uma jornada heroica, e torna-se um herói em crescimento ao passar por diversas provas que o conduzem ao seu destino.

*"Cuidando com isso, certificou em seu pensamento, que não havia outro que mais direito a razão tivesse de se por para defensor do reino, que o Mestre de Avis, filho do rei D. Pedro; o qual ele sabia que era um bom cavaleiro"*¹³⁵ (CDJ, Volume I, Capítulo CL, p. 250). Segundo o discurso da crônica o Mestre de Avis estabeleceu-se no poder pelas suas boas ações como cavaleiro, que demonstraram a sua bondade, justiça e fidelidade a terra. Essa caracterização do soberano foi estabelecida para suprir a sua carência de sangue, pois

[...] especialmente em virtude de D. João ser um "filho natural", isto é, bastardo, o cronista procurou valorizar as suas virtudes: além da piedade e religiosidade, a larguesa (generosidade), a fidelidade no casamento e o seu senso de justiça, através da tolerância ao conduzir a sociedade e da temperança na punição das faltas. (ZIERER, 2017, p. 289)

Na Idade Média para um homem ser considerado bom cavaleiro eram necessários alguns atributos, dentre eles destacavam-se principalmente a beleza física, e um bom coração que deveria conduzi-lo através da coragem e da honra para realizar atos de bravura. Segundo Rodrigues (2017), essas características eram consideradas inatas entre os nobres, já que seriam transmitidas pelo sangue paterno e materno. Assim, D. João I, filho de uma relação extraconjugal, ou seja, bastardo, não teria em seu sangue essas características congênicas para serem transmitidas aos seus herdeiros. Porém ao casar-se com Filipa de Lencastre, uma mulher que descendência de uma linhagem de nobres guerreiros ingleses o Mestre de Avis garantiria a nobreza de sangue de sua descendência.

3.3.3 D. João I: um Bom Esposo

D. João I, destaca-se não apenas por ser um bom cavaleiro, como também um bom esposo. Zierer (2017), afirma que uma das qualidades do Mestre de Avis elencadas por Fernão Lopes era que o soberano foi fiel a sua esposa D. Filipa de Lencastre. Durante a Idade

¹³⁵ *"cuidando com iss, certifficou em seu pemsamento, que noõ avia outro que mais dereito a rrazaão tiivesse de sse por para deffensor do rregno, que ho Meestre dAvis, filho do Rei dom Pedro; oual elle sabiia que erra um boom cavalleiro"* (CDJ, Volume I, Capítulo CL, p. 250).

Média a fidelidade ao cônjuge era uma obrigação feminina, quanto que para os homens esta característica era um condição que denotava a honra e a religiosidade masculina.

A dinastia de Avis utilizou vários elementos simbólicos para legitimar o poder monárquico que exerciam. Dentre estes destaca-se no discurso de Fernão Lopes o casamento de D. João I com a nobre D. Filipa de Lencastre que foram enaltecidos pelas suas qualidades, e por exercerem os seus papéis sociais com louvor.

Segundo Dalarun (1990) durante a Idade Média nos escritos clericais existiam normas de conduta para as mulheres/esposas e para os homens/maridos. Sendo que as obrigações específicas dos homens casados com as suas cônjuges era: tratá-la bem, cuidar, sustentar, instruir e corrigir. Essas prerrogativas reforçavam o domínio e a subjugação do feminino sob o masculino.

Para a Igreja tanto para o masculino quanto para o feminino os laços matrimoniais eram considerados eternos, porém os homens poderiam repudiar, adular e cometer excessos (exemplo: praticar sexo em posições diferentes), desde que se arrependessem.

*"Ora, certa vez, uma noite de sábado para domingo, atravessou o rio sozinho, num barquito, e dirigiu-se a outra povoação do lado de lá do rio, onde pecou com uma mulher casada"*¹³⁶ (MMCMA, Milagre 11, p. 115). Nessa narrativa milagrosa, um homem que "muito amava a Maria, Mãe de Deus"(MMCMA, Milagre 11, p. 115), após cometer adultério é cercado por demônios quando retorna para o seu povoado pelo rio.

Mas como *"tinha por costume cantar matinas e outras horas e ao sábado rezar nove lições"*¹³⁷ (MMCMA, Milagre 11, p. 115) a Virgem Maria o salva e diz: *"Vê bem, não caias mais nos laços do adultério"*¹³⁸ (MMCMA, Milagre 11, p. 115). Percebe-se no Milagre 11 que a fidelidade conjugal também era recomendada aos homens.

A Igreja indicava que a lealdade no casamento deveria ser praticada tanto por homens quanto por mulheres. Porém para o corpo masculino as regras eram mais maleáveis, enquanto para o corpo feminino o adultério seria o pior pecado.

Os homens poderiam se arrepender sem sofrer sanções sociais ou serem repudiados pelas suas esposas. Para eles o pior pecado cometido dentro do matrimônio seria deixar a mulher comandar. Esse teria sido o problema de D. Fernando de acordo com Fernão Lopes.

¹³⁶ *"Hic uero, uice quadam, nocte, scilicet, dominica, solus in nauicula fluuuium transiuit pergens ad aliam uillam que erat ultra ubi cum uxore alterius fornicatus est"* (MMCMA, Milagre 11, p. 115).

¹³⁷ *"cuius matutinas et horas per unumquemque diem more cantabat et die sabbati nouem lectiones agebat"* (MMCMA, Milagre 11, p. 115).

¹³⁸ *"Vide, inquit, ne amplius in adulterii"* (MMCMA, Milagre 11, p. 115).

Portanto, como um bom soberano D. João I em 1385 ao ser aclamado como rei é caracterizado com as seguintes qualidades: esposo fiel; bom guerreiro (não fugindo da luta e sempre vitorioso); é um guia do povo que rege, colocando o bem estar da "arraia miúda" e do reino acima do seu; a autoridade na terra é suprema, inclusive frente aos "falsos portugueses", tendo assim seu poder acima dos senhores nobres tradicionais locais e das cidades.

A principal estratégia do rei avisino D. João I, foi integrar os grupos divergentes possibilitando a inclusão social. E um dos mecanismos utilizados para isso, foi a produção de textos que promoviam os discursos da monarquia, e também reordenavam a hierarquização social, incluindo o povo, chamado por Fernão Lopes de "arraia miúda".

3.4 Filipa de Lencastre: a Abnegada

Filipa de Lencastre¹³⁹, pertencia a aristocracia inglesa, sendo filha primogênita do casal formado por John Plantageneta (1º Duque de Lancasters), com sua mulher Blanche de Lancasters. Esta era uma rica herdeira órfã que possibilitou a John o acesso a títulos nobiliárquicos e a um cargo importante dentro da monarquia inglesa. A partir desse matrimônio ele tornou-se o 1º duque de Lancasters, e conseguiu conquistar riquezas e benesses que o permitiram comandar uma corte culta e abastarda.

D. Filipa, Nasceu em 1360, vindo a falecer em 1415, acometida pela peste bubônica. Tornou-se rainha de Portugal através do casamento com o rei D. João I, celebrado em 1387 na cidade do Porto. O matrimônio concretizou a aliança entre portugueses e ingleses, contra os castelhanos.

A rainha Filipa de Lencastre foi uma mulher aristocrata filha de um duque inglês, que conquistou riquezas e tornou a família dos Lancasters uma das mais poderosas da corte inglesa. O lugar de origem da rainha portuguesa foi utilizado pelo cronista Fernão Lopes para legitimar a descendência de D. João I no poder.

As mudanças ocorridas na corte régia portuguesa a partir da dinastia de Avis, também foram influenciadas por D. Filipa. Apesar disso, na maioria dos trabalhos sobre a rainha somente são abordadas as virtudes pessoais que teriam sido uma influência exemplar para os herdeiros avisinos. O que acaba por ignorar a sua real importância para as relações de poder em Portugal.

¹³⁹ O nome da família nobre inglesa a qual D. Filipa pertencia era escrito Lancasters, porém quando ela torna-se rainha de Portugal, o seu sobrenome sofreu alteração na grafia, sobre isso Manuela Silva afirma que "D. Filipa de Lencastre - como vulgarmente ficou conhecida em Portugal.." (2014(a), p. 137).

3.4.1 A Conjuntura Política em Torno de D. Filipa de Lencastre

A aliança entre os Lancaster e Portugal demorou a ser colocada em prática, pois ela dependia do casamento de D. João I com Filipa de Lencastre, sendo que o rei como Mestre, era celibatário e precisava da dispensa papal para casar-se. Isso adiou a campanha anglo-portuguesa em terras castelhanas. Além de não poder casar, pelo seus votos de celibato, o Mestre não poderia ser rei de Portugal, antes de ser dispensado do hábito de Avis. O matrimônio teria sido reconhecido após três meses da sua realização.

Segundo Manuela Silva (2014), a trajetória de vida da rainha é "fruto da conjuntura política internacional e das ambições pessoais dos seus parentes mais próximos." (SILVA, 2014(a), p. 21). Quando Silva afirma que a trajetória de D. Filipa estava entrelaçada e até em certo ponto determinada pelas ambições pessoais de seus parentes, é devido principalmente às pretensões do pai da rainha de tornar-se rei de Castela. Pois em 1371, após o falecimento da sua primeira esposa Blanche (mãe de Filipa de Lencastre), ele casou-se pela segunda vez, atendendo aos interesses políticos e econômicos da monarquia inglesa e seus. Quanto a isso Manuela Silva assinala que:

John era uma príncipe da dinastia plantageneta que, sem necessidade já de conquistar riqueza, podia auxiliar a família reinante de que fazia parte consorciando-se em segundas núpcias com algum membro feminino de uma dinastia de interesse estratégico para a Inglaterra. (SILVA, 2014 (a), p. 66).

Existiam algumas opções de um segundo matrimônio vantajoso para John e a monarquia inglesa, porém a alternativa mais profícua era a filha mais velha de D. Pedro I de Castela. O reino inglês apoiou em 1367 o monarca castelhano ao lhe fornecer suplementos e comando um exército vitorioso contra o seu meio-irmão Henrique de Trastâmara¹⁴⁰.

Após a derrota do irmão bastardo, para efetuar a aliança entre os reinos inglês e castelhano, foi realizado o casamento entre o duque de Lancasters e D. Constança em 1371. De acordo com Manuela Silva (2014), após a morte de D. Pedro I de Castela, as cortes inglesas reuniram-se, e deliberaram sobre os direitos de John sobre o trono, e decidiram que ele e Constança eram os legítimos rei e rainha castelhanos. Com isso o nobre inglês conseguiu o financiamento e a autorização da corte inglesa para entrar em guerra contra Henrique de Trastâmara.

¹⁴⁰ Henrique de Trastâmara voltou a lutar pelo trono castelhano após a morte de seu irmão D. Pedro I de Castela. Após sucessivas batalhas conta Portugal e os Lancasters conseguiu se estabelecer como rei de Castela, sendo nomeado Henrique II de Castela, retirando da sua sobrinha o direito de comandar o reino juntamente com o seu esposo o duque de Lancasters.

Por estar casado com a princesa Constança, sua 2ª esposa, que era filha\herdeira mais velha do rei Pedro I de Castela, o duque de Lancasters entendia que tinha o direito de governar o reino castelhano após a morte do seu sogro. Porém, o irmão bastardo do rei de Castela, Henrique II, ocupou o trono.

Destaca-se que quando John de Lancasters, teve seu direito reconhecido pelas cortes inglesas, D. Fernando enviou para a Inglaterra um representante lembrando que os dois reinos eram aliados, e que deveriam cultivar uma relação de paz e amizade. Porém, não foi o que ocorrera, já que o rei português também declarou-se herdeiro do trono castelhano, quebrando a aliança entre os reinos temporariamente.

Mesmo com o acordo entre as partes reconhecendo Henrique II como rei de Castela, na crónica histórica o duque de Lancasters ainda não teria se conformado em perder o reino para o tio da sua esposa. Por isso, John após a morte de D. Fernando alia-se de novo a Portugal e ao Mestre de Avis para derrotar o rei D. João I de Castela com a esperança de torna-se o soberano castelhano.

Ressalta-se que o duque inglês guerreou contra Castela em dois períodos diferentes. A primeira ação bélica ocorreu em 1369, quando D. Pedro I morreu, e seu irmão bastardo Henrique II declarou-se rei, e a segunda aconteceu após o Movimento de Avis, contra o filho e sucessor de Henrique II, D. João I de Castela.

Segundo a *Crónica de D. João I*, o duque dirigiu-se para Portugal após a coroação de D. João I com a intenção de tomar o reino de Castela. Assim, os Lancasters, estreitaram os laços com Portugal a partir do Movimento de Avis (1383), pois ambos tinham interesse em derrotar o rei castelhano.

Como já citamos a aliança entre ingleses e portugueses que tinha como objetivo conquistar o reino castelhano ocorria desde o reinado de D. Fernando I, ou seja, anterior ao período de governança de D. João I. Porém, a união entre os reinos ganhou maior estabilidade após a ascensão do Mestre de Avis como monarca português (1385), e posterior assinatura do Tratado de Windsor em 1386¹⁴¹. O casamento entre Filipa de Lencastre e D. João I em fevereiro de 1387, selou a coalizão e as relações de mútua ajuda existentes entre Portugal e Inglaterra nos séculos XIV e XV.

A existência de relações amistosas entre os reinos é mencionada na crônica a partir da morte do conde de Andeiro, pois segundo Fernão Lopes, "*o Mestre teve vontade de*

¹⁴¹ Assim, com a assinatura do Tratado de Windsor em maio de 1386, os reinos não somente se comprometeram a fornecer ajuda mútua, mas também selaram tal acordo por meio do casamento de Filipa com D. João I de Portugal. Celebrado no ano seguinte, o matrimônio provocaria tanto a ida definitiva da inglesa ao reino lusitano quanto a afirmação de uma dinastia repleta de herdeiros (SILVA, 2014, p. 2).

*se partir do reino*¹⁴² (CDJ I, v. I, cap. XVIII, p. 40). D. João I teria cogitado a possibilidade de fugir para a Inglaterra, evitando a vingança que supostamente a rainha Leonor Teles e os seus parentes arquitetavam silenciosamente contra ele.

O povo, e alguns senhores de respeito teriam pedido para que o monarca não partisse, *"pois o Rei de Castela não queria guardar os tratos, segundo era conteúdo, e vinha contra o reino para tomar posse dele"*¹⁴³ (CDJ I, v. I, cap. XIX, p. 41). Diante do clamor popular, o Mestre de Avis decide ficar para defender e reger o reino português contra Castela.

No Volume I, o reino inglês é mencionado nos capítulos iniciais da narrativa, e somente é citado novamente no Volume II, quando o Mestre de Avis decide comunicar aos reis aliados a Portugal sobre a sua coroação, o que demonstra a preocupação dele em manter boas relações exteriores.

Ao explicitar sobre as determinações de D. João I após ser coroado como rei nas Cortes de Coimbra, o autor no Volume II ressalta que entre elas, o monarca determinou que os embaixadores de Portugal que estavam em outros reinos fossem até os reis aliados para comunicar formalmente a notícia. Dentre as cortes amigas o cronista dar destaque a Inglaterra, para corroborar Fernão Lopes afirma que:

Bem sereis lembrados que no começo destes feitos quando o Rei sendo Mestre tomou cargo de Regedor e Defensor do Reino, como enviou por seus embaixadores requerer ao Rei da Inglaterra que desse lugar às gentes de seu reino, a que protegesse de o fazer, que por seus dinheiros o viesse ajudar naquela guerra em que era posto; e que se o Duque de Lancaster, seu tio, quisesse vir demandar o reino Castela que lhe por direito pertencia, que lhe ofereciam toda ajuda por mar e por terra¹⁴⁴ (CDJ I, v. II, cap. LXXVIII, p. 193).

Na narrativa o autor faz questão de frisar que antes do duque de Lancasters partir do reino inglês, o rei de Portugal e o rei da Inglaterra teriam firmado os laços de amizade entre os reinos, através dos embaixadores, que estabeleceram um pacto de mútua ajuda contra o reino de Castela.

Porém, o pai de Filipa de Lencastre, estabelece aliança com o rei D. João I, antes mesmo dele ser aclamado rei de Portugal pelas Cortes, e quando a coroação acontece a

¹⁴² "o Meestre teve vomtade de sse parti do rregno" (CDJ I, v. I, cap. XVIII, p. 40).

¹⁴³ ""pois o elRey de Castella noõ querria guardar os traustos, segundo era contheudo, e viina contra o rregno para toma posso dele" (CDJ I, v. I, cap. XIX, p. 41).

¹⁴⁴ " Bem sereis lembrados que no começo destes feitos quoaamdo ell Rey semdo Meestre tomou carguo de Regedor e Defemsor do Reinno, como emviou por seus embaixadores requerer a ell Rey de Imglaterra que dese lugar aas gentes de seu reino, a que prouguese de o fazer, que per seus dinheiros o viesse ajudar aaquela guerra em que era posto; e que se o Duque dAlemcrasto, seu tio, quisesse vyr demandar o reino de Castela que lhe per diretito pertemçia, queue lhe ofereçiaõ toda ajuda per mar e per terra" (CDJ I, v. II, cap. LXXVIII, p. 193).

conciliação externa com a Inglaterra é consolidada. Quanto a isso, na narrativa é assinalado como foi recebida a notícia da coroação:

Estas novas em Inglaterra sabidas como o Mestre fora alçado por Rey e o modo que sobre isso tivera, passados não muitos meses chegaram outros melhores, dignas de grande prazer, as quais os mensageiros, foram as pressas contar ao Rei, de como seu Senhor o Rei de Portugal vencera os castelhanos em campo dando lhe disto suas cartas; e isso mesmo ao Duque de Lancaster a que logo foram dizer, presente a Duquesa sua mulher, contando lhe como [se] tudo passara segundo o que escrito e certas novas haviam, dizendo em suas rezas, falando disto, que - pois ele havia direito dos reinos de Castela e se deles chamava rei, que ainda tinha tempo de cobrar de todos (CDJ I, v. II, cap. LXXIX, p. 195).¹⁴⁵

Fernão Lopes, no trecho acima retirado do Volume II, destaca que o rei da Inglaterra, John de Lancasters e a sua esposa Constança foram avisados sobre a vitória de Portugal sobre Castela. Essa derrota seria a oportunidade para o duque exercer seu direito de governar o reino castelhano, o que demonstrava o inconformismo dele por perder o trono para o rei Henrique II de Castela durante a governança do rei português D. Fernando.

Após receber a notícia da coroação do Mestre como rei, e ter a certeza do apoio português por terra e por mar, o duque de Lancasters viaja para Portugal para efetivar a aliança com D. João I, e determinar as ações para se tornar o rei de Castela, sobre isso a crônica histórica afirma que:

Como o Duque foi a Galiza, enviou recado ao Rei de Castela, e não por seu irmão como alguns dizem, aqui não o trazia consigo, mas para por outro lhe fez saber que ele era vindo em aquela terra, como já havia contado, e que trazia consigo a Rainha dona Constança sua mulher, filha do Rei D. Pedro de Castela e de Leão, por haver, aqueles reinos que seus eram de direito¹⁴⁶ (CDJ I, v. II, cap. LXXXIII, p. 202).

Assim, antes de partir para Portugal, o duque de Lancasters avisa ao rei D. João I de Castela as suas intenções de cobrar aquilo que ele tinha direito. Destaca-se que Fernão Lopes para corroborar com a ideia de que D. Constança deveria ser aclamada como soberana, utilizou palavras como Rainha e filha do rei ao se referir a nobre. Ao usar essas denominações

¹⁴⁵ "Estas novas em Inglaterra sabidas como o Mestre fora alçado por Rey e o modo que se nello tivera, passados não muitos meses chegarão outras muito milhores, dignas de grande prazer, as quoães os mensageiros, foraõ a presa comtar a el Rey, de como seu Senhor ell Rey de Portuguall vemçera os castelaõs em campo damdo lhe desto suas cartas; e iso mesmo ao Duque dAlemcrasto a que o loguo faraõ dizer, presentemte a Duquesa sua molher, comtando lhe como [se] todo pasara segumdo o que per scrito e çertas novas aviãõ, dizemdo em suas rezois, falamdo em esto, que - pois elle avia dereito nos reinos de Castella e se delles chamava rey, que ora tinnha tempo de os cobrar de todo" (CDJ I, v. II, cap. LXXIX, p. 195).

¹⁴⁶ " Como o Duque foy e Gualiza, enviou recado a ell Rey de Castella, e naõ per seu irmão como algus dizem, ca ho naõ trazia cõsyguo, mas per outre lhe fez saber que ell era vimdo em aquella terra, coo ja ouviria comtar, e que trazia cõsyguo a Rainha dona Constaça sua olher, filha del Rey dom Pedro de Castella e de Lião, por aver aquelles reinos que seus heraõ de direito" (CDJ I, v. II, cap. LXXXIII, p. 202).

o autor legitima o direito dos Lancasters de reinar Castela, e ao mesmo tempo demonstra que D. João I realizou corretas e profícuas alianças externas ao escolher defender os interesses do duque inglês.

Na crônica, o duque de Lancasters avisa a D. João I, que chegou em Portugal, *"trazendo consigo sua mulher e filhos, por cobrar o reino de Castela que lhe por direito pertencia, e que lhe prazeria de se ver com ele. O Rei com tais novas ficou feliz, e veio logo a caminho do Porto"*¹⁴⁷ (CDJ I, v. II, cap. LXXXIX, p. 213). Após chegar no reino português, John encontra D. João I em uma reunião em que teriam sido estabelecidas as estratégias para que o direito de D. Constança fosse reconhecido.

O acordo matrimonial teria acontecido segundo Fernão Lopes nesse encontro, *"dizem alguns que logo nesta embaixada foi falado sobre casamento do Rei com uma das infantas filhas do Duque"*¹⁴⁸ (CDJ I, v. II, cap. XC, p. 215). Para selar a aliança o duque teria conversado com D. João I para que este casar-se com uma das suas filhas. O Mestre de Avis tinha duas opções: Filipa de Lencastre (filha do primeiro casamento) ou Catarina (1372\1418 - filha do segundo casamento), ao escolher a segunda herdeira o Mestre de Avis futuramente teria direito ao trono castelhano.

Catarina seria a escolha mais óbvia, pois através dela D. João I teria a possibilidade de governar os reinos de Castela e Portugal. Além disso a princesa era mais jovem do que D. Filipa de Lencastre, que tinha uma idade avançada para ser escolhida como esposa segundo os padrões medievais (26 anos).

Porém, Fernão Lopes assinala que não era de interesse de D. João I entrar em outra disputa. O desejo do soberano era governar em paz o reino português, o que demonstra a falta de cobiça do Mestre Avis. Assim, *"ficou determinado, prazendo a Deus, com a Infanta dona Felipa"*¹⁴⁹ (CDJ I, v. II, cap. XC, p. 216). O matrimônio com D. Filipa de Lencastre seria mais agradável aos olhos de Deus, já que assim o monarca poderia dedica-se a sua missão, que era governar Portugal com justiça.

O cronista aponta que o reino inglês foi de suma importância para a conquista do Mestre de Avis, afirmando que os reis de Portugal teriam grande dívida com os Lancasters pelo apoio bélico durante a guerra contra Castela que ocorreu no Movimento de Avis (1383).

¹⁴⁷ *"trazendo consigo sua mulher e filhos, por cobrar o reino de Castela que lhe por direito pertencia, e que lhe prazeria de se ver com elle. ElRei co tais novass ficou feliz, e veio loguo a caminoõ do Porto"* (CDJ I, v. II, cap. LXXXIX, p. 213).

¹⁴⁸ *"dizeem alguõs que loguo nesa embaixada foi falado sobe casamemto do elRey com un das infamtas filhas do Duque"* (CDJ I, v. II, cap. XC, p. 215).

¹⁴⁹ *"ficou determinado, prazemdo a Deos, com a Infamta dona Filipa."* (CDJ I, v. II, cap. XC, p. 216).

Na *Crónica de D. João I*, a família dos Lancasters é exaltada pelo suporte ao Mestre de Avis, antes deste tornar-se rei, qualidades como lealdade são atribuídas ao duque. O enaltecimento da família de D. Filipa tem como intenção sublimar também a "ínclita geração", pois o autor sempre reforça a descendência nobre a qual D. Filipa de Lencastre pertencia.

A caracterização positiva do duque de Lancasters tornou a aristocrata inglesa a mulher ideal para conceber a linhagem avisina. Fernão Lopes atribuí ao pai de D. Filipa as seguintes qualidades: homem bom e forte, com membros bem feitos, compridos, magros (com poucas carnes), direito, com boas palavras, mensurado, simples de boas condições.

De acordo com Manuela Silva (2014), D. Filipa era uma mulher que pertencia a uma corte abastarda e culta, que ostentava até mesmo entre seus pares na corte inglesa. O pai John quase não parava em seus castelos pois estava sempre empenhado em uma operação bélica, o que o permitiu aumentar consideravelmente a fortuna dos Lancasters. Quando D. Filipa nasceu, seus pais só possuíam apenas 1 castelo, no decorrer da infância dela, as moradias e posses da família multiplicaram-se tornando-os uma corte numerosa e rica. Quanto a educação na Inglaterra Manuela Silva aponta que:

As raparigas das classes mais abastardas também aprendiam a ler: o latim suficiente para poderem seguir as orações pelo livro, e francês e inglês para poderem ler romances ou instruções para o trabalhos femininos. O latim começava por ser ensinado através de livros litúrgicos onde as crianças aprendiam a recitar orações e salmos, mesmo que pouco compreendessem do que balbuciavam. (SILVA, 2014(a), p. 49).

Assim, como as outras crianças pertencentes a aristocracia, D. Filipa aprendeu inglês, francês e latim. Porém a leitura individual não era o método mais recorrente para aprender. A instrução era predominantemente oral, as línguas eram aprendidas através de grupos de leitura que reuniam-se principalmente para ler os romances ou textos devocionais. Essa prática coletiva também era uma mecanismo de controle daquilo que as crianças liam, algo que não poderia fugir dos padrões esperados pela sua família. A instrução era realizada no primeiro momento pelas mães, e depois era repassada na maioria das vezes por um professor contratado (geralmente clérigo).

Havia uma diferença entre a educação dos meninos e das meninas. Os homens tinham um ensino mais amplo e voltado para tornaram-se nobres cavaleiros, enquanto as mulheres aprendiam o suficiente para realizar as práticas devocionais, ler alguns romances (sob tutela), e manuais e tratados educativos para conhecerem os trabalhos femininos.

A instrução direcionada deveria colaborar para a formação daquilo que se esperava das mulheres e dos homens. Em relação as jovens, esperava-se que elas se tornassem competentes esposas e mães. Enfim, a educação feminina era voltada para a aprendizagem de algumas línguas, conversação adequada a uma moça, vestuário, porte, etiqueta e aparência física.

D. Filipa teria sido instruída inicialmente por sua mãe, e depois por um professor pertencente ao clérigo. Após a perda da referência materna, a rainha teria sido orientada pelas suas serviçais, já que quando a sua madrasta chegou ela já era uma moça.

O ensinamento dos filhos do primeiro casamento do duque de Lancasters ficou a cargo de seus servos, pois na maioria do tempo, ele estava em batalhas. O conde só voltou a ter mais contato com seus herdeiros quando casou-se pela segunda vez, e ao reunir sua família quando saiu da Inglaterra para lutar por Castela, viajando até Portugal com sua esposa e descendentes.

A busca por alianças através do matrimônio, tornou D. Filipa, até então solteira, uma peça chave para que o seu pai realizasse acordo com D. João I. O casamento selou as relações externas de mútua ajuda entre os reinos. Isso agradou aos portugueses, pois o Mestre de Avis ao unir-se em matrimônio com uma mulher pertencente a família que lhe apoiou antes de torna-se rei demonstrava a sua gratidão. Sobre o período que antecede o casório e a recepção da notícia em Portugal a crônica histórica afirma que:

O rei ouviu nisto muito grande prazer e o Duque isso mesmo, e outorgou logo de enviar sua filha ao Porto para o Rei recebê-la e casar com ela, quando para ele fosse prestes e lhe provesse de o fazer [...] foi então trazida muito honradamente de mando de seu pai a Infanta dona Filipa à cidade do Porto, segundo dizemos que fora acordado. Onde foi recebida com grande festa e prazer, vindo muito acompanhada de ingleses e portugueses¹⁵⁰ (CDJ I, v. II, cap. XCIII, p. 220).

Fernão Lopes, ressalta que D. Filipa foi mandada pelo seu pai com muita honra para a cidade do Porto, sendo acompanhada por ingleses e portugueses, e jamais ficando sozinha. A honra colocada pelo autor é não só por ela pertencer a uma família nobre e virtuosa, mas também pela sua castidade do corpo, ou seja, pela sua virgindade.

¹⁵⁰ " Ell Rey ouve desto muy graõ prazer e o Duque yso mesmo, e outorgouo loguo de emviar sua filha ao Porto pera a ell Rey reçober e casar com ella, quoadmo pera ello fose prestes e lhe prouguese de o fazer [...] foy emtanto tragida muy homrradadamente de mamdado de seu padre a Ifamta dona Felipa aa çidade do Porto, segumdo dizemos que fora acordado. Homde foy reçoebida com graõ festa e prazer, vimdo muito acompanhada de imgreses e portugueses" (CDJ I, v. II, cap. XCIII, p. 220).

3.4.2 O Casamento Próspero Com a Mulher Ideal: a Família de D. Filipa e D. João I

As afirmativas sobre o casamento realizadas pelo autor são um contraponto ao casamento entre D. Leonor Teles e D. Fernando, pois o sacramento matrimonial entre D. Filipa de Lencastre e D. João I teria seguido todas as etapas necessárias para ser reconhecido como um casamento. Dentre elas estavam: acordo entre os homens nobres que representavam a família, no caso o duque de Lancasters e D. João I; e a dama deveria ser acompanhada pela sua corte, isso demonstrava simbolicamente a honra da mulher que jamais deveria ficar sozinha.

O cronista assegura que D. João I, não conhecia a sua esposa, e que somente foram apresentados nas vésperas do casamento, quando o rei foi vê-la, e falou com ela na presença do bispo por um bom período. O pai de D. Filipa por está articulando a tomada de Castela não foi ao casamento, mas conforme os desígnios cristãos o matrimônio foi realizado, quanto a noite de núpcias a narrativa cronística afirma que:

A infanta foi trazida muito honradamente dos paços onde pousava [a See]; e ali em nome de Deus, a recebeu [o Rei], presente todos, por sua esposa e molher, fazendo lhe tal ofício e o mais solene que se pode fazer. E isto foi dois dias de Fevereiro na festa da Purificação da Benta Virgem, havendo então ele rei vinte e nove anos e a infanta sua esposa vinte e oito¹⁵¹ (CDJ I, v. II, cap. XCIV, p. 222).

Segundo José Mattoso (1997) a família não é apenas uma célula reprodutora, mas também um sistema de alianças, socialmente a mulher torna-se no medievo um elemento de ligação entre a família e o exterior. A Igreja enquadra a relação entre homens e mulheres no matrimônio, que tem padrões de comportamento para as mulheres e para os homens que devem ser seguidos socialmente, e até mesmo no âmbito privado. Aos homens cabem exercer a autoridade e o poder, logo eles poderiam atuar no campo privado e coletivo, enquanto a mulher era limitada ao campo privado.

Fernão Lopes assinala que como o rei de Portugal tinha pressa, e a festa seria grande, como era de costume naquele tempo, ordenou a cada nobre uma função para agilizar o casamento. Toda a cidade foi preparada para a festa, todas as ruas principais tinham comemorações, jogos, danças e muitas pessoas.

A comemoração do matrimônio teria durado 15 (quinze) dias em todas as vilas e cidades do reino. Após a consumação do casamento, *"ordenou o Rei casa a Rainha e certa*

¹⁵¹ " A Ifamta foy tragida muy homrradamentemte dos paços omde pousava [a See]; e aly, em nome do Senhor Deus, a rezebeo [Ell Rey], presentemte todos, por sua esposa e molher, fazemdo lhe tall ofício e o mais solene que se pode fazer. E isto foy dous dias de Fevereiro na festa da Purificação da Bemta Virgem, avemdo entomçe ell Rey vinte e nove años e a Ifamte sua esposa vinte e oito" (CDJ I, v. II, cap. XCIV, p. 222).

*renda para sua despesa, até que lhe desse, como prometera, terras para governança de sua pessoa e estado. E lhe deu oficiais que a servissem*¹⁵² (CDJ I, v. II, cap. XCVI, p. 224). Após escrever sobre o casamento, Fernão Lopes caracteriza D. Filipa de Lencastre, como

Esta Rainha, vindo de nobre pai e mãe, assim como era louvado em sendo Infante de todas as bondades que a molher de alto lugar pertencem, assim foi e muito mais que novamente foi casada e posta em real estado, à qual Deus outorgou marido concondável, conformes um a outro¹⁵³ (CDJ I, v. II, cap. XCVII, p. 226).

D. Filipa de Lencastre seria uma rainha virtuosa ao contrário de D. Leonor Teles. A perfeição da soberana é compara a Virgem. A partir do século XII, Maria passa a ser utilizada como modelo para as mulheres casadas, o que a aproxima da realidade. Pois como modelo de virgindade a Mãe de Deus era até então inatingível.

A composição da soberana foi idealizada pelo cronista de acordo com os ideais cristãos. A rainha segundo o discurso cumpriu o papel de mãe exemplar, rainha piedosa e mulher pudica. D. Duarte para validar o projeto avisino buscou para D. Filipa o reconhecimento da Igreja como santa oficial, porém não obteve sucesso.

Na vida de santo MMCMA, a Virgem Maria é caracterizada como imaculada, carinhosa, humilde, formosa, celestial, piedosa, bondosa e maternal. Essa personificação a torna uma mulher perfeita, mas passível de imitação. Ao contrário de Eva, a Virgem Maria é a personificação do modelo feminino que deveria ser seguido pelas mulheres medievais. Em relação a Mãe de Deus, a hagiografia determina que:

Ó Virgem bendita, Santa Mãe de Cristo, tu sabes que te amo acima de qualquer outro santo, rogo-te mais que a qualquer outro: pelas tuas santas entranhas que trouxeram a Cristo e pelos sagrados seios que ele sugou com tanta doçura, pelas lágrimas de piedade que deixaste cair dos teus olhos quando vistes o rei dos céus, e teu filho, pendente na cruz, e pela santidade perpetuamente a refulgir diante do Senhor, pela felicidade que te encontras no céu, por estas coisas santas, agradáveis e sacrossantas, peço-te que nos livre da presente situação de calamidade¹⁵⁴ (MMCMA, Milagre 4, p. 79).

¹⁵² "ordenou elRey casa a Rainha e ceta remda para sua despesa, ate que lle dessee, coo prometeera, terras para governança de sua pesoa e estado. E lle deu oficiais que a serviissem" (CDJ I, v. II, cap. XCVI, p. 224).

¹⁵³ " Esta Rainha dona Filipa, nada de nobre padre e madre, asy como era louvada em sendo Ifante de todas bomdades que a molher dalto lugar pertemçem, asy foy e muito mais que novamente foy casada e posta em reall estado, aa quall Deus outorgou marido comcordavell, conformes huu a outro" (CDJ I, v. II, cap. XCVII, p. 226).

¹⁵⁴ "O Virgo benedicta, Christi mater pia, tu scis quia supra onnes sanctos te diligo, super omnes te imploro, per illum sanctum uterum tuum qui Christum portavit et per illas sanctas mamillas quas ille dulciter suxit, et per illas pias lacrimas quas de oculis tuis eduxisti quando regem celorum filium tuum pendentem in cruce uidist et per sanctam eternam uirginitatem tuam, qua ante dominum fulges et per beatitudinem ellam qua manes in celo, per hec dulcia sacrosancta, queso ut nos a presenti liberes calamitate" (MMCMA, Milagre 4, p. 79).

A partir desse trecho do Milagre 4, inferimos várias questões. A primeira é a dualidade de Maria, pois ao mesmo tempo que Ela é virgem imaculada segundo a liturgia é também mãe do filho de Deus. Além disso colocou-se a personificação da Virgem nas artes, quando o autor se refere a Cristo sendo alimentado pelos seios sagrados.

A ação milagrosa presente no Milagre 4 demonstra que Maria era um modelo de santidade para as mulheres virgens, e um exemplo de mulher/mãe para aquelas que não optaram ou foram levadas a seguir a vida religiosa. A maternidade na Idade Média ganha destaque, e é um aspecto que valoriza o corpo feminino.

Segundo a visão cristã, Eva, a primeira mulher, tornou-se aquela com quem Adão arrastou toda a humanidade no naufrágio do pecado original. Porém, Deus prometeu um Salvador, e a mãe do Redentor foi anunciada naquele mesmo momento, segundo o texto de Gênesis. Portanto, a Mãe de Cristo é sob o olhar cristão o contraponto a mulher pecadora representada por Eva.

Na Idade Média a partir do século XII, houve uma demanda social que buscava uma vivência da religião mais próxima dos fiéis e com maior participação dos leigos. Isso ocasionou a valorização dos ideais franciscanos, da figura de Cristo, e de Maria pela liturgia cristã, sendo que um dos principais aspectos enaltecidos pela Igreja relacionados a Virgem Maria foi a maternidade.

Maria continua sendo um modelo a ser seguido pelas mulheres, mas agora a Virgem triunfante do século XII cede espaço para a mãe, pobre e amorosa, modelo este passível de imitação e identificação, não somente pelas mulheres comuns, aquelas que por opção ou força da circunstâncias conheceram o leito conjugal. (SILVA, 2008, p. 281).

A Virgem Maria é caracterizada nos textos litúrgicos como um exemplo de virtudes, mãe amorosa, advogada de todos os seus filhos, e por isso intercessora dos homens e das mulheres junto a Deus. Porém, a virgindade perpétua não era uma característica fácil de seguir, por isso a Igreja buscou dogmas para aproximar a Virgem Maria de seus fiéis, enaltecendo traços que a colocavam mais próxima da realidade vivida pelas mulheres cristãos no medievo a partir do século XII.

A Igreja condenava os sentimentos e os desejos femininos, pois eles teriam tendência ao exagero, e por sentir as mulheres teriam que ser tuteladas, monitoradas e conduzidas pelos homens, estes não se deixavam levar pelas emoções. Porém, sendo mãe a mulher poderia se deixar levar pelos seus sentimentos maternos. Assim, aquilo que era visto

como fraqueza, recebe uma conotação positiva desde que fossem ações em prol de seus filhos e filhas.

Durante toda a Idade Média, a figura materna teve uma importância capital na criação e educação dos filhos. Responsável pela sua prole, pelo menos até que esses completassem os sete anos, cabia a ela ensinar as primeiras letras e zelar pela formação religiosa básica. (SILVA, 2008, p. 277).

"A historiografia é, a rigor, um discurso de virtudes" (CERTEAU, 2007, p. 273). Percebendo a necessidade de controlar a mulher secular a Igreja produz uma série de escritos que enalteciam as virtudes e condenava os vícios femininos, como por exemplo a vaidade. A mulher vaidosa era acusada de utilizar a beleza para seduzir o homem, como teria feito D. Leonor Teles.

Até o século XII, os homens da Igreja escreviam acerca das mulheres, mas dificilmente redigiam para as mulheres. Porém, com o aumento populacional e a complexificação social que ocorreu entre os séculos XII até o final do XV, falar às mulheres tornou-se necessário.

Os textos escritos por leigos ou clérigos voltaram-se para nortear o comportamento feminino. Isso é devido a complexificação social, que ocasionou uma urgência não somente em falar para as mulheres, como criar modelos de comportamento para controlar e subjugar as ações femininas ao poder masculino.

A educação das jovens pertencentes a nobreza, passou a ser uma preocupação clerical e leiga. As nobres eram vistas como transmissoras dos valores e da moral para as demais mulheres. Dentre os pecados atribuídos as jovens, os mais recorrentes são: a tagarelice, a vaidade com a utilização de cosméticos, e a busca pelo prazer da carne.

"Rainhas, princesas, damas da corte e aristocráticas de vária linhagem são frequentemente as principais interlocutoras dos discursos pastorais e pedagógicos" (CASAGRANDE, 1990, p. 108). Os valores e a moral que são estabelecidas a partir dessas mulheres é universal, totalizante, válidas e eficazes. Porém, o lugar na sociedade e as normas de controle do comportamento para as mulheres eram perpassadas pela família e pelo grupo a qual pertencia.

As mulheres nobres durante a Idade Média possuíam os olhos dos pregadores e dos escritores leigos ou clérigos sobre suas ações. Pois eles as utilizavam como um modelo concreto para as demais. Por estarem em uma posição social superior elas deveriam ter um respeito mais rigoroso das normas.

Portanto, no século XII os escritos clericais e os textos literários passaram a utilizar as mulheres nobres como meios de propagação para os ideais cristãos, e para as normas de conduta que o corpo feminino deveria seguir. É nesse bojo que se insere a Crónica de D. João I, que estabeleceu modelos de comportamento para homens e mulheres usando como exemplos os reis e as rainhas.

Para Fernão Lopes, a rainha era um modelo de comportamento para todas as mulheres, e os seus filhos não poderiam ser diferentes, pois a soberana teria transmitido aos seus herdeiros o amor que ela sentia por Deus, e é esse sentimento genuíno que conduziria a sua descendência pelo caminho da justiça com honra.

Segundo Manuela Silva (2014a), D. Filipa foi uma mãe dedicada, sendo uma boa educadora para sua prole, sempre estando próxima, e intervendo. Isso provavelmente se deve também ao fato da monarca ter perdido a mãe cedo, e pouco ter convivido com o pai. Muitos autores afirmam que o gosto avisino pelas artes, e pela produção de textos seja por influência não somente de D. João I, mas também de sua esposa, já que a soberana participou ativamente da educação dos seus descendentes. Sobre o modelo de mulher/mãe:

O papel materno, entretanto, pode ser considerado o mais importante entre os muito que desempenhava, pois juntamente com a função de estabelecer alianças entre seu reino de origem e o que lhe caberia por casamento, mais importante que a circulação de riquezas que o dote de uma princesa poderia trazer, estava sua função de perpetuadora da dinastia. Através de sua sexualidade orientada para as funções reprodutoras, a rainha era diretamente responsável pela continuidade da linhagem. Sabemos que a falta de descendência foi responsável pela anulação de vários casamentos reais e que a única forma de uma rainha realmente se considerar segura em sua posição era dando luz a filhos, preferencialmente homens (SILVA, 2016, p. 2).

Como uma rainha abnegada, a esposa de D. João I, cumpriu o seu papel esperado da rainha medieval ao assegurar a continuidade da linhagem. Do casamento da soberana nasceram 9 (nove) filhos (nem todos sobreviveram). A descendência do primeiro casal avisino serviu de modelo para a corte portuguesa durante a sua permanência no poder.

É inegável a contribuição de D. Filipa para a formação da "ínculta geração", e a influência dela sobre os costumes morais na corte portuguesa. Ao tornar-se rainha de Portugal, a nobre conduziu todas as mulheres que circulavam nos Paços reais a casarem-se, o que segundo o discurso cristão as ocuparia evitando o pecado da luxúria/adultério.

A dinastia avisina seria uma corte de bons costumes por influência de D. Filipa de Lencastre, que introduziu os hábitos e o estudo da língua inglesa, além de gestos refinados e civilizados. No discurso avisino a vida familiar monárquica deixou de ser um palco de

disputas, e passou a ter uma imagem harmônica, principalmente pelas ações da rainha que era uma mulher comedida, silenciosa e de gestos encantadores.

O casamento entre D. João I e D. Filipa de Lencastre, ocasionou uma alteração dos costumes da corte portuguesa, pois segundo o discurso sobre a dinastia avisina em Portugal, os filhos dessa união tinham uma sólida cultura religiosa. Sob os olhares atentos da mãe, todos os descendentes foram ensinados sobre as escrituras sagradas, instruídos sobre a cultura litúrgica tanto pelo pai, que era ex membro da Ordem de Avis, quanto pela mãe.

Fernão Lopes afirma que D. Filipa de Lencastre possuía duas práticas devocionais: o sacrifício e a abstinência. Essas foram bastante recorrentes durante a vida da rainha. Além disso ela exercia a caridade, e a oração ininterrupta quando seus filhos ou marido estavam em perigo. A caridade como prática religiosa da doutrina cristã era definida pela Igreja como:

Caridade é amar a Deus, acreditar de coração, socorrer o próximo e pôr à disposição o que lhe falta - alimento, vestuário, casa e assistência espiritual. A caridade é o bem supremo, o grande dom, de que está pendente a ordem inteira dos mandamentos, pelo qual se cumpre a Antiga lei e a Nova e pelo qual se ama a Deus e ao próximo, e pelo qual se obtém o reino dos céus. Quem pratica a caridade na sua vida, prática tanto a letra como o espírito da palavra divina¹⁵⁵ (MMCMA, Milagre 14, P. 139).

D. Filipa de Lencastre, assim como a Virgem Maria era uma mulher que auxiliava aqueles que viviam na pobreza. A soberana praticava a caridade "*Era cuidadosa acerca dos pobres e minguados, dando grande quantidade de esmolas as igrejas e mosteiros*"¹⁵⁶ (CDJ I, v. II, cap. XCVII, p. 226). É durante a ajuda aos pobres que o corpo feminino tem livre circulação, ou seja, as mulheres para realizar o amparo poderiam circular pelas ruas.

Como uma mulher religiosa, a soberana buscou que a Capela Real fosse reestruturada, esse espaço ganha importância com a chegada da rainha, "Este órgão da corte ganhará uma importância crescente nas cortes da dinastia de Avis e já neste primeiro reinado se notará uma aumento substancial no número de oficiantes" (SILVA, 2014(a), p. 165). Com esse aumento as cerimônias e ofícios litúrgicos tornaram-se mais complexos e periódicos.

Mesmo Fernão Lopes afirmando que a nobreza de D. João I era devido as suas qualidades, e tentando negar que o sangue seria fundamental para determinar quem seria o

¹⁵⁵ "Caritas est diligere deum, ex corde credere, et proximis succurrere et his quoad abest inpendere: cibos, uestes, hospicia, et anime salubria. Caritas est summum bonum, amplum donum, in qua pependit omnis ordo preceptorum per quod uetes atque noua lex impletur, per quo deus ac proximus diligitur, per quod celorum regnum adipiscitur. Ille namque tenet (et quod patet et quod latet in diuinis sermonibus) qui caritatem tenet in moribus" (MMCMA, Milagre 14, P. 139).

¹⁵⁶"Eraa cuidadosa a cercaa dos poobes e minguados, damdo gramde quamtidade de esmolas as egejas e mosteiros" (CDJ I, v. II, cap. XCVII, p. 226).

monarca do reino português. O cronista utiliza a linhagem de Filipa de Lencastre, pois a sua descendência de nobres guerreiros gerou uma "*Formosa geração de bem aventurados e virtuosos filhos*"¹⁵⁷ (CDJ I, v. II, cap. XCVII, p. 226).

A *Crónica de D. João I* configura-se também como uma ação pastoral adaptada de acordo com a necessidade do discurso, pois é uma tentativa de conduzir os homens e as mulheres. Na explanação de Fernão Lopes, as mulheres não são apenas apontadas por sua natureza adúltera, no seu contraponto, o autor utiliza D. Filipa de Lencastre para mostrar aos leitores como deveria ser o comportamento de uma mulher/esposa ideal.

Para as damas da aristocracia, os homens da Igreja recomendavam que elas não fossem tomadas pela cobiça, mas sim que cultivassem a temperança, e utilizassem o seu corpo apenas com o seu marido. Apesar de colarem a natureza feminina como algo nocivo, muitas vezes as mulheres pertencentes as cortes, eras vistas como aliadas e úteis para colaborar com a propagação dos costumes da corte e de seu esposo. Nesse ensejo pode-se destacar que D. Leonor Teles segundo o discurso da *Crónica de D. João I* foi dominada pela cobiça, ao contrário de D. Filipa de Lencastre que era uma mulher equilibrada e comedida. Em um trecho da Crónica, Fernão Lopes define a esposa do Mestre de Avis como um modelo exemplar ao dizer que:

Amou bem e fielmente a seu nobre marido, tendo grande sentido de nunca o enjoar, e da boa ensinança e criação de seus filhos. Não fazia alguma coisa com rancor nem ódio, mas todas as suas obras eram feitas em amor de Deus e do próximo. Nela havia uma conversação proveitosa a muitos, sem sair de seu real estado, com doces e graciosas palavras todos tinham prazer de ouvir. Honesta pessoa. Assim tendo seus perfeitos costumes, em que muito floresceu, por medo postos em escrito, seria de bastante ensinança para quaisquer mulheres, posto que de maior estado fosse¹⁵⁸ (CDJ I, v. II, cap. XCVII, p. 226).

Dentre as qualidades atribuídas a D. Filipa, nenhuma foi concedida a D. Leonor Teles. Ao contrário da soberana avisina, a regente era uma esposa infiel, rancorosa, de gestos desmedidos e desonesta, além disso ela não era temente e fiel a Deus. Todos esses atributos negativos a desqualificavam como modelo de rainha para as mulheres. Sobretudo o pior vício de D. Leonor era a falta de castidade, pois a soberana deveria manter a prática sexual dentro dos limites fixados pela doutrina, ou seja, restrita ao casamento.

¹⁵⁷ "Fomoosa geraçom de beem aventurados e virtuosos filhos" (CDJ I, v. II, cap. XCVII, p. 226).

¹⁵⁸ "Amoou beem e fiememente a seu nobre marido, tendo gramde semtido de numca o emjoar, e da booa ensinança e criação de seu filhos. Naõ fazia algũa coisa com rancor nem odio, mas todas as suas obras eroõ feitas em amor de Deos e do proximo. Nela avia uma conversaçãõ proveitosa ha muitos, sse sai de seu real estado, com doces e graciosas palavpas todos tinham prazer de ouvi. Onesta pesoa. Assiim temdo seus perfeitos costumes, em que muito foresceeu, por medo postos em epcrito, seria de bastante ensinança para quiquer ores, posto que de maio estado fosse" (CDJ I, v. II, cap. XCVII, p. 226).

Que "o traço predominante do pensamento clerical, neste tempo, seja a misoginia, nada tem de surpreendente" (DALARUN, 1990, p. 19). Até o século XIII, na maioria dos escritos clericais a mulher é sobretudo um ser que era preciso manter distância. O corpo feminino possuiria uma chama voraz, que o levaria a pecar através do adultério principalmente. A mulher seria arrastada por impulsos e paixões, enquanto o homem era dominado pela razão.

Além disso os clérigos chamavam a mulher de inimiga íntima que tinha nascido para enganar, e também era predadora de homens. Porém, com o impulso do culto mariano no século XII, o discurso sobre o feminino ganha novas nuances, primeiro Maria é valorizada como virgem perpétua, sendo assim exemplo para as mulheres que queria seguir na vida religiosa, no segundo momento, as transformações sociais, políticas, culturais e econômicas fazem a Igreja valorizar Maria, também como a mãe (mãe de toda a humanidade), o que a aproxima das mulheres casadas e mães.

O Comportamento público das mulheres nobres incluía: "não se divertirem demasiado, mostrarem-se desdenhosas, comerem pouco, dançarem com compostura, moverem-se com contenção." (CASAGRANDE, 1990, p. 118). A modéstia, levaria as mulheres a terem controle de seu temperamento imprevisível.

As mulheres nunca deveriam ter tempo para a fantasia, pois o ócio corromperia a estabilidade frágil dos seus pensamentos o que poderia levá-las a romper com a integridade dos seus corpos. Elas deveriam ocupar-se com as coisas de Deus, *"Mesmo de jejum não deixava de realizar o sermão, nem a leitura das Santas Escrituras em tempo hábil, que assim eram todos cumpridos com tão madura descrição, que nunca ociosidade em sua imaginação achava morada"*¹⁵⁹ (CDJ I, v. II, cap. XCVII, p. 226). D. Filipa de Lencastre sempre estava ocupada realizando orações, jejuns e sermões o que a impedia de ser desvirtuada por maus pensamentos, por isso, as mulheres deveriam segui-la.

Existiam duas atividades que eram atribuídas as mulheres: cuidar da casa e praticar a caridade. Os textos recomendavam que as mulheres fossem silenciosas e caridosas. Excluídas de qualquer função pública e de qualquer social, o papel público da palavra feminina era quase impossível. O comportamento virtuoso incluía: falar de um modo contido, como poucos gestos, e somente quando for necessário. a literatura clerical ou leiga é um válido e eficiente instrumento de manutenção da custódia feminina, pois através deles as

¹⁵⁹ "Mesmo de jejum não deixava de realiza o sermaaõ, nem a leitura das Sanctas Epcrituras em tempo abil, que ssiim eram todos cumpridos com taa madura descpiçaõ, que numca ociosidade em su imagiinaçaõ aava morada" (CDJ I, v. II, cap. XCVII, p. 226).

mulheres afastavam as tentações, e incrementavam a religiosidade aprendendo sobre os ofícios.

As mulheres deveriam durante a Idade Média amparar a família, possuir um amor misericordioso e voltado para o sacrifício, governar a casa (o espaço da residência é por excelência o espaço feminino de atuação e mobilidade). Mas acima de tudo a boa esposa, é uma boa cristã. O campo da religião e da moral é de mãe para filho.

Segundo Fernão Lopes, D. Filipa foi uma boa educadora para os seus filhos, sendo uma mão presente, e até mesmo interventiva. A soberana era caracterizada como uma mulher piedosa, e com comportamento irrepreensível por ser uma rainha cristã que praticava a liturgia com dedicação e amor.

O filho D. Duarte realça precisamente esta sua qualidade de modelo de comportamento para todas as mulheres do reino, tal como se alegra por todos os seus progenitores terem sido exemplares nas suas vidas, transmitindo aos descendentes a convicção de que as boas ações e o amor de Deus conduzem inevitavelmente a uma vida honrada e compensadora. (SILVA, 2014(a), p. 158)

A "ínclita geração" buscou legitimar o seu poder político não somente através de D. João I, mas também de D. Filipa de Lencastre. D. Duarte tentou sem sucesso tornar a sua mãe uma santa reconhecida pela Igreja. "Fernão Lopes e D. Duarte são, nesta matéria os principais defensores do comportamento irrepreensível da rainha." (SILVA M., 2014, p. 160), assim a caracterização da rainha Filipa de Lencastre, auxilia a legitimar o poder monárquico avisino, já que ela é uma nobre de sangue e de hábitos, por temer a Deus, e cumpri o papel esperado para uma esposa de um rei.

D. João I, era filho bastardo, e por mais que tivesse conseguido torna-se rei aclamado pelas Cortes, diante da nobreza tradicional portuguesa ele ainda continuava sendo visto como ilegítimo, já que não tinha a pureza em seu sangue. E mesmo que sua ascensão simbolicamente significasse que os desfavorecidos poderiam ascender socialmente. Invertendo assim a lógica medieval, já que a nobreza não seria determinada pela linhagem, mas sim pela lealdade ao rei, Fernão Lopes utiliza o casamento com D. Filipa para sucumbir as dúvidas sobre o poder monárquico avisino.

Após a mulher "triumfar" na literatura clerical com o exemplo de Maria, sob o prisma da virgindade, outro elemento passa a ter espaço na liturgia cristão: o caráter maternal de Maria. A piedade dos filhos a aproxima da humanidade, a religiosidade passa a ser simbolizada pela relação entre Cristo e Maria, ou seja, filho e mãe (homem e mulher). Assim, D. Filipa tornou-se um substrato cultural vasto e eficiente para sua época.

CONCLUSÃO

O discurso desenvolvido pela dinastia de Avis, tinha como objetivos: legitimar o novo grupo político no poder, promover os reis avisinos como soberanos incontestáveis no reino português e difundir normas de conduta para mulheres e homens através das representações dos reis e das rainhas. Destaca-se que durante a Idade Média a ideologia cristã estabeleceu padrões de comportamento diferentes de acordo com o gênero, porém na prática as ações dos homens e das mulheres eram mais flexíveis.

Os textos da vida de santos eram utilizados para catequizar as ações dos homens e das mulheres durante a Idade Média. Assim como a cultura das hagiografias era eficiente para modular a sociedade a qual elas pertenciam, os escritos produzidos pela Casa Real de Avis, ou seja, pela "íclita geração" domesticaram a nobreza portuguesa, delimitando os espaços e os papéis de atuação no campo político e social.

A *Crónica de D. João I*, possui um estilo literário ágil e envolvente, embasado na oralidade e na cultura popular, sem rejeitar referências eruditas, características que fazem do relato um importante testemunho da sua época.

Fernão Lopes forma-se num contexto próximo aos eventos que se faziam recentes na memória do reino português: o Movimento de Avis (1383-1385). Este acontecimento foi um golpe sucessório auxiliado pela "arraia miúda", os comerciantes, e alguns membros da nobreza secundogênita, que asseguram a ascensão do Mestre de Avis, D. João I, ao trono português. Sendo assim, Fernão Lopes, provavelmente esteve em contato com testemunhos dos acontecimentos.

Como guarda-mor da Torre do Tombo (Arquivo Oficial do Reino), Fernão Lopes tinha ao seu alcance os arquivos do Estado. O cronista soube utilizar-se da sua posição privilegiada, transcrevendo, compelindo, e aproveitando a correspondência diplomática, as disposições legais, os capítulos das Cortes, e outra documentação que enriqueceu as suas narrativas.

Por ter sido designado oficialmente para compor a história oficial portuguesa, o autor, utiliza o rei como centro da história, mas demonstra em sua narrativa grande interesse pelo "povo miúdo". Colocando-o como um importante protagonista nas transformações sociais em Portugal a partir de 1383. Além de trabalhar de maneira inédita ao personificar e caracterizar os personagens utilizando aspectos psicológicos, econômicos, políticos e humanistas que influem nos agentes e nos rumos da História em Portugal.

Apesar de ser um texto encomendado, a *Crónica de D. João I*, é uma narrativa diferente das outras produzidas em seu tempo, não somente pelos elementos textuais, e a

estrutura diferenciada que esmiúça detalhadamente cada episódio da jornada vitoriosa de D. João I, mas principalmente pela introdução de personagens relegados ("arraia miúda"), e que possivelmente não estariam presentes, ou teriam a sua participação reduzida se D. Duarte não tivesse contratado Fernão Lopes para escrevê-la.

O cronista foi encarregado de ordenar a memória do reino português, tornando as suas narrativas um instrumento essencial para a dominação cultural da sociedade portuguesa, pela dinastia avisina. Sobre o discurso avisino como narrativa civilizatória é possível afirmar que era um "projeto que visava transformar a conduta dos homens na sociedade, dando-lhes os instrumentos de uma nova inteligibilidade do mundo e das relações sociais." (ACCORSI JUNIOR, 1997, p. 101).

A narrativa de Fernão Lopes é escrita em dois principais planos: político e providencial, esses dois níveis em consonância legitimam o poder monárquico do Mestre de Avis. No plano político buscou-se uma identidade coletiva e homogênea, e no plano providencial o autor utiliza os sinais e ações divinas (sonhos, milagres e profecias) que apontam que D. João I foi escolhido por Deus e pelo povo.

Não consideramos nesta pesquisa a *Crónica de D. João I* como um texto que buscou testemunhar os fatos como seu autor afirma, mas sim uma narrativa que buscou contar de uma determinada maneira o movimento de Avis, e seus desdobramentos. Assim, a sua função não era ser fiel ao relatar os fatos, mais sim dar sentido aos "novos tempos".

A escrita de Fernão Lopes faz parte do projeto político avisino, que buscou incorporar novos apoios, e manter os já conquistados pacificando as tensões sociais, políticas e econômicas que não foram dissipadas como supostamente iriam ser a partir da coroação do Mestre de Avis como rei de Portugal.

O enaltecimento da ascensão da dinastia de Avis ao poder, acontecimento que teria inaugurado um "novo tempo" em Portugal, fez com que Fernão Lopes ocultasse de seu texto a crise econômica e social existente no reino português, que perpassou a governança do D. João I, o Mestre de Avis, e continuou durante o reinado de seu filho D. Duarte.

O Movimento de Avis é o resultado das tensões de diferentes grupos sociais, com variadas demandas, que foi dirigido e orquestrado politicamente pelos comerciantes e pelos nobres secundogênitos, contra os senhores aristocratas que acumulavam riquezas, terras e poder. Os argumentos contra a hegemonia política da nobreza tradicional pelos os grupos sociais desfavorecidos, utilizaram um pretense direito de D. João I ao trono.

A ameaça do domínio externo sobre Portugal, que seria um reino subjugado ao de Castela, foi utilizado como argumento para a retirada de Leonor Teles da regência do reino.

A rainha, os nobres e o rei de Castela representavam os interesses do regime político senhorial vigente. Buscando mudanças, diferentes grupos sociais se uniram e deflagraram uma batalha interna e civil, comandada pelos comerciantes e pelos nobres secundogênitos.

O Movimento de Avis foi orquestrado e dirigido politicamente pelos comerciantes dos portos contra a hegemonia dos senhores aristocratas da nobreza, que desejavam o poder de governar Portugal. Porém pela hierarquia social não alcançavam cargos políticos de destaque.

A crônica é um instrumento de propagação da identidade coletiva, e do discurso do grupo dominante, que foi de suma importância para a dinastia avisina no contexto de enfrentamento dos nobres tradicionais desfavorecidos pelo Movimento de Avis (1385).

Fernão Lopes é um cronista a serviço da corte iniciada a partir de D. João I. A ascensão da dinastia de Avis é resultado de um golpe de estado apoiado pela insurreição popular que começou em Lisboa em 1383, que culminou na escolha do Mestre de Avis como rei de Portugal nas Cortes de Coimbra em 1385. D. João I, foi eleito por ter assumido o comando do movimento popular, que não aceitava que o legítimo herdeiro do trono: o rei D. João de Castela, casado com a filha do falecido rei de Portugal D. Fernando. Assim, sob a nova dinastia pesava um descrédito e a ilegitimidade, sendo assim a principal missão de Fernão Lopes era justificar o poder monárquico exercido por um bastardo, e seus sucessores.

D. Duarte, filho de um rei bastardo buscou legitimar o seu poder político nas cortes através de diversos instrumentos, um deles foi a literatura. Portugal não conseguiu superar totalmente os problemas que ocasionaram a crise em 1383, e para o soberano continuar reinado, era necessário o apoio e a lealdade dos nobres.

O poder de interferir e tomar decisões nas Cortes que era exercido pelos senhores nobres tradicionais, foram reconfigurados a partir dos "novos tempos", por isso, a monarquia buscou mecanismos para subordiná-los de acordo com os interesses do rei. Destaca-se também que houve a penetração de homens não nobres nas elites citadinas. O apoio da arraia miúda, e de outros grupos sociais são personificados através da cidade de Lisboa, na crônica ela representa os "bons portugueses".

Outro ponto interessante construído pelo autor, é a utilização de personagens femininos e masculinos como contrapontos, estabelecendo assim características ideais para homens e mulheres. Além das analogias aos textos bíblicos em que D. João I, é comparado a Cristo, e sua esposa Filipa de Lencastre é comparada a Virgem Maria, e é estabelecido a

oposição entre o bem e mal, quando, por exemplo, Fernão Lopes se remete a D. Leonor Teles, e o conde de Andeiro.

Embora Fernão Lopes exalte D. João I através de suas qualidades o colocando como um homem perfeito, o soberano assim como a sua esposa D. Filipa de Lencastre não são modelos inatingíveis, ou seja, são imitáveis. Ao detalhar minuciosamente as experiências vivenciadas pelos personagens o cronista tinha como finalidade ensinar aos seus leitores a forma correta de lidar com as dificuldades e as adversidades cotidianas.

D. João I é caracterizado como um herói que segue as determinações impostas pelo divino. A partir da ascensão do Mestre de Avis, havia uma possibilidade de ocorrer a mobilidade social, permitindo o acesso ao poder de homens até então excluídos da política.

A morte do conde de Andeiro demonstrava que o Mestre era um homem justo, pois ele restabelece a honra de seu meio-irmão morto, fazendo aquilo que D. Fernando não teve coragem, e isso acarreta simpatia do povo por ele. O Mestre de Avis, por seu um bastardo, personifica os anseios dos grupos descontentes de ascenderem socialmente e politicamente.

O primeiro rei avisino segundo Fernão Lopes, era predestinado a reinar, pois somente um soberano verdadeiro seria capaz de unir todos os segmentos sociais, formando uma unidade que viria a constituir a nação portuguesa.

De acordo com o cronista, o Mestre de Avis com relutância decide liderar o Movimento de 1383 contra D. Leonor Teles, e a nobreza tradicional local, e posteriormente versus Castela. O cronista buscou demonstrar que Deus sancionava os milagres em favor da causa portuguesa, ou seja, Deus preferia Portugal, por lá estarem os verdadeiros e fiéis cristãos. Assim, o plano providencial no discurso avisino legitima a ordem social e política de Portugal através de ações do Mestre de Avis.

Os sinais providenciais são articulados na estruturação da narrativa para colaborar com uma nova concepção de poder que contestava principalmente os parâmetros tradicionais de sucessão régia em Portugal no século XIV. A consolidação do poder da dinastia de Avis fundamentou-se na doutrina teológica vigente ao utilizar elementos simbólicos já existentes na cultura portuguesa.

Na narrativa o autor bipolariza a política, conduzindo o leitor a estabelecer o bem e o mal através de personagens antagônicos e da doutrina cristã vigente. Os membros da coroa régia avisina tornam-se nesse contexto modelos de comportamento e conduta para a corte.

Através da hierarquização dos sexos, que diferenciava a natureza feminina da masculina, os pensadores medievais enraizaram na cultura ocidental a oposição entre os machos e as fêmeas pertencentes a espécie humana.

O discurso de Fernão Lopes é uma confluência de valores sobre o masculino e o feminino. Até o século XII, as mulheres eram vistas como inimigas, perigosas, ardilosas, dissimuladas e propensas ao pecado, principalmente a luxúria, porém a partir desse mesmo século, a Igreja percebeu a importância de falar para as mulheres.

Com isso a caracterização feminina continua a elencar alguns elementos como sendo tipicamente femininos, mas introduz novos elementos como a piedade, a fraternidade, o amor maternal e a caridade que são associados a Virgem Maria. A coroa régia avisina tem um caráter modelar a partir das ações de D. João I, de D. Filipa de Lencastre e seus descendentes.

Sobre as rainhas medievais, D. Leonor Teles e D. Filipa de Lencastre, assinala-se que de maneiras diferentes as duas mulheres conseguiram impor a sua presença na corte portuguesa. A primeira soberana conseguiu usufruir do poder de governar através do casamento com D. Fernando, porém por estar deslocada do espaço social determinado para o corpo feminino durante a Idade Média a sua caracterização é negativa.

Enquanto D. Filipa é uma rainha ideal por permanecer no espaço privado, e ter cumprido todas as funções esperadas de uma soberana. Porém, mesmo sendo idealizada, não podemos ignorar a importância que a monarca obteve para a corte, e para legitimar o discurso avisino, o seu matrimônio teria originado uma geração perfeita de infantes, a "íclita geração".

Ao pesquisarmos sobre as soberanas percebeu-se que as mulheres apesar de estarem restritas a determinados espaços e funções pelo discurso cristão conseguiram acessar outras vivências. Em pontuais momentos o corpo feminino obteve papel de destaque na sociedade seja como governante de fato ou regente, as rainhas tiveram possibilidades de conduzirem o reino, se não por direito próprio ou por causa de seus filhos.

O grande mérito de D. João I foi tornar o poder régio uma força mediadora em uma sociedade econômica, política e socialmente mais complexa, em que a diversidade de interesses de cada grupo social ocasionou tensões e crises.

De acordo com os padrões tradicionais da nobreza, pela ascendência humilde, Fernão Lopes não teria tornado-se membro da corte, e muito menos cronista oficial do reino. Esse fato só foi possível mediante a mudança dos parâmetros de sucessão régia estabelecidos

pela dinastia avisina. Quando o cronista legitima o lugar social de D. João I, também estar validando a sua ascensão como membro da corte.

A legitimação da dinastia de avisina é uma necessidade mútua tanto de D. João I, e seus sucessores, quanto daqueles que foram chamados por Fernão Lopes de "os verdadeiros portugueses", ambos precisavam afirmar uma identidade coletiva que demonstrasse a independência do reino internamente e externamente. Portanto, a *Crónica de D. João I*, é um produto literário encomendado e criado sob medida para atender as necessidades do grupo político avisino que utilizou elementos presentes na cultura (manifestações artísticas, criativas e doutrinárias) para simbolizar uma identidade coletiva forjada a partir dos modelos sociais existentes, que foram ressignificados com as características locais.

REFERÊNCIAS

FONTES

Crônica de D. João I (CDJ). Escrita por Fernão Lopes. Edição preparada por M. P. Lopes de Almeida e Magalhães Basto. Lisboa: Civilização, 1990, 2 v.

MILAGRES MEDIEVAIS, NUMA COLECTÂNEA MARIANA ALCOBACENSE. Edição crítica, tradução e estudo Aires Augusto Nascimento. (Obras clássicas da Literatura portuguesa - Literatura medieval). Lisboa: Edições Colibri, 2004.

OBRAS TEÓRICO/METODOLÓGICAS, ESPECÍFICAS E GERAIS

ACCORSI JUNIOR, Paulo. **“Do Azambujeiro Bravo À Mansa Oliveira Portuguesa”**: A Prosa Civilizadora da Corte do Rei D. Duarte (1412-1438). Dissertação apresentada na Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1997.

AMADO, Teresa. **Fernão Lopes, contador de História**. Lisboa: Estampa, 1991.

AMORIN, Marina Alves. **Combates pela História**: a “guerra dos sexos” na historiografia. Cadenos Pagu, n. 20, Campinas: UNICAMP, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. Michel Lahud & Yara Frateschi (tradutoras). São Paulo: Editora HUCITEC, 2009.

BARROS, José D’ Assunção. **História Política**: Da Expansão Conceitual Às Conexões Interdisciplinares. In.: _____ OPSIS, Catalão, v. 12, n. 1, p. 9-55- jan./jun. 2012.

BARROS, José D’ Assunção. HISTÓRIA E LITERATURA – novas relações para os novos tempos. In.: _____ **Contemporâneos**- Revista de Artes e Humanidade, n.6, maio-outubro, 2010.

BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal**: Do ano mil à colonização da América. Tradução Marcelo Rede. São Paulo: Editora Globo, 2006.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução e edição autorizada da Bíblia Reina- Valera em português de 1997. 1ª edição. Rio de Janeiro, 2011.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BORGES, Valdeci Rezende. **História e Literatura**: Algumas Considerações. In.: _____ Revista de Teoria da História, Ano 1, n. 3. Goiás: Goiás: junho/ 2010.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. Tradução Nilo Odalia. - São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In.: _____ **A Escrita da história**: novas perspectivas\ Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CASAGRANDE, Carla. A mulher sob custódia. In.: _____ **História das Mulheres no Ocidente**. Vol. 2: A Idade Média. Georges Duby e Michelle Perrot (orgs.). Porto: Edições Afrontamento, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

COSER, Miriam Cabral. Gênero e Poder: Leonor Teles, Rainha de Coração Cavalheiresco. In.: _____ **Revista Esboços**. n. 18. UFSC, 2011.

COSER, Miriam Cabral. Modelo Mariano e Discurso Político: o exemplo de Felipa de Lancaster (1360-1415). **Ciências Humanas e Sociais em Revista**, Seropédica/RJ, v.31. n. 2, (Julho/Dezembro), p. 73-96, 2009.

COSER, Miriam Cabral. **Política e Gênero: o modelo de rainha nas crônicas de Fernão Lopes e Zurara** (Portugal - sec XV). Tese. Doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2003.

COSTA, Avelino. **A Virgem Maria Padroeira de Portugal na Idade Média**. Lisboa, 1997.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Trad. Mary Del Priore. Brasília: Editora da UnB, 1994, 2ª Ed.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In.: _____ **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasi, 1990.

DALARUN, Jacques. Olhares de Clérigos. In.: _____ **História das Mulheres no Ocidente**. Vol. 2: A Idade Média. Georges Duby e Michelle Perrot (orgs.). Porto: Edições Afrontamento, 1990.

DUBY, Georges. **Eva e os Padres: Damas do século XII**. Tradução Maria Lúcia Machado. Companhia das Letras: São Paulo, 2001.

EFFGEN, Augusto Ricardo. **A Construção de Modelos e Contramodelos Régios na Obra de Fernão Lopes** (século XV). Dissertação apresentada para a Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador, Volume I: Uma história dos costumes**. Tradução: Ruy Jungmann; revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FALCON, Francisco. **História e Poder**. In.: _____ **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FERREIRA, Suelda de Albuquerque. **A Identidade no processo de construção da nova identidade**. Artigo publicado no Livro da APEC: La producción del conocimiento y los desafíos (in) sostenibles del mundo contemporáneo. XIII Seminário Apec. Participo mediante

la presentación del trabajo: Imigração brasileira: representação das imagens no espaço urbano de Lisboa. Barcelona, Espanha 2008.

FEBVRE, Lucien. Combates pela História I. Portugal: Editora Presença, 1997.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos. A história portuguesa medieval preservação, ordenação e esquecimento. In.:_____ **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 23, nº 38: p.490-499, Jul/Dez 2007.

FLAMARION, Ciro Cardoso & VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de textos. In.:_____ **Domínios da História: ensaios de teorias e metodologia**. Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro: Elsevier, 1997 - 21ª reimpressão.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

GUIMARÃES, LIMA, Darlan Pinheiro de; MACEDO, José Rivair. Vícios, Virtudes e a Representação do bom cristão para a Ordem dos Cistercienses: O exemplo de Alcobaça. In.:_____ **Nas Trilhas da Antiguidade e Idade Média**. Adriana Zierer, Ana Livia Bonfim Vieira e Elizabeth Sousa Abrantes (Orgs.). São Luis: Editora UEMA, 2014.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. A Sétima Idade de Fernão Lopes: novo tempo para os Príncipes de Avis?. In.:_____ **Seminário Facetas do Império na História**. Universidade Federal do Paraná, 2006.

GRZYBOWSKI, Lukas Gabriel. **A Imagem de D. Fernando na Crônica de Fernão Lopes**. Trabalho de conclusão. Curitiba, 2006.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **Breve História de Portugal**. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **A Sociedade Medieval Portuguesa**. Lisboa, 1974.

MARTINS, Armando. Cluny e a formação de Portugal. In.:_____ . José Rivair Macedo (organizador). Vidrágua: Porto Alegre, 2011.

MARTINO, Marlem Batista de. Labirintos no Tempo: a cidade medieval e os espaços. In.:_____ **História, imagem e narrativas**. n. 10, abril, 2010.

MATTOSO, José. **História de Portugal**. vol. 2. Lisboa, Editorial Estampa, 1993-1994.

MONTEIRO, João Gouveia. **Fernão Lopes. Texto e Contexto**. Coimbra: Minerva, 1988.

OPITZ, Claudia. O quotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500). In.: _____ **História das Mulheres no Ocidente**. Vol. 2: A Idade Média. Georges Duby e Michelle Perrot (orgs.). Porto: Edições Afrontamento, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e Literatura: uma velha - nova história. In.: _____ **Dossiê Débats**, História Cultural no Brasil, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, 2 ed.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O Mundo Como Texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação, Pelotas**, p. 31 - 45, 01 set. 2003.

PEREIRA, Rita de Cássia Mendes. Das viagens dos monarcas e outras “Gentes Del Rey”: Deslocamento espacial e consolidação da monarquia portuguesa nos séculos XIV e XV. In.: _____. **História Antiga e Medieval- Viagens e Viajantes**: cultura, imaginário e espacialidade. Zierer, Adriana & Vieira, Ana Lúvia Bonfim (Orgs.). São Luís: Editora UEMA, 2012, v. 3.

PINTO, Vitor Manuel Inácio. De Tratado em Tratado até ao Casamento Final. O Casamento de D. João I Com D. Filipa de Lencastre. Faculdade de Letras. Universidade do Porto, 2015 (Tese de Mestrado).

REBELO, Luís de Sousa. **A concepção de poder em Fernão Lopes**. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

RÉMOND, René. Uma História Presente. In.: _____ **Por Uma História Política**. René Rémond (organizador). Tradução de Dora Rocha. Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 1996.

RIBEIRO, Josena Nascimento Lima. **“Voz por Portugal”**: Construções de Tempo e Espaço na Crônica de D. João , de Fernão Lopes (1383-1434). Dissertação de Mestrado, apresentada na UNIRIO, Rio de Janeiro: 2017.

RODRIGUES, Ana Maria S. A. Em torno da conquista de Ceuta: guerra e gênero na Idade Média. In.: _____ **História Antiga e Medieval. Conflitos sociais, guerras e relações de gênero**: representações e violência\ Adriana Ziere, Ana Lúvia Bomfim Vieira (Orgs). São Luís: EDUEMA, 2017, v. 6.

SANTOS-SILVA, Danielle de Oliveira dos. A Rainha Mãe: A Maternidade como fonte de Poder na Idade Média (séculos XIII a XV). In.: _____ **Anais do XVII Encontro de História da ANPUH - Rio. Instituto Multidisciplinar**, UFRRJ, 2006.

SARAIVA, António José. **O Crepúsculo da Idade Média em Portugal**. 5ª edição. Lisboa: Gradiva Publicações, 1998.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. **Reflexões sobre a Hagiografia Ibérica Medieval**: um estudo comparado do *Liber Sancti Jacobi* e das vidas de santos de Gonzalo de Berceo. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. **Reflexões metodológicas sobre a análise do discurso em perspectiva histórica:** paternidade, maternidade, santidade e gênero. Cronos: Revista de História, Pedro Leopoldo, n.6, p. 194-223, 2002.

SILVA, Manuela Santos. **Filipa de Lencastre:** a rainha inglesa de Portugal. Lisboa: Editora Temas e Debates, 2014(a).

SILVA, Manuela Santos Silva. A Literacia de Filipa de Lencastre. In.:_____ **Revista Férula** (Revista da Associação para Estudos Históricos Interdisciplinares), n.1, agosto de 2012.

SILVA, Manuela Santos. A Construção Coeva de D. Filipa de Lencastre como uma “Santa Rainha”. In: VILELA, Ana Luísa et al. **Representações do Mito na História e na Literatura.** Braga: Ed. Universidade de Évora/Publito, 2014, p. 137-147.

SILVA, Priscila Cardoso. Comparações entre rainhas medievais: os casos de Beatriz de Castela e Filipa de Lencastre (1293-1415). In.:_____ **Anais do XVI Encontro de História Regional ANPUH - Rio**, 2014.

SILVA, Renato Sérgio Costa da. Uma dinastia refundada: A expansão marítima e a legitimação dos Avis durante o reinado de Dom Manuel I (1495-1521).In.:_____ **Anais Eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH - SP - SANTOS**, 2014b.

SILVA, Valéria Fernandes da. A mãe como modelo de espiritualidade: discutindo o papel da maternidade nos escritos de Tomás de Celano. In.:_____ **Hagiografia e História:** reflexões sobre a Igreja e o fenômeno da santidade na Idade Média Central. Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva (organizadora). HP Comunicação Editora: Rio de Janeiro, 2008.

SILVEIRA, Ana Márcia Alves. Representações simbólicas do cavaleiro em Portugal: guerreiro de Cristo e defensor da pátria. In.:_____ **História Antiga e Medieval. Conflitos sociais, guerras e relações de gênero:** representações e violência\ Adriana Zierer, Ana Lúvia Bomfim Vieira (Orgs). São Luís: EDUEMA, 2017, v. 6.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In.:_____. **Domínios da História:** ensaios de teoria e metodologia. Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

SOUZA, Ana Aparecida Arguelho de. Literatura e História na Educação Medieval. In.:_____. As relações entre História e Literatura no Mundo Antigo e Medieval. COSTA, Ricardo da (coord.). **Mirabilia**, Nº 13, Jun-Dez 2011.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil para análise histórica. Tradução Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press, 1989.

SOBRAL, Cristina. **Hagiografia em Portugal:** Balanço e Perspectivas. In.:_____ **Revista do Instituto de Estudos Medievais.** Ano 3. n.3. Lisboa, 2017.

TEIXEIRA, Igor Salomão. **Hagiografia e Processo de Canonização:** A Construção do Tempo da Santidade de Tomás de Aquino (1274-1323). Porto Alegre, 2011.

TREVISAN, Mariana Bonat. A Cidade "Genderizada": Lisboa e o Contexto de Afirmação da Dinastia de Avis no Século XV. In.: _____ **Historiae**, Rio Grande, 2012.

VAUCHEZ, André. **A Espiritualidade na Idade Média Ocidental** (séculos VIII a XIII). Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

VECCHIO, Silvana. A boa esposa. In.: _____ **História das Mulheres no Ocidente**. Vol. 2: A Idade Média. Georges Duby e Michelle Perrot (orgs.). Porto: Edições Afrontamento, 1990.

VENTURA, Margarida Garcez. **O Messias de Lisboa**. Um Estudo de Mitologia Política (1383-1415). Lisboa: Edições Cosmo, 1992.

ZIERER, Adriana Maria de Souza. Fernão Lopes, o rei D. João I e a historiografia luso-brasileira: algumas considerações. In.: _____ **A escrita da história de um lado a outro do Atlântico**. Maria Eurydice de Barros Ribeiro & Susani Silveira Lemos França (organizadoras). Cultura Acadêmica: São Paulo, 2018.

ZIERER, Adriana Maria de Souza. Guerra e atributos arturianos dos heróis da Crónica de D. João I. In.: _____ **História Antiga e Medieval. Conflitos sociais, guerras e relações de gênero: representações e violência**. Adriana Ziere, Ana Lúvia Bomfim Vieira (Orgs). São Luís: EDUEMA, 2017(a), v. 6.

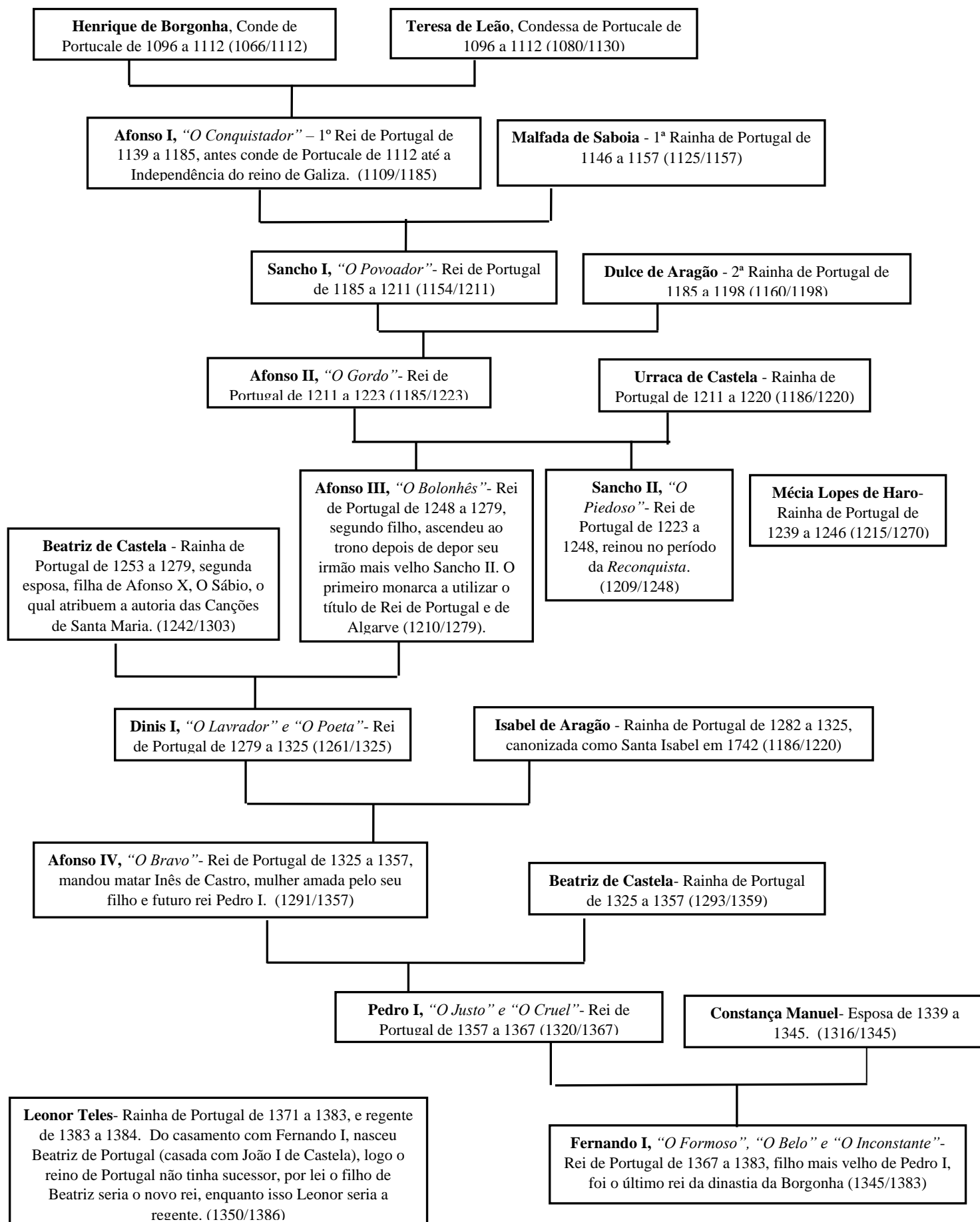
ZIERER, Adriana Maria de Souza. Elementos Religiosos da Ascensão de D. João I Ao Poder: o Messias, o Povo e a Cidade de Lisboa. In.: _____ **XXIX Simpósio de História Nacional**, 2017(b).

ZIERER, Adriana Maria de Souza. Forças Diabólicas e Cristãs: Confronto e Poder na *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes. Revista **Signum**, vol. 16, n. 1, p. 102-130, 2015.

ZIERER, Adriana Maria de Souza. **D. João I, o iniciador da Dinastia de Avis entre a identidade portuguesa e a alteridade**. In.: _____ **Dimensões**, vol. 33, 2014, p. 36-60.

ZIERER, Adriana Maria de Souza. Entre o Paraíso e o Inferno: os Sonhos n'A Demanda do Santo Graal. In.: _____ **Politeia: História e Sociedade**. Vitória da Conquista- BA, v. 13, n. 2, p. 43-65, 2013.

APÊNDICE A - GENOGRAMA 1 – DINASTIA DE BORGONHA



APÊNDICE B - GENOGRAMA 2 – DINASTIA DE AVIS

